

ANA MARIA VEIGA

FEMINISMOS EM REDE?
Uma história da circulação de discursos e informações
entre São Paulo e Buenos Aires
(1970 – 1985)

FLORIANÓPOLIS – SC
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANA MARIA VEIGA

FEMINISMOS EM REDE?
Uma história da circulação de discursos e informações
entre São Paulo e Buenos Aires
(1970 – 1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História Cultural, sob orientação da Prof^a Dra. Joana Maria Pedro.

FLORIANÓPOLIS - SC
2009

ANA MARIA VEIGA

FEMINISMOS EM REDE?
Uma história da circulação de discursos e informações
entre São Paulo e Buenos Aires
(1970 – 1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História Cultural, sob orientação da Prof^a Dra. Joana Maria Pedro.

Banca examinadora:

Orientadora: _____
Prof^a Dra. Joana Maria Pedro - UFSC

Membro: _____
Prof^a Dra. Marluza Marques Harres - Unisinos

Membro: _____
Prof^a Dra. Cristina Scheibe Wolff - UFSC

Suplente: _____
Prof^a Dra. Cristiani Beretta - UDESC

FLORIANÓPOLIS – SC
Fevereiro de 2009

Para Sônia e Ana Luiza
pelo novo sentido que deram às minhas escolhas

Agradecimentos

Agradeço a Joana Maria Pedro pela rica orientação desta pesquisa e da escrita deste trabalho, entre alguns outros, mas também pela amizade, pelo incentivo e pela confiança que me fez sentir. Seu trabalho sempre foi inspirador, desde o primeiro momento deste meu reencontro com a História.

A Fernanda Gil Lozano agradeço pela orientação informal da pesquisa em Buenos Aires, os contatos, as indicações de leitura, a nova amizade e as conversas deliciosas, em Buenos Aires e em Florianópolis. Nesta última parte entra também a companhia luminosa de Andréa Andújar.

Agradeço a Sônia e a Ana Luiza por sua paciência e amor em todos os momentos desta escrita.

Mãe, pai, tô eu aqui de novo... Marina, Tatiana, Eleonora, Marcelo, Tetê, Katya, Alexandre, Márcia, Edson, Paulo, Lala, Mary, Piva, Manú, Dani... obrigada pelo carinho, pelo incentivo e desculpem a ausência.

Não posso deixar de agradecer às agora velhas companheiras de universidade: Maria Cristina, Fernanda, Beatriz, Elaine, o que seria de mim sem os nossos encontros-desabafos?

Obrigada também a Cristina Scheibe Wolff e Cláudia de Lima Costa pela leitura atenta e por suas preciosas colaborações na minha banca de qualificação.

Um carinho especial aos colegas do LEGH, tantos nomes que só cabem no coração. Valeu a força, gente!

Não tenho como agradecer às queridas Mirta Henault, Leonor Calvera, Sara Torres, Lucrecia Ollér e Blanca Irbalucía pela disponibilidade para as entrevistas e conversas e por permitirem que uma parte tão importante de suas vidas viesse a público com esta pesquisa e com outras que se seguirão a partir dos testemunhos gravados, traduzidos e transcritos, com base em suas ricas memórias. Muito obrigada.

Meu agradecimento especial a Fátima e Ignácio por terem me hospedado com tanto carinho durante as semanas inesquecíveis da pesquisa em Buenos Aires.

E um último agradecimento à minha avó Anna, que em muitos momentos vem me alentar com sua lembrança, afugentando pra longe o cansaço e a desesperança. Tenho saudade de ouvir suas lembranças.

Resumo

Este trabalho busca perceber como se constituíram as redes de informações e a circulação de discursos e teorias entre as feministas do Brasil e da Argentina do período que se seguiu à revolução cultural, social e política que teve como marco simbólico o ano de 1968, até o final da Década da Mulher (1975 a 1985), instituída pela Organização das Nações Unidas em resposta às reivindicações do movimento de mulheres naquele período. Torna-se importante compreender como as feministas se articulavam e de onde extraíam as informações e a base teórica para um feminismo que começava a aparecer nos dois países, seguindo uma tendência mundial de manifestações e reivindicações que foi chamada a “segunda onda” feminista. Para isso analiso os testemunhos orais e escritos de algumas das protagonistas dos grupos feministas daqueles anos e também os discursos publicados nos periódicos feministas deste recorte temporal. Como resultado principal é possível notar trocas mesmo que indiretas entre brasileiras e argentinas, mas principalmente a influência de teorias produzidas na Europa e nos Estados Unidos, apesar da especificidade brasileira na constituição dos grupos feministas pela maioria de mulheres ligadas aos partidos políticos de esquerda. Traçando uma história comparativa do feminismo nos dois países, podemos perceber que a imagem das almejadas redes, ainda incipientes nos anos 1970, vai se tornar mais nítida a partir de meados dos anos 1980, não apenas entre Brasil e Argentina, mas num âmbito transnacional mais amplo.

Palavras-chave: Feminismo, Brasil e Argentina, Redes, Ditadura

Abstract

This research wants to realize how information networks were constituted and how discourses and theories circulated among Brazilian and Argentinians feminists from right after the cultural, social and political revolution symbolized by the year of 1968, until the end of Women's Decade (1975 a 1985), instituted by the United Nations as an answer to the women's movements claims at that time. It becomes important to comprehend how feminists articulated themselves and from where they took the information and the theoretical basis to a feminism that started to appear in both countries, following a global tendency of manifestations and claims that was called the feminist *second wave*. For doing that I analyze oral and written testimonies by some feminist group protagonists from those years and also the published discourses at the feminist newspapers from these period of time. As a main result it is possible to note exchanges even indirect ones between Argentinians and Brazilian women, but mainly the influence of theories produced in Europe and in the United States, besides the Brazilian specificity in the constitution of feminists groups by the majority of women come from the left political parties. Drawing a comparative history of feminism in both countries, we can realize that the image of the still incipient desired networks in the 70's will become clearer from the middle of the 80's, not only in Brazil and Argentina, but in a wider transnational scope.

Key-words: Feminism, Brazil and Argentina, Networks, Dictatorship
--

Sumário

Apresentação	9
1 MEMÓRIAS DO FEMINISMO: REPRESSÃO E INVISIBILIDADE	25
1.1 OS TESTEMUNHOS E SUAS POSSÍVEIS HISTÓRIAS	30
1.2 FRAGMENTOS DO FEMINISMO	32
1.3 “QUEM PRECISA DE IDENTIDADE?” O INDIVÍDUO OU O COLETIVO?	51
1.4 MULHERES INVISÍVEIS	58
1.5 UM QUASE BREVE DESFECHO	61
2 AS REDES ou A HISTÓRIA QUE CIRCULA	67
2.1 <i>OPERACIÓN CONDOR</i> : AS ASAS DO TERROR SOBRE O CONE SUL	70
2.2 NOTÍCIAS E VIAGENS	72
2.3 TEXTOS, LEITURAS, TRADUÇÕES	78
2.3.1 O Segundo Sexo e outras leituras compartilhadas	79
2.3.2 <i>Our bodies, Ourselves</i> – Uma viagem de teorias feministas	84
2.3.3 <i>Sisterhood is Global</i> – Um movimento feminista mundial?	88
2.4 OUTRO BREVE DESFECHO	97
3 OS PERIÓDICOS ou AS PALAVRAS QUE CIRCULAM	100
3.1 OS PERIÓDICOS, O TEMPO E O ESPAÇO	109
3.1.1 Sobre os periódicos brasileiros	111
3.1.2 Sobre os periódicos argentinos	115
3.1.3 <i>Nosotras – un puente desde el exilio</i>	117
3.2 SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS, ESPECIFICIDADES: OS TEMAS	118
3.2.1 Feminismo, identificação e movimento feminista	118
3.2.2 Sexualidade, violência, contracepção, aborto	122
3.3.3 Trabalho, luta de classes, marxismo, militância	127
3.3.4 Década da Mulher, 8 de março, mulheres na política	130
3.3.5 Creches, anistia, custo de vida, <i>patria potestad</i> : reivindicações próprias	134
3.3.6 Outros assuntos	137
3.3.7 Algumas considerações	139
3.4 OS CAMINHOS DAS REDES DENTRO DOS PERIÓDICOS	140
3.4.1 Redes: desejo de união, sentimento de irmandade	147
3.5 E PARA FINALIZAR	154
Considerações finais	156
Fontes: entrevistas e periódicos	162
Referências Bibliográficas	163

Apresentação

Proponho com este trabalho perceber como se davam as redes de informações e a circulação de discursos entre as feministas do Brasil e da Argentina do período que se seguiu à revolução cultural, social e política que tem como símbolo o ano de 1968, até o final da Década da Mulher (1975 a 1985), instituída pela Organização das Nações Unidas em resposta às reivindicações do movimento de mulheres naquele período.

Quero compreender como as militantes feministas se articulavam e de onde extraíam informações e a base teórica para um feminismo que começava a aparecer nos dois países, seguindo uma tendência mundial de manifestações e reivindicações que foi chamada “segunda onda” feminista.¹

Tocadas profundamente pelo violento contexto militarizado/masculinizado que se estendeu pela região do Cone Sul durante três décadas, feministas brasileiras e argentinas traçavam estratégias para que sua causa sobrevivesse para além daquele momento e da bandeira de uma luta mais geral contra os governos da direita, legitimada no poder pelos golpes militares que assolaram quase toda a região hoje denominada Cone Sul.

O período que se segue após 1968 concentra pontos de convergência, mas também de distanciamento entre os dois países em questão. Quais as semelhanças e as diferenças na formação dos feminismos no Brasil e na Argentina? Como se constituiu esse novo sujeito político e qual a sua representatividade social nos dois países? É isso o que pretendo compreender e compartilhar com a(o) leitora(or) nas páginas que se seguem.

Tomo como fontes principais nesta pesquisa os testemunhos orais e escritos de algumas das protagonistas daqueles anos pioneiros do feminismo nos dois países e também os discursos que apareceram nos periódicos feministas publicados por elas e por suas contemporâneas.

A pesquisa foi desenvolvida em algumas frentes: entrevistas com militantes argentinas que estiveram no movimento feminista dos anos 1970; consulta às entrevistas com feministas

¹ É considerada a “primeira onda” do feminismo a mobilização das chamadas sufragistas pelo voto das mulheres na virada do século XIX para o século XX, avançando praticamente até a metade deste último. Certamente a divisão em “ondas” pode ser questionada, já que essas duas etapas de reivindicações feministas não aconteceram simultaneamente nas partes do mundo onde ocorreram e também porque outras situações de luta contra a opressão apareceram entre os dois períodos mencionados, portanto não houve estagnação entre eles. María Luisa Femenías é uma das autoras que critica esse tipo de representação cronológica por entender que os ritmos próprios dos feminismos latino-americanos não legitimam a periodização internacional, que acaba por gerar falsas noções de avanços e atrasos. Cf. FEMENÍAS, M. L. (Comp.). **Feminismos de París a La Plata**. Buenos Aires: Catálogos, 2006, p. 112.

brasileiras realizadas pelas integrantes do projeto de pesquisa sobre feminismos e relações de gênero no Cone Sul;² investigação e análise de documentos, como jornais feministas da época e relatos escritos pelas próprias protagonistas, na forma de livros e artigos.

Para rememorar as entrevistas que fiz em Buenos Aires entre fevereiro e março de 2007, como inspiração inicial resolvi visitar as páginas do meu diário de campo, já que escrever uma introdução para este trabalho não me pareceu uma tarefa fácil. Abrindo as primeiras folhas, vieram à mente de novo aqueles dias de cada uma das cinco entrevistas.

Primeiro Mirta Henault, a “mulher política” que encontrou no feminismo sua luta maior; acolhedora, olhar profundo de quem muito já viveu, plena de lúcidas histórias a contar. Em seguida Lucrecia Ollér, atenciosa e falante, narrando como passou de “Srta. Rubinstein”³ a feminista engajada; lembro-me dos olhos úmidos, por trás da fumaça dos seus cigarros. Lucrecia me levou a Blanca Irbalucía, 84 anos; Blanquita contou sobre a identificação imediata com as feministas no exílio peruano. Depois de muitos recados e telefonemas, consegui um horário com a ocupada Sara Torres; Sarita me emocionou com seu rico acervo de materiais feministas e com duas relíquias: os vídeos com dois filmes da cineasta feminista María Luisa Bemberg, que já inspiram meu próximo trabalho. E por fim Leonor Calvera, que relutou um pouco em marcar nosso encontro, recolhida em meio a tantos pensamentos, projetos, leituras e escritos, mas que me recebeu com respeito, que em pouco tempo se tornou confiança e então emoção. Fonte das mais importantes para traçar parte da história do feminismo na Argentina, a conversa com Leonor selou minha etapa de entrevistas com muita satisfação e uma grande vontade de seguir adiante.

Aromas, gostos e sensações voltaram à minha memória, como um bom presságio para quem pretende trazer as lembranças destas feministas argentinas para o campo da história, e assim problematizá-las e delas usufruir.

Quando pensamos em feminismo, nos deparamos com a ausência de consenso entre os diversos grupos que se apropriaram deste conceito a partir do final dos anos 1960. Não é possível pensar em um feminismo (como se pode fazer ao olhar de fora para o movimento), mas em feminismos, distintos e paralelos. Se investigando apenas o Brasil podemos encontrar facções e fragmentações ao abordar o tema, o que dizer então no âmbito sul-americano ou

² O projeto intitulado **Feminismos e os Movimentos Sociais de resistência às ditaduras no Cone Sul**: uma história comparativa (1960-1985) é coordenado pelas professoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff do Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH – da Universidade Federal de Santa Catarina. Dele eu participo desde 2006.

³ Helena Rubinstein é uma famosa marca de cosméticos que teve seu auge nos anos 1970, em nível mundial.

mesmo mundial? No centro desta pesquisa está o espaço geopolítico do Cone Sul, sendo privilegiados especificamente Argentina e Brasil.

Para que se compreenda melhor, o bloco designado Mercosul foi criado a partir de 1991 pelo Brasil e seus vizinhos mais próximos, visando uma expansão comercial como alternativa ao domínio econômico externo, especificamente estadunidense. Em seguida, utilizando uma denominação com base geográfica, mas com intuito de ampliar as trocas para as esferas científica e cultural, Brasil, Argentina, Uruguai e Chile passaram a compor o bloco intitulado Cone Sul, hoje ampliado também para Bolívia e Paraguai.

No recorte temporal proposto (os anos pós-1968, até 1985), apesar das diversidades e especificidades entre os países, pretendo pensar os feminismos ao visualizá-los em um vasto campo minado pelas ditaduras militares, que têm como principal período as décadas de 60 a 80, e suas conseqüências. A situação política, social e cultural deste momento compõe o cenário para o início das manifestações feministas na América Latina, principalmente a partir dos anos 1970. Argentina e Brasil aparecem como os mais centrais entre os “periféricos” países sul-americanos, espaços onde certamente as distinções culturais, sociais e políticas devem ter permeado também as fronteiras dos feminismos.

Paralelamente à troca de informações entre os grupos feministas destes dois países ocorria a troca e a circulação entre as agências de informação dos governos militares e das forças clandestinas armadas, principalmente de extrema direita. Sob o terror exercido pela *Triple A (Alianza Anticomunista Argentina)*, as feministas de lá já se sentiam ameaçadas e podiam ser vistas como subversivas, mesmo antes do golpe que deflagrou a última ditadura, em 1976. O Comando de Caça aos Comunistas – CCC – e a Aliança Anticomunista Brasileira – AAB – faziam seu papel no Brasil, além dos próprios órgãos oficiais de repressão política.

Para esta dissertação a escolha de autores e obras seguiram alguns eixos temáticos. Diversos autores trabalham com o tema das ditaduras militares, assim como da emergência dos feminismos em meio a elas nos países sul-americanos. Na Argentina, encontramos um grupo de autoras que trabalha as questões de gênero e feminismos no livro eletrônico *Historia, género y política en los '70*,⁴ organizado por Andréa Andújar. As escolhidas para este trabalho são Fernanda Gil Lozano,⁵ Karin Grammático⁶ e Alejandra Vassalo,⁷ com

⁴ ANDÚJAR, Andrea et alii (Orgs.) *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. Disponível em: www.feminaria.ar. Acesso em: fevereiro de 2007.

⁵ GIL LOZANO, Fernanda. Surgimiento de prácticas propias. In: ANDÚJAR, op. cit., p. 209-217.

⁶ GRAMMÁTICO, Karin. Las “mujeres políticas” y las feministas en los tempranos setenta: ¡un diálogo (im)posible! In: ANDÚJAR, op. cit., p. 19-38.

artigos que abordam o início dos anos 1970, a Década da Mulher e o último golpe militar no país. A brasileira Ana Maria Colling também entra na discussão deste livro com um artigo que traça um panorama da participação política das mulheres durante a ditadura militar brasileira.⁸

Mas a historiografia argentina no geral, com exceção da militância feminista acadêmica, desconsidera a atuação do movimento feminista nesse período. É o caso de um dos livros que escolhi para compreender melhor o contexto no país, escrito por Marcos Novaro e Vicente Palermo.⁹ Os autores se aprofundam nos mais variados aspectos da ditadura militar argentina, mas as mulheres não aparecem como protagonistas dos movimentos de resistência ao regime.

Outros autores aparecem para discutir a chamada Operação Condor, que na prática era uma rede de informações da inteligência militar e política dos governos da direita nos países do Cone Sul, com apoio estadunidense, formada para a localização e captura dos chamados “subversivos” que levavam adiante as temidas idéias “comunistas”. Nilson Mariano¹⁰ e Stella Calloni,¹¹ além de ajudarem a pensar sobre esta face das ditaduras, possibilitam a inserção da Operação Condor também na temática específica das redes, abordada no segundo capítulo deste trabalho.

Para fechar este bloco, trago a colaboração de Boris Fausto e Fernando Devoto, que além da discussão sobre os regimes militares nos dois países também ajudam a compreender o contexto ao traçar uma história comparativa entre Brasil e Argentina nos séculos XIX e XX.¹² Preocupados com o contexto geral em cada momento nos dois países, deixam fora do debate as questões referentes ao gênero e ao feminismo. Apesar de grandes historiadores da atualidade, como Eric Hobsbawm e Peter Burke, mencionarem a tomada de posição das mulheres como um dos grandes movimentos da história contemporânea, a omissão e o esquecimento ainda constituem a prática mais comum e um sintoma que permeia ainda a atualidade.

⁷ VASSALLO, Alejandra. Las mujeres dicen basta: movilización, política y orígenes del feminismo argentino en los '70. In. ANDÚJAR, op. cit., p. 61-88.

⁸ COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. In. ANDÚJAR, op. cit., p. 89-101.

⁹ NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. **La dictadura militar 1976/1983** – del golpe de Estado a la restauración democrática. Col. Historia Argentina, vol. 9. Buenos Aires: Paidós, 2006.

¹⁰ MARIANO, Nilson C. **Operación Condór**: terrorismo de estado en el Cono Sur. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998.

¹¹ CALLONI, Stella. **Operación Condor**: pacto criminal. 2ª ed. Havana – Cuba: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

¹² FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850 – 2002). 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

Para falar sobre os feminismos no Cone Sul trago novamente as autoras argentinas que, além da ditadura, estudam os feminismos nos anos 1970. São elas Fernanda Gil Lozano,¹³ Karin Grammatico¹⁴ e Alejandra Vassallo,¹⁵ que participam da já mencionada coletânea eletrônica *História Género y Política en los '70*.¹⁶

Algumas pesquisadoras brasileiras trabalham neste momento, desde 2005, com feminismos e questões de gênero em países do Cone Sul. São elas Joana Maria Pedro, que pesquisa identificações, periódicos e formação de redes feministas,¹⁷ enquanto Cristina Scheibe Wolff está voltada para as questões de gênero nas guerrilhas¹⁸ e Roselane Neckel trabalha com o tema sexualidade.¹⁹

Analisando encontros feministas da América Latina e do Caribe, que aconteceram a partir de 1981, a cientista política Sonia Alvarez, que tem vários trabalhos voltados ao feminismo no Brasil, afirma que, apesar da heterogeneidade, a proposta central do movimento feminista era a união e constituição de uma “identidade” feminista e também a construção de um discurso feminista.²⁰ Podemos inferir que esta proposta deve ter partido de alguns grupos centrais e que talvez ela não correspondesse à realidade e aos interesses de uma grande parte das feministas, que tinham nas divergências e nas diferenças um vasto campo de disputa. A questão das rupturas será abordada no decorrer do trabalho.

Alvarez aponta também para a autonomia como a “pedra fundamental da identidade feminista na América Latina e no Caribe”.²¹ Proponho então olharmos novamente para os

¹³ GIL LOZANO, Fernanda. Op. cit.; GIL LOZANO, Fernanda. Las experiencias de la “segunda ola” del feminismo en Argentina y Uruguay. In: MORANT, Isabel (dir.). **Historia de las mujeres en España y América Latina** – del siglo XX a los umbrales del XXI. Madrid: Ediciones Cátedra, 2006.

¹⁴ GRAMMÁTICO, Karin. Op. cit.

¹⁵ VASSALLO, Alejandra. Op. cit.

¹⁶ ANDÚJAR, A. Op. cit.

¹⁷ PEDRO, Joana Maria. Lectures brésiliennes Du féminisme français et mécanismes d’identification au Brésil. In: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca; ROLAND, Denis; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.). **L’exil brésilien en France: histoire et imaginaire**. Paris: L’Harmattan, 2008, p. 261-279; _____. Os sentimentos do feminismo. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder e PARENTE, Temis Gomes (orgs.). **História e sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006; _____. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, v. 26, 2006, p. 249-272; _____. Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noi Donne. In: WOLFF, Cristina Scheibe, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia R. Oliveira (Org.) **Leituras em rede – gênero e preconceito**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

¹⁸ WOLFF, Cristina S. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil. In: WOLFF, Cristina Scheibe, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia R. Oliveira (Org.). **Leituras em rede – gênero e preconceito**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007, p. 95-111.

¹⁹ NECKEL, Roselane. A “Ciência Sexual” e os “Guias” do “Casal Moderno”. In: WOLFF, Cristina Scheibe, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia R. Oliveira (Org.). **Leituras em rede – gênero e preconceito**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007, p. 239-255.

²⁰ ALVAREZ, Sonia E. (et alii). Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. In: **Estudos Feministas**, vol. 11, n. 2. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2003, p. 543.

²¹ Ibidem, p. 545.

primeiros anos da segunda onda feminista na Argentina e no Brasil para analisar que tipos de identidades e quais as identificações que eles nos permitem apreender.

Para a discussão sobre identidade e identificação, adequada a este trabalho, busco o auxílio das reflexões de Stuart Hall,²² também no sentido de debater um pouco mais sobre as semelhanças e diferenças entre brasileiras e argentinas no campo do feminismo e do transnacionalismo. Observo que Hall coloca o feminismo entre os cinco descentramentos do sujeito cartesiano na modernidade tardia (com início nos anos 60), ocupando lugar central ao lado do marxismo, da psicanálise, da teoria lingüística de Saussure e da genealogia do sujeito de Foucault. Para ele, o descentramento “é o impacto do feminismo, tanto como uma crítica teórica quanto como um movimento social”,²³ portanto teoria e prática caminham juntas e propiciam estratégias para uma ação mais efetiva do movimento feminista.

São essas estratégias que pretendo abordar e, para isso, contarei também com a discussão de Linda Nicholson, que observa e questiona as estratégias de união de diferentes grupos feministas em diversos momentos para alcançar objetivos pontuais, independentemente de suas divergências e linhas próprias de atuação.²⁴

Além desses estudos, pretendo analisar a discussão das autoras que escreveram sobre a história dos feminismos nos dois países. No Brasil encontramos diversos trabalhos nas décadas de 80 e 90 realizados por Anette Goldberg,²⁵ Céli Pinto,²⁶ Moema Toscano e Miriam Goldenberg²⁷, entre outras, que situam o ano de 1975 como um marco do feminismo no país, com o decreto do Ano Internacional da Mulher e a criação do Conselho Nacional da Mulher, e nos permitem compreender melhor a trajetória do movimento feminista no país. Muitas dessas autoras foram protagonistas da história feminista latino-americana, sendo seus trabalhos escritos também como testemunhos dessa participação, documentos que nos ajudam a entender algumas dimensões desse movimento.

²² HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença** – a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

²³ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 44.

²⁴ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Estudos Feministas**. Vol. 8, N. 2. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2000.

²⁵ GOLDBERG, Anette. Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil”. In: **Relações de gênero x relações de sexo**. Depto. de Sociologia – área de pós-graduação. Núcleo de estudos da mulher e relações de gênero, 1989.

²⁶ PINTO, Céli R. J. O novo feminismo nasce na ditadura. In: _____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 41-56.

²⁷ TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Miriam. **A revolução das mulheres**: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

Maria Lygia Quartim de Moraes é uma das autoras e protagonistas que podem auxiliar na compreensão da “experiência feminista dos anos setenta”, como anuncia o livro que leva este nome. Nele, a autora expõe uma breve história dos periódicos feministas e fala sobre os grupos que os editavam; assim podemos entender de que lugares falavam e a quem serviam os discursos divulgados por meio dos periódicos.²⁸

Na Argentina temos Leonor Calvera, uma das fundadoras do primeiro grupo feminista em 1970, a UFA – *Unión Feminista Argentina* –, que escreveu o livro *Mujeres y feminismo en la Argentina*,²⁹ tomado também como parte de seu testemunho sobre aqueles primeiros anos do feminismo pós-68 em seu país. Além dela, outras autoras em trabalhos mais recentes nos permitem compreender, entre diversos pontos, como os grupos da época faziam para disseminar o feminismo de maneira efetiva nas camadas populares, apesar de seus ideais serem considerados pequeno-burgueses e imperialistas, tanto pela esquerda quanto pela direita.

Outra protagonista que conta sua versão da história, desta vez em uma autobiografia, é María Elena Oddone, principal editora do periódico *Persona*, com o livro *La pasión por la libertad – memórias de una feminista*. Oddone dá o contraponto da feminista considerada de direita pelas outras, num momento em que designar-se feminista já era um indício de pertencer a um grupo contrário ao regime militar, como acontecia com qualquer grupo que buscasse se manifestar naquele momento.³⁰

Uma fonte necessária para essa análise proposta é o conjunto de entrevistas realizadas com algumas feministas pioneiras daqueles anos 1970, além de livros e artigos escritos por elas. Seus discursos, orais e escritos, serão colocados em um mesmo patamar, como testemunhos devidamente questionados, problematizados e olhados sob o ponto de vista de suas temporalidades próprias.

Para isso, os aportes dos estudos sobre história oral e memória, incluindo os questionamentos sobre o “falar de si” tornaram-se fundamentais. Alguns autores podem embasar as questões referentes a história oral e memória, como Alessandro Portelli, que suscita diversas reflexões sobre o tema, mas principalmente nos leva a não desprezar as

²⁸ MORAES, Maria Lygia Quartim. **A experiência feminista dos anos setenta**. Araraquara: UNESP, 1990.

²⁹ CALVERA, Leonor. **Mujeres y feminismo en la Argentina**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990.

³⁰ ODDONE, María Elena. **La pasión por la libertad – memórias de una feminista**. Buenos Aires: Ediciones Colihue Mimbipa, 2001.

divergências ou invalidá-las pela fragmentação que proporcionam;³¹ Marina Maluf, que lança um olhar voltado às relações de gênero encontradas nas memórias;³² Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, que organizam uma ampla discussão sobre os usos da história oral;³³ Silvia Salvatici, que atenta para as diferenças entre as histórias lembradas e contadas por homens e mulheres;³⁴ Verena Alberti, que alerta para as armadilhas que podemos encontrar ao realizar ou analisar entrevistas;³⁵ Michel Pollak, que aborda as contradições e os sentimentos emergentes da rememoração dos acontecimentos;³⁶ e por fim Elizabeth Jelin, que contribui ao analisar memórias provindas das ditaduras no Cone Sul, também sob a perspectiva de gênero.³⁷ Outros autores aos quais recorri foram Pierre Bourdieu, sobre as estratégias comumente usadas no “falar de si”³⁸ e Giovanni Levi, sobre autobiografia e as escolhas, os caminhos e os desvios narrativos percorridos quando se conta a própria história.³⁹

Outra fonte privilegiada na constituição destas reflexões é o conjunto de periódicos feministas publicados na Argentina e no Brasil no período aqui abarcado. Abordarei os jornais brasileiros **Brasil Mulher**, **Nós Mulheres** e **Mulherio** e os argentinos *Persona* e *Brujas*, além da publicação *Nosotras*, do *Grupo Latinoamericano de Mujeres en Paris*, composto por exiladas, para compreender as semelhanças e diferenças entre esses grupos, no tumultuado cenário dos regimes militares, considerando as especificidades de cada país e as lutas sociais das quais participavam as militantes feministas, por meio de ações, mas também dos discursos estampados nas páginas dos jornais que publicavam.

A circulação de periódicos feministas na América Latina tem início a partir da década de 1970, simultaneamente à chegada da segunda onda do feminismo a estas paisagens. Especificamente focando nos centros urbanos São Paulo e Buenos Aires, buscarei os resultados dessa troca de informações na formação de posições e na ação política efetiva dos grupos feministas que criaram identificações e propagaram discursos por meio dos periódicos.

³¹ PORTELLI, Alessandro, “O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

³² MALUF, Marina. **Ruídos de memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

³³ FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

³⁴ SALVATICI, Silvia. “Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres”. In. Associação Brasileira de História Oral. **História Oral**. Vol.8, n. 1, Recife: CNPq, 2005.

³⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania M.; ALBERTI, Verena (Orgs.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz / FGV / CPDOC, 2000.

³⁶ POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

³⁷ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. 2 ed. Buenos Aires: 2002.

³⁸ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA e AMADO. Op. cit.

³⁹ LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In. FERREIRA e AMADO. Op. cit..

Focalizando os principais temas abordados por essas publicações, procurarei perceber a maneira como outros países eram mencionados e quais eram os que mereciam destaque; além disso, quero apontar como cada uma delas abordava os temas recorrentes, como a sexualidade, o trabalho doméstico e a violência e dar destaque aos temas específicos de cada país e de cada década em que estavam inseridos.

Um periódico feminista argentino que interessa a este estudo é *Persona*, com seu primeiro número lançado em outubro de 1974, por María Elena Oddone e seu grupo *Movimiento de Liberación Feminina – MLF* –, dois anos antes do golpe naquele país. Nos números analisados são reveladas as diretrizes discursivas e de ação de um tipo de feminismo que encontra eco em publicações brasileiras como os periódicos **Brasil Mulher** (1975-1979) e **Nós Mulheres** (1976-1978), que partilham temas e conceitos, apesar de suas particularidades.

Rosalina de Santa Cruz Leite ajuda a remontar a história da imprensa feminista brasileira, analisando os periódicos **Nós Mulheres** e **Brasil Mulher**;⁴⁰ ela nos apresenta um ponto de vista determinado, como editora do **Brasil Mulher**. Estes mesmos periódicos, além de **Mulherio**, aparecem também comentados no livro de Maria Amélia de Almeida Teles, **Breve história do feminismo no Brasil**.⁴¹ Outra autora que discute a imprensa feminista dos anos 1970 é Elizabeth Machado, que comenta também sobre o periódico *Nosotras*.

Sobre o *Nosotras* e as leituras do feminismo francês, Joana Maria Pedro contribui na discussão sobre a aproximação deste periódico com os ideais franceses e sobre a importância que suas editoras davam à divulgação de ações internacionais, sem nunca perder o contato com os países latino-americanos que as exiladas haviam deixado para trás.⁴²

O periódico feminista argentino *Brujas* é outro escolhido para este trabalho, fechando o recorte temporal, pois sua primeira edição data de 1983, conduzida pelo grupo ATEM – *Asociación de Trabajo y Estudio Sobre la Mujer*. Em seu editorial de estréia, o jornal se diz feito por mulheres de distintas idades, estudos e condições econômicas, unidas pela tarefa de lutar contra a opressão e discriminação que impedem o total desenvolvimento das mulheres. Alguns dos principais temas abordados são violência, trabalho doméstico, identidade,

⁴⁰ LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. Estudos Feministas*, vol. 11, n. 1. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2003, p. 234-241.

⁴¹ TELES. Op. cit.

⁴² PEDRO, Joana Maria. *Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noi Donne*. In: WOLFF, Cristina Scheibe, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia R. Oliveira (Org.). **Leituras em rede** – gênero e preconceito. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

Ver também PEDRO, Joana Maria. *Lectures brésiliennes Du féminisme français et mécanismes d'identification au Brésil*. In: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca; ROLAND, Denis; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.). **L'exil brésilien en France: histoire et imaginaire**. Paris: L'Harmattan, 2008, p. 261-279.

sexualidade e discriminação no trabalho. No primeiro número de *Brujas* encontramos uma explicação sobre os Grupos de Consciência surgidos nos Estados Unidos nos anos 1960 – os *Consciousness Raising Groups*, que impulsionaram a segunda onda do feminismo. O jornal publicou o guia que as estadunidenses elaboraram com base em suas experiências e que saiu no primeiro número da revista *Ms.*. Com este texto percebemos a influência estadunidense e a absorção das idéias que circularam em âmbito mundial, difundidas algum tempo depois na América Latina.

Paralelamente, em terras brasileiras, contamos com a publicação feminista **Mulherio**, datada a partir de 1981. Financiada pela Fundação Carlos Chagas, o periódico teve longa duração, avançando até 1987. Era um espaço para o feminismo acadêmico, dando voz a pesquisadoras, professoras e jornalistas.⁴³

Mesmo sob os cuidados da ditadura, os periódicos eram espaços de discussão e circulação de idéias nos quais pretendo observar sinais que apontem para o sentido das influências e da formação de uma rede feminista de informações entre os países do Cone Sul, e também os de fora deste parâmetro geográfico, mas privilegiando os centros metropolitanos São Paulo e Buenos Aires, bases das principais publicações deste tipo e da sua difusão nos dois países investigados.

Além de elaborar uma discussão que possa abranger as semelhanças e as singularidades dos discursos feministas publicados nos periódicos, pretendo fazer um levantamento das diferenças de compreensão do feminismo como conceito e prática política nas lutas sociais e na resistência aos governos militares.

Para finalizar a composição desse quadro, conto com Maria Helena Rolim Capelato, que escreve sobre imprensa e história, orientando sobre os cuidados que o historiador deve ter diante deste importante tipo de fonte.⁴⁴ Para a autora, os jornais permitem acompanhar o “movimento das idéias” de um determinado momento.⁴⁵ Tânia Regina de Luca, que também analisa os periódicos como fontes para a história, reconhecendo sua edição como a produção de discursos que servem aos grupos que os editam.⁴⁶ E por último Dulcília Buitoni, que no estudo da imprensa feminina no Brasil aponta para a tentativa de manipulação da imprensa

⁴³ TELES, op. cit., p. 93.

⁴⁴ CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto / Coleção Repensando a História, 1988.

⁴⁵ Ibidem, p. 34.

⁴⁶ LUCA, Tânia R. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. V. 1. São Paulo: Contexto, 2005, p. 140.

sobre o seu público alvo e nos permite perceber as diferenças entre esta e a imprensa feminista surgida nos anos 1970.⁴⁷

A ordem do discurso, de Michel Foucault,⁴⁸ vem esclarecer um pouco mais sobre a questão do discurso como forma de poder e campo de disputa, o que vale também para a análise dos periódicos feministas. Nos discursos individuais, como nas entrevistas, ou nos coletivos, como nos jornais, percebemos a identificação de quem fala com um grupo determinado. Liberal, radical ou socialista, a ideologia do discurso está sempre presente e é ela que o constitui e o posiciona diante de um contexto mais amplo dentro de seu país de origem e no âmbito do movimento feminista internacional.

Considerando as possibilidades de circulação de discursos e troca de informações entre os grupos feministas no Brasil e na Argentina por meio dos principais temas abordados nos periódicos editados pelas feministas, quero pensar também, como Stuart Hall, os “aspectos de nossas identidades que surgem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e, sobretudo, nacionais”.⁴⁹ Será que *Persona* e *Brujas* estavam mais próximos por serem argentinos? E será que a aproximação deles com o internacional *Nosotras* era maior do que com os periódicos brasileiros?

Pretendo questionar as diferenças entre os discursos feministas nos dois países no sentido de uma abordagem lingüística e cultural, onde talvez possamos encontrar uma identificação maior entre os países que partilham de uma mesma língua – reavivando a idéia da “Pátria Grande” de Simon Bolívar, como uma grande nação de língua espanhola –, com suas heranças, mesmo que singulares, de uma mesma colonização. Não podemos deixar de observar, além disso, as diferenças culturais dentro de um mesmo país – quadro que se amplia quando pensamos nas relações internacionais.

Esta pesquisa traçará um esboço das redes encontradas nos depoimentos das feministas, além de rastrear outras teias que se emaranham dentro de um contexto compartilhado por ambos os países. Transitaremos entre leituras, falas e estratégias políticas para entender como as informações que circulam se aglutinam ou se distanciam, de acordo com o solo que encontram em cada país e em cada grupo feminista.

Para analisar esta questão central, a imagem das redes, buscarei o aporte de Joana Maria Pedro, que discute a criação de uma rede feminista de circulação de idéias, constituída

⁴⁷ BUITONI, Dulcília H. S. **Mulher de papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura F. A. Sampaio. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

⁴⁹ HALL. Op. cit. p. 8.

de maneira ampla na triangulação da trajetória da informação entre os Estados Unidos, a Europa e a América Latina. Essa visão torna-se mais acessível com a observação dos nomes e do conteúdo de periódicos que surgiram em meados da década de 1970 e afirmaram como sujeito as “mulheres”, no lugar da “mulher”, o que reforça a idéia de união das feministas na luta contra a opressão sofrida pelas mulheres, agindo no sentido da constituição de uma identidade própria e da demarcação desse novo sujeito político.⁵⁰

Sonia Alvarez também contribui ao sinalizar redes formadas no âmbito do próprio feminismo, mais próximas daquelas que busco alcançar com este trabalho. A autora, que pesquisa os feminismos latino-americanos e tem alguns trabalhos específicos sobre o Brasil, mostra que demandas, discursos e práticas políticas, assim como as estratégias de mobilização dos movimentos atuais podem estar amplamente espalhadas, às vezes permanecendo invisíveis no tecido social com suas redes político-comunicativas. Ao remontar os passos do feminismo no Brasil a partir do final da década de 1960, Alvarez aponta como práticas culturais e redes interpessoais da vida cotidiana sustentam os movimentos sociais na sua mobilização e dão novos significados culturais às práticas políticas e à ação coletiva.⁵¹

Sobre outras questões levantadas na abordagem específica das redes, buscarei trazer as reflexões de alguns autores sobre o conceito, como J.A Barnes,⁵² Jeremy Boissevain,⁵³ Ilse Scherer-Warren,⁵⁴ Manuel Castells⁵⁵, Elina Dabas e Denise Najmanovich,⁵⁶ entre outros, que comprovam a pluralidade na construção e na compreensão deste conceito, em visões que se multiplicam e alcançam os mais variados sentidos. Mas pretendo deixar claro que este trabalho buscará focalizar a “intencionalidade” das ações e o “desejo” da constituição de uma rede feminista, não comprovar sua real consolidação.

A imagem das redes será complementada por dois livros com propostas interessantes para esta análise. Kathy Davis escreve sobre como o livro *Our bodies, Ourselves* viajou através das fronteiras a partir dos primeiros anos 1970 e como ele foi traduzido e apropriado

⁵⁰ PEDRO, Joana Maria. Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noidonne - rede de divulgação feminista dos anos 70 e 80. In: WOLFF, Cristina (et alii). **Leituras em rede: gênero e preconceito**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007, p. 307-328.

⁵¹ ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

⁵² BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. (1969). In: BIANCO, Bela Feldman (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos**. São Paulo: Global Universitária, 1987, p. 167.

⁵³ BOISSEVAIN, Jeremy. “Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões. In: BIANCO, Bela Feldman. **Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos**. Global Universitária, 1987, p. 195-217.

⁵⁴ SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1996, p. 14-21.

⁵⁵ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. V. 1, 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

⁵⁶ DABAS, Elina; NAJMANOVICH, Denise (Comp.). **Redes el lenguaje de los vínculos**. 2 ed. Barcelona/Buenos Aires: Paidós, 2002.

localmente pelas mulheres dos mais de trinta países aonde chegou, em todos os continentes do globo. O outro livro, *Sisterhood is global*, organizado pela estadunidense Robin Morgan, apresentava o intuito de ser um dos formadores de uma grande rede mundial, reunindo os escritos de mulheres ao redor do mundo falando sobre a situação das mulheres em seus países. Acabou por levantar críticas a um projeto imperialista de mulheres brancas que queriam difundir seus valores próprios para as mulheres de todo o mundo. O livro conseguiu reunir depoimentos de mulheres de mais de setenta países, entre eles Argentina e Brasil, representados respectivamente por Leonor Calvera e Danda Prado, duas de nossas entrevistadas para o projeto sobre feminismos e ditaduras no Cone Sul.

O trabalho de Cláudia de Lima Costa é importante para pensarmos sobre a circulação de teorias dentro do campo feminista, levando em conta o trânsito entre o hemisfério Norte (emanador) e o hemisfério Sul das Américas (receptor de teorias).⁵⁷ Como contraponto a este argumento, Adriana Piscitelli fala sobre hierarquização e mostra que é preciso ter atenção quanto à apropriação de concepções feministas fora do âmbito em que elas se desenvolvem, pois as referências externas podem obscurecer a compreensão de como operam as práticas locais.⁵⁸ María Luisa Femenías⁵⁹ e Nelly Richard⁶⁰ também entram no debate, valorizando as reflexões produzidas pelas feministas em âmbito local e a não subordinação às idéias que chegam por meio dos materiais estrangeiros.

Em contato com algumas historiadoras e autoras argentinas, percebo uma visão peculiar com relação à posição do Brasil no contexto das ditaduras, vista por elas como mais “confortável”, menos dura e mais próxima dos Estados Unidos.⁶¹ As distinções passam também por questões lingüísticas e de origem, pois é fácil notar uma maior identificação entre autoras que relacionam em seus trabalhos Argentina e Uruguai,⁶² Chile e Peru,⁶³ ignorando ou

⁵⁷ COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo, tradução, transnacionalismo. In: _____, C. L. e SCHMIDT, Simone P. (Org.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Mulheres, 2004.

⁵⁸ PISCITELLI, Adriana. A viagem das teorias no embate entre práticas acadêmicas, feminismos globais e ativismos locais. In: MORAES, Maria Lygia Quartim de (Org.). **Gênero nas fronteiras do sul**. Campinas: Pagu/UNICAMP, 2005, p. 143-163.

⁵⁹ FEMENÍAS, María Luisa. Afirmación identitaria, localización y feminismo mestizo. In: _____. (Comp.). **Feminismos de París a La Plata**. Buenos Aires: Catálogos, 2006, p. 97-125.

⁶⁰ RICHARD, Nelly. **Intervenções críticas: Arte, Cultura, Gênero e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

⁶¹ Percebi isso em conversas com feministas argentinas em Buenos Aires, além de encontrar esse tipo de opinião em algumas entrevistas, como a de Leonor Calvera, Mirta Henault e Lucrecia Ollér.

⁶² GIL LOZANO, Fernanda. Las experiencias de la segunda ola del feminismo en Argentina y Uruguay. In: MORANT, Isabel (Dir.). **Historia de las mujeres en España y América Latina - del siglo XX a los umbrales del XXI**. Madrid: Editorial Cátedra, 2006.

⁶³ SALDAÑA, Margarita Iglesias. Mujeres en Chile e Perú: historia, derechos, feminismos, 1970-1990. In: MORANT, op. cit.

apenas mencionando o caso brasileiro, como se o Brasil fizesse parte de um outro universo, protegido pela língua e por outras relações, entre elas as econômicas.

Mesmo em âmbito maior, algumas publicações que dizem tratar de questões de gênero na América Latina acabam por excluir o Brasil, como é o caso do livro *De lo privado a lo público: 30 años de lucha ciudadana de las mujeres en América Latina*,⁶⁴ que anuncia trabalhos de brasileiras, não encontrados em seu interior.

Em dossiê da revista **Estudos Feministas**, Sonia Alvarez fala sobre a “autonomia engajada” dos meados da década de 80 e comenta a ação das feministas da seguinte maneira: “À medida que se desencadearam transições de governos autoritários para governos civis no Brasil, no Cone Sul e na Região Andina, outras ainda se afiliaram a partidos legais da oposição, mas o fizeram proclamando com orgulho suas identidades feministas [...]”.⁶⁵ Para quem pesquisa ou escreve do ponto de vista do Brasil é no mínimo curioso ler a frase acima, em que o país aparece como uma outra “entidade”, alheia ao Cone Sul, desconstruindo assim sua denominação geográfica.

Em trabalho anterior, no livro *Engendering Democracy in Brazil*, Alvarez já fazia semelhante afirmação, distinguindo novamente o Brasil do Cone Sul.⁶⁶ Em palestra recente, em 2007, na Universidade Federal de Santa Catarina, questionada por mim, ela reafirmou esta posição, dizendo que o Brasil de fato se vê como um país diferente dos outros. Este tipo de afirmação talvez seja reflexo da visão de uma teórica que pode ser considerada “brazilianista”, por analisar o país com olhos externos, fixados em parte no aporte teórico produzido nos Estados Unidos.⁶⁷

Minha proposta é abrir um outro tipo de percepção que permita ver às brasileiras/brasileiros, argentinas/argentinos, e a quem possa interessar, que as relações podem ser de divergência em inúmeras situações, mas que em outros tantos momentos partilhamos uma história bastante similar, apesar de cada qual pertencer a um contexto específico de feminismos e ditaduras.

Utilizando o argumento de Benedict Anderson, Stuart Hall aponta para as comunidades nacionais como sendo “comunidades imaginadas”, embora permeadas de

⁶⁴ LEBON, Nathalie e MAIER, Elizabeth (Org.). *De lo privado a lo público – 30 años de lucha ciudadana de las mujeres en América Latina*. México: Siglo XXI/UNIFEM/LASA, 2006.

⁶⁵ ALVAREZ, Sonia E. (et alii). Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Estudos Feministas**, vol. 11, n. 2. Florianópolis: CFH\CCE\UFSC, 2003, p. 541-575.

⁶⁶ ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil – women’s movements in transition politics*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990, p. 25 e 40.

⁶⁷ Atualmente Sonia E. Alvarez trabalha em Massachusetts, na UMass Amherst - College of Social and Behavioral Sciences.

significados e produtoras de identificação.⁶⁸ Os discursos sobre as identidades nacionais propõem que elas sejam constituídas em contraposição às diferenças; no caso específico dos feminismos na Argentina e no Brasil e do período em que se desenvolvem, as diferenças encontradas são múltiplas, passando por questões culturais como a língua, pela resistência às ditaduras militares e pelas próprias questões de gênero que emergem em meio a esse contexto. Mais do que isso, apesar do mito do Brasil “de costas” para a América do Sul, espero, em meio às diferenças, levantar semelhanças e continuidades que de certa forma unem esses feminismos e possibilitam a formação de uma rede de informação e solidariedade entre as mulheres que ingressaram nos grupos feministas nos países do Cone Sul, entre elas as brasileiras.

O conjunto de obras mencionado acima é de fundamental importância para a compreensão do contexto e de como circularam as idéias que se transformaram em ação política e social em ambos os países. Com a discussão desta bibliografia e o auxílio de outros materiais encontrados, além da interrogação das fontes aqui privilegiadas, pretendo inserir meu trabalho no amplo debate sobre os feminismos sul-americanos e suas relações internas, no sentido das especificidades de cada país, e externas, no âmbito transnacional.

Esta dissertação será apresentada em três capítulos, sendo que o primeiro trabalhará os testemunhos orais e escritos das protagonistas feministas dos anos pós-1968 no Brasil e na Argentina. O segundo capítulo traçará um panorama e fará um mapeamento das redes propriamente ditas, buscando seus caminhos nas estratégias usadas pelas feministas a partir dos anos 1970. O terceiro e último capítulo discutirá os periódicos como meio de divulgação das propostas e teorias feministas, analisando semelhanças e diferenças entre os temas, a temporalidade e a nacionalidade de cada grupo feminista editor, entre outras questões que surgiram no decorrer da pesquisa, buscando também rastrear a possibilidade da constituição de redes feministas em nível nacional e transnacional.

Alguns dos autores aqui privilegiados e suas contribuições aparecerão em mais de um capítulo, já que a questão das redes e as próprias discussões sobre os feminismos perpassam todo o trabalho. Algumas informações sobre a identificação das personagens também aparecerão em mais de um momento, para que a(o) leitora(or) se familiarize com elas no decorrer da leitura do trabalho.

⁶⁸ HALL, Op. cit., p. 51.

Analisando ditaduras, feminismos e suas relações, buscarei contribuir para ampliar a visão da importância das lutas sociais e específicas que originaram as idéias feministas que encontramos nos nossos dias, permeadas por questões atuais, mas trazendo também algumas continuidades dos anos embrionários de trocas e circulação. Então vamos lá...

1 MEMÓRIAS DO FEMINISMO: REPRESSÃO E INVISIBILIDADE⁶⁹

A história da revolução feminista que tomou corpo na década de 1970 está fortemente relacionada ao emblemático ano de 1968,⁷⁰ quando manifestações políticas e culturais eclodiram em várias partes do mundo, influenciando decisivamente as gerações que se seguiram a partir dali. Os ecos destas manifestações acabaram por levantar uma grande onda, que tiraria da estagnação uma parte da população até então vista como pouco importante nas sociedades ao redor do mundo, fazendo emergir a partir dela um novo sujeito social e político: as mulheres.

Se hoje pensamos e discutimos questões que envolvem gênero e desigualdade – culturalmente construída, é sempre bom lembrar – ainda latente entre os dois sexos da espécie humana, é porque tivemos um impulso motor com as feministas da chamada segunda onda, com seu auge naqueles anos. No Brasil e na Argentina não foi diferente.

Proponho por meio da análise dos testemunhos de algumas brasileiras e argentinas que protagonizaram aqueles anos de incipiência do movimento feminista em seus países, traçar um panorama das estratégias que seguiram para entender o quanto se aproximaram ou se distanciaram de seus objetivos, e também umas das outras, buscando a composição de um quadro de relações que demonstre por onde passavam os fios das redes feministas que começariam a se tecer a partir dali.

Para pensarmos proximidades e distanciamentos entre os dois espaços geopolíticos aqui analisados, o livro de Boris Fausto e Fernando Devoto, **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada contribui ao seguir a tipologia da história comparativa proposta por Marc Bloch, estudando e contrapondo semelhanças e diferenças entre sociedades próximas no espaço e no tempo. No entendimento dos autores, Brasil e Argentina são “[...] duas sociedades próximas no espaço, cujos processos históricos se desenvolvem no mesmo quadro temporal.”⁷¹ Isso nos instiga a avançar com as descobertas e comparações. Seguindo com os autores,

⁶⁹ Cf. VEIGA, Ana Maria. Memórias do feminismo: repressão e invisibilidade (Brasil e Argentina pós-1968). In: **História Oral**, v.10, n.1. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral/CNPq, 2007, p. 93-112.

⁷⁰ Certamente 1968 não se consolida como um ano isolado; a ebulição do contexto cultural e político de toda a década de 1960 culmina nas manifestações que movimentaram boa parte do mundo no mencionado ano. No Brasil especialmente, a ditadura militar instaurada em 1964 recrudescera em opressão aos brasileiros e brasileiras contrários ao novo regime com o Ato Institucional número 5 (AI-5), sancionado em 13 de dezembro de 1968.

⁷¹ FAUSTO e DEVOTO. Op. cit., p. 19.

[...] a história de cada um dos dois países esteve muito mais ligada aos centros políticos e econômicos do Ocidente que entre si. A procedência de distintas metrópoles coloniais, a diferença de idioma, o desenvolvimento econômico voltado para o exterior, num primeiro momento, a autarcia mais tarde, a pouca ou nenhuma integração das vias de comunicação foram fatores que contribuíram para essa relativa independência de um país em relação ao outro.⁷²

A mesma independência podemos observar com relação às redes feministas que se formaram a partir de teorias e informações externas ao espaço geográfico do Cone Sul. As feministas brasileiras e argentinas estavam muito mais ligadas no que vinha da Europa e dos Estados Unidos, como veremos a seguir.

Partindo da organização desses depoimentos procuro analisar, comparar e compreender estes discursos como falas provindas de lugares determinados, distintos, embora muitas vezes situados dentro de um mesmo grupo. Para isso escolhi trabalhar com entrevistas e com alguns materiais publicados por essas mesmas mulheres, que relatam parte dos movimentados anos 1970 nos dois países.⁷³

O livro de Elizabeth Jelin, *Los trabajos de la memoria*, trata da importância dos testemunhos orais para a reconstituição da memória como espaço de luta política sobre as ditaduras militares nos países do Cone Sul. Jelin vê na memória mais uma reconstrução do que uma lembrança e no testemunho a construção de memórias, o que implica uma pluralidade de vozes e a circulação de múltiplas “verdades”. A autora aborda as questões de gênero que permeiam as memórias da repressão.

[...] como en muchos otros campos de trabajo, a menos que se realice un esfuerzo conciente y focalizado para plantear preguntas analíticas desde una perspectiva de género, el resultado puede remitir a la visión estereotipada según la cual las mujeres sufren y los militares dominan.⁷⁴

⁷² FAUSTO e DEVOTO. Op. cit.

⁷³ Como o tema central deste trabalho é a formação de redes feministas, vale informar que eu também cheguei às minhas escolhas por meio de um tipo de rede. Buscando materiais sobre o feminismo na Argentina conheci Fernanda Gil Lozano, que orientou meu trabalho de campo em Buenos Aires, indicando lugares, pessoas e leituras e me apresentando às feministas que ela conhecia, protagonistas dos primeiros grupos naquele país. Por outro lado, cheguei a Lucrecia Ollér (que me apresentou Blanca Irbalucía) por intermédio de uma amiga em comum aqui do Brasil. Quanto às entrevistas brasileiras, foram realizadas por professoras do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC, do qual faço parte. Portanto as fontes às quais cheguei foram aquelas que se tornaram viáveis. A pesquisa foi feita sobre o material que pude produzir ou alcançar.

⁷⁴ “Como em muitos outros campos de trabalho, a menos que se realize um esforço consciente e focalizado para estabelecer perguntas analíticas a partir de uma perspectiva de gênero, o resultado pode remeter à visão estereotipada, segundo a qual as mulheres sofrem e os militares dominam.” (Tradução livre). JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. 2 ed. Buenos Aires: 2002, p. 100.

Nesta linha de pensamento, Jelin aponta para a vitimização das *Madres de Plaza de Mayo* e outras mulheres ligadas aos presos-desaparecidos diante da ditadura masculinizada representada pelas figuras dos “machos militares”, seguindo suas palavras. A autora enfatiza ainda o enfoque já tradicional no feminismo de fazer visível o invisível ou de dar voz àquelas que não a têm.

Las voces de las mujeres cuentan historias diferentes a las de los hombres, y de esta manera se introduce una pluralidad de puntos de vista. Esta perspectiva también implica el reconocimiento y legitimación de “otras” experiencias además de las dominantes (en primer lugar masculinas y desde lugares de poder). Entran en circulación narrativas diversas: las centradas en la militancia política, en el sufrimiento de la represión, o las basadas en sentimientos y en subjetividades. Son los “otros” lados de la historia y de la memoria, lo no dicho que se empieza a contar.⁷⁵

No Brasil, vários nomes despontaram no cenário das reivindicações por igualdade, mesmo sem a identificação imediata com o feminismo – termo considerado então como ofensa ou xingamento proferidos pelo desejo de invalidar os protestos das mulheres que não iriam mais se calar. As feministas seriam então as “feias”, “lésbicas” e “mal-amadas” que, sem a proteção e o interesse dos homens, saíam às ruas para gerar desordem e gritar palavras sem sentido algum para uma sociedade hierarquizada pelo gênero, sob o domínio masculino.

Afinal, o que elas queriam? Num momento em que a palavra de lei para os grupos de esquerda era “luta de classes” – termo marxista de conotação originalmente econômica – quem eram essas mulheres que ousavam denunciar outro tipo de opressão? Heleieth, Moema, Maria Lygia, Danda, Santinha... tantas outras que fizeram história e, mais que isso, semearam consciência também para outras mulheres, numa grande rede que foi se emaranhando em outros fios, para além das fronteiras nacionais.

Para Sonia Alvarez, “[...] nos anos 70 e 80 os brasileiros foram testemunhas do surgimento e desenvolvimento do maior, mais diverso, mais radical e mais bem sucedido movimento de mulheres na América Latina.”⁷⁶ Quem sabe possa se tornar viável a confirmação desta visão cercada de otimismo na análise dos depoimentos de algumas das responsáveis pelos acontecimentos que geraram esse momento...

⁷⁵ “As vozes das mulheres contam histórias diferentes das dos homens e desta maneira se introduz uma pluralidade de pontos de vista. Esta perspectiva também implica o reconhecimento e legitimação de ‘outras’ experiências além das dominantes (em primeiro lugar masculinas, partindo de lugares de poder). Entram em circulação narrativas diversas: as centradas na militância política, no sofrimento da repressão ou as baseadas em sentimentos e em subjetividades. São os ‘outros’ lados da história e da memória, o não dito que se começa a contar.” (Tradução livre). Ibidem.

⁷⁶ ALVAREZ, Sonia E. **Engendering Democracy in Brazil** – women’s movements in transition politics. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990, p. 22.

Ao olharmos para a vizinha Argentina, encontramos lá outras protagonistas: Mirta, Sara, Leonor, Dora, Blanca, María Elena, Lucrecia... Brasileiras e argentinas poderiam não ter nada em comum, não fosse a mesma luta pela igualdade, que ganhou especificidade no contexto mais amplo das ditaduras militares que varreram os países sul-americanos nesse mesmo período.

As memórias dessas mulheres se constituíram de experiências de vida em um contexto de repressão militar e civil. Além disso, a opressão vinha também da própria construção de gênero e sua hierarquia dentro da sociedade, motivo pelo qual se tornaram feministas. As escolhas e as ações podem ser vistas como respostas à demanda de um contexto. Suas restrições e estratégias também se orientaram de acordo com as normas desse quadro mais amplo. Além da descoberta de uma mesma necessidade, trabalhada com as ferramentas forjadas pelo feminismo, um cenário obscuro e conturbado por ameaças e incertezas completou o quadro de um momento delicado e inesquecível para elas.

Movida pelo interesse em ver mais de perto como se davam as relações e a rede de circulação de informações e teorias que se criava com a leitura de materiais nacionais e estrangeiros e a publicação de discursos sobre temas semelhantes, busquei, nos depoimentos de feministas brasileiras e argentinas que protagonizaram esses primeiros anos, elementos para pensar o feminismo como movimento, nas suas continuidades e rupturas.

Como rememoração de uma semente lançada há mais de quarenta anos, proponho uma pausa para escutarmos o que têm a dizer essas protagonistas do movimento feminista e perceber como seus discursos se aproximam e se afastam, traçando diversas possibilidades para as estratégias feministas e deixando vazar seus pontos de ruptura e divergência, assim como esquecimentos, omissões e contradições que fazem parte da documentação erigida sobre testemunhos orais.

De acordo com Alessandro Portelli, não há “uma só e acertada visão dos fatos”, um evento gera múltiplas visões, múltiplos relatos e interpretações. “A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias”.⁷⁷

Os discursos escritos e transcritos são colocados aqui em um mesmo patamar, como testemunhos e escolhas narrativas. Certamente apresentam diferenças e contradições, que constituem campos e estratégias de luta, de acordo com certas redes de relações e interesses que buscarei apontar.

⁷⁷ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Tempo**. Dossiê teoria e metodologia. V. 1, n. 2. Rio de Janeiro: UFF/Relume Dumará, 1996, p. 72.

Ao falar de si e de todo um contexto, essas vozes permitem entrecruzar informações e pontos de vista, numa escala comparativa que possibilita a compreensão dos campos de relações e influências que guiaram as trajetórias destas mulheres. A “teia” feminista se faz mais visível, assim como as trocas ou fontes comuns que alimentaram suas reflexões, tanto no Brasil quanto na Argentina.

Quero compreender como se constituíam essas relações, além das semelhanças e das diferenças nas estratégias criadas e a formação de uma rede de circulação de discursos e teorias entre os dois países – considerados periféricos –, formando uma triangulação do Cone Sul com os pontos geográficos considerados centrais – Europa e Estados Unidos.

Sonia Alvarez atenta para a especificidade das feministas da segunda onda na América Latina, que afirmaram a necessidade do engajamento na “luta geral” por justiça e contra os modelos de capitalismo implantados pelos militares e seus aliados da classe dominante nas décadas de 1960 e 70.⁷⁸

Céli Pinto argumenta que enquanto na Europa e nos Estados Unidos os cenários eram de efervescência política, revolução de costumes e renovação cultural, no Brasil o clima era de ditadura, repressão e morte.⁷⁹ Também na visão de Anette Goldberg, a ditadura militar influenciou negativamente quanto ao

[...] campo de possibilidades para o aparecimento de um movimento de liberação semelhante àquele que vinha mobilizando no mesmo período, em sociedades liberais *avançadas* (grifo meu), mulheres de mesma geração e camada social, com trajetórias e questionamentos “identitários” muito semelhantes aos de muitas jovens brasileiras das camadas médias urbanas.⁸⁰

O mesmo podemos dizer da Argentina, trocando apenas a ditadura pelo terror dos grupos paramilitares no período entre ditaduras, onde se situa o começo dos anos 1970. A *Unión Feminista Argentina – UFA* –, formada em 70, viveu momentos de intensa movimentação, como nos conta Leonor Calvera, que passava todo seu tempo disponível, das 18h às duas da manhã, dentro da sala cedida ao grupo por uma das componentes no bairro Chacarita, em Buenos Aires. Promoviam atividades, grupos de consciência, traduziam materiais importados, até chegar 1973, ano em que o peronismo alcançou novamente o poder

⁷⁸ ALVARES, Sonia E. A ‘globalização’ dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 386.

⁷⁹ PINTO, Céli R. J. O novo feminismo nasce na ditadura. In: _____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 43.

⁸⁰ GOLDBERG, Anette. Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil”. In: **Relações de gênero x relações de sexo**. Depto. de Sociologia – área de pós-graduação. Núcleo de estudos da mulher e relações de gênero, 1989, p. 13-14.

e os grupos paramilitares entraram em ação, passando a reprimir manifestações e reuniões de pessoas que pudessem parecer suspeitas, identificadas com o comunismo.⁸¹ A partir de 1976 os grupos efetivamente deixaram de existir, por causa das pressões da ditadura. As reuniões passaram a ser mais raras e escondidas, já com poucas participantes. Uma longa espera viria pela frente.

No Brasil, apesar do regime militar, é em 1972⁸² que nós encontramos as primeiras formações de grupos,⁸³ mas sempre com muita discrição. Só em 1975, com a intervenção da ONU e a criação do Ano Internacional da Mulher, abrindo a chamada Década da Mulher, foi que as feministas aproveitaram o incentivo oficial para se reunirem e começarem a publicar jornais. Estava aberto um canal de expressão que não sofreria tanto com os horrores da ditadura, mesmo tendo que driblar temas proibidos e muitas vezes passar pela censura do governo e do bom senso (necessário à época) de suas editoras. Portanto, os feminismos no Brasil e na Argentina surgiram em condições específicas que afetariam decisivamente seus desempenhos e suas histórias.

1.1 OS TESTEMUNHOS E SUAS POSSÍVEIS HISTÓRIAS

Quando o material disponível para uma pesquisa histórica é constituído de depoimentos, sejam eles orais ou escritos, a primeira questão que se apresenta é a importância desse material para o trabalho historiográfico e, dentro dele, quais os pontos mais relevantes para análise, crítica e compreensão. Na sobreposição constante do passado ao tempo presente e também na via inversa, nos silêncios, nas falas ressentidas, nas comparações e auto-afirmações, os discursos se apresentam e se preenchem como um todo; o todo possível, o lembrado, o escolhido. Um caminho viável é transitar entre a racionalidade individual e a identificação coletiva, inscrevendo essas memórias no contexto das relações sociais e políticas. A posição de cada uma dessas mulheres e as relações com as demais companheiras e com o grupo varia de acordo com a alternância dos pontos de vista, voltados para si, para as outras e para os grupos.

⁸¹ CALVERA, Leonor. Entrevista. Op. cit.

⁸² “Em 1972, a advogada Romy Medeiros realizou um congresso, promovido pelo Conselho Nacional da Mulher, liderado por ela.” PEDRO, J. M. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, v. 26, 2006, p. 249-272.

⁸³ Os primeiros grupos de reflexão em São Paulo teriam surgido em 1972, um deles formado por Walnice Nogueira Galvão e outro por Branca Moreira Alves. De acordo com PINTO, op. cit.

Ao mesmo tempo em que tomo as entrevistas e as narrativas escritas como discursos simultâneos – no passado e também no presente – de mulheres que viveram e atuaram no campo do feminismo e na resistência aos regimes militares, por outro lado não é possível desconsiderar a cronologia relacionada às emoções e às escolhas narrativas que encontramos em tais falas. Os motivos que levaram à lembrança de fatos e detalhes possivelmente não estariam presentes em outra temporalidade, portanto os discursos que aparecem nas entrevistas podem divergir, ao menos em parte, daqueles registrados nas páginas dos livros, mais elaborados, editados e revisados.

Estamos circulando por diferentes momentos da história dessas mulheres: aquele vivido nos anos 1970; o momento da escrita dos livros, a maioria na década de 1980; e por último o da realização das entrevistas, a partir de 2005. São três períodos distintos, separados por décadas, mas que remetem a um mesmo contexto. A distância dos fatos, as perspectivas do presente e do futuro também dão as tintas das narrativas construídas a partir de suas memórias, talvez mais do que a mera lembrança dos acontecimentos. Além disso, numa entrevista a lembrança emotiva pode muitas vezes se sobrepor à racionalidade.

A militância e os discursos escritos são o legado dessas mulheres para uma história que teima em apagar seus registros. Por meu lado, o que busquei foi trazê-los à tona mais uma vez, tentar entender com olhos do presente o que significou a contribuição das mulheres que militavam no feminismo dos anos 1970 para a continuidade das reivindicações atuais.

Procurei analisar criticamente cada depoimento sob vários aspectos, desde o fator social de cada uma das personagens, seu país de origem, sua posição política no período, a militância de ação ou intelectual/teórica, o direcionamento do discurso, o falar de si... Cada ponto colocado em relação com outros, na busca de histórias possíveis, de discursos situados dentro de um contexto, ao lado de outros, todos plenos de sentido e intenção.

Sobre as entrevistas com as feministas argentinas, cinco delas foram realizadas por mim entre fevereiro e março de 2007,⁸⁴ portanto trago na memória aquilo que ouvi e gravei, mas também a imagem de olhos brilhantes e saudosos daqueles tempos vividos sobretudo com paixão.

⁸⁴ São elas as entrevistas com Mirta Henault, Sara Torres, Leonor Calvera, Lucrecia Ollér e Blanca Irbalucía.

1.2 FRAGMENTOS DO FEMINISMO

As capas do periódico *Muchacha* e do livro *Las mujeres dicen basta* ilustram a primeira página da revista argentina *Brujas* de outubro de 2006. Esta publicação faz um balanço do chamado Feminismo Socialista nos anos 70.



Mirta Henault fazia parte do grupo *Nueva Mujer* e foi uma das responsáveis pela publicação do mencionado livro, onde assina o artigo “*Las mujeres y los cambios sociales*”. Nele, Mirta destaca o profundo condicionamento das mulheres para que suportem sua forma de vida alienada, enquanto os homens compõem a elite de técnicos e dirigentes que explora o mundo. Só as mulheres poderiam fazer a revolução “nos cimentos da sociedade”, que levaria com ela toda a humanidade.⁸⁵ Esta visão se contrapõe àquela dos partidos políticos de esquerda que vislumbravam no fim da questão de classes também a emancipação das mulheres, portanto descartavam a necessidade de uma luta específica. Para Mirta Henault,

*Una revolución no puede ser llamada como tal si no transforma las formas tradicionales de la vida cotidiana que involucran la esclavitud de las mujeres en el hogar conservándolas en la servidumbre doméstica y impidiendo su desarrollo cultural como sujetos autónomos.*⁸⁶

⁸⁵ HENAULT, Mirta; MORTON, Peggy; LARGUÍA, Isabel. **Las Mujeres Dicen Basta**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Mujer, 1970, p. 17.

⁸⁶ “Uma revolução não pode ser chamada como tal se não transforma as formas tradicionais da vida cotidiana que mantêm a escravidão das mulheres dentro do lar, conservando-as na servidão doméstica e impedindo seu desenvolvimento cultural como sujeitos autônomos.” (Tradução livre). *Ibidem*, p. 24.

Sem criticar diretamente os partidos políticos, Mirta deixa clara a invalidação de qualquer luta política que não contemplasse a opressão sobre as mulheres. Lamenta o retrocesso russo nesse sentido, depois do avanço alcançado por Lênin, e completa dizendo que a ação revolucionária das mulheres representa a revolução mais profunda, autêntica e necessária para a realização da espécie humana.⁸⁷

O discurso apresentado acima dá o tom da militância crítica da década de 1970 na Argentina, onde muitas “mulheres políticas”⁸⁸ tinham pensamento autônomo dentro dos partidos no que se referia ao tema mulheres e opressão. Mirta Henault atenta para o fato de que a ação reivindicativa das mulheres chegou à Argentina no começo dos 70, um momento em que aumentavam os conflitos com os militares.⁸⁹

Alejandra Vassalo denuncia que a historiografia argentina ignora a origem e as ações do feminismo no início dos anos 1970, considerando-o um movimento de poucas, encabeçado por duas mulheres de elite – María Luisa Bemberg e Gabriella Christeller. Mas Vassalo argumenta que o feminismo em seu país surgiu no período entre dois governos militares, o de Juan Carlos Onganía, em 1966, e o de Jorge Rafael Videla, em 1976, e que, antes da instituição pela ONU do Ano Internacional da Mulher, vários grupos feministas organizados já traçavam suas estratégias de ação,⁹⁰ chegando a se unir em uma frente feminista – a *Frente de Lucha por la Mujer (FLM)* – para as comemorações e reivindicações do Ano.⁹¹

De volta a Mirta Henault, a leitura que mudou sua cabeça foi “*Las mujeres, la revolución más larga*”, artigo da psicanalista britânica Juliet Mitchell, que Mirta traduziu pela recomendação de um amigo para as discussões de seu grupo de mulheres; o texto a fez refletir sobre a realidade das mulheres nos grupos de esquerda.⁹² O ensaio de Mitchell, publicado originalmente em 1966, com o título “*Women, the longest revolution*”, foi traduzido no Brasil

⁸⁷ Ibidem, p. 40.

⁸⁸ “Mujeres políticas” é um termo usado na Argentina para designar mulheres filiadas a partidos políticos de esquerda naquele período.

⁸⁹ HENAULT, Mirta. “Nueva Mujer”, In: **Brujas**, año 25, n. 32. Buenos Aires, octubre, 2006.

⁹⁰ Eram eles UFA – Unión Feminista Argentina; MLF – Movimiento de Liberación Feminina, que depois virou OFA – Organización Feminista Argentina; MOFEP – Movimiento Feminista Popular; e ALMA – Asociación para la Liberación de la Mujer Argentina.

⁹¹ VASSALO, Alejandra. “Las mujeres dicen basta”: movilización, política y orígenes del feminismo argentino en los '70. In: ANDÚJAR, Andrea et alii (Orgs.) **Historia, género y política en los '70**. Buenos Aires: Feminaria, 2005. p. 61-88. Livro eletrônico disponível em www.feminaria.ar.

⁹² HENAULT, Mirta. Entrevista a Ana Maria Veiga. Buenos Aires – Argentina, 23.02.2007. Transcrita por Soraia Mello. Acervo do LEGH/UFSC.

em 1967 com o nome “Mulheres: a revolução mais longa” e publicado na revista **Encontro com a Civilização Brasileira**, também conhecida apenas como **Civilização Brasileira**.⁹³

Reunindo-se com algumas companheiras, Mirta Henault percebeu que a subjetividade feminina começava a mudar. As mulheres precisavam ser *personas*. De marxista, tornou-se feminista, de acordo com suas palavras.⁹⁴ A partir daí, em um momento de grande atividade, *Nueva Mujer*, seu grupo de mulheres de esquerda, resolveu aderir à *Unión Feminista Argentina* – UFA. Foi um momento de aproximação que durou pouco com um tipo de feminismo mais radical, já que as componentes da UFA queriam se manter distantes das questões políticas que não envolvessem diretamente as reivindicações específicas das mulheres.

Essa necessidade de distância é explicitada por uma das fundadoras do grupo, Leonor Calvera: “Falamos que não podia haver uma dupla militância, que se podiam militar em um partido político já não podiam ser feministas. Em algum momento se tinha que priorizar as ordens do partido ou o que tínhamos que fazer como feministas.”⁹⁵ Esta questão esteve muito presente nos grupos feministas e nas discussões dentro dos partidos políticos, onde muitas militantes buscavam levar para a pauta as questões específicas das mulheres, isso nos dois países.

Mesmo quem não pertencia ao grupo sabia da existência e das atividades da UFA. É o que podemos observar no depoimento de outra argentina militante política de esquerda, Nora Polido. “[...] havia uma organização feminista em Buenos Aires: UFA – União Feminista Argentina. [...] começaram a estudar, a fazer grupos de reflexão, de consciência feminista. [...] era um grupo que se considerava pioneiro, mas não era grande.” Polido afirma que o grupo da UFA obteve certo crescimento, mas considera que nessa época tudo crescia.⁹⁶

Hilda Hais, uma das componentes do que chamou a primeira fase da UFA, explica que em 1973 houve uma ruptura no grupo, que chegou a ter mais de setenta componentes. Ela conta que só cinco mulheres continuaram com a UFA na segunda etapa. Hilda diz que durante a primeira etapa, as lésbicas (ela se inclui) ocultavam sê-lo e eram muitas. De acordo com ela, era difícil assumirem-se na Argentina do começo dos 70, sem contar as conseqüências disso

⁹³ Sonia Alvarez comenta que este artigo circulava em diversos lugares da América Latina como clandestino e era bastante discutido pelas mulheres dos grupos de esquerda. “A ‘globalização’ dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio.” Op. cit.

⁹⁴ HENAULT, Mirta. Entrevista, op. cit.

⁹⁵ CALVERA, Leonor. Entrevista concedida a Ana Maria Veiga. Buenos Aires – Argentina, 01.03.2008. Transcrita por Ana M. Veiga. Acervo do LEGH/UFSC.

⁹⁶ POLIDO, Nora. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Buenos Aires – Argentina, outubro de 2006. Acervo do LEGH/UFSC.

para o movimento feminista, cujas militantes sempre eram atacadas por este rótulo. Esconder a preferência sexual era como uma “*estrategia contaminada por la opresión específica*.”⁹⁷

De acordo com Alejandra Vassalo, UFA havia adotado o feminismo radical como inspirador de suas reivindicações.

[...] *las militantes de UFA se reconocían en una serie de escritos emblemáticos de los sectores más radicalizados del feminismo contemporáneo – aquel que había tenido que lidiar con la práctica y la teoría de la izquierda y la nueva izquierda – y fue en diálogo con ellos que elaboraron su propio programa.*⁹⁸

Segundo a autora, como leitura básica das componentes deste grupo estavam Kate Millett,⁹⁹ Shulamith Firestone,¹⁰⁰ Juliet Mitchell¹⁰¹ e Carla Lonzi.¹⁰²

Mirta Henault também afirma que os grupos feministas foram influenciados pela teoria política das mulheres dos Estados Unidos e Europa, de onde muitas vinham para falar sobre suas ações, algumas incompatíveis com a situação argentina, abalada neste período pela ação do grupo paramilitar de extrema direita conhecido como *Triple A – Alianza Anticomunista Argentina*. Ela foi uma das tantas ameaçadas de morte por este violento grupo. Portanto as influências estrangeiras estavam presentes, mas ganhavam outro sentido, ou até mesmo o perdiam, no contexto repressivo da Argentina. Mas, e no Brasil?

Sonia Alvarez nos dá o parâmetro da constituição dos movimentos de mulheres no Brasil dos primeiros anos de ditadura.

*In the 1970s, State repression, exclusionary politics, and economic crisis led Brazilian women to formulate strategic and practical gender interests quite distinct from those advanced by second-wave women’s movements in central capitalist nations. And, significantly, generic claims were couched in the language of Marxism and class struggle, then prevalent among the radical sectors of the opposition from which many women’s organizations emerged.*¹⁰³

⁹⁷ HAIS, Hilda apud CHEJTER, Silvia. **Travesías** Año 4, n. 5 – temas del debate feminista contemporáneo. Feminismo por feministas: fragmentos para una historia del feminismo argentino 1970-1996. III – Los Setenta. Buenos Aires: CECYM, 1996, p. 23.

⁹⁸ “As militantes da UFA se reconheciam em uma série de escritos emblemáticos dos setores mais radicalizados do feminismo contemporâneo – aquele que havia tido que lidar com a prática e a teoria da esquerda e da nova esquerda – e foi em diálogo com elas que elaboraram seu próprio programa.” (Trad. livre). VASSALO, op. cit.

⁹⁹ MILLETT, Kate (estadunidense). **Sexual Politics** (1970).

¹⁰⁰ FIRESTONE, Shulamith (canadense). **The Dialectic of Sex** (1970).

¹⁰¹ MITCHELL, Juliet (neo-zelandesa). “Women: the longest revolution” (1966).

¹⁰² LONZI, Carla (italiana). **Sputiamo su Hegel** (1970).

¹⁰³ “Nos anos 70, a repressão do Estado, a política de exclusão e a crise econômica levaram as mulheres brasileiras a formular interesses de gênero estratégicos e práticos bastante distintos daqueles adiantados pelos movimentos de mulheres da segunda onda nas nações capitalistas centrais. E, significativamente, as reivindicações relacionadas ao gênero foram baseadas na linguagem do marxismo e na luta de classes, então predominantes entre os setores radicais da oposição, de onde emergiram muitas organizações de mulheres.” (Tradução livre). ALVAREZ, Sonia E. **Engendering Democracy in Brazil – women’s movements in transition politics**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990, p. 83.

A brasileira Heleieth Iara Bongiovani Saffioti foi uma das mulheres influenciadas por essa tendência marxista de se olhar para as questões relacionadas às mulheres. Saffioti escreveu em 1966 o livro lançado apenas em 1969 – **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Estudou Marx e Lukács sozinha. Depois escreveu também **O Poder do Macho**, que foi publicado nos EUA e bastante resenhado na Europa. Quanto a outras autoras marxistas que escreveram sobre a opressão da mulher, Saffioti comenta:

[...] não há assim uma sistematização, os aspectos do capitalismo que acabam complicando a vida da mulher, ao contrário de tudo que se tinha dito até aquele momento e eu continuo defendendo aquela tese [...], mas claro que há coisas que eu não escreveria mais ou escreveria de outra maneira.¹⁰⁴

Heleieth Saffioti foi pioneira, dentro e fora do Brasil. Custou a se autodenominar feminista, pois as pressões sociais sobre o termo eram bastante pesadas, mas com o passar do tempo e as conquistas dos grupos, esse encontro foi inevitável. Ela foi um ponto de partida e referência para grande parte das feministas brasileiras.

[...] eu tomei consciência que eu tinha que assumir, mesmo que eu tivesse que explicar em todos os lugares que o meu feminismo não tinha nada a ver com o feminismo radical americano, que queria uma sociedade só de mulheres, e era o que eu fazia, explicava sempre, era terrível ser tachada de feminista, que aí era sapatão na hora, era a primeira coisa que acontecia.¹⁰⁵

A associação de um “rótulo” vinculado à sexualidade – no caso à homossexualidade – com o feminismo, acabou por reprimir a adesão de muitas mulheres à luta aberta pela igualdade de gênero e era usado como argumento final por uma sociedade falocrática, no sentido de invalidar essas idéias consideradas pouco importantes ou irrelevantes, que questionavam valores sociais solidamente estabelecidos. De acordo com Joana Maria Pedro, a adjetivação pejorativa da palavra já vem de outros tempos.

Durante muito tempo ser feminista foi considerado como sinônimo de ser feia, mal-amada, masculinizada e ressentida. Jornais do início do século XX, na primeira onda feminista, eram enfáticos em afirmar tal coisa. A palavra “feminismo” esteve por muito tempo – e talvez até os dias de hoje – cercada de conotações desqualificantes.¹⁰⁶

¹⁰⁴ SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro. São Paulo – SP, 02.08.2005. Acervo do LEGH/UFSC.

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ PEDRO, Joana Maria. “Os sentimentos do feminismo”. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder e PARENTE, Temis Gomes (orgs.). **História e sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

Maria Lygia Quartim de Moraes admite que para ela também não foi tarefa fácil se assumir feminista e nem pensava nisso antes do exílio; a luta armada era mais importante que o feminismo no início da década de 1970.¹⁰⁷ Ana Maria Colling, que pesquisa as militantes na oposição à ditadura militar brasileira comenta que “A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição, e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões sociais estabelecidos para os dois sexos.”¹⁰⁸

Com relação a seu argumento, questiono apenas a visibilidade dessas mulheres. Até que ponto elas eram mesmo alvos da repressão militar? Com o passar do tempo e diante da potencialidade de suas manifestações, as feministas tornaram-se visadas pela esquerda, que logo percebeu o grande potencial dos encontros realizados por elas.

Segundo Maria Moraes (nome pelo qual era conhecida como militante), o machismo acabou por proteger as mulheres no período da ditadura, pois a polícia não dava crédito à competência e à importância delas nas organizações. Dentro dos agrupamentos de esquerda, já nos meados dos anos 70, a pressão era grande por causa da dupla militância.¹⁰⁹ As militantes com duplo interesse buscavam conciliar suas necessidades específicas com a necessidade de uma transformação social geral, criando assim uma tensão entre o geral e o específico.¹¹⁰ As mulheres acabaram tendo uma participação fundamental na luta contra as ditaduras; estavam lá e agiam, mesmo não sendo oficialmente consideradas, aliás, tanto não eram consideradas, que puderam agir.

Sem enfrentar problemas financeiros, Moraes rumou para o exílio no Chile em 1971, onde fez os primeiros contatos com as novas idéias vindas dos Estados Unidos e da Europa. Em seguida partiu para Paris, depois do golpe contra Allende em 1973. Em 1975 voltou para o Brasil e só então se envolveu com grupos feministas, passando a fazer parte da editoria do primeiro jornal a se autodenominar feminista, o **Nós Mulheres**, contemporâneo de **Brasil Mulher**, que circulou a partir de 1976.¹¹¹ No grupo, ela conta que podiam discordar entre si quanto às teses feministas, mas concordavam sempre com relação à postura marxista. Muitas de suas componentes haviam voltado do exílio.

¹⁰⁷ MORAES, Maria Lygia Quartim de. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. Florianópolis – SC, 28.03.2007. Acervo do LEGH/UFSC.

¹⁰⁸ COLLING, op. cit, p. 96.

¹⁰⁹ MORAES, Maria Lygia Quartim de. **A experiência feminista dos anos 70**. Araraquara: UNESP, 1990.

¹¹⁰ ALVAREZ, S. E. **Engendering democracy in Brazil**. Op. cit. p. 96.

¹¹¹ MORAES, Maria Lygia Quartim de. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. Florianópolis – SC, 28.03.2007. Acervo do LEGH/UFSC.

Como Mirta Henault, Maria Moraes fala que também foi ameaçada por um dos grupos equivalentes à *Triple A* no Brasil – a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), antes de partir para o exílio.¹¹² A ameaça dizia que a proteção com que ela contava pelos bons relacionamentos da família poderia acabar: “[...] você tem uma filha né? Cuidado com a sua filha! Entende? Era um negócio assim. Eu sentei e falei: caramba!”¹¹³ O outro grupo que espalhava o terror extra-oficial a partir do recrudescimento da ditadura, mas principalmente até meados da década de 1970 era o CCC – Comando de Caça aos Comunistas; junto com a AAB, este grupo paramilitar promovia invasões a teatros, atentados a bomba e o desaparecimento de inúmeros “subversivos comunistas”.¹¹⁴

É importante observarmos que Maria Lygia Quartim de Moraes era de esquerda, tinha ligações com a Ação Libertadora Nacional – ALN – e um irmão dentro da Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR. Assim como outras feministas brasileiras, Maria Moraes foi ameaçada por ser de esquerda, não por ser feminista, ao contrário de algumas argentinas, como veremos depois.

No livro **A experiência feminista dos anos 70**, Moraes aponta trocas entre Rio de Janeiro e São Paulo. Notícias chagavam a São Paulo, vindas do Centro da Mulher Brasileira no Rio.¹¹⁵ Segundo ela, o outro jornal feminista do mesmo período de **Nós Mulheres**, o **Brasil Mulher**, se propunha a falar dos problemas comuns a todas as mulheres do mundo, o que nos faz pensar em uma rede de relações, ao menos na sua intenção. A distribuição do **Nós Mulheres** era feita em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Rio de Janeiro,¹¹⁶ provavelmente tomando como ponto de partida a designação pela ONU da Década da Mulher (1975 a 1985), cuja notícia chegou aos principais centros urbanos brasileiros.

De acordo com ela, as militantes que moraram no exterior puderam conhecer mais profundamente a literatura feminista, como Juliet Mitchell, já citada pela argentina Mirta Henault. Nos grupos de esquerda, as ex-exiladas eram vistas como as “francesas”. Sonia Alvarez comenta que, com o passar do tempo, foram aceitas pela inovação das estratégias que traziam com a experiência do feminismo europeu, entre elas a questão da autonomia de movimento e as reflexões sobre a dupla militância.¹¹⁷ Na Argentina também havia o preconceito das que foram sobre as que ficaram e vice-versa. Leonor Calvera nos conta:

¹¹² Ibidem.

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ Disponível em: www.brasilcultura.com.br, acessado em 01.07.2008.

¹¹⁵ MORAES. Op. cit.

¹¹⁶ Ibidem, p. 24.

¹¹⁷ ALVAREZ, S. E. **Engendering democracy in Brazil**. Op. cit. p. 127.

As que ficaram na ditadura eram mal vistas por aquelas que foram para o exterior durante a ditadura. As que vinham do exterior, que tiveram maior possibilidade econômica de ir, de repente nos olhavam como colaboracionistas, quando nós tínhamos ficado com um terror espantoso.¹¹⁸

As que ficaram, no caso específico da Argentina, sofreram uma espécie de “exílio interno”,¹¹⁹ buscando seguir de maneira reservada e clandestina com as reuniões e as discussões sobre a situação das mulheres, agravada pela repressão militar.

Céli Pinto atenta para uma diferença fundamental entre as brasileiras no exílio e as que se organizavam no país: no exterior podiam ocupar o espaço público para debater suas questões e atuar politicamente (embora também realizassem encontros em espaços privados), enquanto que no Brasil se encontravam apenas no âmbito privado, sigilosamente, até o ano de 1975.¹²⁰ A exposição diante do regime militar podia ser bastante perigosa.

Maria Moraes comenta que duas editoras do periódico **Nós Mulheres**, ameaçadas de morte por órgãos parapoliciais, tiraram seus nomes das páginas da publicação, num ato de proteção também às companheiras. Na Argentina, pude encontrar um caso totalmente diverso. Sara Torres nos conta que, tendo sido ameaçada publicamente pela *Triple A*, María Elena Oddone não abriu mão de ir a um encontro de bairro onde estariam mais de quarenta pessoas que corriam risco de prisão. Oddone sustentou que não tinha nada a temer; as outras ameaçadas, por precaução, tiveram que ir embora do evento.¹²¹

Abro parêntesis para observar que mesmo María Elena Oddone, que era considerada de direita por outras feministas, também foi ameaçada pela *Triple A*, ou seja, algumas mulheres argentinas eram perseguidas apenas por serem feministas. Ressalto mais uma vez que esta é uma diferença marcante entre os feminismos dos dois países investigados.

Segundo suas contemporâneas feministas, Oddone fazia as coisas de acordo com suas decisões próprias, desconsiderando o consenso proposto pelos grupos feministas, que almejavam as chamadas “relações horizontais” de poder, em contrapartida às relações hierárquicas dos âmbitos de poder masculinizados, tidas como “verticais” numa escala que vinha de cima para baixo, dispondo os indivíduos de um grupo em camadas hierárquicas. Para o feminismo, todas as componentes do grupo ou do próprio movimento deviam estar na mesma posição, abandonando as relações de poder em nome de uma grande irmandade.

¹¹⁸ CALVERA, Leonor. Entrevista concedida a Ana Maria Veiga. Buenos Aires – Argentina, 01.03.2008. Transcrita por Ana M. Veiga. Acervo do LEGH/UFSC.

¹¹⁹ Termo usado por ALVAREZ. Op. cit.

¹²⁰ PINTO, Céli. Op. cit. p. 55.

¹²¹ TORRES, Sara. Entrevista concedida a Ana Maria Veiga. Buenos Aires – Argentina, 01.03.2008. Transcrita por Ana M. Veiga. Acervo do LEGH/UFSC.

Portanto María Elena Oddone aparece como alvo de comentários das entrevistadas que discordavam da sua postura tida como individualista. De acordo com Sara Torres,

(Oddone) Era mulher de um militar e ela se considerava a presidente do movimento, e lhe explicávamos todo o tempo que não podíamos nos unir, porque se ela presidia um movimento, um movimento horizontal e de pares não podia ter uma presidente. Isso ela nunca entendeu.¹²²

Portanto, as ações individuais também devem ser consideradas quando se situa o feminismo como “movimento”. Laura Masson nos lembra que para além da categoria “identificadora” do feminismo estão as diferenças, o conflito e a fragmentação. “*La distinción entre acción individual y colectiva se desdibuja debido a que por más que una mujer actúe individualmente, sus prácticas se hacen efectivas en la utilización de argumentos colectivos, contruidos a partir de acciones conjuntas.*”¹²³ As ações conjuntas faziam parte da prática feminista, mesmo que em alguns momentos elas fossem desconsideradas.

O trabalho em grupo e o individual, a horizontalidade e as hierarquias, tudo isso deve ser levado em conta quando buscamos compreender as estratégias dessas atrizes (ou “atoras”) sociais e o posicionamento que encontramos em seus discursos. Alessandro Portelli afirma que as narrativas constituem matéria histórica na medida em que “a subjetividade de seus narradores pode ajudar a delinear uma subjetividade mais ampla”, conferindo assim representatividade.¹²⁴

A análise de uma série de depoimentos e de cada um deles se faz necessária ao sentido de compreender que um grupo é composto também da singularidade e das desavenças entre os seus membros. As redes de relações nos levam às tomadas de decisões, que levam aos fatos. As transgressões aos acordos e as rupturas entre os indivíduos arrematam a composição do quadro e por vezes lançam um movimento contrário, dentro de um conjunto que, olhado à distância, pode parecer estável e homogêneo.

“Enquanto procuramos o que é socialmente compartilhado, precisamos ao mesmo tempo procurar onde esses padrões falham.”¹²⁵ O argumento de Linda Nicholson propõe localizar as mulheres em contextos específicos, relativizando estes contextos. Há uma

¹²² Ibidem.

¹²³ “A distinção entre ação individual e coletiva se apaga devido a que, por mais que uma mulher atue individualmente, suas práticas se fazem efetivas na utilização de elementos coletivos, contruidos a partir de ações conjuntas.” (Tradução livre). MASSON, Laura. Militancia feminista: acción individual, compromiso colectivo. In: **Fazendo Gênero 8**. Anais do seminário internacional. Florianópolis: UFSC, 2008.

¹²⁴ PORTELLI. Op. cit. p. 69.

¹²⁵ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Estudos Feministas**. Vol. 8, nº. 2. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2000, p. 34.

mudança de foco constante, que vai do indivíduo ao grupo e do grupo ao indivíduo, com recortes pontuais para que a cena seja vista com maior amplitude.

Voltando às circunstâncias da vizinha Argentina, para a historiadora Karin Grammatico o surgimento dos grupos feministas se insere no momento de intensa mobilização política e social correspondente ao âmbito internacional, mas a experiência do feminismo é excluída como elemento de contestação pela historiografia que trabalha sobre o período. Grammatico afirma também que a falta de organização e liderança teria minado o futuro do movimento político feminista, além dos conflitos da dupla militância e da inexperiência ao lidar com o aparente desinteresse pela questão geral.¹²⁶ A dupla militância aparece de maneira bastante marcante no material cunhado pelas historiadoras argentinas.

A feminista e militante política argentina Ladis Alanis foi operária e aderiu à UFA – *Unión Feminista Argentina* – pela indicação de Mirta Henault. Aproveitamos aqui uma pequena parte de sua entrevista à revista *Brujas*, no número especial que fala sobre o feminismo das “mulheres políticas” nos anos 70.¹²⁷ Ladis conta que muitas mulheres na UFA não aderiram à luta de classes, enquanto a preocupação dela era como incorporar o feminismo a essa luta.¹²⁸ Voltamos ao ponto crucial para as “duplo-militantes” nos dois países.

Contrapondo a entrevista de Ladis Alanis, encontramos a de Sara Torres, na mesma edição de *Brujas*. Sara defende a posição de que a luta das mulheres está acima da luta de classes, já que a opressão sofrida pelas mulheres permeia todas as classes. De qualquer maneira, argumenta que não sabiam como conciliar as questões de gênero com as de classe. Segundo ela, a maioria das feministas argentinas era alinhada com a esquerda, mesmo as que não pertenciam a qualquer partido político.¹²⁹

Sara Torres rememora mais um acontecimento que dá a dimensão das rupturas internas e das posições individuais que se sobressaíam nos grupos feministas. Quando elaboravam o congresso pelo Ano Internacional da Mulher, em meio a muita discussão entre os diversos grupos de mulheres, María Elena Oddone (mais uma vez apontada como pivô de divergências) disse às mulheres do PC argentino que fossem “*discutir con los machos*” e depois voltassem, aludindo ao controle masculino ao qual estavam submetidas, via partido. A brusca ruptura resultou na exclusão das feministas da organização do congresso e na proibição

¹²⁶ GRAMMÁTICO, Karin. Las “mujeres políticas” y las feministas en los tempranos setenta: ¡un diálogo (im)posible! In: ANDÚJAR, op. cit.

¹²⁷ Este número de BRUJAS tem um dossiê dedicado ao tema, uma vez que muitas são as feministas socialistas que exerceram a dupla militância entre o feminismo e os partidos políticos de esquerda na Argentina.

¹²⁸ ALANIS, Ladis apud BRUJAS Año 25, nº 32. Buenos Aires, octubre, 2006, p. 81.

¹²⁹ TORRES, Sara apud BRUJAS Año 25, nº 32. Buenos Aires, octubre, 2006, p. 84.

da entrada delas no evento.¹³⁰ Esse tipo de acontecimento deixa clara a ausência de uma unidade ou “identidade” para o movimento feminista argentino.

Além disso, o governo de Isabelita Perón (nome artístico pelo qual era conhecida María Estela Martínez de Perón) em 1975 – Ano Internacional da Mulher –, aproveitou a data histórica para dar voz aos movimentos de mulheres, mas excluiu as reivindicações das feministas e elas próprias das comemorações, com o apoio das *mujeres políticas*. As feministas argentinas são unânimes ao informar que, apesar de ser a primeira “presidenta” em todo o mundo, Isabelita governava para os homens, ignorando as questões específicas das mulheres.¹³¹ Fernanda Gil Lozano endossa a informação:

*Hay que tener presente que si bien presidido por una mujer, el gobierno de 1975 tenía un claro perfil reaccionario y represivo, incluso en lo relativo a temas de género. Entre otras medidas, el mismo dispuso la prohibición de venta de anticonceptivos. Esa no sería la primera vez ni la última en que las mujeres políticas priorizaron los mandatos partidarios patriarcales traicionando las reivindicaciones históricas del feminismo.*¹³²

De volta a Sara Torres, ela entrou para a militância feminista em 1970. Sara se considera e é considerada uma feminista de ação. Lá estava ela, no cenário dos *tempranos 70*, panfletando nas ruas de Buenos Aires, recolhendo assinaturas ou produzindo e atuando nos curtas-metragens de cunho feminista da cineasta María Luisa Bemberg. Apesar da postura totalmente de esquerda, ela fazia parte do grupo que não queria mesclar política ao feminismo,¹³³ pois ressalta que havia mulheres de todas as classes sociais dentro dos grupos feministas aos quais pertenceu e que mesmo as mais privilegiadas socialmente, como María Luisa Bemberg, também sofriam a opressão por serem mulheres. Sara descobriu no meio feminista o seu lugar.

Tanto ela quanto Ladis Alanis mencionam traduções de materiais e visitas de feministas do exterior aos grupos da Argentina. Sara lembra que os materiais que vinham do exterior eram traduzidos, datilografados e rodados no velho mimeógrafo, com papel estêncil, e assim eram distribuídos.

¹³⁰ Ibidem, p. 88-89.

¹³¹ Isabelita chegou ao governo do país como vice-presidente na chapa vitoriosa de Juan Domingo Perón em 1973. Com a morte do político, assumiu o governo em 1974.

¹³² “Há que se considerar que, mesmo presidido por uma mulher, o governo de 1975 tinha um claro perfil reacionário e repressivo, inclusive no referente a temas de gênero. Entre outras medidas, dispôs a proibição da venda de anticoncepcionais. Essa não seria a primeira vez nem a última em que as mulheres políticas priorizaram os mandatos partidários patriarcais, traíndo as reivindicações históricas do feminismo.” (Tradução livre). GIL LOZANO, Fernanda. Surgimiento de prácticas propias. In: ANDÚJAR, op. cit.

¹³³ Sara Torres esteve nos primeiros anos da Unión Feminista Argentina, grupo tido como feminista liberal, mas depois circulou por diversos outros grupos, como fundadora ou participante.

Leonor Calvera vai além e relembra que no primeiro momento daqueles encontros não havia ainda o trabalho com mimeógrafos. Nas reuniões (da UFA), as que sabiam idiomas estrangeiros, como ela, Nelly Bugallo, María Luisa Bemberg e Gabriella Christeller, liam e traduziam simultaneamente os textos para as outras companheiras.¹³⁴ Sara Torres lamenta que todas elas não pudessem ler diretamente os materiais trazidos e diz que nas discussões faltava argumentação às que não podiam ter acesso direto ao conteúdo dos livros.

Mesmo assim menciona os debates a partir das obras de Shulamith Firestone,¹³⁵ Germaine Greer,¹³⁶ Kate Millett,¹³⁷ Betty Friedan¹³⁸ e Simone de Beauvoir.¹³⁹ Na tradução muito se perdia, mas o principal das idéias que mudariam aos poucos as cabeças e as vidas daquelas mulheres estava lá. A partir dessas leituras, iniciaram-se também na Argentina os grupos de “conscienciação”, como preferiam chamar, já que “conscientização” era um termo usado pelos partidos políticos e tinha conotação hierárquica, no sentido de ensinar algo para alguém que ainda não sabe. A proposta de horizontalidade demandava a mudança do termo.

No Brasil, a busca de uma “identidade” para o feminismo, segundo Maria Lygia Quartim de Moraes, teve início de fato em 1979, simultaneamente ao I Congresso da Mulher Paulista, ainda tutelado pelos partidos políticos, de acordo com ela.¹⁴⁰ Neste encontro e no I Encontro Nacional de Mulheres, no Rio de Janeiro, no mesmo ano, foram feitos os contatos que resultariam na formação de uma rede futura. Mesmo assim, o movimento de mulheres era designado mais pela aparência de unidade do que pelo conteúdo das reivindicações.¹⁴¹

Maria Moraes vê na metade dos anos 1970 a fase pioneira do feminismo no Brasil, que passa a ser encampado também por órgãos do governo, e aponta para um descompasso cronológico entre os feminismos no Brasil e na Argentina. Em minha opinião, esse “descompasso” é mais fluído do que se pode supor, já que o tempo cronológico não é capaz de anular as similaridades que se tornaram possíveis entre essas feministas, que leram materiais semelhantes, lançaram suas publicações e se reuniram em grupos que seguiam ou se adaptavam a determinados padrões vindos de fora, fossem eles do feminismo socialista, radical ou liberal.

Conforme dito anteriormente, o início da militância feminista argentina da segunda onda está na virada para a década de 1970, ainda sem o pano de fundo da ditadura militar,

¹³⁴ Leonor Calvera por correio eletrônico a Ana Maria Veiga em 30.07.2008.

¹³⁵ FIRESTONE, Shulamith (canadense). **The Dialectic of Sex** (1970).

¹³⁶ GREER, Germaine (australiana). **The Female Eunuch** (1970).

¹³⁷ MILLETT, Kate (estadunidense). **Sexual Politics** (1970).

¹³⁸ FRIEDAN, Betty (estadunidense). **The Feminine Mystique** (1963).

¹³⁹ BEAUVOIR, Simone de (francesa). **Le Deuxième Sexe** (1949).

¹⁴⁰ MORAES. Op. cit. p. 53.

¹⁴¹ Ibidem, p. 74.

apesar da intransigência e das ameaças dos paramilitares no período que antecedeu ao golpe (de 1973 a 1976). Portanto, a efervescência feminista na Argentina, anterior aos anos 1980, aconteceu entre 1970 e 1976.

De acordo com Fernanda Gil Lozano, sem dúvida o movimento de mulheres, tanto por parte das que levavam a dupla militância quanto das “feministas puras”, se viu fortemente afetado pela sangrenta ditadura militar, que durou de 24 de março de 1976 a 10 de dezembro de 1983. “*Hubo verdaderamente un antes y un después del golpe militar ya que la represión política y ideológica que se estableció impidió el libre intercambio de ideas.*” De acordo com a autora, as discussões que eram feitas em espaços públicos passaram para dentro das casas.¹⁴²

No momento em que todas as argentinas foram forçadas a se recolher e se calar, começaram a deslanchar as manifestações feministas brasileiras, impulsionadas pelo Ano Internacional da Mulher (1975), suas discussões e festividades. Além disso, a ditadura militar brasileira instaurada em 1964 já dava alguns poucos ares de calma, no primeiro movimento de distensão, sob o governo do general Ernesto Geisel. As publicações, como as comemorações, puderam acontecer e como eram “coisas de mulheres”, consideradas apolíticas, muitas vezes passavam despercebidas pela censura.

1975 – ano que inaugura a Década da Mulher – marca o primeiro encontro considerado feminista no Brasil, realizado na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro. Muitas mulheres se encontraram e muitas aderiram ao movimento feminista naquele momento. Entre elas estava Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos – a Santinha – vinda do Maranhão, formada em medicina no Rio de Janeiro. Ao lado de Moema Toscano, Heloneida Studart, Fanny Tabak, Leila Linhares e Jacqueline Pitanguy, ela formou a primeira entidade voltada para as mulheres – o Centro da Mulher Brasileira (CMB) –, que se manteve em atividade até 2003.¹⁴³

Santinha e Moema consideravam-se feministas de ação, atuando junto a mulheres de bairros pobres do Rio de Janeiro, com programas de saúde e conscientização. Santinha entrou muito cedo no “Partidão” (PCB). Sua primeira desavença com a direção se deu quando percebeu que era tratada como um instrumento para levar mais mulheres à adesão ao Partido Comunista, que aproveitava sua atuação feminista. A resposta de Santinha deixa clara sua opção: “[...] eu coloquei em uma reunião do Partidão: essa tarefa eu não quero mais.”¹⁴⁴

¹⁴² GIL LOZANO, F. Op. cit. p. 215. “Houve verdadeiramente um antes e um depois do golpe militar, já que a repressão política e ideológica que se estabeleceu impediu o livre intercâmbio de idéias.” (tradução livre).

¹⁴³ SANTOS, Maria do Espírito Santo (Santinha) T. Entrevista concedida a Roselane Neckel. Rio de Janeiro – RJ, 14 de fevereiro de 2005. Acervo do LEGH/UFSC.

¹⁴⁴ Ibidem.

Como ela, aos poucos muitas mulheres que exerciam a dupla militância foram entendendo que a questão da desigualdade de gênero superava as questões políticas.

Moema Toscano, ao lado de Mirian Goldenberg, também escreve sobre o feminismo no Brasil. Ela foi uma das protagonistas da década em que o feminismo foi reeditado (o chamado “novo feminismo” ou feminismo de “segunda onda”) aqui e em alguns países de língua espanhola, que juntos compõem hoje o bloco denominado Cone Sul. Moema não era do Partido Comunista Brasileiro, mas simpatizava com a esquerda. Ela destaca “a importante influência que os movimentos feministas americano e europeu tiveram para a construção do feminismo brasileiro” e também os rótulos que vieram junto com a adesão; para ela, de acordo com o senso comum “o feminismo é um luxo de mulheres que não têm o que fazer; é coisa de mulher lésbica, feia e mal-amada.”¹⁴⁵

Mais uma vez nos deparamos com a recorrência deste tipo de depoimento, então aproveito para lembrar a sugestão de Portelli, de que as repetições devem ser olhadas com maior atenção. Nem sempre as imagens mais fortes são verdadeiras, elas servem para dizer alguma coisa; no caso dessa imagem das feministas, ela foi construída no sentido de neutralizar e inibir suas manifestações, mantendo a ordem tradicional do privilégio masculino e do silêncio e aquiescência das mulheres.

O chamado “novo feminismo” brasileiro, o da segunda onda, teve um marco histórico para Moema Toscano: “Os anos 70 marcam uma reviravolta no movimento feminista, que começa então a colocar como eixo de sua luta a questão da relação homem-mulher e a necessidade de reformulação dos padrões sexuais vigentes.”¹⁴⁶ Moema também destaca os áureos tempos do feminismo no Brasil a partir de 1975, quando se inicia a chamada Década da Mulher.¹⁴⁷ Ao participar de uma passeata pelo dia 8 de Março (Dia Internacional da Mulher), ela relembra:

[...] essas passeatas dos primeiros anos do Centro (da Mulher Brasileira) eram gloriosas. Depois foram murchando. Às últimas eu já não fui. À do ano passado (2004) eu fui só pra olhar, só pra ver como tava um horror! Não conheci ninguém, ninguém tinha ficado daqueles velhos tempos.¹⁴⁸

¹⁴⁵ TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Mirian. **A revolução das mulheres** – um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p. 13-14.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 30.

¹⁴⁷ Para Sonia Alvarez, o auge do feminismo no Brasil abarca os anos de 1979 a 1981, quando há uma ruptura mais forte entre as feministas autônomas e as mulheres ligadas aos partidos políticos. As redes feministas começam de fato a se expandir.

¹⁴⁸ TOSCANO, Moema. Entrevista concedida a Roselane Neckel. Rio de Janeiro – RJ, 16.02.2005. Acervo do LEGH/UFSC.

Sobre esse tipo de sentimento, Alessandro Portelli questiona os depoimentos que expõem uma perspectiva de supervalorização do passado diante do presente. O passado era perfeito, se comparado aos anos que vieram depois.¹⁴⁹ O ressentimento com as gerações posteriores de feministas aparece como repetição nos depoimentos de algumas brasileiras e argentinas. A impressão que fica é a da busca do reconhecimento de uma origem do feminismo contemporâneo naquelas primeiras ações dos anos 1970. Criticam a falta de visão das que vieram depois e o retrocesso no movimento feminista atual.

Marluza Marques Harres também nos fala sobre ressentimentos: “Uma mistura de sentimentos e emoções conforma os ressentimentos, entre eles a própria dificuldade de expressar e canalizar essas emoções.” Em determinados momentos pode não parecer possível traduzir experiências em palavras, “[...] em uma narrativa organizada a partir de um sentido ou um propósito.”¹⁵⁰ Os ressentimentos muitas vezes vêm à tona e aparecem como emoções que não podem ser contidas no momento do contato com determinadas lembranças.

Voltando a Moema Toscano, ela afirma que a sexualidade feminina era a grande questão do movimento e que os questionamentos já haviam começado nos anos 1960, com as leituras de **O Segundo Sexo**, de Simone de Beauvoir, publicado na França em 1949, obra que inaugurou a renovação da literatura feminista.¹⁵¹

No Brasil, Rose Marie Muraro em 1967 e Heleieth Saffioti em 1969 deram os primeiros passos na constituição de uma literatura própria, com raízes na esquerda política.¹⁵² Seus livros foram seguidos pela tradução de **A mística feminina**, de Betty Friedan para o português.¹⁵³ Ou seja, pelas informações de Moema Toscano, a efervescência das idéias feministas no Brasil já tem início antes mesmo da década de 1970 começar, o que diverge da afirmação de Maria Lygia Quartim de Moraes, que passou os primeiros anos deste período fora do Brasil.

Joana Maria Pedro localiza a primeira fase do feminismo brasileiro nos anos anteriores a 1975, já que os primeiros grupos de reflexão, tanto em São Paulo (organizado por Célia

¹⁴⁹ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 115.

¹⁵⁰ HARRES, Marluza Marques. Silêncio e ressentimentos: articulações do PTB no contexto do golpe de 1964 em Camaquã, RS. In: **História Oral**. V. 9, n. 2. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, jul-dez 2006, p. 89.

¹⁵¹ O estudo de Joana Vieira Borges aponta como as leituras de Simone de Beauvoir influenciaram as feministas brasileiras (Cf. BORGES, Joana Vieira. **O Segundo Sexo**: leituras no Brasil. In: **Revista Catarinense de História**, Dossiê História e Gênero, 15, Florianópolis: ANPUH-SC, junho de 2007, p. 55-67). O mesmo aconteceu com as argentinas, de acordo com as entrevistas analisadas.

¹⁵² Rose Marie Muraro escreve em 1967 **A mulher na construção do futuro** e em 1969 Heleieth Saffioti publica **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade.

¹⁵³ TOSCANO e GOLDENBERG. Op. cit. p. 32.

Sampaio e Walnice Nogueira Galvão) como no Rio de Janeiro (organizado por Branca Moreira Alves) tiveram início em 1972, baseados em materiais trazidos do exterior por estas mulheres. De acordo com a autora, a criação da Década da Mulher em 1975 pela ONU abriu caminho para a mobilização social das mulheres dentro do cenário da ditadura, mas

Convém destacar, antes de mais nada, que a iniciativa da ONU foi a repercussão do que estava acontecendo desde os anos sessenta, e, principalmente, no início dos anos setenta, em vários países da Europa e nos Estados Unidos, nos quais as manifestações feministas enchiam as ruas das cidades reivindicando direitos.¹⁵⁴

Ou seja, a posição da Organização das Nações Unidas e tudo o que ela representou respondeu a uma demanda que já havia sido lançada por parte das mulheres ao redor do mundo.

Toscano aponta uma menor resistência aos movimentos feministas por parte da esquerda e da igreja a partir do Ano Internacional da Mulher – 1975. Neste período, as brasileiras que voltavam do exílio traziam na bagagem as teorias e práticas do feminismo que era realizado no exterior.¹⁵⁵ Ela sugere que o maior apelo do feminismo está relacionado a este momento.¹⁵⁶ Tudo isso, mais as reivindicações que vieram à tona com os debates da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito – instalada para averiguar a situação da “mulher”, semeou um campo de conquistas alcançadas, sempre em parte, vale dizer, a partir dos anos 80; respostas a uma grande demanda que se tornava cada vez mais evidente.

As feministas estiveram nos bairros, nas favelas, centros comunitários e sindicatos. Moema afirma que seu grupo era de ação, enquanto outros fechavam-se em torno das práticas de reflexão.¹⁵⁷ Vamos passar agora às nossas vizinhas para entender melhor como se organizavam.

As argentinas começaram a se articular efetivamente a partir da criação da UFA – *Unión Feminista Argentina* – em 1970, grupo focado nas reivindicações específicas das mulheres. Leonor Calvera esteve neste grupo inicial ao lado de Nelly Bugallo, considerada por ela figura central do feminismo na Argentina naquele momento, María Luisa Bemberg e Gabriella Christeller. Em pouco tempo Sara Torres se juntou ao grupo e depois dela muitas outras. Mesmo ameaçadas por paramilitares, relembro que o grande momento dos encontros

¹⁵⁴ PEDRO, Joana Maria. Lectures brésiliennes Du féminisme français et mecanismes d’identification au Brésil. In: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca; ROLAND, Denis; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.). *L’exil brésilien en France: histoire et imaginaire*. Paris: L’Harmattan, 2008, p. 266-267.

¹⁵⁵ TOSCANO e GOLDENBERG. Op. cit. p. 35.

¹⁵⁶ TOSCANO, Moema. Entrevista concedida a Roselane Neckel. Rio de Janeiro – RJ, 16.02.2005. Acervo do LEGH/UFSC.

¹⁵⁷ Ibidem.

de mulheres argentinas em torno da causa feminista se deu entre 1970 e 1976, ano do golpe contra o governo peronista.

Em 1972 María Elena Oddone e algumas companheiras formaram o grupo MLF – *Movimiento de Liberación Feminina*¹⁵⁸ – e em 1974 começam a editar o periódico feminista *Persona*. Ao ser questionada a respeito deste periódico, Leonor Calvera responde:

Persona é María Elena Oddone, com quem tínhamos o outro único grupo que era feminista. Tinha uma boa linha feminista, era de direita, mas tinha uma boa linha feminista, e os dois primeiros editoriais de *Persona*, eu os escrevi e os entreguei a María Elena, que nesse momento não sabia escrever, depois aprendeu, era professora.¹⁵⁹

Este depoimento, ao lado do de Mirta Henault e do de Sara Torres, que veremos a seguir, demonstra a circulação de algumas feministas pelos grupos existentes naquele momento, seus contatos e trocas. Sara também esteve presente na UFA dos 70, na ATEM – associação editora do periódico *Brujas* – dos 80 e no espaço chamado Lugar de Mulher, que centralizou boa parte das atividades feministas na Argentina deste último período.

Retomando o contexto brasileiro, os primeiros anos do feminismo no país estiveram sob o crivo de uma cerrada repressão política que não deu tréguas até 1974. Quando finalmente as brasileiras puderam começar a se manifestar, com o retorno de algumas exiladas em 1975¹⁶⁰ e com o incentivo da Organização das Nações Unidas, as reivindicações argentinas foram solapadas um ano depois pelo golpe que fez calar durante anos qualquer tipo de manifestação social e política.

Com a chegada de 1975 as brasileiras foram às ruas e à imprensa, descobriram espaços e criaram uma forma de luta eficiente e organizada. Na década de 1980 as argentinas puderam se manifestar novamente, com a volta da democracia e a abertura de novos espaços. O feminismo brasileiro neste período sofreu certa diluição com as demandas das mulheres sendo em parte encampadas pelo governo.¹⁶¹ Assim como na Argentina, muitas feministas brasileiras questionaram essa aproximação com o Estado, denunciando o enfraquecimento das reivindicações, entre elas a legalização do aborto, até hoje não alcançada.

Buscamos agora a fala de Leonor Calvera, uma das principais teóricas do feminismo na Argentina. “[...] aqui nunca houve o reconhecimento de que havia coisas teóricas, mas

¹⁵⁸ O grupo, tido como radical, foi fundado em 1972 e estava alinhado com os ideais do Movimento de Liberação da Mulher internacional (Women’s Lib).

¹⁵⁹ CALVERA, Leonor. Entrevista. Op. cit.

¹⁶⁰ Lembro que a maioria das exiladas e dos exilados políticos começam a retornar ao Brasil depois da anistia, em 1979. Na Argentina, o retorno acontece somente após 1983, com o fim da ditadura.

¹⁶¹ TOSCANO e GOLDENBERG. Op. cit. p. 41.

aqui, óbvio que as teóricas, entre as quais eu me encontro, éramos as que faziam as ações.”¹⁶² Segundo ela, teoria e prática andavam juntas na Argentina quando o assunto era feminismo.¹⁶³ Em 1990 Leonor publicou *Mujeres y feminismo en la Argentina*, livro que remonta a história, com ênfase nos anos pós-1968, dos quais ela foi protagonista desde a formação do primeiro grupo, a UFA. Da formação inicial faziam parte Nelly Bugallo, María Luisa Bemberg, Gabriella Christeller e ela, Leonor Calvera. Em seguida outras se uniram a elas: operárias, intelectuais e burguesas.

[...] começamos a traduzir, todos (sic) dominávamos o idioma, então organizamos e começamos a traduzir o que eram as “*Notes from the first year*”, as “*Notes from the second year*”, as “*Notes from the third year*”, de *As noites americanas*, que eram todos pequenos artigos sobre distintos aspectos da condição da mulher, um pouco para resgatar isso e para ver que não se havia perdido o que haviam feito as feministas do começo do século, que eram muito avançadas aqui na Argentina; lhe pusemos (o nome) união, pelas velhas uniões: União Feminista Argentina e brincamos com o UFA – essa é uma expressão de Ufa, basta! Acabou! Estamos fartas!¹⁶⁴

Leonor Calvera vislumbra um esboço do “novo feminismo” nos panfletos das estadunidenses, que pareciam oferecer um espelho à experiência e aos testemunhos das argentinas, servindo como guia e propaganda naquele começo do movimento.¹⁶⁵ Por outro lado, ressentia-se hoje por não ter havido uma aproximação maior com as feministas de outros países latino-americanos.

Mesmo com o que se tem agora em comunicação e tudo, estamos como sempre olhando mais e publicando e escutando mais as vozes européias ou norte-americanas do que as do nosso próprio continente. [...] Então, o que fizeram sempre conosco, os latino-americanos? Nos separaram. E no lugar de nos vermos como latino-americanos – inclusive o que nos convém, sermos irmãos – não! Olhamos aos norte-americanos, escutamos o que nos dizem os norte-americanos e os europeus.¹⁶⁶

Leonor afirma que seu grupo lia muito as obras das estadunidenses e especialmente da italiana Carla Lonzi, autora do livro *Sputiamo su Hegel* (Cuspamos sobre Hegel), também

¹⁶² CALVERA, Leonor. Entrevista concedida a Ana Maria Veiga. Buenos Aires – Argentina, 01.03.2008. Transcrita por Ana M. Veiga. Acervo do LEGH/UFSC.

¹⁶³ Leonor Calvera por correio eletrônico a Ana Maria Veiga em 30.07.2008 (Após ler a primeira versão deste capítulo, Leonor fez a gentileza de esclarecer alguns pontos que achou importante, como a ausência de diferenciação entre feministas teóricas e de ação, pois para ela o mais importante era o trabalho constante e a solidariedade entre elas.).

¹⁶⁴ CALVERA, Leonor. Entrevista concedida a Ana Maria Veiga. Buenos Aires – Argentina, 01.03.2008. Transcrita por Ana M. Veiga. Acervo do LEGH/UFSC.

¹⁶⁵ CALVERA, Leonor. *Mujeres y feminismo en la Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990, p. 33.

¹⁶⁶ CALVERA, Leonor. Entrevista concedida a Ana Maria Veiga. Buenos Aires – Argentina, 01.03.2008. Transcrita por Ana M. Veiga. Acervo do LEGH/UFSC.

comentado por outras argentinas como Mirta Henault, Sara Torres e María Elena Oddone. Ali estava o pensamento renovador, combustível para aqueles anos decisivos. Ela conta que María Luisa Bemberg e Gabriella Christeller, que podiam viajar, traziam o material de fora. Observavam um sentimento de igualdade com “*las hermanas del norte*”.¹⁶⁷ Leonor critica a escola francesa, que tinha como chave o texto escrito, e admite a influência do feminismo radical dos Estados Unidos sobre a UFA. Mas mesmo com as diferenças entre este e os outros grupos, podia identificar uma troca entre eles.

Ainda que a UFA estivesse mais influenciada pelo feminismo radical norte-americano do que *Nueva Mujer* (de Mirta Henault) ou do que a inclinação de Oddone às análises existencialistas de Simone de Beauvoir, era inegável que existia uma legítima e fluida rede de comunicação, apesar de algumas diferenças de enfoque.¹⁶⁸

Ou seja, as feministas buscavam articulações próprias para suas reivindicações, mesmo em um momento delicado, quando tentavam manter vivos e divulgar seus ideais de luta entre tantas estratégias traçadas para que fossem desacreditados. Leonor lembra que nenhuma mulher queria ser confundida com as feministas, “*guerrilleras*”, “*amargadas*” e de “*conducta lesbiana*”.¹⁶⁹ Isso criava uma espécie de censura e repressão entre algumas companheiras. Externamente, as reivindicações feministas eram totalmente deturpadas.

Vi que as mulheres estavam muito entregues aos partidos políticos, que eram feministas a partir dos partidos políticos, mas seguindo as diretrizes políticas e não as diretrizes feministas, antepondo os interesses partidários, quando nós sempre dissemos que uma coisa é a política e outra é o partidarismo político.¹⁷⁰

Em diversos momentos de sua entrevista Leonor Calvera retoma a questão da necessidade de se separar feminismo de militância partidária; segundo ela, esta combinação gerava muita confusão. A Leonor e a Nelly Bugallo estava designada a elaboração teórica do grupo – o que não as distanciava da ação e do trabalho nas ruas. Com o recolhimento forçado de 1976, começou a trabalhar sobre um livro que foi publicado em 1982 – “O pano de fundo que me acompanhou ao longo da redação de *El género mujer* foi uma espessa cortina de obscuridade social”, que vinha desde o ano de 1974, com a intensificação das ameaças da

¹⁶⁷ CALVERA. Op. cit., p. 34.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 45.

¹⁶⁹ Ibidem, p. 47.

¹⁷⁰ CALVERA, Leonor. Entrevista concedida a Ana Maria Veiga. Buenos Aires – Argentina, 01.03.2008. Transcrita por Ana M. Veiga. Acervo do LEGH/UFSC.

Triple A. Neste longo período de recolhimento, “sonhávamos com a reconstrução futura do feminismo, e para isso nos preparávamos”.¹⁷¹

Em 1981, Leonor Calvera foi convidada por Robin Morgan para representar a Argentina na coletânea *Sisterhood is Global*, editada em 1984, que reuniu textos de feministas de cerca de setenta países. Mas isto é assunto para outro capítulo.

1.3 “QUEM PRECISA DE IDENTIDADE?” O INDIVÍDUO OU O COLETIVO?

Do movimento feminista dos anos 1970, fala-se muitas vezes como se fosse algo unificado. Já não é possível entendê-lo desta maneira, nem deixar de questionar a tentativa de se inventar uma “identidade” para ele. A multiplicidade é evidente, principalmente quando nos deparamos com um material tão variado como os depoimentos de algumas das principais feministas do período. Os fatos foram apenas pontos de convergência, diante das mais variadas escolhas e redes de relações.

Stuart Hall, ao colocar em discussão “identidade” (sempre sob rasura) e identificação, pode contribuir com o propósito deste estudo no sentido de compreender que a identificação nunca encontra uma totalidade, mas está sempre em construção. “[...] ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas”.¹⁷² A identidade para Hall é utilizada como conceito estratégico e posicional, ela se refere àquilo que nos tornamos, é construída dentro do discurso, não fora dele. Portanto, a subjetividade de cada uma das feministas entrevistadas obviamente se constituiu no interior dos discursos feministas, com a apropriação de vários elementos desses discursos na composição das singularidades. Não é à toa que se reivindicava uma “identidade feminista” como demarcação de um espaço de poder.

Ao contrário da união por ela admirada, Leonor Calvera também se refere à atitude individualista de María Elena Oddone, que acabou por provocar algumas rupturas dentro do movimento. Oddone participava de todas as manifestações feministas, como atesta em sua autobiografia, mas o estilo individualista acabou por separá-la do restante das companheiras dos outros grupos, que buscavam romper com as hierarquias, situando-as no mundo governado pelos homens.

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença** – a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 106.

Sara Torres critica María Elena Oddone pela falta de senso coletivo, pulando à frente das câmeras da imprensa com cartazes, deixando para trás as colegas organizadoras das manifestações e expondo o movimento feminista com o privilégio de seus ideais pessoais. Sara complementa argumentando que entre a maioria das feministas havia mais divergências de personalidades do que propriamente de conceitos. Oddone era apontada pelas outras como feminista de direita, talvez um sinal de distinção que pudesse explicar seu comportamento diverso do da maioria. Podemos comprovar esses traços em alguns momentos da autobiografia, onde ela defende os militares e ataca o peronismo de esquerda.

Mas vamos buscar compreender então o que nos comunica esta personagem tão singular. No livro intitulado *La pasión por la libertad – memórias de una feminista*, publicado em 2001, María Elena Oddone faz um apanhado geral de sua vida, obviamente com ênfase no feminismo dos anos 1970. De acordo com sua narrativa, ela localiza o começo do movimento em 1971. Conta que se envolveu com o feminismo por não se contentar em ser apenas dona do seu destino; ela queria isso para todas as mulheres.¹⁷³ A leitura de **O Segundo Sexo** mudou sua vida e as conseqüentes reflexões a levaram a uma separação conjugal. Depois vieram os livros de Betty Friedan e da já mencionada italiana Carla Lonzi, feminista da diferença, bastante lida e citada pelas argentinas, cujas principais obras são *Sputiamo su Hegel* (Cuspamos sobre Hegel), de 1970, e *La donna clitoridea e la donna vaginale* (A mulher clitorídea e a mulher vaginal), de 1971.¹⁷⁴

Quanto a Oddone, em se tratando de um material autobiográfico, recorro ao artigo “A ilusão biográfica”, Pierre Bourdieu, que mostra o risco de se olhar para uma história de vida como caminho ou sucessão de acontecimentos.¹⁷⁵ Na autobiografia, María Helena Oddone utilizou algumas vezes em sua narrativa argumentos que indicam uma trajetória, em expressões como “desde pequena...”, gerando um efeito de previsibilidade. Assim, lá no passado já se podia perceber certas características de rebeldia que teriam seqüência na vida desta mulher, segundo seu próprio relato.¹⁷⁶ Assim como Oddone, a brasileira Heleieth Saffioti também afirma: “Eu sempre fui rebelde!”¹⁷⁷

¹⁷³ ODDONE, María Elena. *La pasión por la libertad – memórias de una feminista*. Buenos Aires: Ediciones Colihue Mimbipa, 2001, p. 10.

¹⁷⁴ Carla Lonzi é considerada pioneira do feminismo na Itália, criando o movimento chamado *Rivolta Femminile*, que teve início a partir de um manifesto que levou o mesmo nome, em 1970. Disponível em: www.wikipedia.org/wiki/Carla_Lonzi, acessado em 25.06.2008.

¹⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 183-191.

¹⁷⁶ ODDONE, Op. Cit. p. 9.

¹⁷⁷ SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista, op. cit.

A vida não pode ser organizada como história (no sentido de “verdade” ou de uma seqüência linear de acontecimentos), nos diz Bourdieu. Para ele, a preocupação com o sentido no relato pode torná-lo artificial, aproximando-o da estrutura do romance. A vida como história é uma ilusão retórica, adotada com frequência no “falar de si”, na “produção de si”.¹⁷⁸ O autor aconselha a análise do conjunto de relações objetivas, em que outros agentes envolvidos devem ser considerados, compondo assim o mesmo espaço dos possíveis;¹⁷⁹ eu diria, compondo uma possível “história”, portanto nos cabe olhar para ela com certa desconfiança e buscar seus contrapontos em outros depoimentos.

Outra autora que ajuda a pensar a construção de um fio condutor nas narrativas é Marina Maluf. Estudando depoimentos de duas mulheres da elite cafeeira paulista no século XIX, Maluf aponta para a intenção de reconstruir o passado, compartilhada por essas mulheres, que escreveram suas memórias sob enfoques totalmente diferentes.

A autora toma os depoimentos como “[...] expressão de relações sociais e históricas concretas”.¹⁸⁰ Ao enfatizar a experiência específica do feminino, busca confrontar a história oficial com a história das mulheres, possível de ser alcançada por meio de fontes que evidenciam a exclusão delas da primeira. É o caso desses testemunhos, que dão visibilidade a outros aspectos que passavam despercebidos dentro do mesmo contexto da história oficial.¹⁸¹ Para ela, o engajamento social e de classe dessas mulheres evidencia que a exclusão delas não é casual, mas reflexo da hegemonia masculina na escrita da história.

Marina Maluf alerta para a necessidade atual de quem registra o passado, num trabalho de escolha e ordenação dos fatos, comandado pelo tempo presente. Portanto, deslocamentos podem ocorrer, dependendo das necessidades atuais do narrador. Um novo significado é dado ao vivido, de acordo com uma perspectiva renovada.¹⁸² “[...] não há como erradicar o ponto de vista, a incerteza, a contradição e a parcialidade da narrativa. Toda palavra reflete uma visão guiada por fatores sócio-culturais, políticos e pessoais.”¹⁸³

Oddone fazia parte de um grupo de feministas radicais, encabeçando o MLF – *Movimiento de Liberación Femenina*. Saía nas manifestações com cartazes que diziam “Não à maternidade, sim ao prazer”. Podemos imaginar a repercussão desses atos na conservadora sociedade argentina daqueles tempos. Além disso, as manifestações mencionadas em sua

¹⁷⁸ BORDIEU, Op. Cit. p. 184-185.

¹⁷⁹ Ibidem. p. 190.

¹⁸⁰ MALUF, Marina. **Ruídos de memória**. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 19.

¹⁸¹ Ibidem, p. 20.

¹⁸² Ibidem, p. 31-32.

¹⁸³ Ibidem, p. 34.

autobiografia são as mesmas das quais participavam grupos de mães, como o das *Madres de la Plaza de Mayo*, que estavam ali justamente reivindicando seu lugar como mães.

Freqüentemente esta figura polêmica era convidada pelos meios de comunicação para falar em nome do movimento feminista. Ela admite: “*Con mucha audácia yo aceptava todas las invitaciones que recibía de los médios. En la televisión y en las rádios ponían a mi lado personas que defendían el rol tradicional femenino, porque para los médios ese enfrentamiento era show.*”¹⁸⁴ As outras a chamavam de “midiática” e não a reconheciam como representante; seu lugar de “porta-voz” não era bem aceito pela maioria das companheiras dos outros grupos.

Frente a tantas divergências, podemos pensar que, distante de ser um corpo homogêneo e às vezes fugindo à proposta de horizontalidade, o feminismo aparece fragmentado por hierarquias e divisões internas, como uma multiplicidade de vozes que se juntam, cada qual soando de lugares próprios, singulares, como podemos acompanhar por meio dos testemunhos.

Para Giovanni Levi, os historiadores devem se manter atentos à fragmentação, à variação de tempos, ao caráter contraditório e paradoxal dos pensamentos e da linguagem dos protagonistas.¹⁸⁵ O objeto da descrição pode ser analisado como probabilidade, não como propriedade. Para ele também a coerência faz parte de uma ilusão. Aponta a complexidade das redes de relações nos grupos sociais e atenta para a definição dos indivíduos em relação aos grupos.¹⁸⁶

Observando a narrativa de María Elena Oddone e seu paradoxo nos depoimentos das outras feministas, não podemos aceitar que um indivíduo tenha as características de um grupo. Oddone sentia-se injustiçada, pois as companheiras confundiam sua liderança com autoritarismo; logo ela, que havia sobrevivido com boa auto-estima a vinte e cinco anos de um casamento opressor. De acordo com ela, sua liderança refletia a luta por ideais e sua “natural rebeldia”.¹⁸⁷ Vê-se como uma mulher de ação, como uma líder nata, mas foi expulsa de diversos grupos pelo individualismo exacerbado e falta de senso de equipe, conforme nos contam alguns testemunhos.

¹⁸⁴ “Com muita audácia eu aceitava todos os convites que recebia dos meios de comunicação. Na televisão e nas rádios colocavam ao meu lado pessoas que defendiam o papel tradicional feminino, porque para os meios de comunicação esse enfrentamento era espetáculo.” (Tradução livre). *ibidem*, p. 149.

¹⁸⁵ LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 170.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 173.

¹⁸⁷ ODDONE, op. cit.

Segundo Levi, não temos acesso aos processos de tomada de decisões, apenas aos atos, portanto as variáveis do quadro das relações dificilmente são acessadas. As memórias permitem a aproximação com as possibilidades, não com “verdades”. As versões oficiais sobre os fatos criam uma ilusão de comportamentos homogêneos por parte dos grupos estudados, desconsiderando o destino individual.¹⁸⁸

Oddone e seu jornal *Persona* foram perseguidos pelos Três A, que eram contra o feminismo como forma de manifestação. De acordo com o que relata, tiveram que deixar o prédio que alugavam. Diz não ter simpatizado com a esquerda, nem com a direita, já que não faziam nada pelas mulheres, mas chegou a reivindicar solidariedade para as mães que tiveram seus filhos mortos pela esquerda, ou seja, as mães dos militares, de direita.¹⁸⁹ Indignava-se com a morte de militares pelos bandos de subversivos.¹⁹⁰ (Abro parêntesis para refletir sobre as várias facetas do que se generaliza como preconceito, pois quem é perseguido cultural e socialmente também vai perseguir a outros grupos mais adiante. São mulheres que pré-conceituam os subversivos; que se voltam contra negros, homossexuais e mulheres; são homossexuais que pré-conceituam os pobres e os negros, que por sua vez submetem as mulheres e pré-conceituam os homossexuais... e assim por diante).

Sobre o encontro de bairro, mencionado anteriormente por Sara Torres, ao qual María Elena Oddone compareceu mesmo tendo sido publicamente ameaçada pelos Três A e sabendo que colocaria em risco a vida de outras companheiras, Oddone diz que não houve um mal-entendido, mas posições políticas opostas. Outro ponto de tensão que aparece é quanto à campanha pelo pátrio poder (*patria potestad*), quando as feministas saíram às ruas para colher assinaturas a favor do compartilhamento pelas mulheres do pátrio poder sobre os filhos, exercido tradicionalmente pelos homens. Acusada por Sara Torres de tomar o livro de assinaturas colhidas por vários grupos feministas e entregá-lo sozinha às autoridades responsáveis, como se todo o trabalho dos grupos fosse um projeto seu, Oddone afirma que foi sua a idéia da campanha, não de Sara Torres, como atesta o livro *Mujeres y feminismo en la Argentina*, de Leonor Calvera. E argumenta:

*A la distancia de los años transcurridos, esas pequeñeces tan humanas de la envidia y las rivalidades se pierden ante lo real y concreto de un triunfo que nos pertenece a todas las que contribuimos a conseguir la modificación de la ley.*¹⁹¹

¹⁸⁸ LEVI, op. cit., p. 173.

¹⁸⁹ ODDONE, op. cit., p. 186.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 205.

¹⁹¹ “À distância dos anos transcorridos, essas pequenezas tão humanas da vida e as rivalidades se perdem diante do real e concreto de um triunfo que pertence a nós todas que contribuimos para conseguir a modificação da lei.” (Tradução livre). Ibidem, p. 173.

Tinha consciência de que “todos” os grupos feministas tinham a idéia “equivocada” de que “todas somos iguais e ninguém deve se destacar”. Sabia que ficavam furiosas com ela por não pensar assim e por conseguir destaque na imprensa. Por seu lado, reconhecia-se como a crítica mais radical de todos e cada um dos “pseudo-valores que foram inventados para rebaixar sua condição humana”.¹⁹²

É interessante observar com mais atenção o discurso de María Elena Oddone diante do das outras feministas que falam sobre ela, pois Oddone aponta claramente o marido como um militar opressor. Isso não reforça sua imagem de mulher de direita, pelo contrário. Ao mesmo tempo foi uma feminista atuante e presente em todas as manifestações daquele momento, o que marca definitivamente sua importância, reafirmada também pela viva lembrança de seus desafetos.

Alessandro Portelli nos lembra que um único episódio pode suscitar memórias diferentes em grupos ou mesmo indivíduos que o protagonizaram.¹⁹³ Além disso, cada pesquisa e produção escrita sobre um mesmo episódio é realizada de maneira distinta por cada pesquisador. É o que acontece quando o autor analisa trabalhos escritos sobre um mesmo tema: o fuzilamento em massa executado pelo exército alemão sobre os moradores de Civitella – um povoado italiano – durante a segunda guerra mundial. As fontes foram depoimentos gravados dos sobreviventes. A memória aparece dividida e trespassada por ressentimentos entre grupos formados dentro do mesmo povoado. Os depoimentos apresentam contradições. Mais importante do que a verdade dos fatos é como o que aconteceu ficou marcado na memória da comunidade. “[...] é improvável que *qualquer* experiência possa ser verdadeiramente *expressa*”. Além disso, os narradores são mediados por estruturas, como a escolha de palavras e a construção coerente dos discursos, portanto as narrativas devem ser entendidas criticamente e contrapostas a outras.¹⁹⁴

Seguindo estes argumentos, os testemunhos das feministas são colocados lado a lado, para que se possa analisar e buscar compreender tantos e tão variados significados para um mesmo período e para os mesmos episódios compartilhados por elas. É interessante perceber como as construções narrativas trazem à superfície aspectos diversos de acontecimentos comuns.

Coincidentemente, levando em consideração o artigo de Portelli, houve um mal-entendido provocado pela compreensão divergente de um mesmo episódio entre as feministas.

¹⁹² Ibidem, p. 281.

¹⁹³ PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val de Chiana”. Op. cit. p. 105.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 108. Sobre as diferentes possibilidades de interpretação e os silêncios sobre um mesmo acontecimento, cf. também HARRES, Marluza Marques, op. cit.

Segundo o relato de Sara Torres em *Brujas* e também na entrevista que analiso neste trabalho, no momento em que o movimento feminista se fortalecia e que houve uma aproximação entre as militantes políticas e o feminismo, aconteceu o que ficou conhecido como o massacre de Trelew, onde os paramilitares fuzilaram diversos jovens militantes políticos de esquerda.¹⁹⁵ Era agosto de 1972. Um dos mortos seria filho de Gabriella Christeller, mas mesmo assim uma das feministas teria sugerido que se deixasse os mortos de lado e se voltasse para a discussão das questões específicas das mulheres. A partir daí, de acordo com ela, teria havido uma ruptura irreversível entre as “mulheres políticas” e as feministas. A feminista em questão responde, também em entrevista, que sempre foi anarquista e que jamais teria dito tal coisa diante de uma tragédia. Os desencontros eram muitos e o trabalho em equipe, custoso.

Com o exílio forçado pelas ditaduras militares, muitas mulheres se fizeram feministas no exterior, em contato com as idéias e teorias que já circulavam na Europa e nos Estados Unidos. A brasileira Danda Prado pode ser situada, nesse período, em um dos ângulos da triangulação Europa-EUA-América do Sul. Danda Prado foi para Paris em 1970, quando seu primeiro marido estava preso pelo regime militar brasileiro.

Tendo sido anfitriã de Simone de Beauvoir na visita com Jean Paul Sartre ao Brasil, Danda foi buscar com ela orientação de como chegar às feministas francesas. A indicação que teve foi para procurar primeiro uma francesa que havia morado em Cuba para ajudá-la, já que Beauvoir achava o feminismo de esquerda das brasileiras muito diferente do francês; as francesas estariam mais engajadas na luta feminista em si. Certamente “as francesas” aqui não representam a totalidade das feministas na França, país que contava com grupos de forte tendência política esquerdista.

Danda acabou agrupando algumas brasileiras exiladas ou que acompanhavam os maridos no exílio. O grupo se chamou *Grupo Latinoamericano de Mujeres en Paris*.¹⁹⁶ Quando começou a ganhar notoriedade, foram os maridos os primeiros a querer impedir as reuniões, além da direção do Partido Comunista Brasileiro, o chamado “Partidão”, que apostou em outro grupo de mulheres comandado por Zuleika Alambert.¹⁹⁷ Mais tarde a própria Zuleika viria a se identificar com o feminismo.

¹⁹⁵ O massacre de Trelew (nome da cidade onde o fato ocorreu) foi o fuzilamento de dezesseis jovens de distintas organizações armadas da esquerda e peronistas, presos no presídio de Rawson, na Patagônia. Disponível em http://es.wikipedia.org/wiki/Masacre_de_Trelew. Acessado em 27.12.2008.

¹⁹⁶ Este assunto é abordado por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff no artigo “Nosotras e Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris: feminismo tropical na França”. *Revista ArtCultura*, Jan. Jun. 2007; e também por Joana Maria Pedro no artigo As leituras brasileiras do feminismo francês e as identificações com o feminismo no Brasil. Op. cit.

¹⁹⁷ PRADO, Yolanda (Danda) C. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro. São Paulo – SP, 05.08.2005. Acervo do LEGH/UFSC.

Céli Pinto afirma que o grupo de Danda em Paris chegou a reunir cem mulheres, entre elas mulheres de “muitos países da América Latina”.¹⁹⁸ Maria Lygia Quartim de Moraes, apesar de não ter participado do grupo (ela apenas o visitou), diz que eram umas oito brasileiras, que em Paris viraram “latinas”, e a própria Danda Prado conta que havia muito poucas latino-americanas (de língua espanhola), citando apenas uma venezuelana em sua entrevista. De qualquer forma ficaram conhecidas no meio feminista, principalmente pela proposta do grupo de servir como ponte entre os fatos marcantes do feminismo europeu e as latino-americanas que haviam permanecido em seus países de origem.

Em todos os depoimentos das argentinas e nos da maioria das brasileiras fica claro que as feministas que tinham melhor condição financeira estavam fora ou aproveitavam suas viagens para conseguir material publicado no exterior. Foi assim que se depararam com as leituras que influenciaram na tomada de consciência e na organização dos grupos feministas em ambos os países.

A leitura de **O Segundo Sexo**, de Simone de Beauvoir (que não se considerava feminista) foi tomada como ponto de partida para uma reflexão, mesmo no momento em que muitas ainda não haviam adotado uma postura explicitamente feminista. Em determinado momento ela passou a ser obrigatória nos grupos, significando inserção no meio intelectual e até um certo modismo.¹⁹⁹ Volto a lembrar que o preconceito com esta denominação retardou, em muito, a tomada de posição de boa parte dessas mulheres identificadas com o feminismo.

1.4 MULHERES INVISÍVEIS

Muitas dessas mulheres, argentinas e brasileiras, lutaram, militaram, foram ameaçadas como subversivas, tiveram que se esconder, pois seus nomes constavam nas listas de extermínio, mas não existiram para a historiografia dos dois países. Reconhecido como a grande revolução do final do século XX por autores como Eric Hobsbawm, Ella Shohat, Stuart Hall, Peter Burke, entre outros, o movimento feminista é abjeto no contexto ainda machista dos países sul-americanos. Nada aparece sobre ele em livros de autores argentinos e brasileiros que abordam as ditaduras militares nos dois países. O que se pode encontrar são os

¹⁹⁸ PINTO, Céli. Op. cit. p. 53.

¹⁹⁹ BORGES, Joana Vieira. O Segundo Sexo: leituras no Brasil. In: **Fronteiras** – Revista Catarinense de História, Dossiê História e Gênero, 15, Florianópolis: ANPUH-SC, junho de 2007.

periódicos e livros publicados pelas feministas denunciando sua situação e mostrando sua atuação social e política.

A historiografia argentina, com exceção da militância feminista acadêmica, hoje voltada mais para questões de gênero do que para o feminismo propriamente, desconsidera a atuação do movimento no início dos anos 1970, assim como durante a última ditadura militar.

Nas entrevistas com as militantes do período, elas são quase unânimes ao afirmar que recebiam ameaças de uma temida organização denominada *Triple A*. Este grupo da extrema direita, formado por oficiais de polícia e militares aposentados e na ativa, atuava sistematicamente antes do golpe militar, entre 1973 e 1976. A organização clandestina contava com apoio logístico e financeiro de setores da extrema direita do governo. Foi responsável por mais de 900 assassinatos de pessoas consideradas subversivas e publicava listas com os nomes de suas próximas vítimas.²⁰⁰

Mirta Henault recebeu carta de ameaça dos Três A, mais por ser de esquerda do que pelas ações da militância feminista. Decidiu abandonar o partidarismo político e seguiu participando ativamente de pesquisas e publicações feministas, o que faz até os dias de hoje.²⁰¹ Além de feminista, Leonor Calvera conta que era de família anarquista, portanto, também visada pela *Triple A* e depois pelo regime militar. Ela e as companheiras queimaram diversos livros comprometedores, como conta, suas fontes de memória e saber.²⁰² Talvez este movimento tenha sido feito mais no sentido de atender aos apelos de um medo generalizado do que a uma perseguição efetiva. “A única coisa que podíamos fazer era pensar, porque outra coisa não se podia fazer. E por isso nos reuníamos a cada tempo, porque não podia parecer uma reunião porque era estado de sítio, mais de três pessoas, te podiam levar presa.”²⁰³

Tudo era feito às escondidas, como também nos lembra Sara Torres. Quando se reuniam, as feministas decoravam a mesma história, de alguma celebração que faziam na casa de uma amiga, para escapar aos flagrantes da sangrenta ditadura militar argentina.²⁰⁴ Isso é lembrado ainda por Lucrecia Ollér, que nos conta sobre os encontros de sábado à tarde, como bolos, na casa de uma das companheiras do grupo que no começo dos anos 1980 se estruturou sob a sigla ATEM (*Asociación de Trabajo y Estudio sobre la Mujer “25 de noviembre”*) e

²⁰⁰ NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. **La dictadura militar 1976/1983** – del golpe de Estado a la restauración democrática. Col. Historia Argentina, vol. 9. Buenos Aires: Paidós, 2006, p. 81.

²⁰¹ HENAULT, Mirta. Entrevista a Ana Maria Veiga. Buenos Aires – Argentina, 23.02.2007. Transcrita por Soraia Mello. Acervo do LEGH/UFSC.

²⁰² CALVERA, Leonor. Entrevista. Op. cit.

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ TORRES, Sara. Entrevista. Op. cit.

passou a publicar o periódico *Brujas* a partir de 1983, ano da volta da democracia argentina.²⁰⁵

Lucrecia também conta que só pôde ir à Europa e fugir dos paramilitares argentinos por ter acumulado dinheiro no trabalho para a conhecida empresa de cosméticos Helena Rubinstein. Só conseguiu escapar deles quando passou cinco dias num barco nas Ilhas Canárias, depois da perseguição em Madri e Valência.²⁰⁶

De acordo com Marcos Novaro e Vicente Palermo, a subversão era “[...] *un enemigo social, político e ideológico con muchos rostros y brazos, que actuaba en distintos terrenos y con variadas formas organizativas y métodos.*”²⁰⁷ O feminismo era um desses rostos, considerado perigoso pelo simples fato de não estar alinhado ao regime militar, podendo ser visto como um dos braços do comunismo, disfarçado. Nele havia muitas socialistas, grande parte delas trotskistas.²⁰⁸

Retomo as memórias dessas feministas para pensarmos que se elas recebiam ameaças de morte, é porque eram vistas como subversivas. Se não aparecem nos registros da historiografia oficial, é porque eram desconsideradas como grupo organizado e de esquerda, possivelmente por não terem um significado social e político na sua condição de mulheres.

O mesmo acontece com a historiografia brasileira, que anula o movimento feminista como movimento social e político, relegando-o a uma condição abjeta. Em um dos principais livros da atualidade que comparam Brasil e Argentina, Boris Fausto e Fernando Devoto não mencionam a luta e as manifestações das feministas no período das ditaduras nos dois países.²⁰⁹ Em evidência, podemos encontrar mais facilmente os movimentos de mães – no Brasil pela anistia e na Argentina pelos filhos desaparecidos – do que a reivindicação por direitos justos e iguais.

As *Madres de la Plaza de Mayo* abalaram a ditadura argentina; tinham voz porque eram mães, assim como as mães do Movimento Feminino pela Anistia, organizado por Therezinha Zerbini. O que se permitia ouvir eram essas outras reivindicações, justas, porém socialmente naturalizadas e aceitas. Mesmo assim não podemos negar sua importância e representatividade no que se refere a uma maior visibilidade das mulheres na esfera pública.

²⁰⁵ OLLÉR, Lucrecia. Entrevista a Ana Maria Veiga. Buenos Aires – Argentina, 24.02.2007. Transcrita por Gabriela Marques. Acervo do LEGH/UFSC.

²⁰⁶ Ibidem.

²⁰⁷ NOVARO e PALERMO. Op. Cit. p. 83.

“[...] um inimigo social, político e ideológico com muitos rostos e braços, que atuava em terrenos distintos e com variadas formas organizativas e métodos.” (tradução livre).

²⁰⁸ BRUJAS. Publicación Feminista, Año 25, N. 32. Buenos Aires: ATEM, Octubre 2006, p. 64.

²⁰⁹ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850 – 2002). 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

Sonia Alvarez nos diz que os militares permitiam as manifestações das associações de mulheres por tradicionalmente considerá-las apolíticas.²¹⁰

Silvia Salvatici mostra que as experiências das mulheres foram percebidas e reconhecidas como diferentes da experiência masculina, o que permitiu refletir sobre a fragmentação da experiência humana em realidades múltiplas e marcadas, cada qual por suas especificidades.²¹¹ Ao tomarmos como fontes os testemunhos das feministas que protagonizaram o contexto do recorte temporal analisado, abrimos novas possibilidades para se olhar um outro aspecto da história brasileira, vivida também por mulheres.

1.5 UM QUASE BREVE DESFECHO

Partindo de tão variados pontos de vista, fica fácil compreender que não houve nos dois países, e provavelmente em nenhum outro da América Latina ou do mundo, um único movimento feminista, mas movimentos de vários grupos fragmentados, com bases ideológicas e filosóficas distintas, mas que estiveram relacionados e traçaram estratégias de ação e reivindicação por uma causa comum. A imagem inicial da rede tem aí o seu início.

Todas as divergências abordadas, que vão de datas a opiniões e posturas políticas, compõem o cenário dos movimentos feministas no Brasil e na Argentina. Certamente há inúmeras contradições, e não podia ser diferente nesse encontro de tantas mulheres ávidas por mudar os ditames impostos sobre suas vidas durante tanto tempo. Podemos pensar esses testemunhos como relatos que sofrem influências constantes e variadas, permeados pela individualidade, por lapsos ou excessos da memória, além de certezas e enganos, próprios das lembranças humanas.

Como nos lembra Elizabeth Jelin, as recordações são próprias e, para fixar certos parâmetros de identidade (nacional, de gênero ou política), as protagonistas selecionam memórias que as põem em relação com outras e que denotam afinidade ou divergência, delimitando suas identidades e estabelecendo marcos sociais onde as memórias irão se enquadrar.²¹²

Além de todos esses aspectos, quando conduzimos uma entrevista, por mais que tenhamos um roteiro pré-elaborado, não podemos nos furtar a corresponder também às

²¹⁰ ALVAREZ, S. E. **Engendering democracy in Brazil**. Op. Cit. p. 75.

²¹¹ SALVATICI, Silvia. "Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres". In. Associação Brasileira de História Oral. **História Oral**. Vol.8, nº 1, Recife: CNPq, 2005, p. 35.

²¹² JELIN, E. Op. cit. p. 25.

expectativas do entrevistado quando, por exemplo, ele desvia a resposta da pergunta ou do próprio tema, não deixa brechas de retorno imediato e demanda um acompanhamento de raciocínio. Seja como for, silêncios, desvios ou excessos fazem parte do processo das entrevistas e podem ser ouvidos com mais atenção já que, segundo Verena Alberti, o depoimento do entrevistado depende também de como ele percebe o entrevistador.²¹³

Sem dúvida, a memória é sempre suspeita, mas suspeito também é o procedimento de quem conduz a pesquisa. O autor de uma entrevista é um filtro, que está ali para racionalizar e conduzir uma conversa que se dá em meio a tristezas, euforias, rancores ou lágrimas. As emoções que impregnam uma entrevista também devem ser analisadas na hora de trabalhar com esse material como documento. Distorções, negociações e escolhas compõem o desafio da interpretação. Elas não devem ser olhadas como elementos que invalidam as narrativas, mas que devem ser colocadas em questão para que se construa outros tipos de reflexão.

Verena Alberti alerta para a tentação que pode rondar os historiadores no sentido de quererem construir memórias, enquanto sua tarefa é a de *estudar* a sua constituição. Diferentemente da autobiografia, ela apresenta a entrevista como objeto de autoria de dois autores: o entrevistado e o entrevistador. “Mesmo que o entrevistador fale pouco, [...] a entrevista que ele conduz é parte de seu próprio relato – científico, acadêmico, político, etc. – sobre ações passadas, e também suas ações.”²¹⁴ Sendo assim, os relatos devem ser devidamente problematizados para que possam auxiliar na composição de questões para a historiografia. O ponto central que podemos destacar em todos os depoimentos é a identificação com o feminismo. Todas eram feministas, todas militavam, mas cada uma à sua maneira, traçando estratégias, compondo redes de relações, mesmo que locais, e elaborando pontos de vista, portanto modos de agir, distintos.

Um dos ressentimentos que aparecem nas entrevistas das feministas brasileiras e argentinas é com a falta de solidariedade à causa feminista dentro dos partidos e agrupamentos políticos de esquerda; enquanto isso, no hemisfério norte das Américas, as mulheres negras e lésbicas lutavam contra sua exclusão do próprio movimento feminista.²¹⁵ Na atualidade, a reclamação mais recorrente é contra o conflito geracional, em que as novas militantes ou estudantes do feminismo não reconhecem o aporte da geração anterior. Leonor Calvera dá o tom da discussão: “Eu não existo, nunca existi, sou invisível, e eu o disse uma

²¹³ ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da História”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 169.

²¹⁴ *Ibidem*.

²¹⁵ Este dado surgiu em uma conversa com a antropóloga feminista Sônia Weidner Maluf. Mais informações podem ser encontradas no livro **Feminist Postcolonial Theory**, Edinburgh University Press: Reina Lewis and Sara Mills, 2003.

vez publicamente numa mesa redonda, que eu sinto que estou como morta para as argentinas.”²¹⁶ Na entrevista realizada com ela e neste trabalho Leonor está em cena, viva, com o mesmo vigor de quase quarenta anos atrás. Seu testemunho é fundamental para a recomposição do cenário dos primeiros grupos feministas argentinos, já distante no tempo.

Michel Foucault sinaliza a realidade material do discurso. Por muito tempo os discursos feministas foram desacreditados, assim como “as palavras dos loucos”, ao mesmo tempo invalidadas, já que o sujeito que fala e seu conteúdo são questionados, mas também poderosas e visionárias,²¹⁷ por isso causadoras de tanto medo e estranhamento. No caso das feministas, suas palavras proibidas pela ditadura e pelo privilégio da fala masculina podem ser hoje ouvidas e lembradas.

Foucault aponta que os discursos são “vontade de verdade”; para ele, a volta do que já foi dito também é um novo acontecimento e o próprio discurso é esse acontecimento. O momento denominado “segunda onda” do feminismo no mundo ocidental pode ser então compreendido como a volta das reivindicações feministas sob outras luzes, mas com o mesmo segmento de discurso apropriado socialmente. A regularidade, a série, denotam uma condição de possibilidade, portanto, ouvir tantos relatos de fatos vividos num mesmo período pode forjar imagens de um cenário, com outras tintas, com a atualização que nos dá o tempo presente. A história considera o elemento dentro de sua série, especifica seu modo de análise, reconhece a regularidade dos fenômenos, seus limites, variações e inflexões; quer “determinar as condições das quais dependem”.²¹⁸

Quanto às divergências propiciadas pela alternância dos pontos de vista, seguimos ainda com Foucault: “Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem.”²¹⁹ Os discursos das feministas brasileiras e argentinas aparecem como fraturas de um mesmo movimento, sem características unificadoras, com pontos de vista variados e contraditórios, repleto das marcas da individualidade; a ponto de algumas entrevistadas que aparecem nesta pesquisa chegarem a questionar o motivo da escolha das outras feministas entrevistadas. Isso eu busquei explicar, já que trabalhamos apenas com o material que podemos acessar. Por isso a inexistência de uma história única e verdadeira; por isso a preferência pelas possibilidades, pela comparação e análise dos relatos colhidos.

²¹⁶ CALVERA, Leonor. Entrevista. Op. cit.

²¹⁷ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura F. A. Sampaio. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

²¹⁸ Ibidem, p. 55-56.

²¹⁹ Ibidem, p. 52.

A especificidade da região do Cone-Sul diante do cenário feminista mundial dos anos 1970 foi a repressão, além do gênero, também dos governos da direita militar. O feminismo aqui nasceu em um paradoxo: de um lado a visão externa e a influência eurocêntrica; do outro, a ditadura militar dentro dos países, fazendo calar as manifestações.

De acordo com Sonia Alvarez, “A ideologia feminista brasileira e a prática política se desenvolveram a partir da oposição progressista e esquerdista ao governo militar”. As reivindicações do feminismo de classe média eram diferentes daquelas defendidas pelos movimentos feministas de segunda onda nas nações capitalistas centrais.²²⁰

A apropriação do material estrangeiro acabou por se tornar uma adaptação à realidade que se vivia em terras argentinas e brasileiras. Apesar do “despertar” iniciado com a leitura de **O segundo sexo** e tantos outros livros depois, a maneira como aquelas autoras expressavam as questões relativas às mulheres parecia distante do cotidiano da dupla opressão vivida pelas sul-americanas, denunciado pelas feministas locais.

Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, afro-descendente brasileira, nascida no Nordeste e vivendo no Rio de Janeiro, nos mostra uma realidade étnica diversa dentro dos grupos feministas do Brasil, de maioria branca, fundados na camada média e na elite da população.

Eu sou a própria representação do povo brasileiro. Meu pai era um negão imenso, e minha mãe branquinha, de um cabelo liso, na cintura. Mas meu pai começou a me mostrar a vida dizendo a necessidade de você trabalhar e ser igual. [...] Dentro dessa busca da igualdade ele foi me dizendo que eu deveria escolher uma profissão que fosse igual a de homem.

Santinha nos ajuda a entender melhor essa especificidade com seu pensamento feminista tipicamente brasileiro: “[...] a leitura, a sensação, eu até coloquei isso discutindo com grupos menores, que eu tinha é que o que Simone de Beauvoir colocava, no livro maravilhoso, era uma coisa de lá, e aqui a gente tinha outra coisa; feminismo aqui é outra coisa, neguinha!”²²¹ Santinha, traduziu em linguagem apropriada o deslocamento do livro de Beauvoir ao entrar em contato com as leitoras brasileiras que viviam uma realidade totalmente diferente do contexto europeu. Possivelmente isso aconteceu com a grande maioria das publicações feministas, que trouxe uma contribuição no sentido de se conhecer o que estava sendo discutido no âmbito externo e até deixou influências, mas que deveria sofrer adaptações essenciais para que seu conteúdo fosse aplicado no cotidiano das mulheres brasileiras.

²²⁰ ALVAREZ, S. **Engendering Democracy in Brazil**. Op. cit. p. 304.

²²¹ SANTOS, Maria do Espírito Santo (Santinha) T. Entrevista. Op. cit.

Portanto, se há uma triangulação, ela pode parecer fazer-se num sentido vertical, onde o vértice “inferior” geográfico do triângulo aparece como receptor das discussões teóricas e das práticas que se dão em outro hemisfério. Mas a apropriação, a tradução e a adaptação fizeram parte da rotina de mulheres que tinham que estar “antenas” naquilo que era discutido e publicado nos principais centros, como um código de acesso à intelectualidade do campo feminista. O feminismo sul-americano teve que se “inventar” de acordo com suas próprias possibilidades e com sua resistência.

María Luisa Femenías argumenta que, como mulheres da “periferia” (a partir dos núcleos hegemônicos do Ocidente) e por nossa vez “tensamente hegemônicas” (com respeito a nossas possibilidades de acesso à educação), nos interessa revisar certos aspectos da nossa localização como latino-americanas. A própria situação na “América Latina” homogeneiza e apaga as diferenças entre as mulheres situadas nas mais diversas regiões contidas neste espaço geográfico, de acordo com ela.²²²

Cláudia de Lima Costa aponta a tradução cultural como um espaço privilegiado para se elaborar análises críticas sobre a política da representação e as assimetrias entre linguagens naquilo que chamou “zonas de contato” no deslocamento das teorias feministas por espaços geopolíticos diferentes.²²³ María Luisa Femenías complementa:

*Los resultados que se producen, gracias a los traslados y al vínculo que se establece entre una cierta teoría y el subalterno, implican un lugar de apropiación que da por resultado la fractura radical del discurso originario, su revaloración y su resignificación contextualizada. Estos lugares matriciales (Bhabha), zonas de contacto (Lima Costa) o fronteras (Anzaldúa) constituyen otros tantos puntos de saturación que favorecen la traducción en términos de alteración y acomodación. Ese traslado de los centros a las periferias simbólicas, da cuenta de una habilidad geopolítica y transnacional de leer, escribir y enriquecer teorías, donde el resultado es una práctica que quiebra, en su reapropiación, los modelos hegemónicos enriqueciéndolos.*²²⁴

²²² FEMENÍAS, María Luisa. Afirmación identitaria, localización y feminismo mestizo. In: _____ (Comp.). **Feminismos de París a La Plata**. Buenos Aires: Catálogos, 2006, p. 103.

²²³ COSTA, Cláudia de Lima. As publicações feministas e a política transnacional da tradução: reflexões do campo. In: **Estudos Feministas**. Vol. 11. N. 1. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2003, p. 254-264.

²²⁴ “Os resultados que se produzem, graças aos traslados e ao vínculo que se estabelece entre uma certa teoria e no subalterno, implicam um lugar de apropriação que tem como resultado a fratura radical do discurso original, sua revalorização e sua re-significação contextualizada. Estes *lugares matriciais* (Bhabha), *zonas de contato* (Lima Costa) ou *fronteiras* (Anzaldúa) constituem outros tantos pontos de saturação que favorecem a tradução em termos de alteração e re-acomodação. Esse traslado dos centros às periferias simbólicas dá conta de uma habilidade geopolítica e transnacional de ler, escrever e enriquecer teorias, do qual o resultado é uma prática que quebra, em sua re-apropriação, os modelos hegemônicos, enriquecendo-os.” (Tradução livre). FEMENÍAS, op. cit., p. 105.

Estas posturas nos ajudam a refletir sobre a possibilidade de encontros com visões imperialistas que ignoram a “teorização subalterna”, como nos adverte Cláudia de Lima Costa. Ainda voltaremos a essa questão no próximo capítulo.

Voltando ao contexto argentino, para finalizar este capítulo vale retomar o trabalho de Fernanda Gil Lozano, que traça o panorama dos grupos feministas nos anos 1980, período de transição democrática. Ela aponta a revalorização dos espaços democráticos nos 80, em contrapartida à busca da transformação social no feminismo da década anterior. Gil Lozano assinala que, se por um lado esta reorientação legitimou uma derrota social irreversível, por outro permitiu uma maior abertura a perspectivas que dariam novo impulso ao movimento feminista.²²⁵

Segundo ela, a democracia habilitou novos lugares e projetos dentro do feminismo e os principais espaços feministas dos anos 1980 foram *Lugar de Mujer*, criado em agosto de 1983, *Asociación de Trabajo y Estudio sobre la Mujer, 25 de Noviembre* (ATEM), criada em 1982, *Alternativa Feminista* (grupo dissidente de ATEM), formado em 1984, *Líbera*, formado em 1982 por um grupo da OFA (Organización Feminista Argentina, originada do antigo MLF), entre alguns outros.²²⁶ O cenário do período que encerra o recorte desta pesquisa parece ter sido bastante produtivo para os grupos feministas argentinos, apesar das críticas de perda de identidade e Estatização que o feminismo recebeu a partir dali.

Agora vamos nos aproximar de estratégias que podemos perceber como sendo a incipiência da formação de redes feministas nas décadas de 1970 e 1980, na Argentina, no Brasil e também no âmbito transnacional.

²²⁵ GIL LOZANO, Fernanda. Las experiencias de la “segunda ola” del feminismo en Argentina y Uruguay. In: MORANT, Isabel (dir.). **Historia de las mujeres en España y América Latina** – del siglo XX a los umbrales del XXI. Madrid: Ediciones Cátedra, 2006, p. 889.

²²⁶ Ibidem, p. 890.

2. AS REDES ou A HISTÓRIA QUE CIRCULA

Este capítulo propõe um olhar sobre as possíveis redes²²⁷ que começaram a se formar a partir da década de 1970 e cujo impulso maior foram as manifestações culturais, sociais e políticas que tiveram como marco simbólico o ano de 1968. Os anos que se seguiram assistiram à emergência do movimento feminista como lugar de resistência social e política. Os grupos que se formaram a partir daquele momento efetuaram trocas e circularam materiais como estratégia política de expansão e consolidação.

Como a(o) leitora(or) certamente irá perceber, buscarei apoio em alguns autores que se utilizam de diferentes conceitos de redes, mas meu primeiro foco não se encontra exatamente em conceitos. O que importa para este trabalho é a intencionalidade e os movimentos que foram realizados no sentido de se constituir uma rede feminista, não na sua consolidação efetiva. Concluir que o que pude encontrar em depoimentos e nas páginas dos periódicos atesta a formação de uma rede de fato, além de precipitado, poderia parecer pretensioso. O mais relevante, para mim, é perceber como as relações entre as feministas, principalmente brasileiras e argentinas, e suas estratégias políticas se estenderam em direção a um desejo de solidariedade e apoio entre as mulheres, independentemente da situação geopolítica de cada uma, e ainda de que maneira buscaram fazer este movimento.

Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos. [...] Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho).²²⁸

As definições utilizadas para o termo “rede” são inúmeras, que vão desde o assistencialismo até os objetivos políticos de união para se avançar em estratégias no sentido da obtenção do que se almeja. Para Manuel Castells, a distância entre dois pontos é menor se eles forem parte de uma rede, ou seja, o individualismo afasta a concretização dos objetivos comuns.

²²⁷ O termo “redes”, no plural, remete à possibilidade de analisar as relações que se deram em nível local, com a união esporádica de grupos até mesmo divergentes em prol de uma causa comum, na mesma cidade, estado ou país e as relações do movimento feminista no contexto mais amplo das trocas transnacionais. Em geral, nas fontes, o termo aparece no singular.

²²⁸ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. V. 1. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 566.

É possível notar, em inúmeros depoimentos ou textos publicados por militantes feministas, a reivindicação da existência de uma “rede” feminista; rede que cruzaria fronteiras, chegaria aos países vizinhos, atravessaria continentes, daria a volta ao mundo. A existência efetiva desta rede pode ser questionada mas, a meu ver, o que não se questiona é o desejo de dar corpo a esta imagem complexa, que exprime solidariedade pela causa comum e coloca cada mulher lado a lado, horizontalmente, já que a imagem de uma rede ou uma teia não dá margens ao mundo das hierarquias. Utópicas ou não, as tentativas foram muitas e seus resultados dão vazão a outros tipos de considerações.

Antes de avançar na análise empírica das fontes aqui propostas, é interessante olhar também para alguns conceitos levantados pela antropologia. J. A. Barnes, já em 1969,²²⁹ define como rede “[...] um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos.”²³⁰, mas a referência, para ele, são todos os membros do grupo, não uma única pessoa, seja ela central ou periférica. Feita a opção por trabalhar com testemunhos, preferi buscar nas escolhas e caminhos individuais uma composição que permita chegar aos grupos e delinear as malhas de uma rede feminista de relações e trocas em âmbito nacional e transnacional.

Do aprendizado a partir das experiências dos grupos de mulheres ao incorporar os erros e os fracassos como fonte de correções e novas inspirações, foi produzindo-se um modelo de participação das mulheres em suas organizações coletivas, e um conhecimento particular das dinâmicas da interação entre elas, fato possível a partir de sua capacidade para se auto-definir e analisar as definições de mulher propostas pelos homens.²³¹

Isso nos possibilita pensar como foi se constituindo a rede feminista, com uma inicial tomada de consciência, que levou à mudança de atitude/ação em suas organizações, como propõe María Cristina Ravazzola, que compara as redes ao movimento de mulheres por ver em ambos pontos de semelhança. “Será que as redes, por serem organizações coletivas que desafiam as formas de organização piramidais tradicionais já compartilham algo com as organizações que propuseram e deram suporte aos movimentos de mulheres?”²³²

A autora observa nas redes características iguais àquelas atribuídas às mulheres, como disponibilidade para a auto-reflexão; expressão aberta dos sentimentos de todos; participação

²²⁹ A publicação brasileira é datada de 1987.

²³⁰ BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. (1969). In: BIANCO, Bela Feldman (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas** – métodos. São Paulo: Global Universitária, 1987, p. 167.

²³¹ RAVAZZOLA, María Cristina. Las mujeres y las redes sociales. Una mirada sobre las redes sociales teniendo en cuenta las diferencias de género. In: DABAS, Elina; NAJMANOVICH, Denise (Comp.). **Redes el lenguaje de los vínculos**. 2 ed. Barcelona/Buenos Aires: Paidós, 2002, p. 199.

²³² *Ibidem*, p. 191.

ativa de todos os integrantes do grupo; todos se sentem atores e produtores de cada projeto; as diversidades são aceitas e os objetivos de todos são integrados e respeitados. De acordo com Ravazzola, nas redes, as diferenças e as diversidades são conceituadas como enriquecimentos possíveis; há tentativas de integrações e novas articulações, além da aceitação das multiplicidades.²³³

É interessante mencionar que quando a autora argentina fala sobre a “comparação entre os paradigmas próprios das redes com os desenvolvidos a partir dos movimentos de mulheres”, uma nota de rodapé vem explicar:

Seria mais adequado nomear a história dos movimentos feministas na produção destas teorias, mas dado que na Argentina predomina preconceitosamente a imagem de um feminismo monolítico que se oporia aos homens, à família e à maternidade, prefiro utilizar a palavra “feminismo” só quando puder esclarecer expressamente seu significado.²³⁴

A rede de preconceitos também parece fazer parte desta pesquisa. Mas voltando às fontes estudadas, podemos notar pontos de similaridade entre elas (que serão tratados a seguir), tanto nas entrevistas transcritas, quanto nos livros escritos por mulheres que protagonizaram os anos de incipiência do movimento feminista, ou ainda nas páginas dos periódicos por elas editados, publicados e lidos.

As informações e teorias trazidas do exterior por aquelas que tinham uma melhor situação financeira e podiam viajar ou receber materiais, acabavam por chegar também às mulheres das camadas populares que passaram a freqüentar os grupos de conscientização ou mesmo às que participavam das reuniões de bairros, nas quais muitas feministas iam para discutir textos e trocar idéias ou experiências. Ou seja, os caminhos que constituem essa teia são múltiplos e podem ser encontrados onde menos se espera, como nos temas similares publicados em periódicos brasileiros e argentinos, sem que tivesse havido uma troca direta entre as editoras destas publicações, ou encontrados em conversas de vizinhas que freqüentavam as mesmas reuniões.

Além disso, quatro das seis argentinas cujas entrevistas analiso neste estudo vieram ao Brasil e tiveram contato com feministas brasileiras. Muitas mulheres de esquerda no Brasil, durante a ditadura militar, buscaram exílio no Chile antes do golpe que derrubou Salvador Allende em 1973 e outras tantas foram se exilar na Europa ou nos Estados Unidos. Mas diante do contexto de terror generalizado vivido por essas mulheres e por tantas pessoas que não

²³³ Ibidem, p. 194.

²³⁴ Ibidem, p. 193.

estavam alinhadas à direita, começo este capítulo falando sobre um outro tipo de rede, a rede do terror, muito mais organizada e eficiente do que as estratégias daqueles primeiros grupos de mulheres que buscavam se afirmar, mesmo que às escondidas, mas que os afetou diretamente.

2.1 OPERACIÓN CÓNDOR: AS ASAS DO TERROR SOBRE O CONE SUL

Muitos documentos da Operação Condor foram encontrados no Paraguai no final de 1992, nos arquivos da polícia secreta paraguaia em Lambaré, cidade próxima à capital Assunção. Eles comprovam a colaboração entre as ditaduras de Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. A Operação teve início em 1975, em Santiago do Chile, a partir de um convite feito pelo então ditador Augusto Pinochet. O documento que resultou desta “primeira reunião de trabalho de inteligência nacional” deixa clara a situação daqueles países, em guerra declarada contra a subversão da ameaça comunista.²³⁵

A Operação Condor colocou-se acima de qualquer desavença política entre os países, garantindo o intercâmbio de informações e experiências, além da captura e tortura de presos políticos estrangeiros dentro de qualquer um dos territórios. Criou-se então uma central de informações ágil e moderna, que contava com mensagens codificadas, correios, telex, telefones com dissimuladores de voz e um amplo banco de dados. Os países usavam também um “manual de tortura”, que era comum a todos.²³⁶

“Entre outras formas que obtiveram êxito, quem sabe as redes sociais mais fortes e efetivas tenham sido as dos dominadores em direção aos dominados...” O questionamento da argentina Heloisa Primavera parece pertinente para esta parte do trabalho. “Na minha compreensão, a partir do sentido comum mais comum (sic), as redes sociais existiram desde sempre. Como tais, podem ser vistas as mais distintas formas de associação entre pares que nossa civilização produziu.”²³⁷ Certamente a rede formada pela Operação Condor foi cercada de êxito.

Na Argentina, oficialmente, desapareceram nove brasileiros, cento e trinta e cinco uruguaios, cinquenta e um paraguaios e quarenta e nove chilenos. Mesmo com o último golpe

²³⁵ MARIANO, Nilson C. **Operación Condór**: terrorismo de estado en el Cono Sur. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998.

²³⁶ Ibidem.

²³⁷ PRIMAVERA, Heloisa H. Todo/nada, siempre/nunca, distinto/igual: acerca de redes sociales y participación. In: DABAS, Elina; NAJMANOVICH, Denise (Comp.). **Redes el lenguaje de los vínculos**. 2 ed. Barcelona/Buenos Aires: Paidós, 2002, p. 161.

militar deflagrado apenas em 1976, lembro que os argentinos já viviam a ameaça do “parapoder” da *Alianza Anticomunista Argentina* (AAA), órgão paramilitar financiado por altos escalões do governo, desde o início da década, mas com mais ênfase a partir de 1973.²³⁸

Desde abril de 1977 foram de mulheres as únicas vozes que a ditadura militar argentina não conseguiu calar. As *madres e abuelas* da Praça de Maio tornaram-se sujeitos políticos quando aprenderam a trocar suas casas pelas ruas, reivindicando explicações sobre o paradeiro de seus filhos e netos, estimados por elas em trinta mil desaparecidos. Nunca se posicionaram como feministas, mas foram de grande importância para o movimento de mulheres, com reflexos significativos para a causa feminista.

O Brasil foi considerado o “menos violento” de todos os países da Operação Condor; o que menos matou e torturou seus prisioneiros (este dado é bastante mencionado nas conversas com as feministas argentinas). Será isso um privilégio? Mas ao mesmo tempo fazia com que alguns (poucos) guerrilheiros capturados fossem se arrepender publicamente, diante das câmeras da mídia, servindo como símbolos de arrependimento e submissão.

De acordo com a jornalista Stella Caloni, “*Aunque resulte doloroso suma en estas circunstancias, podemos llegar a la conclusión de que más de 400 mil latinoamericanos fueron víctimas de políticas de Estado terroristas, cuya base estuvo diseñada en Washington.*”²³⁹ A correspondente sul-americana do jornal mexicano *La Jornada* teve acesso aos documentos encontrados no Paraguai por meio de uma das vítimas dos anos de terror, o advogado Martín Almada, que luta até hoje por justiça. Caloni relata a ligação da Operação com o comando central dos Estados Unidos.²⁴⁰

Com este cenário apresentado, não fica difícil compreender a especificidade dos feminismos nos países sul-americanos. Enquanto no Brasil as feministas começavam a se manifestar com mais frequência e liberdade a partir de 1975, com a distensão da ditadura e o início da Década da Mulher instituído pela Organização das Nações Unidas, na Argentina foi quando elas definitivamente tiveram que se calar. Depois da *Triple A* – que atuava com severidade a partir de 1973, paralela ao governo peronista e ditando as próprias leis num contexto entre-ditaduras²⁴¹ –, mais medo e silêncio, com a última ditadura militar instaurada

²³⁸ MARIANO, Op. cit.

²³⁹ “Ainda que pareça doloroso somar nestas circunstâncias, podemos chegar à conclusão de que mais de 400 mil latino-americanos foram vítimas de políticas de Estado terroristas, cuja base esteve desenhada em Washington.” (Tradução livre). CALLONI, Stella. **Operación Condor: pacto criminal**. 2 ed. Havana – Cuba: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

²⁴⁰ Ibidem.

²⁴¹ Neste período, apesar do medo, algumas feministas conseguiram se manifestar e mesmo publicar materiais, pois apenas aquelas ligadas diretamente à esquerda política eram perseguidas.

em 1976. Em contrapartida a estes dois contextos, os ideais e as práticas feministas seguiam com força nos países do Norte, sem censura ou interrupções, desde os anos 1960.

Retomando a idéia da “rede”, enquanto a hegemonia e o poder ditatorial conseguiram estabelecer seus eficientes intercâmbios por meio da Operação Condor, a rede feminista se tecia aos poucos, sustentada por incansáveis “aranhinhos” que até em tempos ruins não paravam de trabalhar e disseminar em pequenos grupos ou mesmo em trocas individuais a questão maior da opressão que atingia a todas as mulheres. Hoje percebemos com mais clareza sua consolidação. Vamos ver por onde passavam alguns de seus fios.

2.2 NOTÍCIAS E VIAGENS

Segundo Ilse Scherer-Warren, o movimento feminista está entre os movimentos sociais e culturais mais relevantes que entraram em cena e se expandiram pelo mundo a partir da década de 1970. Ela ressalta a ação da sociedade civil por meio dos potenciais de articulação dos sujeitos/atores sociais, com o foco na luta de classes cedendo espaço às ações coletivas contemporâneas. “As modificações nas abordagens não são o mero fruto de um repensar teórico. Há transformações nas realidades internas dos países latino-americanos e externas com repercussões transnacionais sobre a prática efetiva dos movimentos sociais.” Segundo a autora, as modificações históricas conduzem ao repensar das teorias.²⁴² Mesmo assim, a questão da luta de classes permaneceu (ao menos naqueles anos) na “ideologia” de muitas feministas de esquerda, tanto brasileiras quanto argentinas, sendo que muitas delas contribuíram na formação da rede feminista a partir do exílio forçado pelo contexto repressivo das ditaduras militares.

Voltemos à militante de esquerda, mulher de família militante, Maria Lygia Quartim de Moraes, que foi se exilar no Chile em 1971, onde ficou até 1973, ano do golpe que derrubou o governo democrático de Salvador Allende naquele país. De lá seguiu para Paris, onde teve contato com muitas mulheres da esquerda brasileira que buscaram exílio na França. A partir do exílio, no encontro com outras idéias e propostas, aderiu de maneira decisiva ao feminismo, mesmo sem abandonar a questão da luta de classes, bastante presente entre as mulheres da esquerda sul-americana.²⁴³

²⁴² SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1996, p. 14-21.

²⁴³ MORAES, Maria Lygia Quartim de. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. Florianópolis – SC, 28.03.2007. Acervo do LEGH/UFSC.

Lembro que em Paris estava também Danda Prado; ela reuniu mulheres brasileiras e algumas outras latino-americanas em torno de um grupo de discussões feministas, que chegou a ter uma publicação chamada *Nosotras*. A reunião das mulheres ao redor de temas feministas e o aumento do grupo de Danda passaram a incomodar os maridos, a maioria deles ligada ao PC brasileiro; a própria direção do partido chegou a indagá-la sobre a importância daquelas reuniões para a luta geral. Danda Prado continuou com as reuniões e foi uma peça importante na circulação de materiais feministas e na troca com as conterrâneas que permaneceram no Brasil.

No PCB e em Paris estava outra militante política exilada, Zuleika Alambert, que depois veio a se identificar com o feminismo. Zuleika havia partido para o Chile no ano anterior à chegada da ditadura naquele país. Era uma peça importante para aglutinar as mulheres da esquerda em torno dos ideais do PC. No exílio europeu esteve à frente de um grupo de mulheres, também sob a bandeira do Partido Comunista, mas na volta ao Brasil aos poucos passou a se declarar feminista, com a influência de Ruth Escobar. Antes disso Zuleika Alambert tinha o mesmo pavor compartilhado por tantas outras mulheres que fugiam da adjetivação feminista: “Eu também era da luta ‘geralzona’, não queria saber de mulher nem pintada!” Depois, percebendo que as questões das mulheres, pelas quais passou a se interessar, eram secundárias para o partido, que via as feministas como pequeno-burguesas, decidiu se afastar e mudar seu foco de militância.²⁴⁴ Com o exemplo dessas brasileiras, percebemos que o Chile era o primeiro destino de quem era forçado a sair do Brasil para fugir às prisões e torturas promovidas pelos militares.

Quanto às argentinas entrevistadas, boa parte delas esteve no Brasil a passeio ou para participar de eventos feministas. A argentina Mirta Henault veio visitar o Brasil em 1974.²⁴⁵ Ela relembra a alegria dos brasileiros e brasileiras que conheceu, comparando-os aos seus conterrâneos argentinos e à “puritana esquerda argentina” (palavras de Mirta), da qual fazia parte. “Nunca mais voltei a me divertir, a ser *tão feliz* (grifo meu) como lá, porque dançamos, dançamos com as pessoas. E aqui não era assim, era uma repressão... As pessoas são mais fechadas, especialmente a respeito da sexualidade.”²⁴⁶

²⁴⁴ ALAMBERT, Zuleika. Entrevista a Roselane Neckel. Rio de Janeiro, 04.08.2006. Acervo do LEGH/UFSC. Ver também COSTA, Albertina (et alii). **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1980.

²⁴⁵ Mirta Henault foi inspirada em seu mais novo trabalho, que irá discutir a “escravidão” feminina elaborada desde a Antiguidade, por um número da revista **Estudos Feministas** que recebeu de presente no momento da entrevista. Podemos inferir que este pode ser mais um elo de renovação de uma rede feminista, que hoje se propaga por diversos meios, principalmente os eletrônicos.

²⁴⁶ HENAULT, Mirta. Entrevista a Ana Maria Veiga. Buenos Aires – Argentina, 23.02.2007. Transcrita por Soraia Mello. Acervo do LEGH/UFSC.

Temos que levar em conta que mais de trinta anos se passaram desde que a jovem senhora Henault esteve no Brasil e que as impressões sobre aquele momento devem ter em boa parte influência da sua juventude e alegria também. Talvez ainda a isso se deva um pouco de sua impressão sobre a “puritana esquerda argentina”. Mas será que a esquerda brasileira também não pode ser vista como “puritana”, se pensarmos em como ditavam regras de conduta especialmente para as mulheres? De acordo com a pesquisa de Cristina Scheibe Wolff, os grupos da esquerda armada brasileira, predominantemente masculinos, tinham como regra para as mulheres justamente o seu papel social “naturalmente” estabelecido; elas tinham a tarefa de manter as casas, enquanto que as estratégias e táticas de ação ficavam inteiramente por conta deles. As mulheres que se sobressaíam em alguma ação armada eram vistas em alguns casos como “machos” diante do grupo. A imagem do “guerrilheiro” era masculinizada, apesar de alguns grupos serem formados por aproximadamente vinte por cento de mulheres.²⁴⁷

Algumas argentinas, como Dora Barrancos, vieram se exilar no Brasil durante a ditadura militar. Apesar de almejar primeiro o exílio mexicano, Dora veio para o Rio de Janeiro em 1977, para depois se instalar em Belo Horizonte. Tendo passado pelo sindicalismo e militado em partidos socialistas na Argentina, perseguida e exilada, ela nos conta que foi no Brasil que se tornou feminista. “O Brasil, eu sempre digo, foi o país que inaugurou os novos exílios na América Latina.” Militante socialista, via a ditadura brasileira como mais amena do que aquela instaurada em seu país, pois podiam-se encontrar pessoas contrárias ao regime atuando em órgãos públicos, como a Secretaria da Saúde de Belo Horizonte onde foi trabalhar. De volta à Argentina dos anos 1980, levou o feminismo na bagagem e começou a militar em um novo espaço que se formava – o feminismo acadêmico.²⁴⁸ Dora Barrancos é hoje uma das coordenadoras do Instituto de Estudos de Gênero, na *Universidad de Buenos Aires* – UBA.

Vivendo sempre em Buenos Aires, como Mirta Henault, Sara Torres recebia freqüentemente material das feministas brasileiras, fossem eles panfletos ou periódicos, por intermédio do amigo Néstor, que vinha bastante ao Brasil. Ainda hoje ela guarda este material numa caixa em seu escritório, lugar que comporta tudo o que pôde juntar sobre temas relacionados às mulheres e ao feminismo ao longo da vida de militante feminista. A primeira

²⁴⁷ WOLFF, Cristina S. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil. In: WOLFF, Cristina Scheibe, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia R. Oliveira (Org.). **Leituras em rede** – gênero e preconceito. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007, p. 95-111.

²⁴⁸ BARRANCOS, Dora. Entrevista concedida a Roselane Neckel. Montevideu – Uruguai, 2006. Acervo do LEGH/UFSC.

vez que Sara Torres veio ao Brasil foi em 1979, para o I Encontro da Mulher Paulista. Lembra que as primeiras feministas com quem as argentinas se conectavam mais eram as uruguaias e as brasileiras. Segundo ela, no Paraguai e na Bolívia há muitos anos não havia qualquer coisa. A partir dos contatos que fez em São Paulo, ela conta que passou a conhecer também os periódicos publicados pelas feministas brasileiras no período.²⁴⁹

Outra argentina que teve contato com o Brasil foi Lucrecia Ollér, primeiro em visitas em que representava a empresa de cosméticos Helena Rubinstein, onde ela trabalhou por vários anos, até se decepcionar com diversas situações discriminatórias e violentas que envolviam mulheres²⁵⁰ e decidir voltar para a Argentina em 1978. Depois, já num grupo feminista, teve acesso a algumas publicações das brasileiras.

[...] na Argentina nos reunimos um grupo de gente, de mulheres e líamos, líamos matérias, líamos... isso que te digo era como um jornal coletivo, [...] de Danda Prado e de todas essas mulheres que escrevem no exílio, as brasileiras. E para nós era pôxa, como escrevem com absoluta sinceridade!²⁵¹

Ao mesmo tempo em que se admira com elas, Lucrecia reflete sobre as condições sócio-econômicas das feministas brasileiras exiladas.

Eram todas riquíssimas, podiam se dar ao luxo [...]. Branca, Danda e tal, no que não ia bem, que as perseguiram em seu país, e seu país era um desastre, porém todas elas tinham fortunas, então elas se movem com muita comodidade dentro de todos os meios dentro de uma ditadura. No Brasil se inicia o feminismo com mulheres com muita disponibilidade econômica, com condições de sentar num bar em Paris a discutir o que passam as mulheres. Era uma maravilha! E não só em Paris, em Berkeley, na Califórnia. Ou seja, se não chegava a informação, havia grupos e elas mesmas faziam cursos em Berkeley e faziam cursos em Paris.²⁵²

Com este comentário, Lucrecia sinaliza o que já afirmou Leonor Calvera, que raras foram as feministas argentinas que tiveram a possibilidade de viajar. Fica clara também a imagem que tinha do movimento feminista brasileiro, com suas origens no chamado “feminismo burguês”. Lucrecia mostra admiração pelas brasileiras, que podiam escrever livros e transitar sem problemas em meio ao regime militar. “Então, aí havia uma coisa de

²⁴⁹ TORRES, Sara. Entrevista a Ana Maria Veiga. Buenos Aires – Argentina, 03.01.2007. Transcrita por Ana M. Veiga. Acervo do LEGH/UFSC.

²⁵⁰ Muitas vezes os cosméticos que Lucrecia vendia serviram para cobrir hematomas de mulheres importantes (inclusive uma primeira-dama nacional, segundo ela) que eram espancadas pelos maridos.

²⁵¹ OLLÉR, Lucrecia. Entrevista a Ana Maria Veiga. Buenos Aires – Argentina, 24.02.2007. Transcrita por Gabriela Marques. Acervo do LEGH/UFSC.

²⁵² Ibidem.

muito respeito ao que estavam dizendo, porque estava muito bem dito, não tinha erros ideológicos o que estavam dizendo essas mulheres.”²⁵³

Lucrecia também esteve no exílio europeu, circulando entre Espanha, França e Itália, fugindo da já mencionada *Triple A (Alianza Anticomunista Argentina)*, no começo dos anos 1970. Veio novamente ao Brasil, já como militante feminista, entre 1978 e 1980 (não se lembra exatamente), quando conheceu Danda Prado no Rio de Janeiro. Ela e duas companheiras argentinas, que vinham com o dinheiro contado, como rememora, foram convidadas para ficar na casa de Danda e lá permaneceram por três dias. Depois conheceu Branca Moreira Alves, que as convidou para sua casa de São Paulo. Em conversa informal, Lucrecia disse que Branca até hoje se hospeda na casa dela quando vai a Buenos Aires. Um laço se criou e com ele encontramos mais um fio da grande teia.

Lucrecia Ollér e suas companheiras argentinas formaram com as brasileiras um grande grupo de estudos nos primeiros anos 1980. Trocavam materiais e idéias; ela maravilhava-se com o material cedido por Danda Prado: “Danda tinha tudo, até as últimas novidades do feminismo!” O material feminista era fotocopiado para as argentinas para ser lido e discutido. Isso aconteceu durante alguns anos.²⁵⁴

Estas passagens são interessantes não só pelo intercâmbio, pela rede de relações que apontam, mas também pela constituição de uma “identidade” das brasileiras para esta argentina, assim como para Mirta Henault, e talvez para outras que possam ter feito esse tipo de aproximação. Lucrecia diz que o que mais chamou sua atenção nas casas dessas brasileiras foi que, apesar da evidente riqueza, elas se vestiam de maneira muito pobre,²⁵⁵ com túnicas e muitas vezes descalças, e que falavam abertamente sobre o feminismo na frente das empregadas domésticas e com elas, alertando-as para que não se submetessem aos homens nem se deixassem bater; diziam que elas tinham direitos e deviam saber disso. “Ao passo que na Argentina o processo foi o contrário, as ricas que tinham a possibilidade de publicar, de viajar e toda a história, odiavam a nós. Porque eu pertencia à classe trabalhadora, odiavam e não acreditavam nessa coisa...”²⁵⁶ Para ela, “[...] ir ao Brasil era estar em liberdade.”

Esta frase soa no mínimo curiosa, já que o Brasil estava sob o domínio de uma ditadura militar, assim como a Argentina naquele momento. Mirta Henault também teve a mesma impressão: “[...] estive no Brasil em 74, mesmo sob o domínio dos militares, havia

²⁵³ Ibidem.

²⁵⁴ Ibidem.

²⁵⁵ Diante dos padrões argentinos para mulheres da elite.

²⁵⁶ OLLÉR, L. Entrevista. Op. cit.

muito mais liberdade. Muita.”²⁵⁷ Isso abre para a reflexão a respeito das diferenças sociais e culturais entre os dois países, mesmo diante de contextos que poderiam ser aproximados pelo cenário construído pelas ditaduras, e talvez seja um reflexo da visão que as argentinas têm do Brasil, controlado por um regime “menos violento” dentro do contexto sul-americano. É certo que brasileiras e argentinas sentiram de maneira peculiar (nenhuma menos traumática) a repressão em seus países, mas fica claro que para essas últimas a liberdade maior estava do outro lado da fronteira entre ambos.

Blanca Irbalucía foi outra argentina que conheceu o feminismo no exterior, mais precisamente no Peru, onde entrou em contato com as mulheres que formavam o grupo Flora Tristán. Blanca partiu com o marido para o exílio em 1974, antes do golpe militar, perseguidos pela *Triple A*. Saiu da Argentina sem acreditar no discurso das feministas; filha de pai socialista, mas de família rica, não notava realmente a diferença estabelecida para as mulheres. Convidada por Gina Vargas, foi a um encontro feminista no Peru, mais para ter com quem conversar no exílio do que por seus ideais. Imediatamente começou a trabalhar com mulheres da periferia e identificou-se com o feminismo. Quando voltou à Argentina, em 1979, já estava totalmente envolvida com a temática do movimento feminista. Continuou a trabalhar com mulheres pobres, sobre os temas da política e do feminismo. “E não íamos onde as mulheres intelectuais e políticas formaram oficinas, íamos aos povoados (*pueblos*), que se chamavam povoados jovens, que são como favelas.”²⁵⁸

Para Blanca Irbalucía, os países latino-americanos que mais estavam em evidência quando o assunto era feminismo eram o Peru, o México, o Brasil e a República Dominicana. Por ser mais velha do que as outras, via no movimento feminista “uma coisa de jovens”. Resolveu então fazer oficinas com mulheres de terceira idade. Blanca chegou a escrever artigos para a revista feminista **Diva**, publicada pelo grupo peruano Flora Tristán e para a Revista **Fem** mexicana.

Com estes exemplos, podemos inferir que diversas trocas aconteceram, muitas delas impulsionadas pelas próprias ditaduras, como no caso das exiladas que se encontraram ou se descobriram feministas no exterior; outras tantas impulsionadas pela Década da Mulher instituída pela ONU de 1975 a 1985. Sem dúvida, com os ares de democracia nos anos 1980, os grupos feministas puderam estar mais à vontade, chegando mesmo a sofrer certa diluição no Brasil com a influência estatal nas questões relativas às mulheres e também com o retorno

²⁵⁷ HENAULT, M. Entrevista. Op. cit.

²⁵⁸ IRBALUCÍA, Blanca. Entrevista concedida a Ana Maria Veiga. Buenos Aires – Argentina, 26.02.2007. Transcrita por Gabriela Marques. Acervo do LEGH/UFSC.

de muitas delas aos partidos políticos, já que finalmente a esquerda retomava sua representatividade política legal.

2.3 TEXTOS, LEITURAS, TRADUÇÕES

Podemos iniciar a composição de uma análise dos livros lidos por essas feministas no período analisado com a colaboração do pensamento de Ilse Scherer-Warren, que percebe no movimento feminista (como em outros movimentos) a influência de uma produção teórica internacional.²⁵⁹ Considero as leituras em comum e a discussão sobre temas semelhantes um dos pontos que evidenciam a formação de uma rede, ao menos no sentido “ideológico” pois, mesmo com as exceções de leituras localizadas, (como no caso das argentinas, que liam a italiana Carla Lonzi, não mencionada pelas brasileiras) podemos rastrear influências provindas dos mesmos materiais ou de materiais semelhantes, de autoras em comum, com as bases das teorias feministas se alastrando por diversos territórios.

Denise Najmanovich nos lembra que as pessoas se pensam como indivíduos ilhados, não como parte de redes de interação, que podem ser familiares, de amizade, laborais, recreativas, políticas, culturais ou informativas (serem leitores(as), por exemplo).²⁶⁰

Outro autor que ajuda a pensar em uma rede de leitoras feministas (mesmo sem referir-se especificamente a elas) é Alejandro Piscitelli, que vê como possibilidade de rede “[...] uma comunidade à distância que, ainda que não esteja unida fisicamente, de toda maneira forma um grupo associado.” O autor cita como exemplo os telespectadores dos mesmos programas e os espectadores de um mesmo filme no cinema.²⁶¹ Percebemos com estas colocações a quantidade de variações que cercam o conceito de rede – polivalente –, de acordo com Osvaldo Saidón: “O termo ‘rede’, em sua polivalência, nos remete por um lado a uma linha mais conceitual e por outro tem um sentido puramente instrumental e técnico.”²⁶² A análise que apresento aproxima-se mais do segundo sentido proposto pelo autor. Sigamos com ela.

²⁵⁹ SCHERER-WARREN, Ilse. Op. cit., p. 13.

²⁶⁰ NAJMANOVICH, Denise. El lenguaje de los vínculos. De la independencia absoluta a la autonomía relativa. In: DABAS, Elina; NAJMANOVICH, Denise (Comp.). **Redes el lenguaje de los vínculos**. 2 ed. Barcelona/Buenos Aires: Paidós, 2002, p. 61.

²⁶¹ PISCITELLI, Alejandro. Enredados. Ciudadanos de la cibercultura. In: DABAS, Elina; NAJMANOVICH, Denise (Comp.). Op. cit. p. 80.

²⁶² SAIDÓN, Osvaldo. Las redes: pensar de outro modo. In: DABAS, Elina; NAJMANOVICH, Denise (Comp.). Op. cit., p. 203.

2.3.1 O Segundo Sexo e outras leituras compartilhadas

Podemos começar com as leituras realizadas pelas feministas do livro **O Segundo Sexo**, da francesa Simone de Beauvoir, publicado originalmente em 1949. Joana Vieira Borges, ao questionar de que maneira este livro foi lido e quais foram as ressonâncias dessas leituras para as pessoas engajadas nos movimentos feministas, observa que a obra gerou uma longa polêmica em seu país de origem, mas que não se tornou o centro das discussões no Brasil nem na Argentina.²⁶³ Muitas feministas entrevistadas no dois países atestam o conhecimento da obra, que para algumas foi leitura definitiva para suas vidas, e para outras apenas uma leitura obrigatória nos grupos feministas a partir dos anos 1960.²⁶⁴

De acordo com María Luisa Femenías, com o tempo, o livro de Beauvoir se converteu no ensaio mais influente da teoria feminista do século XX, mesmo não tendo nascido de uma inclinação feminista da autora.²⁶⁵ Femenías argumenta que Beauvoir deixou suas “filhas”, que proliferaram e criticaram algumas de suas idéias a partir dos anos 1960. Entre elas estava Kate Millett e Shulamith Firestone. “*Las hijas rebeldes de Beauvoir inician sin más trámite la corriente de la diferencia.*”²⁶⁶

Para várias feministas de esquerda, como a argentina Mirta Henault, o que o livro de Simone de Beauvoir sinalizava era assunto para outras mulheres que sofriam aquele tipo de opressão apontado pela autora, não para as militantes políticas que pretendiam mudar a sociedade e com ela a situação das mulheres. Mirta Henault aponta os escritos de Virginia Woolf e Juliet Mitchell como decisivos para sua tomada de consciência feminista.²⁶⁷

Já outra argentina, María Helena Oddone, conta em sua autobiografia que sofreu um choque no primeiro contato com a obra de Beauvoir. Casada na época com um militar repressor, segundo ela, o livro lhe caiu como um banho de realidade e consciência e veio a ser uma inspiração para sua separação e para a luta feminista que começou a travar durante e depois dela.²⁶⁸

²⁶³ BORGES, Joana Vieira. Leituras de **O Segundo Sexo** no Brasil e na Argentina. 2008. Inédito.

²⁶⁴ O conjunto de entrevistas realizadas com feministas brasileiras e argentinas, assim como de outras localidades do Cone Sul encontra-se no acervo do LEGH – Laboratório de Estudo de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina.

²⁶⁵ FEMENÍAS, María Luisa. **Sobre sujeto y género: lecturas feministas desde Beauvoir a Butler**. Buenos Aires: Catálogos, 2000, p. 14.

²⁶⁶ Ibidem, p. 30.

“As filhas rebeldes de Beauvoir inician, sem mais trâmites, a corrente da diferença.” (tradução livre).

²⁶⁷ HENAULT, Mirta. Entrevista concedida a Ana Maria Veiga. Buenos Aires – Argentina, 23.02.2007. Transcrita por Soraia Melo. Acervo do LEGH/UFSC.

²⁶⁸ ODDONE, María Elena. Op. cit.

Outras entrevistadas que mencionam a leitura da obra de Beauvoir em seus testemunhos são as argentinas Alejandra Ciriza, Dora Barrancos, Lucrecia Ollér, Blanca Irbalucía e Sara Torres.²⁶⁹ Para Dora, Lucrecia e Sara esta leitura foi fundamental para a identificação com o feminismo. Sara Torres comenta:

Eu comecei a me relacionar com a problemática, que ainda não tinha o nome de feminismo desde o ano 1959, em que li *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir. Então, bem, isso foi um “clic” que me deu na cabeça, eu tinha dezenove anos e que, a partir daí, foi como uma ferramenta para olhar a realidade de um outro ângulo e me dar conta dos papéis definidos, as injustiças dos papéis, a não-lógica dos papéis.²⁷⁰

Quanto às brasileiras, Moema Toscano, Heleieth Saffioti, Danda Prado e Albertina Costa comentam a influência do livro entre elas, sendo que Albertina relembra que o livro era obrigatório em alguns cursos da USP nos anos 1970, como o de pedagogia.²⁷¹

O Segundo Sexo foi traduzido para mais de trinta idiomas e publicado em um grande número de países. Independentemente de ter marcado ou não a vida de suas leitoras, é considerado um tipo de leitura que não pôde ser ignorada por mulheres que pertencessem a um círculo feminista ou mesmo pelas intelectuais das três décadas posteriores ao seu lançamento.²⁷²

Outras autoras freqüentemente mencionadas pelas brasileiras e argentinas são Shulamith Firestone, Germaine Greer, Kate Millett, Betty Friedan, Juliet Mitchell e Alexandra Kollontai, principalmente. Roger Chartier, como mencionarei também no capítulo sobre os periódicos, indica que alguns textos podem compor uma série, seja pela temática ou pelo campo de práticas onde podem ser usados.

São criadas assim as *redes de textos* (grifo meu), que às vezes remetem explicitamente umas às outras, que trabalham sobre os mesmos temas, reproduzidos, deslocados ou invertidos e cujas relações não são fundamentalmente diferentes daquelas que existem no interior de um texto dado, entre esses diversos fragmentos.²⁷³

²⁶⁹ Certamente Leonor Calvera também leu o livro de Simone de Beauvoir, mas não o menciona em sua entrevista.

²⁷⁰ TORRES, Sara. Entrevista. Op. cit.

²⁷¹ COSTA, Albertina de Oliveira. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro em São Paulo – SP. 26.08.2006. Acervo do LEGH/UFSC.

²⁷² BORGES, Joana Vieira. O Segundo Sexo: leituras no Brasil. In: **Fronteiras** – Revista Catarinense de História, Dossiê História e Gênero, 15, Florianópolis: ANPUH-SC, junho de 2007, p. 55-67.

²⁷³ CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.) **Práticas da leitura**. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 102.

O autor observa que reconstituir uma leitura implícita visada ou permitida não é sugerir que todas leram da maneira que se desejou que lessem. A apropriação dos escritos se dá das mais diversas formas. Brasileiras e argentinas leram de acordo com seus próprios contextos, posicionamentos culturais e políticos.

Algumas argentinas, talvez pela influência européia de Gabriella Christeler (uma das fundadoras do primeiro grupo feminista, a UFA), mencionam a leitura da obra da escritora feminista italiana Carla Lonzi, fundadora do movimento *Rivolte Femmine*, nos primeiros anos 1970. Carla Lonzi aparece mencionada nas entrevistas de Leonor Calvera, Mirta Henault, Sara Torres e na autobiografia de María Elena Oddone.

A *Unión Feminista Argentina* era tida como um grupo predominantemente liberal, distante das lutas políticas da esquerda (vista como machista), como podemos atestar por meio dos depoimentos de Leonor Calvera e Sara Torres, suas componentes, claramente interessadas nas questões específicas das mulheres, apesar da simpatia pela esquerda. Mesmo assim, o grupo de mulheres de esquerda de Mirta Henault, *Nueva Mujer*, participou das reuniões da UFA por algum tempo, interessadas que suas componentes estavam nas questões feministas, além da luta de classes que travavam pela militância na esquerda política. Mirta relata a ambição de seu grupo:

Queríamos ser a editora do movimento feminista. E tivemos sorte, conseguimos editores, uma revista, publicar esse livro, de um sociólogo chileno, “A mitologia da feminilidade”. E obras de mulheres italianas, norte-americanas, um intercâmbio de conhecimentos que não se limitava a um livro ou dois.²⁷⁴

As “*mujeres políticas*” apontam principalmente para a leitura de Juliet Mitchell e Alexandra Kollontai, que aparecem mencionadas nas entrevistas de Mirta Henault e Alejandra Ciriza (e nas das brasileiras Albertina Costa e Maria Lygia Moraes). Eram elas militantes da esquerda argentina que se aproximaram do feminismo e tornaram-se também feministas, constituindo um grupo categorizado como socialista/marxista. Esta categoria de feministas, onde se encontravam diversas brasileiras que publicaram periódicos na década de 1970, sofria a pressão da dupla militância nos grupos feministas e nos partidos políticos de esquerda, contrários a esses grupos, que tentavam utilizar a colaboração de suas militantes para agregar mais mulheres aos partidos.

Algumas feministas tidas como radicais (como as do *Movimiento de Liberación Femenina*, grupo de María Elena Oddone que publicou o periódico *Persona* e que se

²⁷⁴ HENAULT, M. Entrevista. Op. cit.

identificava com o Movimento de Liberação internacional, originado nos EUA), que posicionavam-se contra a maternidade e viam os homens como antagonistas, relembram também a leitura de Shulamith Firestone. As leituras certamente eram feitas de acordo com os interesses de cada grupo e de cada indivíduo.

Quanto aos grupos, as próprias classificações que ganham ou que se dão podem ser historicizadas como acontecimentos datados. Elas acontecem por causa do desejo de se demarcar diferenças e dizer “não somos iguais”. Além disso, as classificações devem ser problematizadas, já que as pessoas não são o tempo todo aquilo que dizem ser ou aquilo que dizem sobre elas.

Anette Goldberg atenta para essas classificações como posições forçadas, permeadas por certa maleabilidade, mas que se constituíram como diferença.²⁷⁵ As disputas discursivas entre os grupos traziam o objetivo de supostamente esclarecer quem eram as “verdadeiras feministas” e quais grupos eram mais feministas do que os outros. O movimento em torno do feminismo como bandeira única acontecia quando lutavam contra algum inimigo comum ou por alguma questão específica das mulheres, mas era nos momentos de paz que as feministas brigavam entre si, constituindo grupos e demarcando diferenças.

Goldberg explica que nos Estados Unidos, ao lado do Feminismo Liberal, caracterizado pela liderança de Betty Friedan, ganhou espaço também entre os anos 1960 e 1970 o Movimento de Liberação das Mulheres, alinhado à esquerda, que exigia o fim do “patriarcado”. Este movimento acabou por se desdobrar em duas correntes: o Feminismo Radical, que pregava a irmandade (*sisterhood*) entre as mulheres e que deu início aos grupos conscientização (ou “conscienciação”, como preferiam as argentinas), e o Feminismo Marxista ou Socialista. A luta contra o patriarcado era proposta de duas maneiras distintas, com autonomia pela primeira corrente, ou com o envolvimento na luta social mais ampla e a interferência dos partidos políticos pela segunda. Na Europa, o Movimento de Liberação era contrário à subordinação das mulheres aos partidos.²⁷⁶

Para completar o quadro traçado sobre as leituras, Sara Torres, a entrevistada que mais se lembrou dos nomes das autoras lidas na época, lista Shulamith Firestone, Kate Millett, Simone de Beauvoir, Germaine Greer e Betty Friedan. Alejandra Ciriza cita também Margareth Mead. Moema Toscano se lembra de Germaine Greer e Viola Klein. Maria Odila Dias rememora Shulamith Firestone, Jeanet Greal e Robin Morgan. Heleieth Saffioti também

²⁷⁵ GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo**: a metamorfose de uma utopia de libertação em ideologia liberalizante. Tese de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

²⁷⁶ Ibidem, p. 5-6.

leu Betty Friedan. Virginia Woolf influenciou brasileiras e argentinas, como Dora Barrancos, Mirta Henault e Maria Odila Dias. Além das autoras feministas, a maioria das militantes ligadas à esquerda política leram Marx e Engels.

Podemos arriscar que o conjunto desses livros constituíam um *corpus* de leitura que fazia parte da identificação com o feminismo, apesar das especificidades e das escolhas de cada grupo. Portanto era mais comum que as socialistas se identificassem com certo tipo de leitura, as radicais com outro; as argentinas com uma autora específica, mas tudo o que dizia respeito às idéias feministas certamente interessava a quase todas elas; podiam até criticar ou não concordar com determinada obra de determinada autora, mas conheciam o que se dizia sobre feminismo no âmbito mundial e traçaram estratégias e formataram modos de ver o mundo também com base no que tinham a dizer essas autoras.

Muitas feministas, ao tentar encontrar maneiras produtivas de estabelecer diálogos na articulação de alianças transnacionais, através das diferentes comunidades feministas dispersas em um mundo de crescente movimento e contatos transculturais, recorreram à prática da tradução como lugar privilegiado para a negociação de diferenças.²⁷⁷

Cláudia de Lima Costa nos possibilita pensar sobre as re-significações que surgiram a partir da leitura dos materiais aos quais as brasileiras e argentinas tiveram acesso; elas podem ter auxiliado na formação de um tipo de rede embasada nos ideais feministas das teóricas compartilhadas, aproximando a prática feminista dos dois países, mas traçando fronteiras de especificidades, para além daquelas delimitadas pelo espaço geográfico. María Luisa Femenías nos fala de “um trabalho de tradução, de ruptura de contextos e de re-apropriação como direito à produção de saberes”.²⁷⁸ Ela argumenta que estar em um lugar inesperado, onde não se espera que estejamos, nos posiciona a princípio já como sujeitos-agentes.²⁷⁹

Vamos ver agora como alguns livros chegavam a contextos específicos, longe de seus locais de origem e como eles apropriavam e eram apropriados de acordo com a cultura local de suas leitoras (ou seus leitores, por que não...).

²⁷⁷ COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo, tradução, transnacionalismo. In: _____, C. L. e SCHMIDT, Simone P. (Orgs.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Mulheres, 2004, p. 191.

²⁷⁸ FEMENÍAS, M. L. “Afirmación idenditaria, localización y feminismo mestizo”. Op. cit. p. 105.

²⁷⁹ Ibidem, p. 108.

2.3.2 *Our bodies, Ourselves* – Uma viagem de teorias feministas

Paralelamente a essas leituras que aparecem nos testemunhos das entrevistadas, acho interessante observar a análise feita por Kathy Davis sobre o livro de cunho feminista *Our bodies, Ourselves*, editado nos Estados Unidos pela primeira vez em 1970 por um grupo de mulheres que depois formou o Boston Women's Health Book Collective. O livro, assim como **O Segundo Sexo**, foi traduzido para mais de trinta idiomas e cruzou o mundo, com mais de quatro milhões de cópias vendidas, quatro vezes mais do que a obra de Simone de Beauvoir. Parte do sucesso se deve ao interesse mundial pela “saúde das mulheres”, um dos temas abordados pelo feminismo estadunidense dos anos 1970.²⁸⁰

Tratava-se inicialmente de um manual com experiências pessoais e informações úteis, como opção e questionamento à medicina tradicional, que virou *best seller* dentro dos EUA para depois ganhar o mundo. As primeiras traduções foram feitas na Europa Ocidental na década de 70. Nos anos 1980, o livro foi traduzido na Europa Oriental, em outros países do Oriente e também do hemisfério Sul. Segundo Kathy Davis, o mais interessante é a metodologia que as autoras vão desenvolvendo ao receber cartas com as dúvidas e as sugestões de mulheres de diversas localidades; o livro vai se transformando de acordo com as necessidades de seu público alvo e com o passar das décadas. Cada edição traz novidades e as traduções para outros lugares do mundo vão adaptando temas e agregando sugestões das mulheres que vivem naquela região.²⁸¹

Davis busca mostrar como o conhecimento feminista “viaja” através da circulação e da disseminação dos textos feministas através do globo. Podemos começar a pensar nas feministas, primeiro as argentinas, no início dos anos 1970, viajando, buscando materiais feministas, fazendo a tradução simultânea de livros trazidos do exterior. Tudo de novo que chegava a elas era visto como um tesouro, com a fome de saber o que estava acontecendo no outro hemisfério, lá onde haviam descoberto que os grupos feministas podiam se manifestar livremente. Logo (em 1976) seus tesouros teriam que ser muito bem escondidos ou então queimados, para não incriminá-las diante do contexto da repressão militar, como nos relata o testemunho de Leonor Calvera.²⁸²

²⁸⁰ DAVIS, Kathy. **How feminism travels across borders** - The making of *Our bodies, Ourselves*. Durham and London: Duke University Press, 2007.

²⁸¹ Ibidem.

²⁸² CALVERA, Leonor Entrevista concedida a Ana Maria Veiga. Buenos Aires – Argentina, 01.03.2008. Transcrita por Ana M. Veiga. Acervo do LEGH/UFSC.

Volto a questionar se realmente isso chegou a acontecer, pois a impressão que tenho é que as feministas tinham medo, como todas as pessoas alinhadas à esquerda, diante do terror e da repressão dominantes, mas qual a importância que essas mulheres tiveram realmente para os militares? Talvez as feministas militantes de esquerda possam ter sido perseguidas por questões políticas, mas será que o regime militar prestava atenção às mulheres e suas reivindicações? Talvez tenham queimado materiais que poderiam ter sobrevivido.

Depois as brasileiras, chegando no exílio já em meio à ditadura, se deparando com novos pensamentos, com grupos feministas já constituídos, trocando correspondências com as conterrâneas, escrevendo jornais, fazendo encontros... No Brasil, a agenda mundial das Nações Unidas veio dar um empurrão em 1975, com o Ano Internacional da Mulher, quando as reivindicações sobre as questões referentes às mulheres tiveram espaço. Neste mesmo ponto da agenda, as feministas foram excluídas das comemorações na Argentina pelo governo de uma mulher – María Estela Martínez de Perón.

Com a anistia, em 1979, muitas brasileiras voltaram, com seus livros e textos feministas embaixo do braço. Muitas delas tinham se tornado feministas no exterior. Quantas trocas e circulação de teorias puderam acontecer... O cenário feminista brasileiro vivia momentos preciosos, enquanto que as vizinhas argentinas teriam que esperar ainda quatro anos por um pouco mais de liberdade.

Para Kathy Davis, o feminismo começou a ser visto como um tipo de “teoria que viaja”. Situada no debate sobre uma “política de localização”, que aponta para o lugar de onde o sujeito está falando e cria condições para o seu empoderamento, a autora vê esta política e as relações de poder que ela implica como elementos essenciais para se imaginar e implementar alianças políticas feministas através das linhas de diferença, mais do que através de uma identidade compartilhada como mulher.²⁸³

Seguindo tal orientação, sua pesquisa pretende usar as “viagens” de *Our bodies, Ourselves* como uma lente pela qual o significado histórico do livro pode se tornar visível. Para a autora, a variação da travessia de fronteiras, a diversidade de transformação e o modo como o livro molda globalmente encontros entre feministas têm conseqüências para o modo como pensamos sobre a história, as políticas de conhecimento e as políticas transnacionais.

Davis sinaliza que o livro não foi apenas consumido. Os tradutores foram críticos à história do imperialismo dos EUA. Noções de individualismo embebiaram o livro original, assim como seu enfoque consumista da medicina e suas noções ocidentais de liberdade

²⁸³ Ibidem.

sexual. O feminismo estadunidense não era simplesmente imposto às mulheres de fora de lá. O processo de tradução trazia confrontação, negociação e transformação, mudando e rearticulando seu significado em outra língua e em outro contexto.

É importante relacionar este tipo de posicionamento crítico também entre as feministas do Brasil e da Argentina por meio de seus testemunhos. Leonor Calvera já demonstrava uma postura questionadora ao dizer que as práticas dos grupos feministas dos Estados Unidos chegavam até as argentinas mas não era tudo o que vinha de fora que lhes servia. Algumas partes do projeto importado não poderiam ser adaptadas ao seu grupo e talvez a nenhum outro, ao menos dentro da Argentina.²⁸⁴

O tom do testemunho da brasileira Maria do Espírito Santo (Santinha) Tavares dos Santos, já mencionado no primeiro capítulo, é precioso para se entender que as traduções do feminismo não podem ser literais, mas devem sofrer a adaptação necessária a cada contexto e a cada período. Lembrando sua fala, já colocada no primeiro capítulo, sobre a impressão que teve sobre o livro de Simone de Beauvoir: “Feminismo aqui é outra coisa, neguinha!”²⁸⁵ Não se pode hegemonizar uma prática tão profunda como o feminismo e deixar de se considerar as especificidades culturais e geopolíticas de cada grupo em cada parte do mundo. Aqui, pontualmente, nos interessa Brasil e Argentina.

Segundo Kathy Davis, o que se pode fazer são traduções culturais, que podem criar “comunidades feministas imaginadas”, capazes de reconhecer diferenças entre mulheres enquanto antecipam possíveis pontos em comum de luta. *Our bodies, Ourselves* pode ser lido e interpretado de modo específico por suas leitoras; ele produz um tipo de leitor(a), um sujeito situado que pode participar ativamente no projeto de conhecimento feminista que ele representa.²⁸⁶

A tradução latino-americana gerou polêmica, pois as editoras olhavam para o livro estadunidense como individualista, com orientação consumista e insuficiência política. As feministas latino-americanas não tomariam como padrão o feminismo dos EUA; ao contrário, pensavam que as estadunidenses tinham muito que aprender com as “irmãs” (*sisters*) da América-Latina e viam a tradução como um meio de facilitar a fluência de conhecimento em ambas as direções.²⁸⁷ Para a autora, as tradutoras pareciam motivadas a abraçar as diferenças

²⁸⁴ CALVERA, Leonor. The fire cannot be extinguished. In: MORGAN, Robin (Ed.). *Sisterhood is global – The International Women’s Movement Anthology* (1984). 2 ed. New York: The Feminist Press at The City University of New York, 1996, p. 55.

²⁸⁵ SANTOS, Maria do Espírito Santo (Santinha) Tavares dos. Entrevista concedida a Roselane Neckel. Rio de Janeiro – RJ, 14.02.2005. Acervo do LEGH/UFSC.

²⁸⁶ DAVIS, Kathy. Op. cit, p. 180.

²⁸⁷ Ibidem.

como uma oportunidade de produzirem um texto mais opositor, deixando claro o lugar de onde falavam.

Pensar que os textos não permanecem iguais no cruzamento de fronteiras ajuda a questionar a circulação de materiais vistos como procedentes de um “centro” geopolítico em direção a uma “periferia”. As teorias são filtradas e delas se aproveita aquilo que possa encontrar eco dentro de uma cultura localizada.

O Brasil, na situação intencional em que foi colocado, de um país “em desenvolvimento”, esforça-se ao máximo para alcançar os que já pertencem à suposta condição de “desenvolvidos” e muitas vezes podemos perceber uma negação da igualdade (ou como as feministas preferiam dizer, da “irmandade”) no contexto sul-americano. É como se vivêssemos numa posição intermediária, esperando atingir outro nível para nos distanciarmos da situação atual.

O mesmo pode ter acontecido com certa intelectualidade, que buscava um nivelamento “por cima”, inspirado na Europa e nos Estados Unidos. Talvez isso possa ter acontecido com as primeiras feministas, ao menos com a maioria das que formam o grupo de entrevistadas às quais tivemos acesso. A busca da novidade intelectual estadunidense ou europeia pode ter feito com que negligenciassem a política de localização e não olhassem ao redor, para o que pensavam e escreviam as vizinhas do Cone Sul, seu âmbito geopolítico mais restrito.

Quanto às argentinas, seguindo a linha dos depoimentos analisados, estavam muito mais distantes das brasileiras do que de seus vizinhos de língua espanhola. Mesmo assim, houve trocas significativas entre algumas das feministas dos dois países.

Nos dois espaços geográficos, a história do tempo presente nos remete ao que foram chamadas as “ondas” do feminismo. Kathy Davis critica duramente esta divisão temporal, afirmando que a impressão que se tem é a da existência de espaços vazios entre essas ondas, quando as práticas feministas não puderam ser encontradas. Além disso, segundo a autora, as feministas estadunidenses vêem o feminismo como um fenômeno daquele país, sem considerar qualquer referência fora dele. Para ela, o declínio da “segunda onda” branca é contemporâneo à ascensão do feminismo multi-racial que se dissemina hoje na maior parte do mundo.²⁸⁸

Para Davis, a historiografia feminista contemporânea deve explorar os caminhos nos quais o global já está implicado em histórias locais, assim como a diversidade das lutas

²⁸⁸ Ibidem, p. 203.

feministas ao redor do globo, que emergem em específicas localidades geográficas e em específicos momentos históricos.²⁸⁹

As redes podem ser traduzidas, de acordo com esta abordagem, por um feminismo transnacional, no qual as mulheres estão ligadas por relações de poder estruturadas globalmente. Para esta concepção, ao mesmo tempo em que as alianças feministas são necessárias e desejáveis, elas também são permeadas por desigualdades e hierarquias. As feministas não devem assumir afinidades naturais baseadas no gênero compartilhado, mas reconhecer sua cumplicidade em histórias nacionais de imperialismo, colonialismo e escravidão.²⁹⁰ Sob esta perspectiva, brasileiras e argentinas estariam situadas muito mais próximas pelo paralelo de suas histórias do que as européias e estadunidenses cujas teorias sempre buscaram alcançar.

Vamos agora passar ao exemplo de outro tipo de abordagem com relação às possíveis redes que se formaram, ou que se tentou formar, por meio de textos escritos.

2.3.3 *Sisterhood is Global* – Como seria um movimento feminista mundial?

A idéia de *sisterhood* ou apenas *sister* correu o planeta, plantada pelo movimento feminista estadunidense, oferecendo as bases para o feminismo da diferença, no começo dos anos 1970. Na coletânea *Sisterhood is Global*, organizada por Robin Morgan²⁹¹ em 1984, fica clara a “intenção” de se formar uma rede feminista mundial. Mesmo sofrendo inúmeras críticas, como a de querer dar visibilidade a uma “irmandade branca e imperialista”, por exemplo, a obra atesta que esse desejo existia, como expressão da vontade de união e força para um “movimento feminista” que não podia ser visto como unificado. E é assim que pretendo me acercar dela, como instrumento de um “desejo” de se constituir uma rede, não como uma confirmação.

Ilse Scherer-Warren sugere que pensar em rede, do ponto de vista epistemológico, é pensar na possibilidade de “integração de diversidade”, não em “unicidade” totalizadora; é “buscar formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal”.

²⁸⁹ Ibidem, p. 205.

²⁹⁰ Ibidem, p. 207-208.

²⁹¹ Feminista radical, Robin Morgan também editou os livros *Sisterhood is Powerful*, uma antologia de escritos do *Women's Liberation Movement* norte-americano, em 1970, e *Sisterhood is forever*, em 2003. Além disso, era editora da *Ms. Magazine*.

Devido ao caráter transnacional do movimento feminista, ele conta com a comunicação, a articulação e o intercâmbio entre os atores (neste caso a maioria “atrizes”) sociais.²⁹²

Em *Sisterhood is Global*, Robin Morgan reuniu mulheres de setenta países para falarem sobre o feminismo e a situação das mulheres no mundo: Afeganistão, África do Sul, Argélia, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Áustria, Brasil, Canadá, Caribe, Chile, China, Colômbia, Coreia, Cuba, Dinamarca, Egito, El Salvador, Equador, Espanha, Finlândia, França, Alemanha (Oriental e Ocidental), Gana, Grã-Bretanha, Grécia, Guatemala, Hungria, Ilhas do Pacífico, Índia, Indonésia, Irã, Irlanda, Israel, Itália, Iugoslávia, Japão, Kuwait, Líbano, Líbia, México, Marrocos, Nepal, Nicarágua, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Palestina, Paquistão, Peru, Polônia, Portugal, Quênia, Romênia, Senegal, Sri-Lanka, Sudão, Suécia, Tailândia, União Soviética, Venezuela, Vietnã, Zâmbia, Zimbábue.

Na coletânea que apresenta países de A a Z, as feministas escolhidas puderam falar e expressar o que entendiam como mais importante sobre as questões específicas das mulheres em seus países. Na introdução, Morgan fala em um “feminismo planetário”, que teria originado a “*cross-cultural rebellion*”, ou seja, uma revolução intercultural, que atravessaria países em torno de uma causa comum. A compilação, de acordo com o que diz a própria obra, é considerada texto essencial para o movimento internacional de mulheres.²⁹³

Curiosamente, mas não sem explicação, representaram Argentina e Brasil na coletânea respectivamente Leonor Calvera e Danda Prado (mulheres brancas, consideradas de elite em seus países). Calvera apresenta o artigo “*The fire cannot be extinguished*” (“O fogo não pode ser extinto”) e Prado o artigo “*A fertile but ambiguous feminist terrain*” (“Um terreno feminista fértil, mas ambíguo”). O motivo da escolha desta obra é justamente a participação das duas entrevistadas que também estão em foco no meu trabalho.

Leonor Calvera traça no artigo o panorama do feminismo na Argentina, ressurgido a partir de 1970, após cinquenta anos de esquecimento (relembrando o que se chamou a *primeira onda*, com as sufragistas do início do século XX). Ela destaca a criação da UFA – *Unión Feminista Argentina* – da qual fez parte desde o início, em 1970, assinalando o desejo que tinham de “aumentar a consciência feminista” e o “sentimento de irmandade”, em nome do qual as integrantes do grupo propunham a extinção de qualquer tipo de hierarquia, pregando a horizontalidade.

²⁹² SCHERER-WARREN, Ilse. Op. cit. p. 9-10.

²⁹³ MORGAN, Robin (Ed.). *Sisterhood is global* – The International Women’s Movement Anthology (1984). 2 ed. New York: The Feminist Press at The City University of New York, 1996.

Calvera comenta no artigo sobre as leituras que ela e as companheiras da UFA faziam: “[...] liamos avidamente materiais de outros países, que falavam do mesmo sofrimento, da mesma fúria, do mesmo desespero e dos mesmos desejos de mudança que nós, como mulheres, sentíamos aqui na Argentina.” Mas reconhece que, na prática, algumas das bases das teorias vindas de fora não eram adaptáveis ao seu grupo: “[...] o tom dominante do plano – o nível emocional-existencial, como meio de entendimento e, eventualmente, de ação – era inadaptável às necessidades do nosso grupo.” Achava que, apesar das catarses sentimentais serem adequadas aos grupos de conscientização, elas não levariam a uma ação que efetivamente pudesse trazer mudanças. “A verdade é que, com a urgência de encontrar respostas, foi necessário improvisar hipóteses e análises parciais.”²⁹⁴ Portanto as necessidades tiveram que ser supridas internamente, de acordo com a especificidade do feminismo na Argentina.

Nelly Richard também discute a questão da apropriação das teorias dos chamados países do “centro” por aqueles considerados de “periferia”. Para ela, as operações de códigos das práticas subalternas reinterpretem e criticam hibridamente os signos da cultura dominante, a partir do seu interior. A autora ataca e desconstrói os argumentos das feministas dos países do Norte que apontam para a divisão entre a teoria produzida por elas e a experiência compartilhada pelas latino-americanas. De acordo com ela, muitas teóricas escrevem a partir de elaborações formuladas por mulheres latino-americanas, consideradas incapazes para a produção teórica.²⁹⁵ Podemos pensar nessa reinterpretação e crítica do conjunto de obras feministas publicadas a partir da década de 1960, dentro do contexto específico de cada grupo feminista, em cada país. Os interesses funcionavam como filtro para a escolha dos materiais aos quais podiam ter acesso e, mesmo dentro de um conjunto de textos, algumas leituras seriam privilegiadas em detrimento de outras, que seriam úteis apenas no contexto de outros grupos.

O artigo de Danda Prado para *Sisterhood is Global* é permeado pelas influências que absorveu em sua trajetória de militante feminista. O primeiro contato com o tema da opressão das mulheres teria sido com o livro de Simone de Beauvoir, **O Segundo Sexo**, mas Danda Prado ressalta a decepção com a postura política de Beauvoir, que colocava a luta de classes como prioridade sobre a luta das mulheres. Destaca também a influência da coluna de Carmen da Silva na revista Cláudia, a partir de 1963, para a consciência que tomou sobre essa

²⁹⁴ CALVERA, Leonor. The fire cannot be extinguished. In: MORGAN, Robin (Ed.). **Sisterhood is global** – The International Women’s Movement Anthology (1984). 2 ed. New York: The Feminist Press at The City University of New York, 1996, p. 54-59.

²⁹⁵ RICHARD, Nelly. **Intervenções críticas**: Arte, Cultura, Gênero e Política. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

opressão específica sofrida pelas mulheres. Conta que acabou se divorciando, mas resistiu ao termo “feminista” até pelo menos 1970, período em que a própria Simone de Beauvoir desiludiu-se com o silêncio dos países socialistas quanto ao papel das mulheres e tornou-se feminista. Neste ano, Danda Prado exilou-se em Paris, onde viveu durante uma década.

Para ela, o feminismo no Brasil surge com força a partir de 1975, sob o “[...] guarda-chuva ‘legitimador’ das Nações Unidas e o Ano Internacional da Mulher”, que possibilitou manifestações dentro de um contexto que as havia reprimido totalmente. Prado conta que participou das comemorações do Ano Internacional da Mulher na Cidade do México e observou o confronto entre as exiladas sul-americanas (principalmente as chilenas, argentinas e uruguaias) e as feministas dos países industrializados, entre elas Betty Friedan. Segundo ela, tratava-se de um embate entre as feministas políticas (ligadas em sua maioria a partidos de esquerda) e as autônomas.

Quanto ao jornal bimestral publicado em Paris, do qual era uma das principais editoras, o *Nosotras*, Danda Prado afirma que as feministas latino-americanas que escreviam para o jornal “[...] sentiam a necessidade de uma publicação que servisse como uma ponte entre França e América-Latina durante um período de silêncio e rigorosa censura em muitas nações daquele continente.”²⁹⁶

Podemos inferir sobre a intencionalidade da criação de uma rede de contato e apoio que é trazida para o campo da ação por meio da edição do jornal e da troca de correspondência entre Danda Prado e as feministas brasileiras (e certamente entre a maioria das exiladas e as feministas de seus respectivos países). O desejo de se fazer uma “ponte” é traduzido aqui como mais um exemplo da intencionalidade de se criar na prática uma “rede” feminista.

Optei por me estender na exposição do artigo de Danda Prado, pois ele sinaliza algumas leituras que fez, as influências que recebeu, o compartilhamento do exílio com outras brasileiras e latino-americanas, além de demonstrar o desejo de trocar informações, publicar idéias e se corresponder com feministas de outros espaços geográficos. Entendo que as redes se formam de diversos modos, de pequenas trocas até influências comuns, adquiridas por meio de leituras, conversas ou outros meios de acesso ao que acontece em outras cidades, outros estados, países e continentes.

²⁹⁶ PRADO, Danda. A fertile but ambiguous feminist terrain. In: MORGAN, Robin (Ed.). **Sisterhood is global** – The International Women’s Movement Anthology (1984). 2 ed. New York: The Feminist Press at The City University of New York, 1996, p. 80-88.

J. A. Barnes nos fala que as redes podem ser finitas e infinitas. Busco situar assim a almejada rede feminista no conceito de “rede infinita”, pois nela, usando suas palavras, “[...] não existe um limite para o número de pessoas que possam pertencer a cada um dos conjuntos, ou para o número de conexões que possam existir entre elas.” Barnes sugere que, para o propósito de análise, ignora-se o fato de que apenas um número finito de pessoas está em contato entre si. “Por isso, examina-se uma área delimitada como se fosse uma rede que se estende continuamente.”²⁹⁷ A pontuação dos espaços geopolíticos de Brasil e Argentina e a triangulação com as feministas no exílio podem representar a continuidade das relações entre as feministas que começaram a formar as redes que busco analisar, durante os primeiros anos 1970, e que se expandiram principalmente a partir da década posterior, já com as democracias no espaço geopolítico do Cone Sul.

Para o objetivo desta pesquisa, os limites geopolíticos são considerados, no que se refere à formação da rede; eles aparecem com relevância quando há a necessidade de se fazer comparações entre os grupos feministas no Brasil e na Argentina. Quanto ao livro de Robin Morgan, apesar de não abranger a totalidade dos países existentes no mundo, ganha representatividade como um recorte de boa parte desses países.

O livro organizado por Morgan é direta e duramente criticado por Kathy Davis, na comparação com o sucesso feminista *Our bodies, Ourselves*, ambos de origem estadunidense. O que a autora critica é o tipo de feminismo que se pretende, acusando uma visão imperialista e irreflexiva por parte da obra de Morgan. Davis argumenta que o feminismo dos EUA tem freqüentemente tido uma visão internacional de um mundo unitário de mulheres, trazendo com ele mulheres de diferentes partes do globo em virtude da sua assumida experiência compartilhada de opressão e suas lutas em comum como mulheres. Segundo ela, foi a essa experiência compartilhada que Morgan buscou dar visibilidade em 1984. “O perigo desta versão de “feminismo global”, contudo, era a centralidade que ela tendia a dar às mulheres brancas dentro do que era decididamente uma versão euro-americana do feminismo.”²⁹⁸

De acordo com a crítica de Davis, além de ser etnocêntrico, o feminismo global celebrava as “diferenças culturais”, mistificando as relações de poder e adotando um relativismo cultural, que deixava de lado as necessárias discussões sobre a responsabilidade feminista e um engajamento mais sério com a prática e a política em outras partes do mundo. Os problemas inerentes ao feminismo global eram contrários à integração do desejo feminista

²⁹⁷ BARNES, J. A. Op. cit.

²⁹⁸ DAVIS, Kathy. Op. cit. p. 9.

de alianças transnacionais com uma cultura crítica feminista, antiimperialista.²⁹⁹ As redes passariam por outros caminhos.

Para Davis, a trajetória internacional de *Our bodies, Ourselves* é um bom exemplo de como o feminismo Ocidental pode ser descentrado. O livro e sua disseminação permitiram a mulheres separadas geograficamente e por diferentes relações de poder, imaginarem uma comunidade feminista baseada no respeito pela diferença e no desejo de se encontrar pontos comuns de luta. *Our bodies, Ourselves* foi a ocasião para um diálogo global que reuniu a crítica reflexiva e o desejo utópico de comunicação e comunidade.³⁰⁰

Voltando a Morgan, da região geográfica do Cone Sul, além de Brasil e Argentina, encontramos apenas o Chile, nas páginas de *Sisterhood is Global*; Uruguai, Bolívia e Paraguai ficaram de fora. Por outro lado, feministas de países latino-americanos como Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Peru, Nicarágua e Venezuela estiveram presentes. Talvez isso possa ser explorado como um sintoma da rede que se expande por influência de uma localização geopolítica de interesses. Da perspectiva dos estudos sobre o Cone Sul, esses países não teriam tanta relevância para o momento; já para a estadunidense Robin Morgan, os países da América Central e os do norte da América do Sul encontram-se fisicamente mais próximos. Escolhas sempre se dão de formas diversas, obedecendo a critérios específicos de interesses.

A escolha das mulheres que escreveram artigos para a coletânea também pode ser questionada. Quais outras possíveis representantes do feminismo nesses países ficaram de fora para que essas mulheres pudessem falar? Como a equipe de Robin Morgan chegou às escolhidas? Que grupos elas representaram? Mulheres que circulam na mídia, nas instituições políticas, nos congressos e no meio acadêmico certamente ganham mais visibilidade.³⁰¹ Além disso, Morgan contou com aquelas que vivem ou viviam nos Estados Unidos. Os modos de constituição das redes de relações podem ser os mais diversos.

Marcelo Pakman, observa, ao analisar a metáfora da rede, que os grupos interligados “definem um campo de interesses, formalizam suas preocupações e suas práticas, suas linguagens e estratégias, traçam uma borda ou uma fronteira ao redor de si mesmos, se

²⁹⁹ Ibidem.

³⁰⁰ Ibidem, p. 196.

³⁰¹ Relembro a situação da argentina María Elena Oddone, que sempre era convidada a falar nos meios de comunicação como representante do movimento feminista e ironicamente aparece nas entrevistas analisadas neste trabalho como a pessoa mais criticada pelas outras militantes feministas, apontada como mulher de direita e como aquela que queria ser a “presidente” de um movimento que se dizia contrário às hierarquias proposta por um modelo idealizado e criado por homens.

propõem objetivos, distribuem funções, se fundam, enfim, a si mesmos, diferenciando-se de outros.”³⁰²

Assim como no processo de escolha das feministas privilegiadas no meu estudo, talvez as escolhidas para a coletânea de Morgan tenham sido aquelas às quais o acesso se tornou possível, constituindo um grupo, mesmo sem a presença física, por indicações, por se ouvir falar delas, por terem sobrevivido aos anos, enquanto outras se foram e já não podem contar suas histórias... Esse aspecto híbrido de constituição aparece como uma característica do tipo de rede que busco observar neste trabalho.

Michel Pollak nos fala sobre o silêncio como forma de resistência,³⁰³ talvez as não-representadas no livro compilado por Robin Morgan fossem mulheres cujos discursos poderiam nos interessar, mas que não tiveram a oportunidade de estar lá. Os discursos que foram de fato publicados eram aqueles mais próximos da linha editorial do livro, resultado de escolhas que devem ser observadas como políticas. Discursos, como memórias, emergem conforme as circunstâncias. Pollak menciona o “trabalho de enquadramento da memória”. Para ele, “Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum.”³⁰⁴ O livro de Morgan pode ser olhado como a “produção” de uma memória, cujo ponto comum é o suporte de publicação. As feministas contaram diferentes partes da história de seus países, ressaltando aspectos referentes às mulheres. O livro é resultado da construção de um espaço de memória feminista, demarcado pela intencionalidade de suas autoras e por seu propósito inicial de se constituir um tipo de rede.

Morgan diz lamentar os países que não puderam ser representados na coletânea e afirma que a escolha foi feita com bases em contatos, muitos dos quais fracassaram, enquanto outros exigiram esforços e tempo para que a elaboração e o recebimento dos textos pudessem acontecer. Segundo ela, muitas das convidadas indicaram “irmãs” (*sisters*) de outros países para participarem da coletânea. Seu desejo era que a antologia, idealizada e executada durante cerca de quinze anos, pudesse ser uma representação ampla e enérgica, com variados artigos escritos por mulheres cuja principal conexão entre elas seja o compromisso mútuo com a expansão da liberdade para as mulheres.³⁰⁵

³⁰² PAKMAN, Marcelo. Redes: una metáfora para práctica de intervención social. In: DABAS, Elina; NAJMANOVICH, Denise. Op. cit. p. 297.

³⁰³ POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

³⁰⁴ Ibidem.

³⁰⁵ MORGAN, Robin. Prefatory note and methodology. In: MORGAN, Robin (Ed.). Op. cit.

A autora classifica os artigos como ecléticos, com estilos totalmente diversos, que vão do feminismo radical ao moderado/reformista e ao socialista, para que assim pudesse ser desenhada uma visão mundial do ativismo das mulheres e para que se visse onde as diferenças, similaridades e paralelos realmente estão. Morgan revela que em raros casos as autoras não são nascidas nos países pelos quais escrevem, como é o caso da estadunidense que escreve pela Grécia, Margaret Chant Papandreou, que segundo ela é considerada e legitimada pela população como cidadã grega.³⁰⁶ A pergunta que fica é se realmente não havia a possibilidade de se encontrar alguma mulher grega que pudesse falar pela Grécia. Mais uma vez temos o exemplo de relações pessoais ou indicações prevalecendo como critérios de escolha.

Jeremy Boissevain já em 1974 observava, sob um enfoque antropológico, o poder das redes sociais e das coalizões, onde as relações pessoais de influência podem, segundo ele, chegar ao cotidiano das relações sociais.³⁰⁷ Podemos observar a obra *Sisterhood is Global* como um tipo de coalizão que se realiza no intuito de representar uma rede feminista mundial? Talvez. O livro é um trabalho idealizado, com depoimentos encomendados, já que as autoras dos artigos não puderam (e seria impossível) se reunir para discutir e criar uma coalizão; aceitaram um convite e fizeram parte de um projeto idealizado por Robin Morgan, estadunidense, com uma visão própria para pensar as escolhas e o próprio “movimento feminista mundial”.

Voltando a Pakman, ele questiona a materialidade das “redes”, impossível de ser alcançada. O autor discute a rede como metáfora e nos diz: “Toda metáfora é, em última instância, inadequada, porque aquilo que pretendemos iluminar com ela é, finalmente, idiossincrásico e único.”³⁰⁸ O autor vê como sendo parte das redes as possibilidades de crescimento e a ambição de conquista.³⁰⁹ Talvez neste ponto possamos tocar novamente o livro de Robin Morgan, que pretendia ser um marco para o feminismo mundial, unindo feministas de vários países em suas páginas, funcionando como um dos nós da rede feminista em nível global.

Pequenos prefácios introduzem os artigos das feministas nesta obra, informando dados genéricos sobre os países, como espaço territorial, língua, política, economia, e também dados mais específicos como leis sobre divórcio, aborto, contracepção e violência contra as

³⁰⁶ Ibidem.

³⁰⁷ BOISSEVAIN, Jeremy. Op. cit.

³⁰⁸ PAKMAN, Marcelo. Redes: una metáfora para práctica de intervención social. In: DABAS, Elina; NAJMANOVICH, Denise (Comp.). Op. cit., p. 295.

³⁰⁹ Ibidem, p. 296.

mulheres. A autora conta que o projeto original previa apenas uma página de informações sobre cada país, mas que conforme os dados chegavam, ficava impossível rejeitá-los. As páginas que apresentam os Estados Unidos ocupam (no mínimo) o dobro do espaço aberto para a apresentação dos outros tantos países. Estrategicamente, a estadunidense que fala sobre feminismo no país é uma mulher de origem indígena, que dá e já deu aulas em diversas universidades espalhadas pelos Estados Unidos.

Voltando à argentina e à brasileira que foram convidadas a participar da coletânea, é interessante pensar que os textos de Leonor Calvera e Danda Prado refletem, além da militância feminista que não deixou de existir, a preocupação com a recuperação histórica do movimento feminista em seus países, do qual foram ambas protagonistas. Leonor une à história um discurso militante. Danda coloca dentro da história a sua própria experiência na militância feminista.

Um estilo totalmente diverso é apresentado pela chilena Marjorie Agosin, que faz um artigo “poético” para falar do contexto chileno de várias épocas e da situação das mulheres em seu país. Apesar do tom feminista de seu discurso e da reivindicação de igualdade de condições, a autora não menciona o movimento feminista ou a atuação de qualquer feminista chilena. Seu texto tangencia o termo “feminismo”, aproximando-se mais da história das mulheres.³¹⁰ Olhando com mais atenção para a pequena biografia que segue o artigo, pude compreender melhor por onde passou essa escolha que me causou certo estranhamento em comparação com os textos de Leonor Calvera e Danda Prado. A poeta e crítica literária Marjorie Agosin, chamada para representar as feministas chilenas é (ou era na época) professora assistente de literatura latino-americana na Wellesley College, em Massachusetts. Ou seja, certamente conhecida de Robin Morgan ou de membros da sua equipe, provável motivo pelo qual chegou às páginas de seu livro. Mais difícil para as compiladoras da obra, provavelmente, seria localizar alguma feminista com representatividade (e com uma visão mais crítica) dentro do Chile para escrever sobre a história do feminismo naquele país, apesar de elas existirem, muitas inclusive ligadas à academia.

O mesmo não podemos dizer da escolha da colombiana Luz Helena Sánchez quanto a sua representatividade. Ela foi uma das fundadoras do grupo *Mujeres en la Lucha*, o mais antigo grupo feminista da Colômbia, mas pode ter sido escolhida também por ser membro do *International Feminist Collective*.³¹¹ Quando analisamos uma obra, é quase impossível chegarmos à historicidade presente nos bastidores de sua produção, que possivelmente não é

³¹⁰ AGOSIN, Marjorie. *Women of smoke*. In: MORGAN, Robin Op.cit., p. 138-141.

³¹¹ SÁNCHEZ, Luz Helena. *Fighting for the Right to Fight*. In: MORGAN, Robin Op. cit., p. 160-165.

fidedigna ao relato feito por quem cumpre o papel de executá-la, portanto, neste caso, nos resta inferir e refletir.

Para finalizar, volto à análise de Kathy Davis, que percebe a divisão do movimento feminista em nível mundial, “[...] ao longo das linhas de raça, classe, religião e etnia, colocando em questão o slogan feminista ‘*Sisterhood is Global*’.”³¹² *Our bodies, Ourselves* também é freqüentemente visto como um livro que originalmente visava a classe média branca. Segundo Davis, o segredo de seu sucesso é que ele tornou-se um documento vivo, sem uma palavra final.³¹³

A antologia *Sisterhood is Global*, apesar dos questionamentos que levanta, é importante no sentido de se pensar uma tentativa de consolidação de uma rede feminista nos anos 1980, fruto do crescimento do movimento feminista que iniciava seus passos lentos no início da década de 70. O livro indica a preocupação com um feminismo mundial e a reivindicação de uma rede por parte das militantes feministas (neste caso partindo das estadunidenses), que pareciam querer mostrar que eram muitas, tinham representatividade e queriam ser ouvidas. Com a aparência (ilusória ou não) de uma ampla adesão, as reivindicações sobre as questões que envolvem as mulheres não poderiam mais ser vistas como propostas oriundas apenas dos países considerados de centro. Independentemente dos bastidores da obra, podemos encontrar nela a expressão e a manifestação de mulheres de boa parte do mundo.

2.4 OUTRO BREVE DESFECHO

Portanto, para finalizar este capítulo, são duas as imagens de rede que podemos perceber delineadas na análise empírica: a primeira refere-se às relações pessoais, constituídas por meio de viagens, contatos realizados em congressos feministas ou de mulheres, convites feitos diretamente ou por meio da “amiga da amiga” ou no caso da “irmã da irmã” para compartilhar eventos ou publicações; relações diretas, estratégicas, certamente produzidas no sentido de se criar um espaço, de se inserir em um espaço já criado ou de fortalecer elos políticos de reivindicação e publicidade.

Outra imagem é a de uma rede teórica, constituída a partir de leituras dos mesmos materiais, iniciadas pelos clássicos livros das primeiras feministas da chamada “segunda

³¹² DAVIS, Kathy. Op. cit. p. 38.

³¹³ Ibidem, p. 49.

onda”, ou mesmo de **O segundo sexo**, de Simone de Beauvoir (que na época ainda não era feminista), chegando a materiais de autoras mais específicas lidos em determinado país (como no caso da italiana Carla Lonzi lida pelas argentinas) ou por determinada facção política (como no caso de Juliet Mitchell e Alexandra Kollontai, lidas pelas feministas socialistas, e de Shulamith Firestone, que influenciou o feminismo radical).

Essas leituras, traduções e apropriações fizeram com que se pudesse notar a semelhança entre diversos temas em comum trabalhados por feministas tanto do Brasil quanto da Argentina, em seus escritos pessoais, em seus testemunhos de vida e também no conteúdo das publicações que elas liam ou editavam. O contato com esses temas, o trabalho reflexivo e de conscientização em torno deles e o efeito que tiveram como bandeiras de luta e reivindicação na vida de tantas feministas podem criar a “ilusão” da formação de uma fina rede estendida sobre o Cone Sul, aqui especificamente apenas sobre os dois países analisados, mas que se torna consistente ao longo dos anos, por meio dos resultados alcançados pelos movimentos feministas em ambos os países.

É interessante notar que no Brasil, a conhecida revista da esquerda política **Encontros com a Civilização Brasileira**, que passou a ser designada apenas **Civilização Brasileira**, publicou um número especial em 1980 com o título “Mulher Hoje”. A posição feminista deste número especial já fica evidente no primeiro parágrafo da introdução.

A discussão sobre a emancipação da mulher está na ordem do dia. O destaque que atualmente se dá a esta questão é imposto pela consciência crescente do importante papel que as mulheres têm nas profundas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que ora sacodem, em todos os níveis e graus, a humanidade deste nosso final de século.³¹⁴

Entre os nomes que assinaram os artigos deste número da revista estão Agnes Heller, Eva A. Blay, Zuleika Alambert, Elice Munerato, Maria Helena Darcy de Oliveira, Mary Garcia Castro, Claudia Fonseca, Dominique Ridley-Leigh e outros. Mesmo neste exemplo nacional, e antes da antologia de Robin Morgan, fica a intenção da união de mulheres em torno da temática feminista já em 1980.

Sonia Alvarez observa as redes feministas de relações que começaram a se formar entre os grupos brasileiros já a partir dos anos 1970, com uma mobilização na direção das redes feministas internacionais, formadas por organizações de mulheres em escala mundial.³¹⁵ Os anos 1980 foram o contexto temporal em que essa expansão teve início. As redes de

³¹⁴ ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Nº 26. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 7.

³¹⁵ ALVAREZ, S. *Engendering Democracy in Brazil*. Op. cit.

amizade e conhecimento também tiveram seu lugar dentro da história do feminismo brasileiro e mesmo do internacional, como pudemos comprovar neste capítulo.

Olharemos agora para as páginas de alguns periódicos do Brasil e da Argentina para buscar traçar os caminhos por onde passavam alguns temas presentes no campo feminista daquele período, suas semelhanças e diferenças e de que maneira eram tratados especificamente por cada publicação. Certamente outros fios da rede feminista, com outras características, podem ser encontrados em mais esse tipo de fonte.

3. OS PERIÓDICOS ou AS PALAVRAS QUE CIRCULAM

Os textos publicados nos periódicos feministas das décadas de 1970 e 1980 aparecem como mais um componente das redes que acabo de mencionar. Com a análise destes discursos, pretendo destacar os pontos onde aparecem a circulação e a troca de informações e teorias e também a ligação direta com as discussões provindas de outros países, fora do âmbito do Cone Sul.

Pretendo analisar os discursos dos periódicos feministas a partir de alguns aspectos centrais, como sua datação, seu conteúdo, de que maneira abordavam os temas, de quais grupos provinham, que posicionamento político almejavam, a quem se dirigiam, que público atingiam, os contextos em que puderam surgir, etc.

A simultaneidade das questões que eram debatidas na imprensa feminista de ambos os países apontam para uma espécie de “clima” generalizado. Como os periódicos podiam tratar de diversos temas semelhantes se pouco havia de troca direta entre as feministas brasileiras e argentinas? Uma resposta possível é que as redes se constituíam de outras formas, via leituras e o acesso a informações que vinham de fora, principalmente da Europa e dos Estados Unidos.

Proponho o entendimento da “invenção” de um feminismo nestes dois países a partir da apropriação das fontes e idéias que circulavam no âmbito comum das lutas feministas, mas sem deixar de considerar especificidades: uma mais geral, com o contexto das ditaduras, e outra mais singular, com o contexto de cada país e também de seus grupos feministas, plenos de divergências entre si.

Os periódicos são tratados aqui como fontes discursivas de grupos que ambicionavam se estabelecer dentro de um espaço de poder, buscando a legitimação de seus discursos e delimitando os locais de onde falavam. Feministas de direita, de esquerda, radicais, liberais... todas queriam um espaço para ser ouvidas e dar à sua posição política um lugar de destaque, no momento em que as ditaduras militares e também os grupos paramilitares traçavam os limites da censura, tolhendo manifestações, ameaçando quem buscasse formas de expressão contrárias aos regimes dominantes.

No Brasil, a Década da Mulher (1975–1985), proposta pela Organização das Nações Unidas, veio abrir as portas para a edição dos periódicos feministas, tanto que muitas brasileiras consideram o ano de 1975 um marco para o movimento no país.

Joana Maria Pedro aponta três momentos importantes para o feminismo brasileiro, que não devem deixar de ser considerados quando pensamos na publicação dos periódicos. Para ela, a primeira etapa aconteceu antes de 1975, quando mulheres intelectualizadas “[...] trouxeram do exterior livros, artigos e idéias do feminismo que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos”; a segunda tem início justamente naquele ano, com a instituição pela ONU do Ano Internacional da Mulher, de acordo com ela, controlado pelos grupos de esquerda que lutavam pela anistia e contra a ditadura militar no Brasil (foi neste período o lançamento de dois jornais feministas brasileiros – **Brasil Mulher** e **Nós Mulheres**); a partir do final da década de 1970 começa a terceira etapa, com o retorno das exiladas e o diálogo com o movimento internacional (em 1981 teve início a publicação de **Mulherio**, que confirmava essa característica).³¹⁶

Já na Argentina, o periódico *Persona*, publicado pelo *Movimiento de Liberación Feminista*, começou a circular antes de 1975³¹⁷ – momento em que todas as formas de expressão não alinhadas à direita eram perseguidas pelos paramilitares –, mas teve que desaparecer totalmente diante da pesada censura que veio junto com a última ditadura militar no país, iniciada em 1976. *Persona* reapareceu somente em 1980, quando o regime militar argentino dava os primeiros ares do seu desgaste. O outro periódico analisado, *Brujas*, teve seu primeiro número editado em 1983, ano marcado pela volta da democracia àquele país.

Os temas tratados nos periódicos publicados por grupos feministas brasileiros e argentinos apresentavam algumas semelhanças, mas também diferenças. As relações que os grupos faziam com a teoria “importada” da Europa e dos Estados Unidos em alguns momentos demonstravam afinidades, o que nos possibilita pensar na efetividade de uma triangulação, mais no sentido vertical, de uma apropriação da teoria europeia e estadunidense, do que no sentido horizontal, de trocas entre as feministas brasileiras e argentinas (não que se possa considerar a “imposição” de uma cultura feminista estrangeira, já que as leituras e os usos desse material aconteceram das maneiras mais diversas). Porém, a recusa da influência estrangeira especificamente pelos periódicos brasileiros dos anos 1970 e a ausência de citações sobre outros países afasta-os da perspectiva de seus contemporâneos na Argentina (*Persona*) e na França (*Nosotras*).

³¹⁶ PEDRO, Joana Maria. Lectures brésiliennes du féminisme français et mécanismes d’identification au Brésil. In: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca; ROLAND, Denis; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.). *L’exil brésilien en France: histoire et imaginaire*. Paris: L’Harmattan, 2008, p. 261-279.

Ver também PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). In: *Revista Brasileira de História*. N.52, vol. 26, jul-dez 2006, p. 249-272.

³¹⁷ O primeiro exemplar é datado de outubro de 1974.

Certamente algumas trocas ocorreram, mesmo que indiretas, entre Brasil e Argentina, e mesmo os grupos que pareciam não estar ligados ao que acontecia no exterior sabiam muito bem o que estavam publicando ou silenciando. Ainda assim podemos considerar que o principal foco das feministas destes países, observando suas exceções, esteve alocado em outro hemisfério.

Nelly Richard nos alerta para os perigos de tal situação pois, de acordo com ela, a prática latino-americana e a teoria metropolitana geralmente são colocadas em oposição, a primeira reconhecida como a experiência (autenticidade do vivido) e a segunda como a representação (abstração conceitual).³¹⁸ “[...] a crítica feminista deve tomar prioritariamente em conta a linguagem e o discurso, porque estes são os meios através dos quais se organiza a ideologia cultural.”³¹⁹ Questionar de onde vinham os discursos apropriados pelas leituras e como eles seriam aproveitados e reformulados era necessário à problemática desses grupos. Se de fato o fizeram, isso não se pode afirmar.

Cláudia de Lima Costa contribui com a discussão sobre o trânsito transnacional de teorias e conceitos, observando “relações de poder e assimetrias entre linguagens, regiões e povos.”³²⁰ De acordo com ela, o alto nível de abstração de algumas teorias rompe as barreiras dos contextos, mas as teorias feministas compreendem diferentes níveis de abstração. Analisando a situação das Américas, afirma que os discursos e práticas encontram bloqueios, ao mesmo tempo em que as diferentes historiografias excluem sujeitos e subjetividades. Supondo um imperialismo conceitual e intelectual, os “conhecimentos subalternos” são rejeitados.³²¹ Ou seja, há o primeiro impedimento das mulheres como sujeito na historiografia e o segundo impedimento das teorias feministas propostas por latino-americanas, consideradas de “periferia”, diante da intelectualidade feminista dos países considerados de “centro”. Para a autora,

Diante da intensa migração de conceitos e valores que acompanham o trânsito de textos e teorias, freqüentemente acontece que um conceito com potencial para uma ruptura política e epistemológica, em um determinado contexto, torna-se despolitizado quando transferido para outro contexto.³²²

³¹⁸ RICHARD, Nelly. **Intervenções críticas**: Arte, Cultura, Gênero e Política. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 145.

³¹⁹ *Ibidem*, p. 142.

³²⁰ COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo, tradução, transnacionalismo. In: _____, C. L. e SCHMIDT, Simone P (org.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Mulheres, 2004, p. 188.

³²¹ *Ibidem*, p. 190.

³²² *Ibidem*, p. 191.

Isto certamente aconteceu no momento em que os discursos das feministas sul-americanas da esquerda marxista chegaram até as francesas,³²³ como nos conta Danda Prado sobre uma conversa com Simone de Beauvoir no exílio em Paris: “(risos) ela achou que eu era absolutamente nula em termos de feminismo, de compreensão do mundo, que isso já lá não era o feminismo diretamente, que eu tinha uma visão assim obsessiva e que era difícil [...], sobre a mais valia e a luta de classes, etc. e tal.” Costa aponta que isso também ocorria no contexto norte-americano, onde a luta de classes não encontrava eco, como discurso vazio que se tornava naquele lugar.

Adriana Piscitelli nos alerta para a questão da hierarquização e mostra que é preciso ter atenção quanto à apropriação de concepções feministas fora do âmbito em que elas se desenvolvem, pois as referências externas podem obscurecer a compreensão de como operam as práticas locais.³²⁴ Segundo a autora, algumas vezes as abordagens desconstrutivistas e os debates que suscitam podem marginalizar o conhecimento das feministas intelectuais e ativistas do “Terceiro Mundo”, criando uma distância entre a reflexão teórica e o movimento político. Para ela, as ativistas feministas querem teorias que criem bases de solidariedade, rumo a um multiculturalismo.³²⁵

Joana Maria Pedro fala da especificidade do feminismo brasileiro pós-1975, refletida nos grupos que publicavam periódicos. Ela observa que **Brasil Mulher** usou pela primeira vez a palavra “feminismo” no número 2, no início de 1976, mas o próprio jornal vinculava-se muito mais à luta pela anistia e contra a ditadura do que às questões feministas, já que era formado principalmente por militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), dissidente do PCB.³²⁶ O outro periódico lançado na década, o **Nós Mulheres**, não apresentava citações, informações, referências às autoras ou ao feminismo francês, ou de qualquer outro país. Pelo contrário, a questão sobre as lutas gerais e as lutas específicas da mulher estava sempre presente.³²⁷

Ana Maria Colling afirma que “Para se constituírem como sujeitos políticos estas mulheres estabelecem identidade com o discurso masculino diluindo as relações de gênero na

³²³ Lembro que as exiladas brasileiras estavam tomadas pelas questões da luta de classes e da luta contra a ditadura, enquanto que o feminismo praticado por Simone de Beauvoir centrava-se unicamente nas questões sobre as mulheres.

³²⁴ PISCITELLI, Adriana. A viagem das teorias no embate entre práticas acadêmicas, feminismos globais e ativismos locais. In: MORAES, Maria Lygia Quartim de (org.). **Gênero nas fronteiras do sul**. Campinas: Pagu/UNICAMP, 2005, p. 143-163.

³²⁵ Ibidem, p. 149-151.

³²⁶ De acordo com Sonia Alvarez, o PC do B inspirava-se na experiência do Partido Comunista da Albânia. **Engendering Democracy in Brazil**. Op. cit. p. 128.

³²⁷ PEDRO, Joana Maria. “Lectures brésiliennes Du féminisme français et mécanismes d’identification au Brésil”. Op. cit.

luta política mais geral.” E complementa: “Não somente homens, mas também mulheres esqueciam que a luta pela igualdade passa pelo reconhecimento das diferenças.”³²⁸

De acordo com Maria Lygia Quartim de Moraes, que protagonizou os anos 1970 como militante, exilada (no Chile e na França), feminista e editora do periódico **Nós Mulheres**, na publicação dos jornais feministas brasileiros, as editoras escreviam para as outras – operárias, donas-de-casa... – evitando olharem para si como sujeitos da opressão. Podemos observar neste ponto uma visão externa lançada sobre um grupo que se pretende representar. Seria esse exemplo de um protecionismo hierarquizado? Estariam as feministas buscando escrever por aquelas que não podiam fazê-lo?

Segundo a autora, as páginas das publicações feministas falavam sobre economia para quem queria discutir a vida sexual afetiva, mas tinham seu lado positivo: “Em compensação, introduziram a questão da autonomia do movimento de mulheres exatamente como estava sendo discutida na França e na Itália.”³²⁹ Com esta afirmação, ela evidencia a importância da identificação com a “matriz” européia. Entendo que a distinção ideológica era bastante importante, num momento em que apenas se dizer feminista já significava ganhar rótulos pejorativos e um lugar determinado, dentro de uma sociedade preconceituosa, tomada pelos ares da direita. Essa questão também aparece como fundamental nas páginas de alguns periódicos.

Sonia Alvarez ressalta a importância do movimento feminista brasileiro, embasado na camada média da população, para a politização das mulheres da periferia urbana, que passaram a se envolver com os grupos de bairros e o movimento de mulheres a partir desse contato. Mas Alvarez supervaloriza os “recursos ideológicos”, conforme suas palavras, que as feministas levavam a essas mulheres.³³⁰ Mais tarde, segundo a própria autora, muitas das feministas populares iriam negar a representação ou a sujeição a outras mulheres, de camadas sociais superiores às delas.³³¹

Mesmo assim, o primeiro editorial de **Nós Mulheres**, de maio de 1976, já apontava o feminismo como maneira de fazer política.³³² Segundo Moraes, o outro periódico contemporâneo, voltado para mulheres e por elas editado – **Brasil Mulher** – servia como “braço de uma política masculina”, tomado depois de 1977 por um grupo de mulheres filiadas

³²⁸ COLLING A. M. Op. cit. p. 98.

³²⁹ MORAES, Maria Lygia Quartim. **A experiência feminista dos anos setenta**. Araraquara: UNESP, 1990, p. 30.

³³⁰ ALVAREZ, S. **Engendering Democracy in Brazil**. Op. cit. p. 135-136.

³³¹ ALVAREZ, Sonia E. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 394-395.

³³² MORAES. Op. cit. p. 31.

a partidos políticos, que deslocaram as questões específicas do feminismo para o segundo plano.³³³ Na opinião da autora, o âmbito pessoal não era colocado em discussão.

Rosalina de Santa Cruz Leite oferece um contraponto na análise dos dois periódicos, sob o ponto de vista de quem participava da publicação do **Brasil Mulher**. Em seu artigo na revista **Estudos Feministas**, ela deixa claro o que entende como o lugar ocupado por estes periódicos no momento em que foram publicados.

Essa imprensa se tornou um espaço de expressão de uma linha política intimamente vinculada ao despertar das mulheres para as idéias feministas do período posterior à luta armada contra a ditadura no Brasil. Os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres retrataram, em seus artigos e editoriais, a luta pela anistia, pelas creches e pelas liberdades democráticas – todos símbolos da oposição contra o regime no período da ditadura militar. Além disso, eles incluíam matérias específicas, tais como violência doméstica, condições de trabalho das mulheres, direitos reprodutivos, aborto e sexualidade.³³⁴

Segundo a autora, os editoriais, as matérias assinadas e as reportagens dos jornais eram fundamentais para a compreensão do significado do movimento feminista (o brasileiro), de sua articulação com os movimentos populares e com as operárias.³³⁵

Maria Lygia Quartim de Moraes também sinaliza que o fato da mulher operária ter se tornado símbolo para a imprensa feminista foi um meio de legitimar seu discurso, pois as editoras queriam mostrar que o feminismo era mais do que coisa de pequeno-burguesas, alheias às lutas sociais,³³⁶ apesar de no Brasil a maioria das componentes do movimento feminista ser de classe média ou alta.

Podemos compreender os motivos desta ênfase com uma nota sobre o PC Italiano, publicada no periódico *Nosotras*, editado pelo grupo da brasileira Danda Prado em Paris; de acordo com a nota, o partido aprovava a emancipação da mulher, mas via os movimentos de liberação como burgueses.³³⁷ A aproximação e “tradução” da “mulher operária” conferia essa legitimidade e uma posição na luta maior tomada pelos periódicos editados por feministas ligadas à esquerda brasileira.

É possível pensar sobre o que sugere Linda Nicholson, que “[...] qualquer proposição que fazemos em nome das ‘mulheres’ ou do ‘interesse das mulheres’ é estipuladora e não descritiva, baseada tanto numa compreensão do que queremos que as mulheres sejam, quanto

³³³ Ibidem, p. 37.

³³⁴ LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. In: **Estudos Feministas**, 11(1) Florianópolis, jan-jun/2003, p. 234-241.

³³⁵ Ibidem, p. 237-238.

³³⁶ MORAES, M. L. Q. Op. cit. p. 82.

³³⁷ NOSOTRAS. N° 12, 1974.

em qualquer exame coletivo sobre como aquelas que se consideram mulheres se vêem.” E continua:

Talvez seja hora de assumirmos explicitamente que nossas propostas sobre as “mulheres” não são baseadas numa realidade dada qualquer, mas que elas surgem de nossos lugares na história e na cultura; são atos políticos que refletem os contextos dos quais nós emergimos e os futuros que gostaríamos de ver.³³⁸

Então talvez a construção da imagem da “mulher operária”, da margarida, da camponesa ou mesmo da “rainha do lar” parta da compreensão das feministas dos grupos de esquerda sobre essas “realidades”, não de um levantamento mais próximo com as mulheres que compõem essas denominações.

Céli Pinto comenta que as feministas queriam representar as camadas populares mas não faziam parte delas; sem pertencerem ao proletariado, não podiam se identificar como reprimidas.³³⁹ Isso levanta um outro questionamento, sobre quem escrevia, para que público o fazia e quem de fato lia os periódicos feministas publicados naquele momento. Sabemos que as mulheres pobres muitas vezes puderam participar dos debates realizados pelos jornais por meio das feministas que levavam exemplares para serem discutidos em reuniões de bairro, nas periferias.

Outra questão importante é trazida pelo trabalho de Dulcília Buitoni, **Mulher de papel**,³⁴⁰ que analisa a imprensa “feminina” brasileira desde o século XIX. Este livro é uma referência para se compreender a diferença clara entre imprensa feminina e imprensa feminista, principalmente nos anos 1970, quando a única publicação do primeiro segmento que se aproximava de um enfoque considerado feminista era a revista **Nova**, que começou a dar destaque à sexualidade e à insatisfação das mulheres, mesmo assim sob uma perspectiva totalmente consumista, segundo Buitoni. “Não é o novo revolucionário, crítico, conscientizador. Não é a busca da modernidade que instaura novas formas de apresentação da realidade. É o novo pelo novo, por fora, de superfície.” Não há transformação da imagem das mulheres nas revistas femininas. O feminismo é apenas um signo a mais na “modernidade de aparência”.³⁴¹ Na imprensa feminina as mulheres aparecem relacionadas aos seus papéis

³³⁸ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Estudos Feministas**. Vol. 8, N. 2. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2000, p. 38.

³³⁹ PINTO, Céli R. J. O novo feminismo nasce na ditadura. In: _____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 61-62.

³⁴⁰ O livro de Dulcília Buitoni aparece resenhado e indicado em um exemplar de *Mulherio* de 1981.

³⁴¹ BUITONI, Dulcília H. S. **Mulher de papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981, p. 130-133.

sociais tradicionais; elas são donas-de-casa, esposas e mães,³⁴² enquanto que na imprensa feminista esses mesmos papéis aparecem, mas criticados e problematizados. Ambas são fortemente ideológicas, mas embasadas por grupos atrelados a interesses totalmente diversos: um à dominação e à permanência de antigos valores e papéis pré-determinados, outro à emancipação e a uma mudança cultural, social e política.

Tânia Regina de Luca analisa os periódicos como fontes para a história, levantando questões interessantes para os pesquisadores que trabalham com esse tipo de material. A autora também reconhece a edição dos periódicos como a produção de discursos que servem a determinados grupos.

De fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.³⁴³

A imprensa é vista como um instrumento de interesses e como um meio de se tentar intervir na sociedade. Assim como o movimento operário, citado no livro pela autora, o movimento feminista também fez parte de uma imprensa alternativa, que editava suas páginas muitas vezes sem periodicidade ou número de exemplares definidos e contava com o apoio financeiro de seus leitores (como notamos nos apelos publicados por boa parte dos periódicos analisados) e com as oportunidades gráficas que podiam encontrar. Jornais, panfletos e revistas constituíam ferramentas de politização, ocupando importantes funções sociais.³⁴⁴ O contexto das ditaduras militares no Cone Sul serviu como termômetro, principalmente para aquilo que não podia ser dito ou mencionado.³⁴⁵

Formato, conteúdo, relações com o mercado, publicidade e público são elementos fundamentais para o trabalho da historiografia com esse tipo de material, conforme De Luca. Devemos situar a fonte em uma série, não como objeto isolado, e perceber que sua narrativa reflete aquilo que foi escolhido por ela (por seu grupo editorial) para ser notícia.³⁴⁶ Notamos claramente escolhas específicas no conjunto de periódicos analisados, pois algumas publicações privilegiam as mulheres operárias como tema, enquanto outras estão preocupadas com as mulheres que compartilham experiências nos grupos de conscientização. Este exemplo

³⁴² Ibidem, p. 135.

³⁴³ LUCA, Tânia R. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, v. 1, p. 140.

³⁴⁴ Ibidem, p. 119.

³⁴⁵ Ibidem, p. 129.

³⁴⁶ Ibidem, p. 138-139.

reflete uma diferença importante entre os periódicos brasileiros e argentinos que focaremos a seguir.

Tânia de Luca refere-se aos periódicos como empreendimentos (projetos) coletivos em torno de idéias crenças e valores dos grupos responsáveis por eles. Cada sumário é resultado de discussões e pautas internas, portanto o pesquisador deve buscar outras fontes de informação para compreender seu processo de organização, edição e manutenção.³⁴⁷

Outra autora que trabalha sobre imprensa e história é Maria Helena Rolim Capelato. Para ela também a imprensa manipula interesses e intervém na vida social, já que os fatos são “fabricados” e não dados.³⁴⁸ “Mais importante do que a realidade dos fatos é a maneira pela qual os sujeitos da história tomaram consciência deles e os relataram.”³⁴⁹ E Capelato adverte que se não houver método rigoroso e reflexão teórica, corre-se o risco de se repetir a história contada pelos jornais. Portanto as questões essenciais de análise referem-se a quem produziu o jornal, para quem e quando.³⁵⁰ No que diz respeito à imprensa alternativa, chamada também de “nanica”, que circulou materiais durante a ditadura brasileira, a autora argumenta que era tolerada pela censura, talvez como válvula de escape e que servia como instrumento de combate político e resistência ao governo, mas era limitada e não conseguia se expandir. Penso os jornais feministas a partir dos anos 1970 como parte deste tipo de imprensa e concordo com Capelato quando afirma que “A leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das idéias que circulam na época.”³⁵¹ Por meio da imprensa feminista chegamos aos grupos e podemos acessar que tipo de discurso queriam propagar em um momento de crítica e luta contra a ditadura e também contra a repressão sobre as mulheres.

O pensamento de Michel Foucault³⁵² ajuda a olhar para a realidade material dos discursos dos jornais como instrumentos de poder – determinando “propriedades aos que falam e papéis preestabelecidos”³⁵³ –, tomados pelas feministas no período recortado para situarem-se como agentes políticas num momento de dupla opressão. “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque,

³⁴⁷ Ibidem, p. 140-141.

³⁴⁸ CAPELATO, Maria H. R. **Imprensa e história no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988, p. 21.

³⁴⁹ Ibidem, p. 22.

³⁵⁰ Ibidem, p. 23-24.

³⁵¹ Ibidem, p. 34.

³⁵² FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura F. A. Sampaio, 7ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

³⁵³ Ibidem, p. 39.

pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.³⁵⁴ Sua forma efetiva é seu poder de afirmação.³⁵⁵

Um exemplo disso é a criação de um outro periódico pelas feministas da esquerda política brasileira em meados dos anos 1970. Mesmo com a circulação de **Brasil Mulher** a partir de 1975, **Nós Mulheres** foi lançado em 1976, ocupado de questões bastante semelhantes, mas com outro ajuste de foco, necessário devido ao posicionamento político e a necessidade desse grupo de falar de seu lugar específico e de não ser confundido com o grupo anterior. Mesmo com suas diferenças, os periódicos se mencionavam e se promoviam mutuamente, num consenso que revelava também afinidades.

Estamos lidando neste capítulo com discursos determinantes no que se refere ao posicionamento dos grupos feministas que editavam os periódicos escolhidos, tanto no Brasil quanto na Argentina. As diferenças entre estes grupos tornam-se evidentes por meio de seus discursos publicados, assim como as singularidades dos periódicos são apresentadas de acordo com seu conteúdo, mas também de acordo com a cronologia, o período de avanços ou os retrocessos no campo dos regimes militares, no qual imprimiram suas idéias com maior ou menor liberdade. Como ponto comum entre todos, apenas a luta pela emancipação das mulheres.

Com a análise de cada periódico escolhido e com a comparação entre eles, quero tentar buscar os fios que conduziam os caminhos de seus discursos e assim compreender aonde pretendiam levar. Então vamos às fontes.

3.1 OS PERIÓDICOS, O TEMPO E O ESPAÇO

Como trabalhar com fontes semelhantes no suporte textual, mas diversas no contexto geopolítico e temporal? Foi esta a questão que me coloquei ao pensar como abordaria os periódicos brasileiros e argentinos de períodos diferentes ou semelhantes, em contextos que são, ao mesmo tempo diferentes e semelhantes também.

Persona, editado pelo grupo MLF (*Movimiento de Liberación Feminina*), teve seu primeiro número publicado em 1974, tendo como principal organizadora a feminista considerada radical María Elena Oddone, cuja autobiografia foi analisada no primeiro capítulo. O periódico teve que ser abandonado com o golpe militar de 1976, mas foi retomado

³⁵⁴ Ibidem, p. 10.

³⁵⁵ Ibidem, p. 69.

em 1980 e publicado com certa assiduidade até 1983; depois desse período virou boletim e foi publicado até o ano de 1986.

O outro periódico argentino que analiso, **Brujas**, apareceu em 1983, ano que marcou a volta da abertura política na Argentina, editado pelo grupo ATEM (*Asociación de Trabajo y Estudio sobre la Mujer “25 de noviembre”*³⁵⁶) e segue publicando seus números até os dias de hoje. O grupo apresentava-se da seguinte forma em seu primeiro editorial: “*Somos una asociación de mujeres de distintas edades, studios y posibilidades econômicas, unidas en una misma tarea: luchar contra la opresión y discriminación que configura nuestro mundo e impide nuestro total desarrollo.*” Pretendiam criar estruturas não-hierárquicas, democráticas e igualitárias.

O periódico feminista brasileiro **Brasil Mulher** foi editado de 1975 a 1979 pela Sociedade Brasil Mulher, constituída em sua maioria por militantes do PC do B – Partido Comunista do Brasil, mas trazendo em suas páginas algumas semelhanças com os temas do **Persona** argentino (apesar deste último estar mais ligado às pautas do feminismo francês e do estadunidense) e, principalmente, com os do **Nós Mulheres** brasileiro, lançado em 1976 e publicado até 1978 por dissidentes da Sociedade Brasil Mulher. Muitas das editoras dos periódicos brasileiros haviam voltado do exílio com as idéias do feminismo internacional, que se refletiam nas páginas dos jornais, além da questão básica para as feministas da esquerda brasileira: a luta de classes, com foco nas mulheres trabalhadoras e sua condição de vida. **Brasil Mulher** chegou a publicar um comunicado conjunto com **Nós Mulheres** para reforçar o repúdio à opressão sofrida pelas mulheres.³⁵⁷ Olhando hoje para as páginas destes periódicos, é importante notar os discursos contra diversos aspectos do regime militar, contra a própria censura à imprensa, as prisões e os maus tratos promovidos pela ditadura. De alguma forma essas críticas puderam ser publicadas e chegavam às leitoras e leitores dos jornais.

A continuidade da imprensa feminista no Brasil (não no sentido ideológico, mas na materialidade das publicações) aconteceu com o periódico **Mulherio**, que fez seu trajeto de 1981 a 1988 com apoio de alguns setores de pesquisa, como a Fundação Carlos Chagas e a Fundação Ford, que ajudaram a fazer de suas páginas um campo para a discussão acadêmica dos estudos sobre as mulheres. Este jornal trazia em seus temas e discussões a contribuição

³⁵⁶ 25 de novembro é o dia internacional contra a violência social, sexual e política que se exerce sobre as mulheres. Este dado não aparece nos periódicos brasileiros, nem as feministas brasileiras mencionam esta data, considerada de grande importância para as argentinas.

³⁵⁷ BRASIL MULHER. Nº 7, 1977, p. 2.

das mulheres que voltaram do exílio depois da anistia, em 1979, mas deixava para trás a forte influência dos grupos políticos que pesava sobre seus antecessores.

Neste capítulo são propostos alguns aspectos de análise desses periódicos, como a comparação temporal, que coloca lado a lado *Persona* e **Brasil Mulher**, considerando também **Nós Mulheres**, num período de intersecção, que vai de 1974 a 1976, e que permite uma comparação entre os brasileiros, já que **Nós Mulheres** foi publicado até 1978 e **Brasil Mulher** até 1979. *Persona* voltou à cena argentina em 1980, podendo ser comparado a ele mesmo, nas suas edições da primeira fase, e também ao brasileiro **Mulherio**, inserido no cenário dos primeiros anos 80.

Em 1983, quando *Persona* diminuiu sua circulação, transformando-se em boletim, teve início a publicação do periódico argentino *Brujas*, contemporâneo do brasileiro **Mulherio** até 1988, quando este último saiu de circulação, e que continua representando as idéias feministas argentinas até hoje, mantendo o formato de “imprensa feminista”. Certamente outras publicações vieram a ocupar o cenário das disputas ideológicas nos dois países, com estilos e propostas diferentes, muitas delas usando o suporte eletrônico da rede mundial de computadores.

3.1.1 Sobre os periódicos brasileiros

Um breve resumo sobre os periódicos feministas brasileiros lançados a partir do Ano Internacional da Mulher foi feito por Maria Amélia de Almeida Teles no livro **Breve história do feminismo no Brasil**. Conforme nos conta a autora, o número zero do jornal **Brasil Mulher** saiu no dia 9 de outubro de 1975, trazendo em seu editorial um apelo feminista.³⁵⁸ Mais do que isso, podemos notar no discurso editorial um traço simbólico da união das mulheres ao redor do mundo em torno da causa comum:

Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana.³⁵⁹

³⁵⁸ TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 93.

³⁵⁹ BRASIL MULHER. Nº. 0, 1975.

É importante percebermos a preocupação com uma política local, não só brasileira, mas latino-americana, como evidência de uma conscientização sobre as diferentes realidades que são permeadas pela questão da opressão às mulheres. A rede é tecida, sob este ponto de vista, a partir do âmbito local, priorizando problemas específicos (o que Kathy Davis chamaria “política de localização”).³⁶⁰

De acordo com Teles, apesar da postura clara, a palavra feminismo aparece somente no início de 1976, “timidamente”, conforme afirma o próprio jornal com relação à inserção do Brasil no Movimento de Libertação da Mulher. A autora confirma que o termo incomodava a muitas mulheres, inclusive a algumas da equipe que editava **Brasil Mulher**. Sua principal bandeira de luta era a anistia, marcando assim uma postura de oposição ao governo militar.³⁶¹

Quanto à abrangência do periódico, Teles afirma que era distribuído em diversos estados brasileiros, como Bahia, Rio de Janeiro, Paraíba, Maranhão, além de São Paulo.³⁶² A falta de informação não nos impede de pensar que talvez pudesse ser trocado também com feministas de outros países. A autora comenta ainda que no final de 1975 estavam “tecidos os primeiros fios de uma rede que vai se estender por todo o território nacional” e que a questão das mulheres passaria para o centro de diversos debates.³⁶³

Brasil Mulher circulou de outubro de 1975 a março de 1979, tendo como editora responsável até 1977 Joana Lopes. Seu número de estréia foi publicado inicialmente em Londrina, no Paraná, passando para a cidade de São Paulo já a partir do segundo número. Sua tiragem era entre cinco e dez mil exemplares, com periodicidade irregular, bimestral ou trimestral.³⁶⁴ Além de Joana Lopes, aparecem no primeiro número os nomes de Edezinha de Lima Oliveira, Rosane de Lourdes Silva, Ethel Kosminski, Rose Mary Souza Serra, Therezinha Godoy Zerbini (ela aparece só no início) e Marina D’Andréa.³⁶⁵

Rosalina de Santa Cruz Leite, que foi editora de **Brasil Mulher**, complementa a informação dizendo que as feministas que compunham os periódicos eram militantes de esquerda (do PC do B, da APML, Ação Popular Marxista Leninista, e do MR8, Movimento Revolucionário 8 de outubro) e que **Brasil Mulher** já era conhecido pelas feministas exiladas militantes do Círculo de Mulheres de Paris, com as quais suas editoras trocavam

³⁶⁰ DAVIS, K. Op. cit.

³⁶¹ TELES, M. A. A. Op. cit. p. 88-89.

³⁶² Depois de encerrada a publicação na capital paulista, em 1979, **Brasil Mulher** continuou sendo editado ainda por algum tempo em Salvador, mas não tive acesso ou mais informações sobre esses exemplares.

³⁶³ TELES. Op. Cit. p. 89.

³⁶⁴ Ibidem.

³⁶⁵ BRASIL MULHER. Nº 0, 1975.

correspondências freqüentes. Quando essas mulheres regressaram do exílio, muitas foram compor a Associação de Mulheres que passou a publicar o periódico **Nós Mulheres**.³⁶⁶

Sobre este outro periódico, Maria Amélia Teles informa que foi lançado em junho de 1976. Seu primeiro editorial já reivindicava salários iguais, divisão das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos com os homens e, ao lado deles, a luta por uma sociedade melhor e pela emancipação de todos. Teles também observa que esses jornais se colocavam a serviço da mulheres das camadas populares.³⁶⁷

Marisa Correia era a principal editora de **Nós Mulheres**, que contava com uma equipe de aproximadamente trinta colaboradoras. O periódico circulou de 1976 a 1978. É interessante observar, como faz Teles, que seu primeiro número trazia o depoimento de uma mulher negra do Rio de Janeiro, numa denúncia clara ao racismo no Brasil,³⁶⁸ colocando essas mulheres no foco principal do duplo preconceito.

Rosalina Leite também observa que o nome “**Nós**” **Mulheres** inova na linguagem, rompendo com o tratamento dado às mulheres na imprensa feminina tradicional: “você, mulher”. Segundo ela, o jornal era feito por um coletivo de mulheres com vivências comuns e comprometidas com o conteúdo que publicavam.³⁶⁹ Joana Maria Pedro fala sobre os nomes dos periódicos que se constituíram em torno do sujeito “mulher” em diversos lugares do mundo, como veremos mais adiante.

Dois anos depois do final da publicação de **Brasil Mulher**, outro periódico feminista veio protagonizar os últimos anos da ditadura militar no Brasil e seguiu para além deles. **Mulherio** começou a ser publicado em 1981, também em São Paulo, e seguiu sua trajetória até 1987; sua sede ficava na Fundação Carlos Chagas, acompanhando ainda a narrativa de Maria Amélia Teles.³⁷⁰ De acordo com a autora, no terceiro número o jornal já contava com cerca de mil assinantes. Mesmo assim teve seus momentos de crise financeira, chegando a ficar sete meses inativo.³⁷¹

Sobre **Mulherio**, Rosalina Leite afirma que já surgiu institucionalizado, podendo ser considerado uma organização não-governamental, já que tinha o apoio da Fundação Ford e da Fundação Carlos Chagas.³⁷² No número 0, Adélia Borges, editora responsável, indicava o jornal como uma fonte de notícias que fazia o intercâmbio entre diversas instituições e

³⁶⁶ LEITE, R. S. C. Op. cit. p. 235.

³⁶⁷ TELES. Op. Cit. p. 90- 91.

³⁶⁸ Ibidem, p. 92.

³⁶⁹ LEITE. R. S.C. Op. cit. p. 239.

³⁷⁰ TELES. Op. cit. p. 93.

³⁷¹ Ibidem, p. 94.

³⁷² LEITE. R. S.C. Op. cit. p. 237.

pesquisadoras(es) voltadas(os) para o tema da mulher, mas também como instrumento de comunicação para os diversos núcleos organizados de mulheres, multiplicados por todo o país; o periódico serviria como canal de troca de experiências e de divulgação de resultados de pesquisas que pudessem orientar atividades práticas.³⁷³

Seu conselho editorial trazia nomes importantes de mulheres ligadas à pesquisa no Brasil. Eram elas Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Maria Carneiro da Cunha, Maria (Lygia Quartim de) Moraes, Maria Malta Campos, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Marisa Correa e Ruth Cardoso.³⁷⁴

Mulherio foi o primeiro a defender a licença maternidade para os pais, lutando pela “democracia doméstica”. Maria Amélia Teles aponta também para a centralidade de questões em torno do movimento de mulheres negras e de casos específicos de preconceito praticado contra elas.³⁷⁵ Pude notar isso na pesquisa empírica, onde aparecem dez reportagens referentes ao tema, em quinze números analisados. Ao lado das negras estão também nas páginas do periódico as nordestinas e as mulheres pobres de diferentes lugares e ocupações distintas.

Outra autora que discute a imprensa feminista é Elizabeth Machado, que percebe a presença da chamada “luta geral” nos periódicos da década de 1970, que encamparam o movimento pela anistia, o movimento por creches e a luta contra a carestia em suas páginas. Segundo ela, o IIº e o IIIº Congressos da Mulher Paulista foram os eventos que marcaram a virada para uma nova geração da imprensa feminista, com a ruptura do movimento feminista com os partidos de esquerda e com as questões de classe.³⁷⁶ Além dos periódicos brasileiros, Machado comenta também sobre a publicação de *Nosotras* em Paris, contrapondo as propostas do “novo feminismo” à postura dos jornais feministas editados no Brasil.³⁷⁷ Muitas divergências puderam ser apontadas, como também farei no decorrer do capítulo.

³⁷³ MULHERIO. Nº 0, 1981, capa.

³⁷⁴ Ibidem, p. 2.

³⁷⁵ TELES. Op. cit.

³⁷⁶ MACHADO, Elizabeth. **Imprensa feminista pós-1974**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. São Paulo: USP, 2004, p. 69.

³⁷⁷ Ibidem, p. 81.

3.1.2 Sobre os periódicos argentinos

A estréia de *Persona* trouxe como grupo editorial María Elena Oddone, Lia Conde, Ester Block, Mary Dávila, Victoria Mungo, M. Susana Sias Moreno, Paula Cobos, Alicia D'Amico e Lia Albertelli, muitas delas componentes do chamado *Movimiento de Liberación Femenina*, um dos seguidores argentinos do feminismo radical, simbolizado pelo Movimento de Liberação das Mulheres.

Seu primeiro exemplar, publicado em outubro de 1974, mostrava grande fôlego por parte das editoras, que fecharam o número com 58 páginas, uma quantidade significativa se comparada aos contemporâneos brasileiros. Os cinco primeiros números do periódico se mantiveram assim, depois, por dificuldades financeiras,³⁷⁸ como revelou Oddone em sua autobiografia e também no exemplar de número 6, o periódico reduziu o número de páginas, passou a ser impresso em papel inferior, mas acabou sendo silenciado por outros motivos. O ano de 1976, início da última ditadura militar na Argentina, já não assistiu a nenhuma publicação de *Persona*. O periódico voltaria à cena somente em 1980, seguindo até 86, com páginas mais modestas, mas com o mesmo tipo de abordagem com relação aos temas.

Brujas ocupou a cena argentina a partir de 1983, publicado pelo grupo feminista ATEM (*Asociación de Trabajo y Estudio sobre la Mujer "25 de noviembre"*), também com características do feminismo radical. No primeiro editorial, o grupo deixou clara sua posição política: "*Somos un grupo autónomo, no subordinado a ninguna otra organización.*" *Brujas* evidenciou quais eram seus temas prioritários: violência, trabalho doméstico, identidade, sexualidade e discriminação no trabalho. Suas editoras pretenderam abrir um espaço para as mulheres que quisessem discutir e compartilhar a luta comum a todas, oferecendo as páginas do jornal para isso, convidando a quem quisesse publicar artigos ou outros tipos de manifestação.³⁷⁹ O grupo foi o único dos analisados que conseguiu manter a publicação ativa até hoje.

Em diversos exemplares, o tema das bruxas esteve presente; mulheres que eram perigosas por não serem passivas. O periódico justificava a escolha de seu nome e ao mesmo tempo explicava às leitoras os motivos sexistas que via na caça às bruxas. Mas este não foi um tema presente apenas nestas páginas. O movimento feminista se apoderou da "Bruxa" como símbolo de luta e discussões sobre elas estiveram presentes na imprensa feminista,

³⁷⁸ Todos os periódicos analisados fizeram apelos financeiros em muitos momentos, pois dependiam de assinaturas para continuar sendo publicados.

³⁷⁹ BRUJAS. Nº 1, 1983, p. 1-2.

como no caso de seu contemporâneo brasileiro **Mulherio**, que publicou reportagens intituladas “As bruxas estão de volta”, para falar sobre o controle do corpo, e “A invasão das bruxas”, falando de saúde.

Uma das feministas argentinas entrevistadas para este trabalho, Sara Torres, esteve presente na publicação de dois outros periódicos, nos quais preferi não me aprofundar devido à existência de poucos exemplares. *Muchacha*, de 1970, foi a primeira edição feminista naquele país, ao lado do livro *Las mujeres dicen basta*, publicado pelo grupo de esquerda *Nueva Mujer*. Pelo que me consta, o boletim teve vida curta e apenas dois números. Tive acesso apenas ao segundo exemplar, fotocopiado do original de Sara Torres. Os temas nele encontrados giram em torno da luta das mulheres, do trabalho doméstico, da mulher como objeto sexual e da mulher operária, aproximando-se mais da linha dos brasileiros dos anos 1970. O periódico se dizia direcionado para as jovens mulheres. “*Muchacha es el órgano de todas las jóvenes que tengan algo que decir sobre la liberación de la mujer, sea cuál fuere su posición ideológica, política o religiosa.*”³⁸⁰ Publicou o manifesto da UFA – *Unión Feminista Argentina* – que advertia que feminismo não era coisa de mulheres “amargas, solteironas e bigodudas”, como muitos quiseram denominar, mas da “nova mulher”, jovem, lúcida, decidida e inteligente.³⁸¹

O outro jornal do qual Torres participou foi *Alternativa Feminista*, lançado já em 1985. Consegui apenas três exemplares, por isso a opção pela não inclusão. Mesmo assim, acho importante dizer que este periódico falava da situação das mulheres na América Latina e que via apenas naquele momento (85) a consolidação do feminismo como movimento. Outros temas eram a sexualidade, a maternidade, o trabalho doméstico, a igreja, a violência, a perene reivindicação pela Pátria Potestad e os encontros feministas latino-americanos e do Caribe.³⁸²

Na Argentina entraram em cena também alguns outros periódicos que circularam no período analisado, dos quais pude encontrar apenas um exemplar de cada. São eles *Todas* (Nº 3, 1980), *Mujeres* (Nº 3, 1982) e *Ser Mujer* (Nº 4, 1985). Voltemos agora ao campo empírico proposto por esta pesquisa.

³⁸⁰ “*Muchacha é o órgão de todas as jovens que tenham algo a dizer sobre a liberação da mulher, seja qual for sua posição ideológica, política ou religiosa.*” (tradução livre).

³⁸¹ MUCHACHA. Nº 2, 1970.

³⁸² ALTERNATIVA FEMINISTA. Nº 1, 2 e 3, 1985.

3.1.3 *Nosotras – un puente desde el exilio*

Algumas mulheres latino-americanas exiladas em Paris no início dos anos 1970 passaram a se reunir para trocar idéias sobre a opressão sofrida pelas mulheres e dividir experiências a respeito do expatriamento, voluntário ou involuntário, a que foram submetidas na fuga dos regimes autoritários que dominavam o continente sul-americano. Mais de um ano depois, uma publicação foi criada para divulgar o conteúdo das reuniões do chamado *Grupo Latinoamericano de Mujeres*. O Primeiro número de *Nosotras* foi lançado em janeiro de 1974, tendo como “comissão de redação”, como constava de um de seus índices, Clélia Piza, Danda Prado, Lucia Tosi, Mariza Figueiredo, Cristina Martínez, Ana María Vergara e Marhel (Maria Helena) Darcy de Oliveira.³⁸³

A “missão” do periódico era servir como meio de informação e intercâmbio, além de ser um agente motivador de lutas reivindicatórias, propondo formas de ação para as mulheres.³⁸⁴ Na preparação do Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres

O Grupo Latino Americano (sic) de Mulheres presente em Frankfurt, se propôs como ligação para a América Latina na constituição e transmissão dos dossiers (sic) enviados pelos grupos feministas de qualquer país do nosso continente sobre crimes cometidos contra as mulheres.³⁸⁵

Como seu discurso aponta, o grupo que editava o periódico buscava fazer uma ponte entre as feministas brasileiras e os acontecimentos e as lutas do movimento feminista europeu ou mesmo mundial. Questiono neste ponto se este tipo de “tutela” não seria uma forma de hierarquização. Entre as latino-americanas e as européias, estavam as exiladas “europeizadas”. No periódico bilíngüe – português-espanhol – podemos encontrar diversos momentos em que os títulos dos artigos ou a própria linguagem corrente nos textos adquire um tom “afrancesado”, como maneira de dizer: “Isto é natural, afinal, vivemos aqui.” Talvez o francês possa ser considerado o terceiro idioma do periódico, aquele falado por suas editoras no exílio, que dava a elas certo status diante das leitoras latino-americanas. Talvez tenha sido também o segundo idioma para boa parte do feminismo brasileiro.

Joana Pedro indica a proximidade deste periódico com os ideais franceses. De acordo com ela, suas editoras “[...] divulgavam ações do feminismo em diferentes pontos da América

³⁸³ NOSOTRAS. N° 25-26, 1976.

³⁸⁴ Ibidem. N° 16-18, 1975.

³⁸⁵ Ibidem. N° 12, 1974, p. 4.

Latina; faziam citações de textos e ações do movimento feminista francês. A vinculação com a França era bastante grande.”³⁸⁶

Analisando as cartas de leitoras que publicava, fica claro que *Nosotras* era lido em diversos locais da Europa e da América Latina. Por correio, a dinamarquesa Paula busca contato com latino-americanas, visando uma colaboração internacional.³⁸⁷ Uma brasileira diz que ficou sabendo da publicação por causa de uma reportagem publicada no **Jornal da Tarde** brasileiro.³⁸⁸ Assim circulavam idéias feministas, impressas em forma de periódicos.

Vamos comparar agora os conteúdos desses jornais para entender as influências que sofriam, seus pontos de confluência e de distanciamento. Proponho buscarmos visualizar um quadro mais abrangente das discussões suscitadas por eles, por meio de uma análise mais detalhada dos temas que abordavam.

3.2 SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS, ESPECIFICIDADES: OS TEMAS

Diante dos mais variados temas apresentados nas páginas dos periódicos, a questão que surge é por onde começar uma possível interpretação. Escolho para isso a própria temática do feminismo, incluindo as considerações sobre o movimento feminista e as identificações com a causa da opressão das mulheres, encontradas muitas vezes já nos editoriais dos periódicos analisados.

3.3.1 Feminismo, identificação e movimento feminista

O argentino *Persona* falava de feminismo desde o seu primeiro número, em 1974, e dizia que o propósito do periódico era a informação e desmitificação sobre o ser humano mulher. Em contrapartida preocupava-se também com um anti-feminismo, representado pela repulsa que a própria palavra causava a muitos homens e mulheres. A ação feminista não era compreendida ou alcançada.³⁸⁹ Ao falar da cultura sexista predominante, fez questão de esclarecer que o movimento feminista não era contra o homem (*varón*), mas devia confrontar

³⁸⁶ PEDRO, Joana Maria. *Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noi Donne*. In: WOLFF, Cristina Scheibe, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia R. Oliveira (Org.). **Leituras em rede** – gênero e preconceito. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

³⁸⁷ NOSOTRAS. Nº 7, 1974, p. 13.

³⁸⁸ Ibidem. Nº 12, 1974, p. 14.

³⁸⁹ PERSONA. Nº 1, 1974, p. 3 e 4.

a “supremacia do macho” e suas manifestações. Mais adiante, o número 5, de 1975, afirma que feminismo não significa ódio aos homens, respondendo a uma acusação sofrida por feministas em geral, como observamos também nas respostas dos periódicos brasileiros.

Es un lugar común decir que las feministas odian a los hombres. Esta afirmación se esgrime como arma contundente para desvalorizar el sentido de nuestra lucha y capitalizar las voluntades de aquellos que ignorando el significado del feminismo están siempre dispuestos a oponerse a todas las iniciativas que no lleven el sello del paternalismo masculino.³⁹⁰

Apesar de seu grupo editorial ser considerado da linha radical do movimento, buscou deixar clara sua posição quanto a isso. Havia a preocupação com a não-confirmação de um estereótipo criado do lado de fora do movimento para dar a ele uma conotação pejorativa e anular sua força reivindicatória.

Na década seguinte, depois do período em que esteve desativado por causa da ditadura argentina, o periódico retornou falando sobre a formação do feminismo e afirmava que ao homem feminista apenas restava calar-se.³⁹¹ Em outro número falou sobre feminismo, liberação e a conotação negativa dada ao termo.³⁹² Quando o assunto foi identificação, replicou: “Feminismo é luta séria!”³⁹³ Em 1986, o MLF rememorou os trabalhos do movimento feminista nas páginas de *Persona*.³⁹⁴ A valorização da luta levada a cabo pelas feministas de outras épocas parecia cara às editoras deste periódico.

Brasil Mulher, publicado em São Paulo, apresentou os propósitos da revista no número 1, de 1975, “Brasil Mulher deseja incorporar-se à imprensa democrática, que em meio a batalhas o Brasil vê surgir.” A capa já trazia um de seus temas principais: o movimento pela anistia, não o movimento feminista.³⁹⁵ Em 1979, seu número 16 fazia a seguinte pergunta: “Movimento de Mulheres ou Movimento Feminista?”³⁹⁶ numa alusão à proximidade que muitas vezes esses dois movimentos encontravam, mas deixando claras as especificidades de cada um deles. Apesar do caminho feminista traçado pelo periódico, o número 2 de 1976 aproximou-o pela linguagem do estilo de imprensa “feminina” analisado anteriormente,

³⁹⁰ Ibidem. Nº 5, 1975, p. 2.

³⁹¹ Ibidem. Nº 2, 1980, p. 1 e 19.

³⁹² Ibidem. Nº 3, 1981, p. 1 e 26-28.

³⁹³ Ibidem. Nº 1, 1983, p. 2.

³⁹⁴ Ibidem. Nº 16, 1986, p. 11.

³⁹⁵ BRASIL MULHER. Nº 1, 1975, editorial e capa.

³⁹⁶ Ibidem. Nº 16, 1979, p. 16.

quando se dirigiu à sua leitora como “Você, mulher!”³⁹⁷, expressão usada para a persuasão do público leitor, de acordo com Dulcília Buitoni.

Ao contrário dele, seu contemporâneo dos primeiros anos, **Nós Mulheres**, como o próprio nome sugeria, colocou-se também por meio da linguagem lado a lado com os interesses de suas leitoras, mas isso não garantia que falasse a elas com mais propriedade. Seu primeiro editorial o posicionou explicitamente no campo do debate feminista, com o título “Quem somos”.³⁹⁸

Nos números que pude analisar de *Nosotras* as questões referentes ao feminismo propriamente aparecem pontualmente, como na proposta de inclusão das reivindicações das mulheres homossexuais nos grupos feministas, que ganha lugar de destaque, na primeira página do jornal;³⁹⁹ e na constatação de que as idéias feministas, quando reconhecidas, são combatidas como “teorias burguesas contra-revolucionárias.”⁴⁰⁰ Como exiladas e militantes políticas, as editoras do periódico deviam constantemente receber este tipo de crítica por parte dos colegas da esquerda, como já revelou anteriormente o depoimento de Danda Prado sobre a pressão que sofreu por parte da direção do PC brasileiro representada no exílio de Paris.

É interessante notar que *Nosotras* não discutia explicitamente o feminismo em suas páginas, apesar de toda a sua composição estar embasada no discurso e nas reivindicações feministas. Infiro aqui que já não havia necessidade desse tipo de discussão no cenário europeu, já que as idéias feministas circulavam por lá e pelos EUA desde a década anterior, enquanto que nos outros periódicos, brasileiros e argentinos, os argumentos se faziam necessários ainda para legitimar o movimento constantemente e apresentar o feminismo para quem estivesse entrando em contato com o assunto pela primeira vez.

Na década seguinte, a publicação **Mulherio** chegou retomando a memória do movimento de mulheres no Brasil,⁴⁰¹ com o enfoque sobre um movimento mais amplo, dentro do qual também estava situado o movimento feminista, apesar de suas reivindicações específicas. Em seus longos anos de duração, **Mulherio** trazia constantemente discussões sobre o feminismo relacionado aos mais diversos temas, como feminismo nos partidos políticos; feminismo e política;⁴⁰² homens na luta feminista;⁴⁰³ feminismo e maternidade;⁴⁰⁴

³⁹⁷ Ibidem. Nº 2, 1976, p. 8-9.

³⁹⁸ NÓS MULHERES. Nº 1, 1976, p. 2.

³⁹⁹ NOSOTRAS. Nº 12, 1974, p. 1.

⁴⁰⁰ Ibidem. Nº 25-26, 1976, p. 31.

⁴⁰¹ MULHERIO. Nº 2, p. 10.

⁴⁰² Ibidem. Nº 3, 1981, p. 24; Nº 7, 1982, p. 2-3.

⁴⁰³ Ibidem. Nº 6, 1982, p. 18; Nº 10, 1982, p. 3.

⁴⁰⁴ Ibidem. Nº 10, 1982, p. 4-5.

opiniões e olhares sobre o feminismo;⁴⁰⁵ movimento feminista no Brasil; o tornar-se feminista;⁴⁰⁶ propostas feministas;⁴⁰⁷ feminismo e negritude,⁴⁰⁸ etc. O periódico tinha como proposta uma reflexão sobre os rumos do feminismo brasileiro.⁴⁰⁹

Quanto ao preconceito, muitas vezes era rebatido com ironia, como no artigo “Feminista é mulher?”⁴¹⁰ Apesar de todos os obstáculos que pudessem ser encontrados na trajetória feminista, **Mulherio** chegava ao âmago do sentimento das militantes quando afirmava: “Feminismo é cachaça” (ou seja, vicia, quem conhece não larga), no artigo que falava sobre o movimento no Brasil.⁴¹¹

Na Argentina, a publicação *Brujas* falava do movimento feminista na abertura democrática e dos novos papéis desempenhados pelas feministas. O periódico assinalava a posição do feminismo como ideologia e como prática política, tomando o papel de uma concepção global.⁴¹² Havia uma preocupação com a biografia de mulheres que se tornaram feministas, constantemente aparecendo questões como “o que é o feminismo para mim” ou “quando me senti feminista”.⁴¹³ Outro artigo marcava a diferença entre “*las feministas y los varones*”.⁴¹⁴ Além disso, o periódico reivindicava o reconhecimento do feminismo como prática política⁴¹⁵ e também a igualdade entre homens e mulheres.⁴¹⁶ Retomou a história das mulheres feministas e analisou as Madres de la Plaza de Mayo sob um enfoque feminista.⁴¹⁷ Em seguida tornou clara uma preocupação com o imperialismo cultural e com a diferença entre ser feminista no Primeiro ou no Terceiro Mundo.⁴¹⁸ Apareceu ainda a questão da importância da autonomia⁴¹⁹ e o conceito que se expandia de “feminismo global”.⁴²⁰

Certamente a pauta dos periódicos acompanhava a pauta do movimento feminista internacional, com destaques diferentes e singulares para as discussões que estavam em foco

⁴⁰⁵ Ibidem. Nº 3, 1981, p. 24; Nº 3, 1983, p. 13.

⁴⁰⁶ Ibidem. Nº 6, 1982, p. 11-18; Nº 11, 1983, p. 8; Nº 17, 1984, p. 15-17.

⁴⁰⁷ Ibidem. Nº 14, 1983, p. 5.

⁴⁰⁸ Ibidem. Nº 21, 1985, p. 17-18.

⁴⁰⁹ Ibidem. Nº 0, p. 2.

⁴¹⁰ Ibidem. Nº 17, 1984, p. 15-17.

⁴¹¹ Ibidem.

⁴¹² BRUJAS. Nº 4, 1984, p. 1; Nº 6, 1984, p. 6-12.

⁴¹³ Ibidem, Nº 6, 1984, p. 4-7.

⁴¹⁴ Ibidem. Nº 5, 1984, p. 37-38.

Observo aqui que o termo “varón” não encontra correspondente em português, pois nunca se usa sua tradução literal “varão” para se referir a um homem. Consultando algumas argentinas, elas esclareceram que a palavra “hombre” refere-se apenas ao adulto; um “niño” ou um “chico” não podem ser chamados de “hombre”, mas todos eles são “varones”.

⁴¹⁵ Ibidem. Nº 6, 1984, p. 6-13.

⁴¹⁶ Ibidem. Nº 9, 1985, p. 19.

⁴¹⁷ Ibidem, p. 9-10.

⁴¹⁸ Ibidem. Nº 10, 1985, p. 9.

⁴¹⁹ Ibidem. Nº 14, 1985, p. 26.

⁴²⁰ Ibidem. Nº 11, 1985, p. 7; Nº 14, 1985, p. 17.

em determinados momentos. Podemos acompanhar essa maleabilidade acompanhando os sumários dos periódicos de uma década (1970) a outra (1980).

3.3.2 Sexualidade, violência, contracepção, aborto

Apenas olhando superficialmente o quadro do levantamento que fiz sobre os temas que apareciam em cada periódico a que tive acesso, não fica difícil perceber que as publicações *Persona*, *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, que circularam em meados da década de 1970, eram mais parcimoniosas ao abordar temas como sexo, sexualidade e violência. Estes temas vão estar mais presentes nas páginas de *Mulherio* e *Brujas*, já nos 80. Curiosamente *Nosotras*, publicado pelas exiladas em Paris, também nos anos 70, foge à regra e trata amplamente desses assuntos. A impressão que tive foi que os temas tratados por este periódico situavam-se na contemporaneidade daqueles publicados aproximadamente dez anos mais tarde. Colocando-os lado a lado e atentando para as discussões que levantavam, pode parecer que falavam a partir de um mesmo momento. Talvez a influência européia e estadunidense germinasse nos países do Sul numa temporalidade diversa, regada pelas gotas esparsas de um clima de opressão militar. Ou talvez a questão não fosse a das ditaduras, mas o distanciamento entre os níveis econômicos, culturais e sociais das diferentes localidades, além das lutas com os companheiros de esquerda.

O periódico *Persona* contribuiu com a discussão no número 5 de 1975, quando denunciou o estupro como um ato de dominação masculina e falou do falocentrismo como eixo da sexualidade na sociedade argentina.⁴²¹ Este debate voltou ao discurso do periódico nas edições da década de 1980, quando passou a tratar de sexualidade e identidade feminina (questionando a posição da psicanálise freudiana),⁴²² de vergonha⁴²³ e de orgasmo,⁴²⁴ entre outros temas relacionados. O aborto esteve presente na sua temática, mesmo que modestamente, nas duas fases, aparecendo uma vez em 1975,⁴²⁵ depois em 1981⁴²⁶ e em 1986.⁴²⁷

⁴²¹ PERSONA. Nº 5, 1975, p. 11-13 e 18-20.

⁴²² Ibidem. Nº 6, 1981, p. 28-31.

⁴²³ Ibidem. Nº 14, 1982, p. 20.

⁴²⁴ Ibidem. Nº 6, 1981, p. 28-31.

⁴²⁵ Ibidem. Nº 5, 1975, p. 14-17.

⁴²⁶ Ibidem. Nº 3, 1981, p. 17-19.

⁴²⁷ Ibidem. Nº 16, 1986, p.5.

Brasil Mulher publicou a série “Nosso Corpo” em quatro partes, cada uma em um exemplar. Nela ficou clara a preocupação com a saúde das mulheres e com o debate sobre o corpo; já a questão do sexo e da sexualidade pediu um número especial, em 1979. As editoras convidavam suas leitoras: “Sexo: vamos falar sobre isso?”⁴²⁸ Fora deste número, por enquanto apenas encontrei um artigo sobre sexo, procriação e prazer, em 1977.⁴²⁹ A discussão sobre violência cotidiana apareceu na reportagem “Maridos que batem”.⁴³⁰ Já o debate sobre aborto e contracepção esteve mais presente nas páginas de **Brasil Mulher**, que demonstrava uma posição crítica com relação às pílulas anticoncepcionais, apontando riscos e problemas, colocando-se ao lado da Igreja (mais especificamente da Confederação dos Bispos do Brasil) e contra a BEMFAM, Sociedade do Bem-estar Familiar no Brasil, fundada em 1965, a serviço do controle da natalidade nos países subdesenvolvidos, aportando os anseios de controle populacional dos EUA sobre a América Latina.⁴³¹ Mesmo deixando clara algumas vezes essas tendências, o jornal favorecia o debate e questionava se as mulheres deviam mesmo jogar as pílulas fora.⁴³²

As páginas de **Nós Mulheres** sobre esses temas foram mais escassas. Uma reportagem sobre violência cotidiana apareceu em seu primeiro número, em 1976,⁴³³ e outras sobre sexo num exemplar de 1977.⁴³⁴ “Pílulas, quem pediu?”⁴³⁵; o título da matéria dava o tom crítico do periódico, mas o assunto não apareceu com mais frequência, apenas duas vezes nos exemplares analisados.

Já o contemporâneo *Nosotras* tratou bem mais desses temas, principalmente da luta pelo aborto, seus diversos métodos⁴³⁶ e a legislação em várias regiões⁴³⁷ e também da sexualidade das mulheres, segundo as editoras, pensada sempre a partir de parâmetros masculinos.⁴³⁸ Um assunto bastante recorrente no periódico foi a mutilação do clitóris em determinados países⁴³⁹ e a alienação sexual que isso acarretava às mulheres que vivem dentro dessa cultura.⁴⁴⁰

⁴²⁸ BRASIL MULHER. Nº especial, 1979, p. 6-7.

⁴²⁹ Ibidem. Nº 10, 1977.

⁴³⁰ Ibidem.

⁴³¹ PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Anpuh/Humanitas, vol.23, nº 45, 2003, p. 239-260.

⁴³² BRASIL MULHER. Nº 3, 1976, p. 6.

⁴³³ NÓS MULHERES. Nº 1, 1976, p. 16.

⁴³⁴ Ibidem. Nº 6, 1977, p. 5 e 13 (“Sexo para nós”) e p. 5 (“Sexo e poder”).

⁴³⁵ Ibidem. Nº 8, 1978, capa e p.12.

⁴³⁶ NOSOTRAS. Nº 4, 1974, p. 4; Nº 12, 1974, p. 13.

⁴³⁷ Ibidem. Nº 12, 1974, 12 e 15.

⁴³⁸ Ibidem. Nº 4, 1974, contra-capas; Nº 7, 1974, p. 6; Nº 25-26, 1976 (especial Mujer y Sexualidad).

⁴³⁹ Também comentada por Joana Pedro no artigo “Nós Mulheres, Nos/Otras, Noi Donne”. Op. cit.

⁴⁴⁰ NOSOTRAS. Nº 7, 1974, p. 2-3.

Kathy Davis, a respeito das diferenças culturais entre os países aos quais chegaram as traduções do livro *Our bodies, Ourselves*, também comentou o julgamento que se fazia sobre esse tipo de mutilação exercida sobre as mulheres. Coloco aqui a sugestão de não precipitar conclusões sobre questões que envolvam diferenças culturais; apesar de não concordarmos ou repudiarmos determinado procedimento, não devemos lançar um olhar raso sobre estas diferenças, apenas julgando-as, mas podemos refletir mais demoradamente acerca delas.

Nosotras discutiu também o sexismo na Igreja,⁴⁴¹ a pornografia, os crimes sexuais e apontou (num artigo de Lucy Irigaray) os tipos de violentadores mais comuns na sociedade: pais, maridos, chefes, médicos, policiais e meninos,⁴⁴² enquanto as mulheres apareciam socialmente sob as imagens de escravas, amputadas, encarceradas, prostitutas, proletárias.⁴⁴³ Ainda sobre violência, o periódico falava sobre violência e machismo⁴⁴⁴ e sobre a violência doméstica como crime no Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, instituído em 1975 junto com o início da Década da Mulher.⁴⁴⁵

Na década seguinte à de *Nosotras*, o brasileiro **Mulherio** demonstrava um interesse central por esse conjunto de temas. Diversas seções temáticas traziam como foco específico o corpo das mulheres: SOS Corpo,⁴⁴⁶ controle e direito sobre o corpo,⁴⁴⁷ saúde,⁴⁴⁸ esterilização,⁴⁴⁹ contracepção,⁴⁵⁰ campanhas pelo aborto⁴⁵¹ e notícias sobre sua legalização em várias partes do mundo...⁴⁵² Foram mais de trinta títulos de reportagens falando sobre estes assuntos, com uma visão bastante crítica, que questionava o planejamento familiar, chegando a alegar em um artigo: “A direita odeia nossos bebês!” Com esta afirmação, o periódico colocava-se à esquerda politicamente e evidenciava um momento de liberdade de expressão, mesmo que a crítica tivesse sido direcionada aos estadunidenses que, de acordo com elas, colocavam-se contra os anticoncepcionais (que atendiam majoritariamente as camadas médias da população) e contra o aborto, pregando como método privilegiado para as mulheres do Terceiro Mundo a esterilização.⁴⁵³ As mulheres pobres deviam ser esterilizadas, como

⁴⁴¹ Ibidem. Nº 12, 1974, p. 9.

⁴⁴² Ibidem. Nº 25-26, 1976, p. 8-11.

⁴⁴³ Ibidem, p. 2-7.

⁴⁴⁴ Ibidem. Nº 7, 1974, p. 6.

⁴⁴⁵ Ibidem. Nº 16-18, 1975, p. 3.

⁴⁴⁶ MULHERIO. Nº 5, 1982, p. 19.

⁴⁴⁷ Ibidem. Nº 5, 1982, p. 18-19 e 24; Nº 12, 1983, p. 4-5; Nº 18, 1984, p. 16; Nº 21, 1985, p. 8.

⁴⁴⁸ Ibidem. Nº 6, 1982, p. 4; Nº 9, 1982, p. 12-13; Nº 15, 1984, p. 20-23; Nº 19, 1984, p. 15.

⁴⁴⁹ Ibidem. Nº 22, 1985, p. 16.

⁴⁵⁰ Ibidem. Nº 15, 1984, p. 6-7; Nº 21, 1985, p. 9; Nº 22, 1985, p. 16.

⁴⁵¹ Ibidem. Nº 5, 1982, p. 23; Nº 13, 1983, p. 8; Nº 15, 1984, p. 7; Nº 20, 1985, p. 16; Nº 21, 1985, p. 23.

⁴⁵² Ibidem. Nº 3, 1981, p. 22-23; Nº 10, 1982, p. 20; Nº 12, 1983, p. 20-22.

⁴⁵³ Ibidem. Nº 22, 1985, p. 16.

maneira de erradicar a pobreza, enquanto que as da classe média e da elite deviam ter seus bebês.

É possível perceber um certo endurecimento do discurso político do jornal em 1985, que ficou claro com o exemplar número 22, referente aos meses de julho, agosto e setembro. Todo o jornal falava de terrorismo, apartheid, política e poder, trazendo exemplos do Irã, da Nicarágua e de mulheres muçulmanas. Nos materiais que se referiam à sexualidade, foi direto ao ponto e denunciou: “Terror sexual na ditadura argentina” e complementou “A ditadura brasileira não fica atrás no sadismo.”⁴⁵⁴ Estas reportagens mostravam uma preocupação e uma comparação com aquilo que acontecia no país vizinho. Apesar de certa unanimidade em se afirmar que a ditadura argentina foi mais dura do que a brasileira, não é possível se dizer que os métodos aqui foram mais brandos no tratamento dos prisioneiros políticos, principalmente das mulheres.

Passando agora para o tratamento de assuntos como sexualidade e violência, **Mulherio** colocou-se à frente contra a censura ao programa de Marta Suplicy sobre sexualidade na rede Globo de televisão e noticiou as manifestações das feministas que pressionaram a emissora e as autoridades para conseguir a recolocação do programa no ar,⁴⁵⁵ discutiu abertamente “homossexualismo”⁴⁵⁶ e “lesbianismo”,⁴⁵⁷ pornografia infantil,⁴⁵⁸ a sexualidade das mulheres da periferia,⁴⁵⁹ a sexualidade das mulatas,⁴⁶⁰ homossexualidade nas religiões afro,⁴⁶¹ etc., colocando em pauta mais do que discussões habituais, mas uma preocupação com classe, etnia e opção sexual. Editado dentro da academia, o periódico trouxe à tona fortes discussões que o feminismo brasileiro agregou com a chegada dos anos 1980.

Mulherio tinha uma “Seção Violência”, tamanha a importância deste tema para as editoras do periódico. Além disso, foi arauto do feminismo da época ao clamar por justiça diante dos crimes que ficaram famosos naquele momento: a morte de Ângela Diniz por Doca Street⁴⁶² e a de Eliane de Grammont por Lindomar Castilhos.⁴⁶³ As feministas iam às ruas

⁴⁵⁴ Ibidem. Nº 22, 1985, p. 5-6.

⁴⁵⁵ Ibidem. Nº 2, 1981, p. 19; Nº 11, 1983, p. 9.

⁴⁵⁶ O termo “homossexualismo”, denunciado pelos grupos homossexuais militantes por estar associado a patologias (como botulismo, raquitismo, etc.) aparece em diversos números de *Mulherio*, que só na etapa final aqui analisada passa a adotar o termo politicamente reivindicado “homossexualidade”. O termo “lesbianismo”, apesar das controvérsias, ainda foi bastante utilizado, não só nas páginas dos periódicos, mas em diversos outros locais sociais.

⁴⁵⁷ *MULHERIO*. Nº 9, 1982, p. 14-15; Nº 12, 1983, p. 20-22; Nº 13, 1983, p. 23; Nº 17, 1984, p. 23.

⁴⁵⁸ Ibidem. Nº 18, 1984, p. 19.

⁴⁵⁹ Ibidem. Nº 5, 1982, p. 17.

⁴⁶⁰ Ibidem. Nº 17, 1984, p. 24.

⁴⁶¹ Ibidem. Nº 23, 1985, p. 8-10.

⁴⁶² Ibidem. Nº 5, 1982, p. 6-7.

⁴⁶³ Ibidem. Nº 17, 1984, p. 3; Nº 18, 1984, p. 6.

para se manifestar contra a violência sobre as mulheres e contra a impunidade que “permitia” aos companheiros chegarem ao extremo dos crimes passionais, sem enfrentar a condenação. A visão hegemônica da honra⁴⁶⁴ e das mulheres como propriedade de seus maridos era argumento de absolvição diante dos tribunais.

Além dos assassinatos, o jornal falava sobre estupro, abuso de crianças, violência na família, delegacia da mulher, e argumentava: “violência não tem classe”,⁴⁶⁵ assim como nunca teve a opressão sobre as mulheres; elas estão em todos os níveis da sociedade. Então, como se pode perceber, uma das grandes bandeiras de **Mulherio** era a luta contra a violência sobre as mulheres que, de acordo com o jornal, começava cedo, muitas vezes dentro da própria casa.

O argentino *Brujas*, em 1984, falava sobre o destino passivo atribuído ao corpo na mulher.⁴⁶⁶ Depois discutiu anatomia, ciclo reprodutivo, ovulação, menstruação⁴⁶⁷ e tecnologias reprodutivas.⁴⁶⁸ Mas a questão do aborto aparece apenas pontualmente. O periódico discute sexualidade em diversos números, mas um assunto interessante que aparece é a denúncia de abuso sexual por parte dos psicoterapeutas.⁴⁶⁹ Buenos Aires era considerada uma “exportadora” de psicanalistas para o Brasil e para o resto da América Latina. De acordo com algumas feministas daquela cidade, grande parte da população fazia ou faz psicanálise. Apenas me chamou a atenção esse tipo de dado nas páginas do jornal, que passou ao largo dos periódicos brasileiros. Outros assuntos relacionados são pornografia, masculinidades, feminilidades e educação sexual.

A violência foi um tema explorado largamente nas páginas de *Brujas*: doméstica, contra a mulher, assassinatos... O grupo ATEM deixou clara sua posição: a violência era um tema central para suas componentes, editoras do periódico.⁴⁷⁰ O próprio nome do grupo incluía “25 de noviembre”, que é o dia internacional contra a violência social, sexual e política sobre as mulheres.⁴⁷¹ A discussão que se fazia também nas páginas do contemporâneo **Mulherio** marcava as páginas do periódico argentino. Sexualidade, violência, contracepção e aborto eram temas que povoavam quase que a totalidade dos periódicos feministas que pude consultar.

⁴⁶⁴ Ibidem. Nº 19, 1984, p. 6-7.

⁴⁶⁵ Ibidem. Nº 20, 1985, p. 11-14.

⁴⁶⁶ BRUJAS. Nº 4, 1984, p. 11-12.

⁴⁶⁷ Ibidem. Nº 9, 1985, p. 4.

⁴⁶⁸ Ibidem. Nº 11, 1985, p.13.

⁴⁶⁹ Ibidem. Nº 14, 1985, p. 7.

⁴⁷⁰ Ibidem. Nº 12, 1985, p. 39.

⁴⁷¹ Ibidem. Nº 10, 1985, p. 1. No Brasil, o dia de luta contra a violência é 10 de outubro, conforme encontramos na página 4 do número 3 de MULHERIO (1981).

3.3.3 Trabalho, luta de classes, marxismo, militância

O trabalho, tanto assalariado quanto doméstico, foi um tema marcante do debate nas páginas de todos os periódicos feministas. As mulheres nunca foram pagas pelo trabalho doméstico e sempre o tiveram como obrigação, legado de uma chamada “natureza feminina” que incansavelmente foi e ainda é desconstruída pelas autoras feministas. A “profissão dona de casa” ou o título de “rainha do lar” apareceram nas páginas de todos os periódicos, independentes do espaço e do tempo em que foram publicados. Dos anos 1970 aos 1980, *Nosotras*, *Persona*, *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, *Mulherio* e *Brujas* publicaram palavras de repúdio e indignação à situação doméstica das mulheres, empregadas sem pagamento nas suas próprias casas. Como complemento ao não-pagamento das mulheres estava o controle financeiro absoluto dos homens sobre as casas e as famílias, afinal, quem ganhava o dinheiro e tinha direitos eram eles.

É claro que as mulheres pobres tinham que partir para uma dupla jornada sofrendo, além da exploração dos maridos, a exploração por parte dos patrões. De acordo com *Nosotras*, as “profissões femininas” eram bastante duras,⁴⁷² além disso os salários eram baixos e as mulheres nunca conseguiam ascender profissionalmente.⁴⁷³

Enquanto o argentino *Persona* da primeira fase (1974-75) falava apenas em trabalho doméstico, denunciando a classificação que apontava as donas de casa como população passiva ou inativa e indignando-se com essa desvalorização,⁴⁷⁴ os brasileiros *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* iam a campo, como depositários dos ideais da esquerda política, para denunciar as condições inadequadas do trabalho das operárias, camponesas, professoras, margaridas, metalúrgicas, fiandeiras e domésticas. E incentivavam: “Sindicato não é só para homem.”⁴⁷⁵ O trabalho noturno também foi bastante discutido nesses jornais,⁴⁷⁶ que ainda propunham a divisão do trabalho doméstico com os maridos.⁴⁷⁷ *Brasil Mulher* chegou a publicar uma carta aberta ao presidente Geisel, repudiando a censura feita ao jornal *Movimento*, que foi impedido de publicar um número especial sobre o “Trabalho da Mulher no Brasil”, em que divulgava números levantados pela ONU e discutia a situação das

⁴⁷² NOSOTRAS. Nº 7, 1974, p. 9.

⁴⁷³ Ibidem, p. 12.

⁴⁷⁴ PERSONA. Nº 1, 1974, p. 25-27; Nº 2, 1974, p. 6; Nº 5, 1975, p. 28.

⁴⁷⁵ NÓS MULHERES. Nº 8, 1978, p. 9.

⁴⁷⁶ BRASIL MULHER. Nº 5, 1976, p. 11; Nº 7, 1977, p. 11; Nº 12, 1978, p. 9-10. NÓS MULHERES. Nº 5, 1977, p. 7-9.

⁴⁷⁷ NÓS MULHERES. Nº 0, 1975, p. 16.

mulheres que estavam no mercado de trabalho. O periódico pedia ao presidente que revisse a censura a esta publicação, já que o tema era de grande importância para as mulheres.⁴⁷⁸

Mais internacionalizado, *Nosotras* trouxe um exemplo da Albânia, onde as mulheres dividiam os trabalhos da casa com os homens, com a ajuda do Estado que propiciava creches, restaurantes e lavanderias públicas para que todos pudessem trabalhar.⁴⁷⁹

Eram discutidos também os direitos das trabalhadoras como o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), a licença maternidade, o salário mínimo e as greves. Os jornais noticiaram o Congresso da Mulher Metalúrgica, realizado em 1978, que teve muitas de suas participantes demitidas.⁴⁸⁰

Entre os “crimes econômicos” publicados por *Nosotras*, sobre o Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, estavam a exploração no trabalho, os salários baixos e desiguais, a discriminação e o trabalho doméstico (assim como o da agricultura, do artesanato e do comércio) não remunerado.⁴⁸¹

Nos anos 1980, *Persona* falava da impossibilidade das mulheres alcançarem cargos altos, dos salários desiguais, da relação entre as sindicalistas e o feminismo e ainda sobre o trabalho doméstico, sua primeira e permanente preocupação.⁴⁸² Enquanto isso, seu conterrâneo *Brujas* apenas perguntava: “¿Que pasa en el mundo del trabajo?”⁴⁸³ passando à discussão do trabalho doméstico. Depois comentou sobre o sindicalismo docente na Espanha.⁴⁸⁴ Provavelmente o grupo que ainda edita este periódico estava mais preocupado, ao menos naquela época, com outros temas que giravam em torno das questões específicas do feminismo.

Já o brasileiro *Mulherio* era mais enfático com relação ao tema do trabalho e, além das questões debatidas pela geração anterior de periódicos brasileiros (trabalho doméstico, mulheres metalúrgicas, fiandeiras, professoras, operárias, domésticas), introduziu novos termos para a discussão, como a licença “maternidade”⁴⁸⁵ para os pais,⁴⁸⁶ a aposentadoria para as donas de casa⁴⁸⁷ e a discriminação das casadas nas empresas.⁴⁸⁸ Além disso, novas

⁴⁷⁸ BRASIL MULHER. Nº 2, 1976, p. 8-9.

⁴⁷⁹ NOSOTRAS. Nº 4, 1974, p. 10.

⁴⁸⁰ NÓS MULHERES. Nº 7, 1978, p. 6; BRASIL MULHER. Nº 11, 1978, p. 4-9.

⁴⁸¹ NOSOTRAS. Nº 16-18, p. 3 e 7.

⁴⁸² PERSONA. Nº 2, 1980; Nº 6, 1981, p. 13-15; Nº 1, 1983, p. 3; Nº 16, 1986, p. 10.

⁴⁸³ BRUJAS. Nº 5, 1984, p. 15.

⁴⁸⁴ Ibidem. Nº 11, 1985, p. 39.

⁴⁸⁵ Pelo ineditismo da proposta, soa curioso o termo “licença maternidade” para os pais, mas ainda não se falava em “licença paternidade”, tão destinado que era apenas às mulheres esse benefício.

⁴⁸⁶ MULHERIO. Nº 3, 1981, p. 6.

⁴⁸⁷ Ibidem. Nº 10, 1982, p. 7.

⁴⁸⁸ Ibidem. Nº 12, 1983, p. 3.

personagens entraram na cena das páginas do periódico, que fez uma boa discussão sobre mulheres no mercado de trabalho: eram elas bóias-frias, aeromoças, jornalistas, secretárias, empresárias e, por fim, as trabalhadoras negras.⁴⁸⁹

Assunto unânime, como pudemos observar na análise desses jornais, o trabalho das mulheres é uma questão que se estende até os dias de hoje, já que a maioria continua responsável pelo trabalho doméstico e que a equiparação salarial nos mais diversos ramos do mercado ainda é um sonho a ser alcançado.

O conceito de “patriarcado” foi bastante contestado nos periódicos feministas. *Persona* o combatia com referência na obra de Kate Millett, que denunciou a construção de papéis sexuais na sociedade.⁴⁹⁰ Sobre marxismo e lutas de classes, em outro momento, o jornal publicou a crítica de Susan Sontag à noção de “luta geral” social; a autora defendeu a especificidade da luta das mulheres.⁴⁹¹

Brasil Mulher trouxe um artigo sobre Heleieth Saffioti que falava sobre a luta de classes com base em seu livro **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**.⁴⁹² Nada apareceu em **Nós Mulheres**; e **Mulherio** publicou em duas versões uma crítica a Marx e uma proposta de novas leituras sobre sua obra.⁴⁹³

Já *Nosotras* teve bastante a dizer sobre esses assuntos. Começou pela liberdade das mulheres que, de acordo com os Partidos Comunistas, só viria com a luta de classes.⁴⁹⁴ Obviamente, suas editoras não concordaram e sugeriram às jovens mulheres que questionassem, além das relações patrão-empregado ou aluno-professor, também a relação homem-mulher e que seguissem suas próprias reivindicações.⁴⁹⁵ Em outro número, o periódico deixou claro que a exploração das mulheres atravessava todas as classes sociais,⁴⁹⁶ com os crimes que a sociedade patriarcal sempre exerceu contra as mulheres.⁴⁹⁷ Em outro número, publica a posição do PC italiano, que aprovava a emancipação das mulheres, mas via os movimentos de liberação como burgueses.⁴⁹⁸ *Nosotras* ressaltava que a luta sempre se deteve ante as portas das casas, já que os comunistas e os intelectuais de esquerda também apoiavam o trabalho doméstico como função das mulheres.⁴⁹⁹ “A sociedade patriarcal,

⁴⁸⁹ Ibidem. N° 7, 1982, p. 4-5.

⁴⁹⁰ PERSONA. N° 3, 1974, p. 15-17.

⁴⁹¹ Ibidem. N° 2, 1974, p. 11-12.

⁴⁹² BRASIL MULHER. N° 0, 1975, p. 11.

⁴⁹³ MULHERIO. N° 11, 1983, p. 11-13; N° 18, 1984, p. 11-13.

⁴⁹⁴ NOSOTRAS. N° 4, 1974, p. 8.

⁴⁹⁵ Ibidem, p. 9.

⁴⁹⁶ Ibidem. N° 7, 1974, p. 9.

⁴⁹⁷ Ibidem. N° 16-18, 1975, p. 3.

⁴⁹⁸ Ibidem. N° 12, 1974, p. 2.

⁴⁹⁹ Ibidem. N° 16-18, 1975, p. 17.

anterior ao capitalismo, perdura em todos os sistemas sociais. Nunca se ataca a raiz dos problemas das mulheres.”⁵⁰⁰

Com estes fragmentos percebemos a importância desse tipo de discussão para aquele grupo de feministas, tomadas pelas pautas instantâneas do feminismo europeu e ao mesmo tempo permeadas pelo que significava a luta política e a incipiência do feminismo em seus países de origem. Vamos para algumas questões mais específicas.

3.3.4 Década da Mulher, 8 de março, mulheres na política

O *Persona* argentino, no número 5 de 1975, falou sobre o Ano Internacional da Mulher, afirmando que “*Por fin este año, las Naciones Unidas se han dado cuenta de que nacer mujer es casi una desgracia en todos los lugares del planeta*”⁵⁰¹ e que na Argentina três ou quatro conferências praticamente não divulgadas e assistidas por poucas pessoas completaram o quadro das comemorações pelo ano. No número seguinte, o periódico falou sobre a conferência de abertura do Ano, na Cidade do México, relatada por uma colaboradora argentina que vivia em Los Angeles e que levou exemplares do periódico para que mulheres de outras partes do mundo o conhecessem. Apresentaram a comemoração como um evento positivo, principalmente pela possibilidade de trocas entre as participantes e por permitir perceber o “nascimento” de grupos feministas em todos os países latino-americanos.⁵⁰²

Dos periódicos publicados nos anos 1970, foi *Nosotras* que deu ênfase maior à Década da Mulher. **Brasil Mulher** pouco comentou sobre as realizações de 1975, mas fez uma referência ao final do Ano em um pequeno editorial assinado por Joana Lopes, que propunha o não esquecimento da causa das mulheres depois desta data e que via como positiva a oportunidade dada às mulheres para debaterem seus problemas, que foi apoiada por todos os governos.⁵⁰³ Depois o periódico publicou reportagens sobre a CPI da Mulher, em 1977; e nada foi encontrado em **Nós Mulheres**, publicado só em 1976.

É possível perceber com esses dados que o Ano Internacional da Mulher instituído pela ONU foi mais comentado pelo periódico que estava mais próximo do contexto internacional, onde as questões e as reivindicações estavam sendo sistematicamente debatidas

⁵⁰⁰ Ibidem, p. 24.

⁵⁰¹ “Por fim este ano as Nações Unidas se deram conta de que nascer mulher é quase uma desgraça em todos os lugares do planeta.” (Tradução livre). PERSONA. Nº 5, 1975, p. 3.

⁵⁰² Ibidem, Nº 6, 1975, p. 10.

⁵⁰³ BRASIL MULHER. Nº 1, 1975, p. 2.

e onde as ações estavam sendo planejadas e executadas. É certo que grande parte dos países do mundo tinha o Ano em suas agendas, mas o debate ficou restrito aos fatos que marcaram as festividades, como o congresso na Argentina, do qual as feministas foram excluídas pelos grupos de mulheres e por Isabelita Perón.

Impressa nas páginas de *Nosotras* estava, desde 1974, a declaração da ONU de 1975 como o Ano Internacional da Mulher;⁵⁰⁴ em seguida veio a previsão dos eventos culturais e a notícia da criação do Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres (quando rapidamente o Grupo Latino Americano de Mujeres, que editava *Nosotras*, se ofereceu para intermediar o contato com feministas latino-americanas no levantamento de dossiês para o tribunal).⁵⁰⁵ Publicaram as discussões da reunião preparatória para o Tribunal, mas também opiniões contrárias ao Ano, como das artistas convidadas para o Salão de Mulheres nas Artes, que viram o Ano como mais uma prova da segregação às mulheres na sociedade, já que os homens não precisavam de um ano ou de uma década exclusiva para eles.⁵⁰⁶

Denúncia semelhante, que apontava para o sexismo oculto nas comemorações da ONU, foi feita pelo *Movimiento de Liberación de la Mujer de México*. O grupo via o lugar de deficiência oferecido para as mulheres, consideradas débeis, com a instauração de um ano e de uma década especial para elas, reafirmando a crença cultural na inferioridade. O grupo terminou o manifesto dizendo que vinha mostrando sua inconformidade com a opressão e com o lugar social reservado às mulheres.⁵⁰⁷

Nosotras ainda narrou a participação de suas editoras no Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, realizado em Bruxelas em março de 1976, onde se reuniram mil e duzentas mulheres de vinte e oito países para discutir sua situação.⁵⁰⁸

Depois da largada, fica nítido o esquecimento da Década da Mulher com o passar dos anos, até o momento do balanço histórico que aparece nos periódicos com o fechamento da Década, em 1985. **Mulherio** publicou uma reportagem intitulada “Da Cidade do México a Nairóbi” sobre o fechamento da Década,⁵⁰⁹ outra sobre o Fórum de Nairóbi⁵¹⁰ e mais uma sobre o balanço da Década e o futuro, segundo a ONU.⁵¹¹ **Brujas** também dedicou espaço para analisar e fazer considerações sobre o final da Década da Mulher.⁵¹² 1985 trazia novos

⁵⁰⁴ NOSOTRAS. Nº 4, 1974, p. 5; Nº 7, 1974, p. 1.

⁵⁰⁵ Ibidem. Nº 12, 1974, p. 1 e 4.

⁵⁰⁶ Ibidem. Nº 16-18, 1975, p. 5.

⁵⁰⁷ Ibidem, p. 24.

⁵⁰⁸ Ibidem. Nº 25-26, 1976, p. 24-28.

⁵⁰⁹ MULHERIO. Nº 21, 1985, p. 4.

⁵¹⁰ Ibidem. Nº 22, 1985, p. 22.

⁵¹¹ Ibidem. Nº 23, 1985, p. 16-17.

⁵¹² BRUJAS. Nº 9, 1985, p. 1 e 22.

ares de democracia para o Brasil, já experimentados pelas feministas argentinas com o fim da última ditadura daquele país, em 83.

Quanto ao 8 de março, o dia internacional da mulher é uma data comemorada até hoje por grupos de mulheres, feministas ou não. A data foi tema presente na grande maioria dos periódicos feministas em todo o mundo. Nos números analisados de *Persona*, o tema apareceu mais escassamente. Em **Brasil Mulher** podemos encontrar alguns registros, principalmente em 1978 e 1979.⁵¹³ A data virou capa de um exemplar de **Nós Mulheres**, em 1977, que trazia como manchete “Um dia de luta”.⁵¹⁴

Nosotras em seu primeiro ano de publicação fez um histórico dos principais fatos ocorridos na data em diversos anos, desde a greve das mulheres norte-americanas pela redução da jornada de trabalho para dez horas diárias, em 1857,⁵¹⁵ até as marchas e manifestações da década de 1970.⁵¹⁶ Depois noticiou que no dia internacional da mulher de 1975 foi apresentado o projeto de divórcio na Câmara dos Deputados de Brasília.⁵¹⁷ A última reportagem analisada trazia saudações revolucionárias vindas da *Dirección Nacional da Federación de Mujeres Cubanas*, que também comemorava o dia.⁵¹⁸

A data símbolo para o movimento feminista mundial também estampou as páginas dos periódicos no Brasil e na Argentina dos anos 1980. **Mulherio** a rememorou e celebrou já no seu número de estréia e a partir dali, ano após ano, trouxe reflexões a respeito do “dia da mulher” como um dia de luta pela causa feminista e alertou para a tentativa de grupos políticos partidários de controlar a capacidade de mobilização das mulheres em proveito próprio.⁵¹⁹

O 8 de Março tem grande importância até hoje para os grupos feministas e de mulheres argentinos. *Brujas* aproveitou o exemplar de número 5, de 1984, para conscientizar suas leitoras sobre a necessidade de unidade e organização do movimento feminista, com a

⁵¹³ BRASIL MULHER. Nº 11, 1978, p. 3; Nº 12, 1978, p. 11; Nº 15, 1979, p. 3.

⁵¹⁴ NÓS MULHERES. Nº 4, 1977, capa e p. 3.

⁵¹⁵ Joana Maria Pedro escreve sobre o verbete “8 de março” no **Dicionário de datas da história do Brasil** e explica que as versões da origem das comemorações da data são totalmente desconhecidas, mas todas indicam a data como oriunda do campo da esquerda, tanto nos Estados Unidos como na Rússia e na Alemanha. Oficialmente o 8 de março foi instituído pela ONU o Dia Internacional da Mulher e deu a largada à Década da Mulher em 1975.

⁵¹⁶ NOSOTRAS. Nº 4, 1974, p. 5.

⁵¹⁷ Ibidem. Nº 16-18, 1975, p. 23.

⁵¹⁸ Ibidem. Nº 25-26, 1975, p. 36.

⁵¹⁹ MULHERIO. Nº 1, 1981, p. 6; Nº 6, 1982, p. 11-18 e 24; Nº 12, 1983, p. 24; Nº 20, 1985, p. 24.

retomada da data como símbolo do movimento.⁵²⁰ Três anos depois, tratou dos problemas e dos desentendimentos nas manifestações realizadas pelo dia internacional da mulher.⁵²¹

E falando em reivindicações e manifestações políticas, a necessidade de um envolvimento maior das mulheres na política também se refletia na pauta dos jornais feministas analisados. Diante do desprestígio frente às leis e aos códigos civis nos dois países, só a entrada das próprias mulheres na política e a conquista de cargos públicos poderia ajudar a reverter a situação. Mas nada disso serviria se o enfoque dessas mulheres não contemplasse as outras mulheres.

Curiosamente, sobre este tema, foi o internacional *Nosotras* que menos teve a dizer. Suas páginas já haviam noticiado a posição do Partido Comunista (no caso o italiano, mas refletindo uma postura geral) de encarar as reivindicações feministas como burguesas, mas não encontrei registros sobre a importância das mulheres assumirem cargos públicos. É possível que isso seja um sintoma da condição de exiladas políticas de suas editoras, que não viam possibilidades para as mulheres nas ditaduras militarizadas instauradas em seus países, elas próprias tendo que fazer sua política numa terra estrangeira. Ou talvez fosse este um reflexo da forte influência do feminismo da diferença europeu no qual muitas das editoras do periódico estavam inseridas. Este tipo de feminismo não concordava com que as mulheres participassem dos espaços de poder da forma como eles se apresentavam, masculinizados, criados por homens e para eles.

Na Argentina, o *Persona* pré-ditadura militar trouxe a bandeira do feminismo, lembrando em suas páginas que “*Lo personal es político*”. Depois, em 1980, voltou discutindo o feminismo e as organizações políticas e no ano seguinte apontava para a necessidade de haver mulheres no governo. Em 83, com a volta da democracia, *Persona* pedia o voto das mulheres para as mulheres candidatas. Mas pelo que as feministas argentinas entrevistadas comentam sobre experiência com o governo de Isabelita Perón, uma mulher eleita talvez não represente necessariamente os interesses das mulheres; elas afirmam que Isabelita não estava engajada politicamente com a causa das mulheres.

Brasil Mulher e **Nós Mulheres** falaram, principalmente entre os anos eleitorais de 1976 e 1978, das mulheres e do voto, que funciona como arma política, da importância de

⁵²⁰ BRUJAS. Nº 5, 1984, p. 4-8.

⁵²¹ Ibidem. Nº 11, 1987, p. 1.

escolher bem os/as candidatos/as e de haver candidaturas de mulheres como opção nas eleições.⁵²²

O tema aparece com mais frequência em **Mulherio**, a partir de 1981, que pedia a participação das mulheres na política e traçava um perfil da mulher deputada e seus desafios no governo.⁵²³ Em 1984 aparecia no jornal a campanha pelas eleições diretas para presidente da república e o periódico clamava um apelo à “Mátria Amada”.⁵²⁴ Mais adiante, **Mulherio** fazia a relação entre política e feminismo⁵²⁵ e depois discutia a efetividade dos Conselhos Estaduais da Condição Feminina, ativados em 1985.⁵²⁶ O foco principal do periódico estava na discussão a respeito das mulheres no poder.⁵²⁷

Para o periódico argentino **Brujas**, o importante com a volta da democracia era a ocupação dos espaços públicos pelas mulheres⁵²⁸ e também o acesso à esfera pública de poder.⁵²⁹ Em suas páginas apareciam também as estratégias políticas do movimento de mulheres⁵³⁰ e a questão política da autonomia para o movimento feminista.⁵³¹

3.3.5 Creches, anistia, custo de vida, *patria potestad*: reivindicações próprias

Apesar dos periódicos brasileiros e argentinos manterem vários pontos de similaridade em seus temas, alguns assuntos apareciam especificamente no contexto de cada país, como a luta pela *patria potestad*, o direito ao “pátrio” poder sobre os filhos, que ganhou força na Argentina no começo dos anos 1980, mobilizando as militantes feministas, que saíram às ruas em meio à opressão da ditadura para reivindicar para as mulheres direitos iguais aos dos maridos sobre os filhos. Para dimensionar a importância desta luta para as argentinas, em 1975, Mercedes Sosa, em entrevista a **Nosotras** durante uma turnê européia, falou da tristeza e da injustiça de ter que deixar seu filho na Argentina cada vez que viajava pois, como mulher, não era responsável para sair com ele das fronteiras de seu país. De acordo com ela, a mesma

⁵²² BRASIL MULHER. Nº 3, 1976, p. 3; Nº 5, 1976, p. 14; Nº 14, 1978, p. 2, 7 e 8. NÓS MULHERES. Nº 2, 1976, p. 3; Nº 3, 1976, p. 8-9.

⁵²³ MULHERIO. Nº 3, 1981, p. 12-14; Nº 9, 1982; Nº 10, 1982; Nº 11, 1983; Nº 13, 1983.

⁵²⁴ Ibidem. Nº 15, 1984, p. 4-6; Nº 18, 1984, p. 3-5.

⁵²⁵ Ibidem. Nº 19, 1984.

⁵²⁶ Ibidem. Nº 20, 1985, p. 6.

⁵²⁷ Ibidem. Nº 22, 1985, p. 20.

⁵²⁸ BRUJAS. Nº 4, 1984, p. 12-13.

⁵²⁹ Ibidem. Nº 5, 1984, p. 1-2.

⁵³⁰ Ibidem, p. 4-8.

⁵³¹ Ibidem. Nº 14, 1985, p. 34.

lei romana do “Patria Potestas”, que dava ao homem o controle sobre escravos, mulheres e crianças, era mantida na Argentina.⁵³²

O periódico *Persona* lamentou-se pelo veto do poder executivo à lei aprovada pelo congresso da *patria potestad* compartilhada pelos pais, em outubro de 1975.⁵³³ Na fase dos anos 1980, estampava e discutia o tema em suas páginas, falando sobre a campanha das feministas pela *patria potestad* e o recolhimento de assinaturas, em diversos números.⁵³⁴ A campanha apareceu também nas entrevistas das feministas argentinas que se lembraram das mesinhas colocadas nas esquinas de Buenos Aires e de várias delas fazendo plantão sob o sol, buscando recolher assinaturas suficientes para enviar o pedido ao poder legislativo. Foram anos de luta e discussão, até que a lei que estipulou a divisão do pátrio poder com a mãe foi sancionada em 1987.⁵³⁵

A questão da *patria potestad* também foi discutida por *Brujas* em 1984, sucessivamente nos números 4, 5 e 6,⁵³⁶ sendo que no último o clima era de decepção, pois as feministas lutaram durante anos, por vezes o projeto quase foi aprovado, mas era barrado pelas raízes do machismo que embasava o poder legislativo, entre outros, no Estado argentino. O número de páginas dedicado ao assunto (de três a cinco) revela a importância da discussão para o movimento feminista naquele momento.

Enquanto as *madres e abuelas* argentinas iam às ruas reivindicando notícias de seus filhos e netos desaparecidos no terror da ditadura, as mães brasileiras clamavam pela *anistia* política de seus filhos presos, exilados em outros países ou simplesmente tidos como “desaparecidos”. A luta pela anistia esteve bastante presente nos periódicos feministas brasileiros.

O tema esteve bastante presente nos primeiros números de **Brasil Mulher** em 1975,⁵³⁷ e 1976⁵³⁸ e depois em três números de 1978.⁵³⁹ Neste último ano, o periódico anunciava que a luta estava perto de acabar; que a anistia estava mais próxima e ela viria efetivamente no ano seguinte. **Nós Mulheres** também estava na discussão desde o exemplar de número 1, em

⁵³² NOSOTRAS. Nº 16-18, 1975, p. 22.

⁵³³ PERSONA. Nº 6, 1975, p. 9.

⁵³⁴ Ibidem. Nº 2, 1980, p. 23; Nº 4, 1980, p. 17; Nº 7, 1981, p. 3; Nº 14, 1982, p. 31; Nº 1, 1983, p. 7.

⁵³⁵ Disponível em <http://www.apuntesjuridicos.com/contenidos2/ley-de-divorcio-vincular-y-patria-potestad.html>. Acessado em 15.12.2008.

⁵³⁶ BRUJAS. Nº 4, 1984, p. 8-10; Nº 5, 1984, p. 20-22; Nº 6, 1984, p. 20-24.

⁵³⁷ BRASIL MULHER. Nº 0, 1975, p. 12; Nº 1, 1975, p. 3-4.

⁵³⁸ Ibidem. Nº 5, 1976, p.3.

⁵³⁹ Ibidem. Nº 8, 1978, p. 8; Nº 11, 1978, p. 13; Nº 14, 1978, p. 11-12.

1976, voltando ao assunto da anistia aos presos e exilados políticos no número 3 do mesmo ano.⁵⁴⁰

É interessante perceber que justamente *Nosotras*, um jornal publicado por mulheres exiladas em outro país, não se interessou em momento algum (nos números analisados) pelo tema da anistia. É como se para elas a vida seguisse normalmente, longe do país de origem. As preocupações específicas do feminismo eram outras. A luta pela anistia estava em outras mãos. *Nosotras* falou de opressão política, já que prisão e tortura foram consideradas crimes no Tribunal Internacional de Crimes contra a Mulher,⁵⁴¹ e das presas políticas como as esquecidas do Ano Internacional da Mulher.⁵⁴²

As manifestações contra a carestia (ou custo de vida) estavam bastante presentes nos jornais feministas brasileiros que encampavam também algumas das lutas do chamado “movimento de mulheres”. Os anos de 1975 a 1978 trouxeram freqüentemente o movimento pelo custo de vida a estes jornais, sendo que **Brasil Mulher** estampava freqüentemente em suas capas imagens de mulheres da periferia, algumas vezes com filhos, passando a mensagem das conseqüências de uma vida pobre e difícil.

Mas um assunto que apareceu bastante em todos os periódicos brasileiros analisados foi a luta por creches, sete vezes como bandeira de **Brasil Mulher**, duas em **Nós Mulheres** e oito vezes também na década de 1980, em **Mulherio**. No Brasil, o tema era unanimidade, enquanto que nos periódicos argentinos encontramos apenas uma reportagem, apesar dela ocupar cinco páginas, a respeito da “*ley de jardines maternas*”, num exemplar de *Brujas*, de 1984.

A luta por creches era uma reivindicação básica para o movimento feminista, no sentido de propiciar condições adequadas para as mulheres no mercado de trabalho já que, para trabalharem, teriam que deixar os filhos aos cuidados de alguém. Mesmo tendo virado lei, com a CLT ainda na época de Getúlio Vargas, as creches nunca foram construídas ou mantidas por empresas com um número significativo de funcionárias com filhos, como determinado legalmente. A luta por creches constituiu um discurso árduo e duradouro dentro do movimento feminista.

⁵⁴⁰ NÓS MULHERES. Nº 1, 1976, p. 16; Nº 3, 1976, p. 10.

⁵⁴¹ NOSOTRAS. Nº 16-18, 1975, p. 3.

⁵⁴² Ibidem, p. 6.

3.3.6 Outros assuntos

Outros temas que apareceram freqüentemente nos periódicos, principalmente nos anos 1970, foram casamento e divórcio (principalmente), e as posições e relações com a igreja católica. Os anos 80 trouxeram outras discussões e o movimento feminista não pôde deixar de atender às demandas da diversidade e das fronteiras sociais e culturais, principalmente no Brasil, talvez considerado um dos mais “híbridos” países da América do Sul. Mulheres negras, indígenas, pobres, lésbicas... tiveram que ser incluídas nas discussões e assumidas pelos periódicos.

A pobreza já era tema nos anos 1970. **Brasil Mulher** falava sobre as trabalhadoras pobres, a questão agrária, a periferia, as favelas, as cooperativas, as lavradoras sem terra e trazia a questão da pobreza relacionada à educação. A capa de seu número 1, em 1975, trazia uma mulher negra da periferia brincando na rua com uma filha pequena; dentro, uma reportagem falava de mulheres pobres que vieram de outros estados para tentar a vida na região Sul e pioraram de situação.

Nós Mulheres falava também de pobreza e periferia, trazendo a questão do racismo. Mas é **Mulherio**, lançado em 1981, que vai trazer à baila parte da demanda do movimento feminista internacional, privilegiando mulheres excluídas, para além dos preconceitos originados pelo simples fato delas serem mulheres.

As reportagens de **Mulherio** traziam um rol de mulheres socialmente excluídas: lésbicas, pobres, nordestinas, fiandeiras, bóias-frias, agricultoras... Mas foi nas questões relacionadas à etnia que o jornal deu uma grande contribuição. Os títulos referentes às mulheres negras predominavam, sendo discutidos com freqüência, nos temas que iam desde o preconceito racial e social, passando pelos referentes à sexualidade, até chegar a uma análise da tripla exploração sobre as mulheres negras, que sofrem preconceitos por serem mulheres, por serem negras e ainda por serem pobres, tendo que aceitar os trabalhos mais pesados, ganhando pouco e suportando a carga resultante deste acúmulo de preconceitos sobre elas.⁵⁴³

Como **Mulherio** era um jornal que pode ser considerado mais acadêmico, por ser editado dentro da Fundação Carlos Chagas e por trazer em suas páginas muitas vezes resultados de pesquisas e também incentivo a elas, podemos inferir que estivesse ligado mais diretamente às demandas internacionais do feminismo, trazendo para suas páginas as questões que eram discutidas fora do Brasil, por isso a inclusão de questões cruciais para aquele

⁵⁴³ MULHERIO. Nº 14, 1983, p. 8-9.

momento, como as de raça e etnia. Estes temas raramente apareceram nos periódicos argentinos.

A indicação e citação de livros e autoras também eram freqüentes nas páginas dos periódicos. Assim como Simone de Beauvoir e sua obra mais emblemática para as feministas, **O Segundo Sexo**, Kate Millett e as discussões sobre o livro **Política sexual** também estiveram nas páginas dos periódicos, principalmente *Persona* (que também discutia a obra de Juliet Mitchell e Alexandra Kollontai), onde foram mencionadas várias vezes, e de *Nosotras*. Kollontai também foi mencionada por *Brujas*, que em 1983 publicou uma resenha sobre o livro de Leonor Calvera (entrevistada nesta pesquisa), lançado em 1982, *El género mujer*.

Nosotras trazia uma vasta referência bibliográfica internacional que, além das autoras mencionadas acima, sugeria outros nomes e outras obras, como **A mulher eunuco**, de Germaine Greer, *La politique vaginale*, da canadense Ellen Frankfort, *Our bodies, Ourselves*, do coletivo de mulheres de Boston, entre outros. As brasileiras também aparecem nas indicações, como Heleieth Saffioti com o livro **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**, Eva Alterman Blay com o livro **O trabalho feminino** e Naumi Vasconcelos com **A resposta sexual brasileira**. Uma argentina citada é Silvina Bulrich com o livro *Mariana dijo basta*.

Mulherio também trazia diversas indicações de livros, em sua maioria de autoras e autores brasileiros. O que me chamou a atenção entre eles foram as publicações conjuntas de feministas conhecidas com mulheres migrantes, pobres, trabalhadoras. Danda Prado escreveu um livro assinado com Cícera F. Oliveira. **Cícera, um destino de mulher** contava a história da migrante nordestina que veio morar no Rio de Janeiro e virou operária têxtil; além disso trazia as reflexões de Danda Prado sobre essa história de vida. De acordo com a resenha do periódico, o cenário da história de Cícera foi composto de cenas de miséria e violência.⁵⁴⁴ Outra obra indicada e resenhada foi **Vida de mulher**, de Maria (Lygia) Quartim de Moraes e Maria Mendes da Silva, migrante, empregada doméstica, mãe solteira, operária e militante sindical. O que podemos perceber é uma tendência das feministas de esquerda, que já falavam sobre as mulheres trabalhadoras em outros periódicos, tentarem se colocar mais perto da experiência dessas mulheres pobres talvez para arriscarem uma reflexão mais fiel a uma realidade externa, da qual elas tentaram se apropriar no intuito de trazer uma discussão para o campo feminista teórico.

⁵⁴⁴ Ibidem. N° 2, 1981, p. 19.

Assim como os livros, o teatro (com destaque especial para a postura feminista de Leilah Assunção,⁵⁴⁵ Norma Benguel⁵⁴⁶ e Ruth Escobar⁵⁴⁷) e principalmente o cinema faziam parte das discussões no campo de atuação feminista. Todos os periódicos analisados tinham um compromisso claro com a cultura. O cinema, principalmente aquele feito por mulheres ou com temática referente a elas, era bastante discutido, criticado e resenhado pelos periódicos, que indicavam filmes coerentes com os ideais feministas e denunciavam os que se colocavam na situação oposta.

A cineasta argentina María Luisa Bemberg foi entrevistada por María Elena Oddone para *Persona*, quando falou sobre um roteiro que tinha feito para o filme **Triângulo de quatro**.⁵⁴⁸ Mesmo não sendo a diretora desta película, todo o trabalho de Bemberg no cinema esteve perpassado pela temática feminista.

Nos anos 1980 **Mulherio** abriu espaço para a também cineasta Leilany Fernandes apresentar uma lista de curtas-metragens realizados por brasileiras desde a década anterior. Os nomes que aparecem, além do dela mesma, são Suzana Sereno, Landa Pinheiro, Eunice Gutman, Dilma Loes, Maria Helena Saldanha, Ana Maria Magalhães, Olga Futema, Suzana Amaral, Regina Machado, Lygia Pape, Maria Luiza D'Aboim, Nazareth O'Hana e Célia Resende. Isso denota que o cinema brasileiro contava com diversas novas diretoras que abordavam temáticas de cunho feminista, mesmo que raras delas tenham obtido sucesso fora do âmbito quase privado deste circuito.

3.3.7 Algumas considerações

Talvez você se pergunte qual a relevância deste tipo de análise, por um lado quantitativa, mas também qualitativa, já que a comparação que proponho parte das semelhanças ou diferenças entre os temas analisados. O aparecimento de temáticas semelhantes nos periódicos feministas sugere pautas em comum, provindas de discussões que circulavam neste campo em diversos países do mundo; e as especificidades que emergem abrem espaço para outras reflexões a serem colocadas.

Mesmo muitas vezes as trocas entre brasileiras e argentinas não sendo diretas, a abordagem de certos temas reflete uma ligação maior, que pode ser pensada como a

⁵⁴⁵ NOSOTRAS. N° 16-18, 1975, p. 18.

⁵⁴⁶ NÓS MULHERES. N° 6, 1977, p. 14.

⁵⁴⁷ MULHERIO. N° 17, 1984, p. 8.

⁵⁴⁸ PERSONA. N° 1, 1974, p. 7.

participação na constituição de uma rede mais ampla, tecida em torno da circulação de informações e teorias. As singularidades apareceram, formadas de maneiras próprias a partir dos contextos específicos de cada país. A marca da repressão forjada pelas ditaduras militares não pode ser ignorada, pois esteve presente principalmente no silêncio a respeito de determinadas questões que não puderam aparecer nos jornais feministas e mesmo na ausência de publicação, evidente principalmente no caso argentino. Enquanto os periódicos brasileiros puderam circular em meio ao cenário da ditadura, a partir de 1975, nenhuma página foi publicada na Argentina desde o início da repressão “oficial”, em 1976.

Fazendo estas considerações, parto agora para a questão que ganha centralidade com esta pesquisa, que é a formação de redes feministas. Nas publicações analisadas a constituição deste tipo de rede se faz presente, a ponto de podermos considerar os próprios periódicos como agentes importantes na constituição das relações que levam às redes. Como fonte de informação e difusão das idéias e das disputas feministas, eles serviram como intermediários, fazendo ligações entre lugares, pessoas e idéias, e como “porta-vozes” ou representantes de grupos com posições políticas definidas e discursos dirigidos. Vamos buscar compreender agora como esses espaços políticos foram aproveitados e por onde passaram os fios das redes que se intercalam e se afastam, tendo como centralidade as questões referentes às mulheres e sua condição social, cultural e política.

3.4 OS CAMINHOS DAS REDES DENTRO DOS PERIÓDICOS

Podemos seguir de diversas formas os fios da teia feminista que foram tecidos a partir das páginas dos jornais analisados neste estudo. Suas reportagens não raramente traziam informações sobre encontros, congressos, grupos feministas e inúmeras referências internacionais. Quase sempre era apontada a necessidade da união (ou irmandade) entre as feministas e podemos perceber o desejo e a intenção de se formar uma rede de apoio e ação feminista ao redor do mundo ou mesmo sobre distâncias mais curtas.

Persona, em 1975, ao falar sobre o encontro na Cidade do México pelo Ano Internacional da Mulher, destacou a importância dos contatos internacionais e mostrou-se surpreso ao saber da existência de diversos grupos feministas na América-Latina. Em 1981, noticiou o encontro de mulheres em São Paulo.⁵⁴⁹

⁵⁴⁹ PERSONA. 1981, p. 16.

As informações sobre os dois Congressos da Mulher Paulista, de 1979 e de 1980, estavam também nas páginas de **Brasil Mulher**.⁵⁵⁰ Ainda em 1981, **Mulherio** falava do Iº Encontro Feminista da América Latina e do Caribe realizado na Colômbia;⁵⁵¹ em 1982 dava notícias do IIº Congresso da Mulher Fluminense e do Encontro da Mulher Mineira;⁵⁵² neste mesmo ano o periódico noticiou congressos em vários países. Percebe-se com isso um momento de intensa atividade do movimento feminista e do movimento de mulheres em diversas localidades. No Brasil, as feministas dos principais centros urbanos promoviam seus encontros. Continuavam no jornal as informações sobre os Encontros da América Latina e do Caribe, sendo que o quinto encontro também foi noticiado por **Brujas** em 1985.⁵⁵³ Este periódico trouxe também informações sobre o Iº Encontro Nacional de Mulheres na Argentina,⁵⁵⁴ que é realizado até hoje, reunindo milhares de manifestantes.

Outro aspecto interessante nos jornais é a divulgação de grupos feministas. Saber o que acontece no mundo, que grupos elas próprias e as outras feministas estão formando e com que intuito, sempre fez parte dos interesses das editoras dos periódicos. **Persona**, em 1974, expunha quais eram os princípios do grupo que o compunha, o MLF⁵⁵⁵ – *Movimiento de Liberación Femenina*⁵⁵⁶ – cujo principal membro era a polêmica María Elena Oddone, já bastante comentada no primeiro capítulo deste trabalho. O periódico cita também a *Ligue du Droit des Femmes*, de Paris,⁵⁵⁷ presidida na época por Simone de Beauvoir. Na década seguinte, **Persona** mencionava o Coletivo de Mulheres, do Rio de Janeiro, e a Casa da Mulher Brasileira.⁵⁵⁸ Portanto fica claro que havia ao menos uma circulação de informações, o que permitiu às argentinas editoras deste periódico o conhecimento dos grupos na França e no Brasil.

A outra publicação argentina, **Brujas**, em seu número de estréia trouxe o perfil da associação de mulheres que formava o grupo ATEM,⁵⁵⁹ responsável até hoje pelo periódico.

⁵⁵⁰ BRASIL MULHER. Nº 15, 1979, contracapa; Nº especial 8 de março, 1980, p. 4.

⁵⁵¹ MULHERIO. Nº 1, 1981, p. 7.

⁵⁵² Ibidem. Nº 5, 1982, p. 8; Nº 6, 1982, p. 2-3.

⁵⁵³ BRUJAS. Nº 12, 1985, p. 15.

⁵⁵⁴ Ibidem. Nº 10, 1985, p. 30.

⁵⁵⁵ Lembro que os MLF ou MLM dos países de língua latina eram partidários do *Women's Liberation Front* estadunidense, que tinha como maior correspondente na Europa o *Mouvement de Libération des Femmes* francês. Os Movimentos de Liberação espalharam-se por boa parte do mundo.

⁵⁵⁶ PERSONA. Nº 1, 1974, p. 43.

⁵⁵⁷ Ibidem, p. 37.

⁵⁵⁸ Ibidem. Nº 8, 1981.

⁵⁵⁹ BRUJAS. Nº 1, 1983, p. 1.

Suas páginas noticiaram a formação da *Multisetorial de la Mujer* pelo governo daquele país⁵⁶⁰ e publicaram notícias sobre grupos feministas e eventos promovidos por eles.

Os brasileiros **Brasil Mulher** e **Nós Mulheres** pouco noticiaram sobre grupos, dentro ou fora do Brasil. Falaram sobre a Casa da Mulher Brasileira, também comentada por *Persona*, sobre a Sociedade Brasil Mulher e sobre as organizações de mulheres.

Apenas **Mulherio**, a partir de 1981, informou suas leitoras sobre a existência e a atividade de diversos grupos, como a APEM – Associação de Pesquisa e Estudos da Mulher;⁵⁶¹ o NEM – Núcleo de Estudos sobre a Mulher – da PUC-RJ;⁵⁶² o Grupo Feminista de Estudos de Goiânia;⁵⁶³ o Grupo de Ação Lésbico-Feminista;⁵⁶⁴ a Associação Latino-Americana de Estudos sobre a Mulher;⁵⁶⁵ o Coletivo de Mulheres, do Rio de Janeiro;⁵⁶⁶ a Casa da Mulher, de São Paulo;⁵⁶⁷ e o Centro de Informação da Mulher – CIM – também sediado em São Paulo.⁵⁶⁸ Além desses, diversos outros grupos feministas (e também grupos de mulheres) espalhados por todo o Brasil eram noticiados nas páginas de **Mulherio**, que se preocupava em possibilitar o contato e as trocas entre as componentes desses grupos que se formavam das capitais até as cidades do interior.

A contribuição de *Nosotras* ampliou o quadro dos grupos para outras localidades, a começar pela apresentação de suas editoras, que formavam o *Grupo Latinoamericano de Mujeres*;⁵⁶⁹ em seguida apresentava o *Groupe de Recherche et d'Information Féministes*, de Bruxelas;⁵⁷⁰ e os Centros de Mulheres na França, Bélgica, Áustria, Suíça, Inglaterra, Dinamarca, Noruega, Portugal e México.⁵⁷¹ O periódico abriu espaço também para o *Movimiento Hacia la Nueva Mujer*, de Caracas (curiosamente, o grupo argentino de Mirta Henault era contemporâneo ao venezuelano e se chamava *Nueva Mujer*), que buscava uma integração internacional.⁵⁷²

Apareceram ainda em seu conteúdo o *Colletivo Internazionale Feminista*, da Itália;⁵⁷³ o *Movimiento de Liberación de la Mujer de México*;⁵⁷⁴ a *Federación de Mujeres Cubanas*;⁵⁷⁵

⁵⁶⁰ Ibidem. Nº 5, 1984, p. 4-8.

⁵⁶¹ MULHERIO. Nº 1, 1981, p. 5.

⁵⁶² Ibidem. Nº 2, 1981, p. 11; Nº 11, 1983, p. 20; Nº 22, 1985, p. 22.

⁵⁶³ Ibidem. Nº 1, 1981, p. 4.

⁵⁶⁴ Ibidem. Nº 3, 1981, p. 2.

⁵⁶⁵ Ibidem. Nº 5, 1982, p. 10.

⁵⁶⁶ Idem, p. 23.

⁵⁶⁷ Ibidem. Nº 13, 1983, p. 6.

⁵⁶⁸ Ibidem, p. 7.

⁵⁶⁹ NOSOTRAS. Nº 12, 1974, p. 5.

⁵⁷⁰ Idem.

⁵⁷¹ Ibidem. Nº 16-18, 1975, p. 4.

⁵⁷² Ibidem, p. 13.

⁵⁷³ Ibidem, p. 16.

a *Acción para la Libertación de la Mujer Peruana*;⁵⁷⁶ e a *Greek International Women's*.⁵⁷⁷ Como as editoras viviam e publicavam na Europa, suas referências europeias eram grandes; como cidadãs de países latino-americanos, as notícias e os grupos destes países também estavam sempre presentes em suas discussões. O periódico pode ser considerado (e se considerava) um intermediário dos acontecimentos que movimentavam o campo feminista nos dois lados do Atlântico.

É importante perceber a centralidade que ganhavam os contatos e as notícias sobre outros grupos feministas nas páginas dos periódicos em geral. É como se houvesse uma identificação e uma legitimação com a confirmação da existência e da atividade dos grupos feministas em várias partes do globo. Aqueles grupos isolados não estavam sozinhos em sua luta cotidiana. O feminismo era um trabalho de “formigas” espalhadas por todo o mundo. As referências internacionais estiveram presentes, em abundância, em todas as publicações feministas analisadas.

Persona esteve preocupado com as mulheres da América Latina, noticiando, em 1974, o *IIIº Seminário Latinoamericano de Mujeres*, realizado no Peru.⁵⁷⁸ No ano seguinte publicava a reportagem “América Latina hoje” e a perplexidade ao conhecer a história da mineira indígena boliviana Domitila de Chungara.⁵⁷⁹ Depois, nos anos 1980, o foco esteve nas discussões sobre o divórcio na Espanha,⁵⁸⁰ a igualdade legal na Suíça,⁵⁸¹ a legalização do aborto na Itália⁵⁸² e as reivindicações brasileiras⁵⁸³ e por fim a igualdade de direitos na França.⁵⁸⁴

Numa reportagem intitulada “*Mujeres paulistas: un feminismo a la brasilera*”, Sarita (Torres) e Rosa, que assinaram a reportagem, sugeriram que “*Brasil padece también, a su manera, los horrores del machismo latinoamericano. El acceso relativo a una mayor libertad sexual no libra a las mujeres de los rituales de la inferiorización.*”⁵⁸⁵ Comentaram também que o aborto era ilegal tanto no Brasil quanto na Argentina e que matava dezenas de milhares de mulheres ao ano. Por fim constataram que apenas sete das trinta e seis organizações de

⁵⁷⁴ Ibidem.

⁵⁷⁵ Ibidem. Nº 25-26, 1976, p. 36.

⁵⁷⁶ Ibidem.

⁵⁷⁷ Ibidem, p. 33.

⁵⁷⁸ PERSONA. Nº 2, 1974, p. 25.

⁵⁷⁹ Ibidem. Nº 5, 1975, p. 6-8; Nº 6, 1975, p. 11.

⁵⁸⁰ Ibidem. Nº 8, 1981, p. 22.

⁵⁸¹ Ibidem.

⁵⁸² Ibidem, p. 40.

⁵⁸³ Ibidem, p. 16.

⁵⁸⁴ Ibidem. Nº 14, 1982, p. 47.

⁵⁸⁵ “O Brasil também padece, à sua maneira, dos horrores do machismo latino-americano. O acesso relativo a uma maior liberdade sexual não livra as mulheres dos rituais da inferiorização.” (Tradução livre).

mulheres presentes no encontro em São Paulo eram feministas: Associação de Mulheres, Brasil Mulher, Frente Feminista, Centro da Mulher Brasileira, SOS Mulher, Ação Lésbico-Feminista e Terra Maria. E que o MR8, “*brazo pesado del PC*”, como chamaram, estava presente para impedir que se realizassem as ambições de união das mulheres no Congresso.⁵⁸⁶ É importante perceber que este fragmento do periódico veio confirmar o relato da entrevista de Sara Torres sobre sua participação no Congresso da Mulher Paulista e mostra que, mesmo modestas, algumas trocas começavam a acontecer entre brasileiras e argentinas.

Brasil Mulher também ocupou-se de falar das mulheres bolivianas por meio de sua representante mais conhecida – Domitila Barrios de Chungara.⁵⁸⁷ Depois vieram as camponesas de Portugal.⁵⁸⁸ Na seção Rosa dos Ventos, noticiou as atividades das feministas espanholas e a tomada das ruas pelas italianas.⁵⁸⁹ Em 1977 falou das brasileiras na Bélgica,⁵⁹⁰ das domésticas portuguesas,⁵⁹¹ da mulher moçambicana⁵⁹² e das mulheres na América Latina.⁵⁹³ Na seção Cartas, o periódico publicou a carta de uma leitora que conheceu **Brasil Mulher** em Paris e, de volta a São Paulo, gostaria de saber como assinar o jornal.⁵⁹⁴ Provavelmente ela deve ter lido algum exemplar que circulou entre as brasileiras exiladas naquela cidade. As trocas aconteciam muitas vezes por meio da correspondência.

O primeiro número de **Nós Mulheres** falou da “luta das mulheres no mundo inteiro”.⁵⁹⁵ Em 1977 mencionou o exemplo das francesas;⁵⁹⁶ em 78 colocou em pauta a experiência boliviana⁵⁹⁷ e em outro exemplar falou sobre o exílio naquele país.⁵⁹⁸ No mesmo ano, a legalização do aborto na Itália virou notícia.⁵⁹⁹ Em 1979 o periódico trouxe a discussão sobre as mulheres iranianas⁶⁰⁰ e mais adiante a notícia de que as mulheres haviam derrubado a ditadura na Nicarágua.⁶⁰¹

Mulherio também trouxe diversas referências estrangeiras, chegando a publicar uma “Seção Internacional”, onde eram discutidos e apontados assuntos como a publicação da

⁵⁸⁶ PERSONA. Nº 8, 1981, p. 18-19.

⁵⁸⁷ BRASIL MULHER. Nº 1, 1975, p. 10-11.

⁵⁸⁸ Ibidem. Nº 4, 1976, p. 10-11.

⁵⁸⁹ Ibidem. Nº 6, 1976, p. 10-11.

⁵⁹⁰ Ibidem. Nº 7, 1977, p. 4; Nº 10, 1977, p. 12-13.

⁵⁹¹ Ibidem. Nº 6, 1977, p. 10.

⁵⁹² Ibidem. Nº 8, 1977, p. 10.

⁵⁹³ Ibidem, p. 12.

⁵⁹⁴ Ibidem. Nº 2, 1976, p. 2.

⁵⁹⁵ NÓS MULHERES. Nº 1, 1976, p. 4.

⁵⁹⁶ Ibidem. Nº 5, 1977, p. 5.

⁵⁹⁷ Ibidem. Nº 8, 1978, p. 8.

⁵⁹⁸ Ibidem. Nº 11, 1978, p. 11.

⁵⁹⁹ Ibidem. Nº 13, 1978, p. 5.

⁶⁰⁰ Ibidem. Nº 15, 1979, p. 10.

⁶⁰¹ Ibidem. Nº 16, 1979, p. 10.

revista mexicana FEM; a trajetória cubana do machismo ao socialismo; a relação entre o então presidente francês François Mitterrand e as mulheres; o aborto na Espanha; a falta de igualdade na Suécia; a Associação Latino-americana de Estudos sobre as Mulheres; a natalidade na China; a boliviana Domitila Chungara; as mulheres na ONU; o divórcio na Argentina; as mulheres muçulmanas da Argélia; a feminilidade no Irã; as mulheres na revolução sandinista da Nicarágua; e um balanço sobre a Década da Mulher, da Cidade do México (abertura, em 1975) a Nairóbi (encerramento, em 1985). O periódico falou ainda da importância de uma consciência latino-americana.⁶⁰²

O primeiro número de *Brujas*, de 1983, trouxe referências estadunidenses, falando sobre um guia de autoconsciência publicado pelas feministas daquele país e da publicação *Our bodies, Ourselves*, analisada no capítulo anterior, que chegava também à Argentina.⁶⁰³ Mas em outro momento, uma entrevista com Nancy Sterbach levantava a questão de que as “norte-americanas” não consideravam os problemas das latino-americanas e que a visão imperialista passava por cima das diferenças.⁶⁰⁴ Este tipo de conscientização entre as latino-americanas muitas vezes levava ao sentimento de uma irmandade para além daquela proposta pelo próprio feminismo, já que o contexto latino-americano era específico e as estratégias feministas discutidas em um âmbito mundial podiam não atender à demanda local.

Brujas trouxe a discussão do feminismo global e das redes que se formavam, mas com o sentido do pensar global e agir local, proposto por Charlotte Bunch. O assunto ganhou tanto destaque, que foi debatido em três números do periódico argentino.⁶⁰⁵ Outros países referenciais que estiveram presentes em suas páginas foram Espanha, Brasil (sobre o Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe realizado em Bertiooga), além da Nigéria, que sediou o encerramento da Década da Mulher, oficializado em Nairóbi.

Se entre os periódicos brasileiros e argentinos já podemos encontrar tantas referências ao feminismo e suas discussões em outros países, imagine nas páginas de *Nosotras*, totalmente voltado para o que acontecia no “mundo” feminista, principalmente no que se referia à Europa e à América Latina.

Nosotras número 4, de 1974, discutiu o método de aborto mais utilizado na França; falou do *Encuentro en la Casa de Cuba*, para aprofundar mais as reflexões sobre as mulheres latino-americanas; divulgou o festival de cinema feito por mulheres, que exibiu filmes franceses, suecos, italianos, húngaros, canadenses e estadunidenses, e ainda discutiu o filme

⁶⁰² MULHERIO. Os exemplares vão do Nº 1, de 1981 ao Nº 22, de 1985.

⁶⁰³ BRUJAS. Nº 1, 1983.

⁶⁰⁴ Ibidem. Nº 10, 1985, p. 9.

⁶⁰⁵ Ibidem. Nº 11, 1985, p. 7; Nº 12, 1985, p. 7; Nº 14, 1985, p. 17.

cubano **Lucia**, rodado em 1960. No número 7 do mesmo ano, o periódico falou sobre o machismo na América Latina; sobre a não-inclusão do divórcio no código civil equatoriano; comparou como sentiam a opressão as francesas, as árabes, as latinas e as africanas, concluindo que era nos EUA e na Europa onde havia um maior número de mulheres lutando pela liberação.

O número 12 trouxe as discussões da Conferência Internacional de Estratégia Feminista, realizada em Frankfurt, onde alemãs, suecas, italianas, entre outras, adquiriram exemplares de *Nosotras*. Foi neste encontro, que antecipava a organização dos eventos para o Ano Internacional da Mulher, que o *Grupo Latinoamericano de Mujeres*, que editava o periódico, se ofereceu para servir como ponte entre a América Latina e o Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres. Neste exemplar encontramos também uma pesquisa sobre o comportamento sexual dos venezuelanos; as manifestações das italianas nas ruas para pedir mudanças na legislação de seu país; a recusa do governo da Colômbia de sediar as comemorações do Ano; a criação de uma federação de mulheres reunindo trinta grupos em Vancouver; a criação do Centro Internacional de Coordenação e de Informações Feministas por três estadunidenses que queriam reunir a documentação dos grupos, dos acontecimentos e manifestações de mulheres e publicá-la em um boletim mensal editado em francês, inglês e espanhol; as manifestações pró-aborto na Noruega; o encontro anual de grupos feministas na Bélgica; as reformas civis e o aborto no México; o boletim da *Ligue du Droite des Femmes*; os estupros em Portugal; e por fim notícias sobre as “novas feministas”.

Em 1975, uma edição que juntava os números 16, 17 e 18 trazia na pauta a reunião para o Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, que aglutinou feministas de diversos países, como Suécia, Áustria, Suíça, Bélgica, Irlanda, Holanda, Itália, França, Portugal, Espanha, Inglaterra, Brasil, Argélia, Porto Rico e México. No comitê de organização internacional, apenas o México representou a América Latina entre os sete países escolhidos. Podemos inferir que, devido à proximidade com os Estados Unidos, o México se tornou o país mais familiar aos chamados “desenvolvidos”, ganhando com isso certa representatividade sobre os países latino-americanos.

Neste mesmo exemplar de *Nosotras* a Argentina apareceu, em uma reportagem que abordava os índices do trabalho das mulheres, com números semelhantes ao primeiro mundo em diversos segmentos, mas quando o assunto era mulheres no mercado de trabalho, o país aparecia nivelado apenas à Espanha e à Itália, de onde vieram seus colonizadores. Nos resultados, 70% das solteiras trabalhavam, mas essa porcentagem caía para 25% quando se tratava das casadas. As heranças da tradição machista ficavam evidentes.

Ainda da Argentina, o jornal trouxe a tradução de um artigo de K. Totkin, “*El falocentrismo y el acto sexual*” transcrito das páginas do argentino *Persona*. O texto havia sido publicado também no *Rough Times* estadunidense.⁶⁰⁶ Portanto torna-se evidente mais uma vez a inserção de *Nosotras* no cenário mundial.

O periódico ainda trazia notícias da Venezuela, da Colômbia, de Moçambique, do Brasil e do México. As correspondências de suas leitoras chegavam também de cidades de diversos países, como Caracas, São Paulo, Berkeley e Poissy.

Em 1976 mais uma vez houve a aglutinação de dois números, 25 e 26, que trouxe discussões sobre as mulheres peruanas, que buscavam a liberação e foram incentivadas a expor suas reivindicações com o acontecimento da Década da Mulher; sobre as soviéticas que teriam a redução de seus turnos de trabalho por causa da queda da natalidade; sobre uma conferência realizada no Havaí para debater o tema mulheres e desenvolvimento. Além disso, podem ser encontradas notícias sobre uma mãe solteira portuguesa que matou seu bebê; a situação das mulheres na Grécia; o êxodo das mulheres em busca de melhores condições na Tailândia; estupros sem punição na França; e outras notícias pontuais, mas que permitem uma visão mais ampla do contato com o mundo e da ligação com os temas referentes à causa feminista.

3.4.1 Redes: desejo de união, sentimento de irmandade

Analisando os periódicos *Nosotras*, publicado em Paris, mas também na Cidade do México; *Nosotras... que nos queremos tanto* em Madri; *Nós Mulheres*, publicado em São Paulo; *Noi Donne* em Roma; e *Nos/Otras*, publicado em Santiago, que mantinham uma “linha” feminista caracterizada pela união, Joana Maria Pedro aponta para “[...] a existência de uma rede de contatos feministas internacionais [...]”. A autora argumenta que o que unia os grupos que publicavam estes periódicos era a constituição da categoria “mulher” como uma “identidade”.⁶⁰⁷

Ao discutir identidade e identificação, Stuart Hall indica a centralidade da agência (elemento ativo da ação individual) e da política. Sugere a rearticulação da relação entre sujeitos e práticas discursivas, pois “[...] a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado, como algo sempre em processo.” Ela está

⁶⁰⁶ NOSOTRAS. N.º 25-26, 1976, p. 20.

⁶⁰⁷ PEDRO, Joana Maria. “Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noi Donne”. Op. cit., p. 309.

alojada na contingência e, segundo o autor, ao contrário do que se pode imaginar, não anula as diferenças. Como processo de articulação, a identificação “envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras.” Para Hall, as identidades são construídas dentro do discurso, de práticas específicas, elas emergem no interior dos jogos de poder.⁶⁰⁸ Percebemos isso com a reivindicação feminista em torno uma identidade naquele momento: “nós, mulheres”. A identificação entre elas também pode ser abordada como “estratégica e posicional”, seguindo os parâmetros deste autor.

Os jornais feministas brasileiros dos anos 1970 pouco ou nada comentaram sobre o desejo de união, talvez por esta ser uma bandeira específica do feminismo, que difundia a proposta de uma grande irmandade (*sisterhood*) composta somente por mulheres, com abrangência mundial. Os periódicos mencionados estavam dentro de uma ideologia que, apesar de feminista, estava comprometida com as diretrizes políticas da esquerda, que via o feminismo como um movimento burguês, portanto fútil. Nos anos 1980, *Mulherio* também teria pouco a dizer sobre essa questão, publicando apenas uma reportagem sobre a “consciência Latino-americana”.

Joana Pedro dá o exemplo de Maria Lygia Quartim de Moraes, que reconheceu em uma entrevista “[...] um certo preconceito que sentia em relação aos ‘grupos de consciência ou de reflexão’.” A feminista brasileira, que esteve exilada em Santiago do Chile e em Paris e depois fez parte do grupo editorial de **Nós Mulheres**, partilhava da opinião das outras companheiras do jornal, que não apresentava citações, informações e referências ao feminismo francês.⁶⁰⁹

Na Argentina, os grupos feministas que publicavam jornais estavam mais alinhados com a proposta de união das mulheres. *Persona*, em seu primeiro exemplar, expressava o desejo de ver todas as mulheres “de mãos dadas” na luta contra a opressão específica; falava ainda sobre a importância da conscientização (conceito originado nos *consciousness raising groups* estadunidenses) e da irmandade entre as mulheres.⁶¹⁰

É interessante observar que nos periódicos argentinos, seguindo uma tendência internacional, a reflexão nos anos 1970 estava sobre a importância da conscientização, enquanto que nos 1980 as feministas iriam pensar e discutir a intenção de uma grande irmandade. É o que podemos perceber em *Brujas* que, apesar de falar sobre os grupos de autoconsciência na sua estréia, em 1983, passou a discutir ações logradas pela união entre

⁶⁰⁸ HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-130.

⁶⁰⁹ Ibidem. P. 311 e 322.

⁶¹⁰ PERSONA. Nº 1, 1974, p. 37-39.

grupos feministas e depois a possibilidade e o desejo de um feminismo global, embasado em redes de comunicação.⁶¹¹ Na década de 80, a rede mundial de computadores passou a atuar como facilitadora de uma união que durante muito tempo dependeu de correspondências e trocas pessoais.

Nosotras, publicado em Paris de 1974 a 1976, dizia que era preciso expandir a consciência e que as mulheres deveriam se unir, apesar das diferentes visões do que era a opressão sobre elas em diferentes lugares e culturas. O periódico reproduziu a fala de Simone de Beauvoir em carta para as mulheres reunidas para o Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres em Bruxelas: “Mulheres do mundo inteiro tomarão consciência, juntas, do escândalo de sua condição.”⁶¹²

Uma frase do Movimento de Liberação Feminina internacional também ganhou destaque no periódico: “*en la unión esta la fuerza*”. Além disso, é interessante perceber que várias leitoras que escreviam para *Nosotras* estavam interessadas em contatos e trocas internacionais, sendo que algumas demonstravam interesse específico pelas latino-americanas. O periódico publicava discussões sobre estratégias em nível internacional, que permitissem conversas entre mulheres de diversos países sobre problemas em comum. Os termos *hermanas* e irmãs apareciam não raramente nas reportagens ou mesmo em poemas publicados pelo jornal, que não se cansava de buscar informação sobre a união de mulheres pelas mais diversas reivindicações.

As editoras expressavam a intenção de que o periódico servisse como meio de informação e intercâmbio e também como agente motivador de lutas, sugerindo temas e propondo formas de ação. A própria publicação bilíngüe era feita para facilitar a comunicação entre mulheres de países diferentes. *Nosotras* incentivava e sugeria que suas leitoras de língua espanhola fizessem um esforço para compreender o português. Tudo deveria ser feito para facilitar a troca de idéias, experiências e materiais para que se chegasse a um maior conhecimento, à luta e à integração internacional.

É importante perceber que a proposta de *Nosotras* muito tinha a ver com a consciência da importância de aglutinar mulheres e suas idéias, para que as discussões fossem levantadas e para que houvesse uma troca e uma noção maior do que estava acontecendo e sendo debatido dentro de outros grupos, com propostas diferentes, apesar do foco comum da repressão. *Nosotras* pedia que suas leitoras contribuíssem com artigos e abria espaço para a publicação de opiniões diversas às das editoras. Percebo o periódico como um espaço

⁶¹¹ BRUJAS. Nº 11, 1985, p. 7; Nº 14, 1985, p. 17.

⁶¹² Ibidem. Nº 25-26, 1976, p. 24.

democrático, onde o foco principal estava no conhecimento e na união, sem desprezar as divergências e a diversidade entre os grupos. Joana Pedro faz uma observação: “Na busca do que as unia, não encontraram somente sororidade e união; encontraram, e muito, aquilo que as separava.”⁶¹³

Para finalizar a discussão a respeito do entendimento de rede que proponho para esta etapa do trabalho, vejo como essencial mencionar a publicação das cartas das leitoras pela maioria dos periódicos, pois elas nos permitem refletir sobre que público era atingido por eles e quem ficava de fora. Rastreando as receptoras dos periódicos feministas, a seção intitulada Correio, nas páginas de *Nosotras*, trazia cartas de leitoras das mais diversas localidades, desde os arredores de Paris e alguns países europeus onde o feminismo seguia a pleno vapor, até terras mais distantes, como o Brasil e alguns países latino-americanos de língua espanhola.⁶¹⁴ Isso de certa forma demonstra que o periódico atingia um de seus principais objetivos, que era servir como um facilitador na ligação dos ideais feministas vigentes no mundo, principalmente na Europa, com as feministas latino-americanas, dentro e fora do seu espaço geográfico original, já que muitas exiladas das ditaduras militares viviam em países europeus.⁶¹⁵

Roger Chartier sinaliza que “[...] as significações dos textos, quaisquer que sejam, são constituídas, diferencialmente, pelas leituras que se apoderam deles” e que a leitura aparece como resistência e desvio do sentido desejado pelo autor do texto.⁶¹⁶ As leituras que essas mulheres de locais diversos faziam dos periódicos feministas eram incorporadas de certa forma a eles por meio do resumo das cartas. A maioria delas pode ser considerada elogiosa ou “identificada” com as discussões propostas pelos jornais, mas entre elas havia também discrepâncias e contrariedades de opiniões.

Persona publicou alguns comentários sobre a sua estréia no cenário feminista argentino. Uma das cartas foi a da realizadora de cinema María Luisa Bemberg. Conhecida por sua postura e atuação feminista, Bemberg escreveu para a editora María Elena Oddone: “*El nombre de PERSONA que has elegido para tu revista es de por si elocuente. Quiero con*

⁶¹³ PEDRO. “Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noi Donne”. Op. cit., p. 325.

⁶¹⁴ Nos exemplares de NOSOTRAS aos quais tive acesso (1974, N. 4, 7 e 12; 1975 N. 16-18 e 1976, N. 25-26) aparecem cartas de leitoras provenientes da Dinamarca, Brasil, Portugal, Venezuela, Estados Unidos e de alguns lugares da França.

⁶¹⁵ Mas é preciso ao menos duvidar da autenticidade dessas cartas, já que não era prática incomum em periódicos e revistas ter pessoas contratadas apenas para escrever cartas como se fossem leitores/as. E como as cartas eram publicadas para legitimar a postura do veículo, não seria de se estranhar que Nosotras também tivesse utilizado esse tipo de recurso.

⁶¹⁶ CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: _____ (Org.) *Práticas da leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 77.

estas líneas desearte el éxito y el resultado que toda feminista pretende: que la mujer sea y se sienta una persona.”⁶¹⁷ Ela ainda disse que aquela primeira revista dirigida para a mulher pensante preencha um vazio na imprensa, trazendo um importante espaço de discussão.⁶¹⁸

Entre os brasileiros, foi **Mulherio** que mais privilegiou o espaço das cartas, publicando-as nos periódicos analisados, até 1985, sempre na segunda página (lugar de destaque) do jornal. Trazia cartas das mais variadas cidades brasileiras⁶¹⁹ e também do exterior. A discussão sobre o nome do jornal pelas leitoras, já que muitas o viam como negativo, trazia um exemplo das leituras divergentes que o texto do jornal podia suscitar. Outras cartas pediam materiais de pesquisa para quem pudesse contribuir com os trabalhos acadêmicos de suas autoras, elogiavam a publicação feminista isolada no cenário brasileiro dos anos 1980, pediam informações sobre outros grupos ou mesmo sobre as mulheres da periferia.

Alguns nomes de conhecidas intelectuais brasileiras foram publicados na condição de leitoras do jornal, como Marly Cardone, Maria José Werebe, Lia Fukui, Renata Pallotini, Edla Van Steen e Lígia Fagundes Telles. De acordo com a editora Adélia Borges, era um prazer receber cartas de apoio dessas pessoas, já envolvidas há bastante tempo com a causa das mulheres.⁶²⁰ A seção Cartas era um espaço para trocas, possibilitando o contato com outras mulheres ou grupos, permitindo novos caminhos para que as redes se fossem constituindo.

As manifestações vindas de outros países também eram bastante importantes. Uma carta de leitora vinha de Sidney, na Austrália, para elogiar a publicação do periódico. Outra leitora estava presa e escrevia de um presídio nos Estados Unidos. Uma camponesa de El Salvador que estava refugiada na Nicarágua escrevia para denunciar a perseguição à sua família. A antropóloga Miriam Grossi se correspondia de Paris para parabenizar **Mulherio**, enquanto que a cientista política Sonia Alvarez escrevia de Nova Iorque para dizer que estava recebendo o periódico e que pretendia traduzir alguns artigos do jornal para serem publicados em *Off Our Backs*, o periódico feminista de maior circulação nos Estados Unidos, segundo ela.⁶²¹

⁶¹⁷ “O nome Persona escolhido para a sua revista é por si eloquente. Quero com estas linhas desejar a você o êxito e o resultado que toda feminista quer: que a mulher seja e se sinta uma pessoa (persona).” (tradução livre).

⁶¹⁸ PERSONA. Nº 1, 1974, p. 45.

⁶¹⁹ Jiquiriça (BA), Passo Fundo (RS), Goiânia, São Paulo, Salvador, Recife, Dores do Indaiá (MG), Florianópolis, Pirajú (SP), Campinas, João Pessoa, Manaus, Lages (SC), Natal, Santos, Rio Branco, Caxias do Sul (RS), Fortaleza, Belém, Marau (RS), Penápolis (SP), Andirá (PR), Morrinhos (GO), são algumas das cidades que encontrei na sessão Cartas de MULHERIO.

⁶²⁰ MULHERIO. Nº 1, 1981, p. 2.

⁶²¹ MULHERIO. Nº 9, 1982, p. 2.

Outro jornal que deu destaque à correspondência, mas na década anterior, foi *Nosotras*, distribuído principalmente em várias cidades européias e latino-americanas. De acordo com Joana Pedro, “O setor de cartas, dentro do *Nosotras* de Paris cresceu, no decorrer do tempo, passando no final a ocupar três páginas. Estas cartas eram oriundas da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos.”⁶²² Numa das cartas brasileiras, a leitora que escrevia disse que ficou sabendo da existência do periódico por meio de uma nota no **Jornal da Tarde**.⁶²³

As cartas ou mensagens publicadas pelos jornais feministas são um caminho para buscarmos alcançar o público leitor desses veículos. Alguns nomes já trazem com eles a posição social de algumas leitoras conhecidas. As cartas vindas de cidades distantes dos grandes centros permitem imaginar quais mulheres ou homens daquelas cidades teriam acesso a um jornal feminista publicado num grande centro urbano. É possível inferir que as(os) leitoras(es) de **Mulherio** eram, no mínimo, pessoas da camada média da população. Talvez as mulheres pobres fossem apenas personagens de suas páginas e quando alcançavam a leitura ou o debate a respeito do periódico, o faziam por meio de intermediárias, como acontecia nos encontros de bairros nos anos 1970, onde as mulheres da periferia tinham acesso aos periódicos **Brasil Mulher** e **Nós Mulheres**, levados pelas feministas às reuniões.

Chartier atenta para que se reconheça a pluralidade das leituras possíveis sobre o mesmo texto, em função das disposições individuais, culturais e sociais de cada um(a) dos(as) leitores(as).⁶²⁴ Portanto podemos dizer que cada pessoa lê um texto de acordo com sua própria bagagem, mas também de acordo com a cultura e a sociedade nas quais está inserido. Jean Marie Goulemot também observa que o que parece ser de exclusividade do leitor como indivíduo pode estar socialmente inscrito. “Parece-me evidente que, em grande parte, o que construímos como nossa história pessoal pertença, em boa parte de seus aspectos, a uma narração cultural.”⁶²⁵ Estamos dentro do nosso tempo e da nossa base cultural.

De acordo com essas observações, as cartas são bastante significativas para compreendermos que os periódicos eram lidos e discutidos em diversos lugares e que as mulheres não estavam mais isoladas em suas cidades, conforme afirmava uma leitora de **Mulherio** de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.⁶²⁶

⁶²² PEDRO. “*Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noi Donne*”. Op. cit., p. 321.

⁶²³ NOSOTRAS. Nº 12, 1974, p. 14.

⁶²⁴ CHARTIER, R. Op. cit., p. 100.

⁶²⁵ GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (Org.) **Práticas da leitura**. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 110.

⁶²⁶ MULHERIO. Nº 9, 1982, p. 2.

Roger Chartier nos diz que alguns textos podem compor uma série, como no caso dos periódicos feministas, infiro, “[...] seja pela identidade de seu gênero [...] seja pela unidade do campo de práticas onde são utilizáveis [...] ou ainda por sua temática reencontrada sob diferentes formas.” O autor dá o exemplo dos “discursos sobre as mulheres”, que pode ser utilizado quando analisamos a edição dos periódicos. Eu o cito:

São criadas assim as *redes de textos* (grifo meu), que às vezes remetem explicitamente umas às outras, que trabalham sobre os mesmos temas, reproduzidos, deslocados ou invertidos e cujas relações não são fundamentalmente diferentes daquelas que existem no interior de um texto dado, entre esses diversos fragmentos.⁶²⁷

Sobre isso, é interessante perceber que em muitos momentos os periódicos analisados citavam-se mutuamente, como **Brasil Mulher** e **Nós Mulheres** e como *Nosotras* que mencionou algumas vezes o argentino *Persona*. Por outro lado, **Nós Mulheres** publicou no Brasil o mesmo artigo que *Nosotras*, em Paris, sem fazer qualquer referência ao jornal.⁶²⁸

A publicação das cartas de homens que liam **Mulherio** também era constante e penso que as editoras faziam questão de divulgar esta participação, que vinha no sentido de confirmar o que elas tanto buscavam dizer em suas páginas, que o jornal não estava contra os homens (ou, em outras palavras, que as editoras não eram lésbicas, como também observou Joana Pedro a respeito da necessidade desta afirmação nas páginas de **Nós Mulheres**), mas contra a desigualdade e a opressão das mulheres. Portanto, o que se escolhia publicar dessas cartas pode ser visto como um recurso de edição para valorizar o que o próprio periódico queria que fosse dito a seu respeito, mesmo que o conteúdo pudesse ser polêmico, o que dava ao grupo editor um ar ainda mais democrático. Esta é uma forma de apropriação por parte dos periódicos para criar uma resposta a partir de quem se apropriou de seu conteúdo.

⁶²⁷ CHARTIER, R. Op. cit., p. 102.

⁶²⁸ PEDRO. “Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noi Donne”. Op. cit. p. 322.

3.5 E PARA FINALIZAR...

A busca dos caminhos pelos quais se constituíam as redes dentro dos periódicos me levou a dar algumas voltas e a trazer muitos exemplos, que considero válidos para traçar um percurso de comparações que se aproximam e se distanciam, possibilitando a constituição de um quadro mais amplo, que traz a função destes jornais como instrumentos políticos.

Segundo Michel Foucault, numa sociedade existe o discurso cotidiano e o discurso que está na origem de novos atos.⁶²⁹ Vejo os periódicos feministas como portadores de um discurso que gerava discussões, mas que tinha como finalidade promover a ação feminista ou das mulheres, como nos primeiros anos da imprensa feminista brasileira. Os periódicos eram representações forjadas por grupos que tinham como meta a ação.

As diferenças entre os contemporâneos **Brasil Mulher**, **Nós Mulheres** e *Nosotras* torna-se clara quando os brasileiros são colocados ao lado daquele que era publicado no exílio francês. As questões das lutas sociais gerais não permeavam o contexto europeu no qual estava inserido *Nosotras*, muito mais próximo em seus temas e abordagens do *Persona* argentino, influenciado pelas tendências do feminismo radical, trazendo as bases de luta para a concretização da tão sonhada autonomia.

Enquanto a publicação parisiense mostrava-se aberta às influências externas, **Nós Mulheres** principalmente fazia questão de se afastar das influências internacionais, respondendo aos apelos da esquerda política da qual a maioria de suas integrantes fazia parte. As propostas feministas deste periódico necessitavam do embasamento dos temas de interesse geral da população, para afastar a idéia do movimento feminista como pequeno-burguês. Ainda conforme Foucault, para que os discursos sejam validados, os sujeitos que falam e os conteúdos são questionados, uns por meio dos outros.⁶³⁰ O discurso impresso nos periódicos feministas e as próprias feministas careciam de legitimidade naquele contexto político e social.

Só na década de 1980 é que **Mulherio** pôde se mostrar mais aberto aos acontecimentos e influências de outras partes do mundo, já que as tentativas de manipulação pelos grupos políticos tinham ficado para trás e o feminismo brotava em outro campo de luta – o espaço acadêmico.

A aparição e a regularidade dos temas propostos pelo discurso feminista nos periódicos, de acordo com a perspectiva de Foucault, “[...] dá lugar à série aleatória desses

⁶²⁹ FOUCAULT, M. Op. cit., p. 22.

⁶³⁰ Ibidem, p. 42.

acontecimentos e fixa suas fronteiras.”⁶³¹ A relevância pode estar na recorrência dos assuntos nas páginas dos jornais, mas também reside nas ausências, naquilo que não é dito, como diz o autor, na “rarefação do discurso”. Por que alguns temas foram privilegiados e outros omitidos, é uma questão que diz respeito ao posicionamento político dos grupos e seu leque de interesses.

Mesmo com tantas considerações possíveis para esta análise, fica clara a circulação de informações e de teorias, não entre a totalidade dos periódicos, mas entre alguns deles, no espaço geopolítico nacional e internacional. A rede feminista que se formou pode ser observada em diversos aspectos, mas o que se torna característico é o desejo, e a possibilidade criada por ele, desta rede de fato existir.

⁶³¹ Ibidem, p. 53.

Considerações finais

Observando os testemunhos das feministas dos anos pós-1968, foi possível perceber referências em comum que perpassam o relato de cada uma delas: reivindicações, eventos, livros, indignação, militância política. A maioria dessas mulheres nunca abandonou o feminismo como norteador de suas atividades, mesmo depois de tantos anos passados. Olhando mais de perto, particularidades e fragmentações tornam-se evidentes, o que enriquece em muito as possibilidades levantadas a partir de pesquisas sobre o tema.

Esta pesquisa buscou mapear as redes feministas que se formaram em âmbito localizado – como a que fomentava as trocas entre São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, por exemplo – e transnacional, com a apropriação de leituras, a troca de correspondências, a publicação e troca de materiais e as viagens a outros países.

A ligação entre os dois tipos de fonte utilizados aqui – os testemunhos e algumas peças da imprensa feminista – se deu por meio dos indivíduos, protagonistas dessa história, que estavam vinculados a grupos ideologicamente identificados, que publicaram suas propostas de luta e suas palavras de reivindicação em periódicos feministas num momento em que era proibido reivindicar qualquer coisa, tanto no Brasil quanto na Argentina. A fragmentação, as brigas e rupturas, a união em torno de ideais comuns, tudo fazia parte de um mesmo momento, pleno de nuances e especificidades.

Os indivíduos – as feministas – narram um passado que remete ao tempo em que pertenciam a determinados grupos e de acordo com eles traçavam suas estratégias pessoais de luta. As publicações falam do presente, reivindicando direitos, divulgando idéias e sugerindo estratégias de ação, e almejam um futuro de transformação e contemplação de suas demandas. Tanto os olhares voltados para o passado quanto os fixados no presente, ambos têm diante de si o tempo presente e suas questões. Esta pesquisa não é uma exceção, ela foi montada sobre as cinzas das ditaduras militares (que se revolvidas podem exibir ainda algumas brasas, já que ainda temos tanto a perguntar a elas), e sobre as questões atuais das pesquisas de gênero e feminismos que buscam cercar as lacunas da desigualdade num mundo partilhado igualmente por mulheres e homens, sem motivos legítimos que expliquem qualquer privilégio.

Os testemunhos são preciosos na montagem de um *rompe-cabezas* que nos permita chegar a um possível contexto para aquele momento, contrapondo visões que libertem a investigação das malhas da história até então criada a respeito dele. A justaposição desses

discursos amplia o panorama das relações pessoais, das estratégias dos grupos e das ações feministas possíveis para aquele determinado momento histórico.

Os discursos dos periódicos são o acontecimento, o ato de tornar públicos os ideais de determinados grupos com visões distintas, mas com o projeto feminista como motor. Os temas publicados delineiam a pauta feminista nacional ou internacional, de acordo com as diretrizes políticas dos grupos editores de cada um deles. A análise desses jornais, além dos testemunhos, nos permitiu mapear os caminhos das redes que começavam a se formar, ainda representadas por desejos de irmandade, solidariedade e união entre as feministas de várias partes do mundo. O campo de reflexão aberto pelos periódicos feministas não se esgota e, por mais que se diga a respeito deles, as possibilidades de discussão que suscitam ainda hoje distanciam-se de qualquer perspectiva totalizante.

A rede maior que encontramos por meio dessas fontes se formou a partir dos países pioneiros das idéias feministas, principalmente França e Estados Unidos, a primeira influenciando mais as brasileiras e o segundo as argentinas, em termos gerais. De lá vinham as teorias que circulavam pelo mundo para ser não simplesmente aplicadas, como se poderia supor, mas fraturadas, apropriadas e inovadas, de acordo com a política de localização de cada país, com as traduções para o português e para o espanhol.

Entre as últimas considerações deste trabalho é importante traçar mais uma vez a linha comparativa entre os dois países, considerando a temporalidade de seus contextos e as diretrizes políticas com as quais os grupos aqui em evidência se identificavam.

Os contextos das ditaduras determinaram em parte a especificidade dos feminismos no Brasil e na Argentina, já que foram centrais na formação das características dos movimentos feministas locais. Foi a luta contra a repressão militar e contra os desníveis sociais – aportada pelas organizações de esquerda – que moveu os discursos das brasileiras que publicaram periódicos na década de 1970. Uma ruptura desta característica foi observada apenas no final da década, como mencionarei a seguir.

Na Argentina, o movimento feminista apresenta-se em duas gerações, em dois momentos que se distinguem irrefutavelmente: antes do golpe militar, na incipiência do início dos anos 1970 até 1976; e do início dos anos 1980, quando pouco faltava para a transição democrática, para diante, com impulso ainda maior depois de 1983. As duas fases dos periódicos analisados mostram uma forte identificação com o feminismo radical e com a busca pela autonomia. O feminismo que teve início num momento em que ainda não estava instaurada a ditadura (apesar da maioria das argentinas estarem alinhadas com a esquerda) não se gestou da mesma forma do que aquele que surgiu já em meio ao regime militar.

As apropriações do material estrangeiro também ocorreram de maneira diversa, com as argentinas mostrando-se mais abertas às propostas do feminismo radical (apesar do grupo *Nueva Mujer* ser um exemplo do feminismo socialista), enquanto que as brasileiras seguiam uma orientação mais fortemente ligada ao feminismo socialista. A dupla militância tinha um preço a ser pago aos dois lados, o partidário e o feminista. As feministas brasileiras não podiam admitir influências estrangeiras tidas como imperialistas diante de seus partidos políticos e de seus próprios ideais; elas direcionavam seus discursos às pobres, trabalhadoras, às brasileiras que não tinham voz e precisavam ser representadas. Assim estariam legitimadas e distanciadas da adjetivação de mulheres pequeno-burguesas atraídas por ideais de menor relevância, uma ofensa para o feminismo socialista ou marxista. Por isso a negação de determinadas teorias que circulavam e o privilégio de outras. E mesmo aquelas que tiveram entrada nos heterogêneos grupos dos dois países foram re-elaboradas e reconstruídas de formas diferentes.

É importante nos fixarmos neste ponto para deixar claro que o pertencimento aos países latino-americanos, ex-colônias européias situadas no espaço simbólico denominado Terceiro Mundo, e todas as diferenças culturais que isso implica, fizeram com que as traduções e apropriações dos materiais que circulavam no campo feminista ocidental acontecessem de maneira distinta ao encontrar as especificidades de cada país. As pautas da agenda política feminista transnacional muitas vezes não se adequavam às necessidades e à realidade dos grupos constituídos nos espaços geopolíticos analisados. As teorias, muitas vezes elaboradas a partir das demandas originadas de nossa própria situação pós-colonial, retornavam revestidas com as cores de um Primeiro Mundo, merecedoras de respeito, mas também de crítica e reflexão para que fosse possível fazer uma re-elaboração e uma escolha do que de fato poderia ser aproveitado de acordo com o que depois se chamou uma política de localização.

No final da década de 1970, as exiladas que voltavam tornaram-se importantes veículos desses materiais e idéias que circulavam no âmbito transnacional. Pisavam novamente em um solo de especificidades, pois certamente não era o mesmo praticar o feminismo onde se podia falar livremente e/ou nos países onde o autoritarismo, o preconceito e a censura predominavam. Deve-se muito a elas a transformação pela qual passou o feminismo brasileiro a partir de 1979, ano da anistia e também do I Congresso da Mulher Paulista, que marcou as reivindicações por autonomia de movimento e colocou em xeque a dupla militância das feministas que continuavam a seguir as diretrizes políticas dos partidos

de esquerda. Depois daquele momento o feminismo no Brasil tomou outra face; quem desejou permanecer nos partidos políticos teve que escolher.

O feminismo brasileiro e suas componentes podiam certamente estar ligados aos ideais de oposição política no sentido mais amplo, mas era o momento de assumir a luta própria, que até então não havia conquistado espaço dentro dos agrupamentos políticos. Foi a partir da década de 1980 que os partidos reconheceram a força que tinha se tornado o movimento de mulheres e começaram a colocar efetivamente suas reivindicações específicas na pauta e na plataforma política.

O feminismo argentino (sem saber que um dia seria assim chamado) começou seu movimento ainda antes de 1970, com uma pequena reunião de mulheres insatisfeitas com a opressão que sofriam na sociedade e em suas próprias famílias (o mesmo acontecia em diferentes partes do mundo). As possibilidades econômicas de algumas delas permitiu que viajassem e entrassem em contato com as novas idéias que circulavam na Europa e nos Estados Unidos, muitas influenciadas pelo impulso pioneiro do discurso de insatisfação e denúncia publicado por Simone de Beauvoir. O ano de 1970, na suposta calmaria de um período entre ditaduras, tornou-se solo fértil para maiores ambições políticas destas mulheres, que criaram o primeiro (UFA-1970), depois o segundo (MLF-1972) grupos feministas na Argentina, que estiveram em cena até o golpe militar de 1976.

Ao Brasil de 1970 começavam a chegar apenas os ares do feminismo, viajando mesmo por sobre a fronteira de um regime cerrado e opressivo, recrudescido pelo Ato Institucional número 5 (AI-5), que marcou a linha dura da ditadura militar brasileira dois anos antes, calando qualquer manifestação. Os contatos também se deram por meio de viagens e pela troca de correspondência com mulheres exiladas, a princípio no Chile, depois na Europa e nos Estados Unidos. Os primeiros grupos feministas brasileiros datam de 1972, mas as mulheres só foram ter impulso e “permissão” para se manifestar e se expandir em 1975, com a Década da Mulher e o aval da ONU. Aí começaria um período de crescimento e depois efervescência para o movimento feminista brasileiro, que no período da abertura democrática deste lado da fronteira já havia atingido seu auge.

Portanto nossa entrada mais efetiva no feminismo foi tardia, se comparada à das vizinhas argentinas, que conseguiram uma mobilização significativa bem antes de 1975. Isso se deve sobretudo, mas não apenas, ao contexto brasileiro militarizado que não deu espaço a qualquer possibilidade. A situação se inverte com as feministas argentinas, que tiveram a possibilidade de acompanhar o que acontecia em outras partes do mundo para depois terem que se calar e encontrar formas subterrâneas de sobrevivência.

A vantagem que vejo do Brasil nessa questão é que, uma vez alcançado o espaço de reivindicação, mesmo que discreto, ele não teve que sofrer rupturas bruscas ou retrocessos; ao contrário, o feminismo ganhou novo fôlego com a anistia e a volta das exiladas em 1979, entrando com vigor na década de 1980, até que assumiu nova condição com o pluripartidarismo e suas novas possibilidades. As mulheres políticas brasileiras puderam retornar às atividades nos partidos, muitas delas ainda levando adiante algumas reivindicações do feminismo, além de outras mais amplas voltadas à sociedade em geral. Além disso, o Estado acabou por setorizar as demandas feministas em seus órgãos, atendendo a algumas reivindicações, o que afastou e transformou a antiga luta maior pela igualdade entre mulheres e homens em batalhas de menores dimensões por avanços sociais e legais.

Na Argentina, a fratura causada pela ditadura originou uma nova geração feminista que veio à tona no início dos anos 1980, mesmo antes do fim do regime militar em 83. A própria reaparição do periódico *Persona* pode servir como um termômetro, sinalizando a proximidade da democratização. A maioria das protagonistas da primeira fase estava lá, ainda atuante e animada com as novas possibilidades, e muitas outras atrizes sociais vieram se juntar a elas, criando novos espaços, proliferando grupos e ganhando voz. Muitas foram eleitas para cargos legislativos, outras foram trabalhar em órgãos do governo ou para organizações não governamentais. Raras afastaram-se da causa feminista, mas o feminismo como movimento, aquele que buscava autonomia política, ficou para trás, ironicamente, junto com a ditadura militar.

Com a abertura política nos países do Cone Sul e o maior acesso aos meios de comunicação, que culminou com a expansão da rede mundial de computadores, as redes locais, iniciadas pela tomada de consciência feminista simultânea por mulheres de diversos espaços geopolíticos na década de 1970, começaram a se alcançar e a se entrelaçar, proporcionando trocas e circulações transnacionais até então apenas sonhadas, mas impensadas em sua materialidade (mesmo virtual). A efetivação material das redes é sempre fracionada em encontros nacionais, nas comemorações do 8 de Março em cada país ou nos encontros feministas internacionais, como os da América Latina e do Caribe, mais próximos à nossa realidade, aos quais assistem apenas mulheres que conseguem apoio financeiro ou têm suporte para viajar e participar. Ainda assim, a grande maioria fica de fora, atuando muitas vezes individualmente, onde seu campo de ação profissional permitir chegar. As redes feministas de relações não podem ser observadas como presenciais, elas são redes que arrisco chamar de pertencimento e atuação, amalgamadas pelo desejo de solidariedade e visibilidade.

Do recorte temporal deste trabalho podemos perceber sincronia nas reivindicações, na formação de grupos de reflexão ou de discussão, no próprio feminismo como movimento e sobretudo nos resultados futuros que hoje aparecem nas sociedades e nas vidas de grande parte das mulheres da América Latina e do mundo, mesmo que não se dêem conta que as possibilidades do cotidiano dessas mulheres têm muito a ver com a luta das feministas que fizeram história naqueles pioneiros anos 1970.

As continuidades, no contexto mais amplo, ficam por conta da ditadura do gênero, que não foi abolida nos anos 1980 com os regimes militares. O movimento feminista passou a ser um esforço cotidiano, onde cada mulher tenta ampliar seus espaços de atuação e reconhecimento, dentro de uma sociedade que ainda precisa de “identidades”, com raras noções daquilo que constitui de fato igualdade.

Tenho plena consciência que os resultados alcançados aqui partiram de uma pesquisa que privilegiou mulheres brancas (com a grata exceção de Santinha), das camadas média e alta da população, com nível universitário (com a exceção de algumas poucas, como Lucrecia Ollér), que puderam viajar ou que tiveram contatos no exterior para acercar-se dos materiais feministas quase que simultaneamente ao momento de suas publicações fora do Brasil.

Por sua vez, ficaram fora destas páginas mulheres que não estiveram no período recortado no eixo São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Buenos Aires (com extensão para algumas exiladas em Paris), mas infelizmente as páginas e o tempo de pesquisa disponíveis não puderam dar conta de toda a riqueza que ainda pode ser encontrada na pesquisa comparativa entre Brasil e Argentina e entre os países do Cone Sul como um todo. Boa parte da continuidade desta investigação, que por sua vez é continuidade de outras investigações, está sendo realizada por outras historiadoras (e historiadores) do grupo do Laboratório de Estudos de Gênero e História do qual faço parte, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Como em inúmeras vezes as pesquisas se fazem de oportunidades, os fios da rede que comecei a puxar levaram a outros tantos fios que se interligavam e davam sentido uns aos outros, e quando me dei conta eu também estava lá, dentro de uma rede de contatos e estratégias que acabaram por conduzir os caminhos deste trabalho. Espero que ele possa inspirar outros debates, diálogos e reflexões.

Fontes

ENTREVISTAS – Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História/UFSC

Brasileiras

- Albertina de Oliveira COSTA – São Paulo, 26.08.2006, por Joana Maria Pedro.
- Heleieth SAFFIOTI – São Paulo, 02.08.2005, por Joana Maria Pedro.
- Maria do Espírito Santo Tavares dos SANTOS – Rio de Janeiro, 14.02.2005, por Roselane Neckel.
- Maria Lygia Quartim de MORAES – Florianópolis, 28.03.2007, por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff.
- Maria Odila DIAS – São Paulo, 24.06.2006, por Roselane Neckel.
- Moema TOSCANO – Rio de Janeiro, 16.02.2005, por Roselane Neckel.
- Yolanda (Danda) PRADO – São Paulo, 05.08.2005, por Joana Maria Pedro.
- Zuleika ALAMBERT – Rio de Janeiro, 04.08.2006, por Roselane Neckel.

Argentinas

- Alejandra CIRIZA – Córdoba, 27.10.2006, por Cristina Scheibe Wolff.
- Blanca IRBALUCÍA – Buenos Aires, 26.02.2007, por Ana Maria Veiga.
- Dora BARRANCOS – Montevideu, 2006, por Roselane Neckel.
- Leonor CALVERA – Buenos Aires, 01.03.2007, por Ana Maria Veiga.
- Lucrecia OLLÉR – Buenos Aires, 24.02.2007, por Ana Maria Veiga.
- Mirta HENAULT – Buenos Aires, 23.02.2007, por Ana Maria Veiga.
- Nora LLAVES – Córdoba, 27.10.2006, por Cristina Scheibe Wolff.
- Nora POLIDO – Córdoba, outubro de 2006, por Cristina Scheibe Wolff.
- Sara TORRES – Buenos Aires, 01.03.2007, por Ana Maria Veiga.

PERIÓDICOS

Periódicos feministas brasileiros podem ser encontrados no Centro de Informação da Mulher (CIM), em São Paulo e na Fundação Carlos Chagas, além de outros acervos. Os exemplares de Nosotras foram encontrados na Bibliothéque Margarite Durand, em Paris. Na Argentina, o Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en la Argentina (CeDInCI), localizado em Buenos Aires, guarda exemplares de diversos periódicos feministas argentinos e outros tipos de publicações provindas de grupos de esquerda.

Os periódicos aqui analisados estão disponíveis em CDs e fotocópias no LEGH/UFSC.

Brasileiros

BRASIL MULHER
NÓS MULHERES
MULHERIO

Argentinos

ALTERNATIVA FEMINISTA
BRUJAS
PERSONA

Na França (exílio)

NOSOTRAS

Referências Bibliográficas

AGOSIN, Marjorie. Women of smoke. In: MORGAN, Robin (Ed.). **Sisterhood is global – The International Women’s Movement Anthology** (1984). 2 ed. New York: The Feminist Press at The City University of New York, 1996, p. 138-141.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.

ALVAREZ, Sonia E. **Engendering Democracy in Brazil – women’s movements in transition politics**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990.

_____. (et alii). Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. In: **Estudos Feministas**, vol. 11, n. 2. Florianópolis: CFH\CCE\UFSC, 2003.

_____.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ANDÚJAR, Andréa (org.). **História, Género y Política en los ‘70**. Buenos Aires: Feminaria, 2006. Livro eletrônico disponível em www.feminaria.com.ar.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. (1969). In: BIANCO, Bela Feldman (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos**. São Paulo: Global Universitária, 1987.

BOISSEVAIN, Jeremy. “Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões. In: BIANCO, Bela Feldman. **Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos**. Global Universitária, 1987, p. 195-217.

BORGES, Joana Vieira. O Segundo Sexo: leituras no Brasil. In: **Fronteiras – Revista Catarinense de História, Dossiê História e Género**, 15, Florianópolis: ANPUH-SC, junho de 2007, p. 55-67.

_____. Leituras de O segundo sexo no Brasil e na Argentina. 2008. Inédito.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 183-191.

BUITONI, Dulcília H. S. **Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

BRUJAS Publicación Feminista, Año 25, N. 32. Buenos Aires: ATEM, Octubre 2006.

CALLONI, Stella. **Operación Condor: pacto criminal**. 2ª ed. Havana – Cuba: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

CALVERA, Leonor. **Mujeres y feminismo en la Argentina**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990.

_____. The fire cannot be extinguished. In: MORGAN, Robin (Ed.). **Sisterhood is global** – The International Women's Movement Anthology (1984). 2 ed. New York: The Feminist Press at The City University of New York, 1996, p. 54-59

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto / Coleção Repensando a História, 1988.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. V. 1. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: _____ (Org.) **Práticas da leitura**. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. **Formas e sentidos** – Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado das letras/ALB, 2003.

CHEJTER, Silvia. **Travesías** Año 4, n. 5 – temas del debate feminista contemporáneo. Feminismo por feministas: fragmentos para una historia del feminismo argentino 1970-1996. III – Los Setenta. Buenos Aires: CECYM, 1996, p. 9-26.

COLLING, Ana Maria. Uma questão de gênero na ditadura militar no Brasil. In: ANDÚJAR, Andréa (org.). **História, Género y Política en los '70**. Buenos Aires: Feminaria, 2006. Livro eletrônico disponível em www.feminaria.com.ar.

COSTA, Albertina (et alii). **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1980.

COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo, tradução, transnacionalismo. In: COSTA, C. L. e SCHMIDT, Simone P (org.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Mulheres, 2004.

_____. As publicações feministas e a política transnacional da tradução: reflexões do campo. In: **Estudos Feministas**. Vol. 11, n° 1. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2003.

DABAS, Elina; NAJMANOVICH, Denise (Comp.). **Redes el lenguaje de los vínculos**. 2 ed. Barcelona/Buenos Aires: Paidós, 2002.

DAVIS, Kathy. **How feminism travels across borders** - The making of *Our bodies, Ourselves*. Durham and London: Duke University Press, 2007.

ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Mulher Hoje. N° 26 (Especial). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850 – 2002)**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

FEMENÍAS, Maria Luisa. Afirmación identitaria, localización y feminismo mestizo. In: _____. (Comp.). **Feminismos de París a La Plata**. Buenos Aires: Catálogos, 2006, p. 97-125.

_____. **Sobre sujeto y género: lecturas feministas desde Beauvoir a Butler**. Buenos Aires: Catálogos, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania M.; ALBERTI, Verena (orgs.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz / FGV / CPDOC, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura F. A. Sampaio. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GIL LOZANO, Fernanda. Surgimiento de prácticas propias. In: ANDÚJAR, Andréa (org.). **História, Género y Política en los '70**. Buenos Aires: Feminaria, 2006. Livro eletrônico disponível em www.feminaria.com.ar.

_____. Las experiencias de la “segunda ola” del feminismo en Argentina y Uruguay. In: MORANT, Isabel (dir.). **Historia de las mujeres en España y América Latina – del siglo XX a los umbrales del XXI**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2006.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de libertação em ideologia liberalizante**. Tese de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

_____. Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil”. In: _____. **Relações de gênero x relações de sexo**. Depto. de Sociologia – área de pós-graduação. Núcleo de estudos da mulher e relações de gênero, 1989.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (Org.) **Práticas da leitura**. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

GRAMMÁTICO, Karin. Las “mujeres políticas” y las feministas en los tempranos setenta: !un diálogo (im)posible! In: ANDÚJAR, Andréa (org.). **História, Género y Política en los '70**. Buenos Aires: Feminaria, 2006. Livro eletrônico disponível em www.feminaria.com.ar.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 44.

HARRES, Marluza Marques. Silêncio e ressentimentos: articulações do PTB no contexto do golpe de 1964 em Camaquã, RS. In: **História Oral**. V. 9, n. 2. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, jul-dez 2006, p. 83-94.

HENAULT, Mirta; MORTON, Peggy; LARGUIA, Isabel. **Las Mujeres Dicen Basta**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Mujer, 1970.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. 2 ed. Buenos Aires: 2002.

LEBON, Nathalie e MAIER, Elizabeth (org.). **De lo privado a lo público – 30 años de lucha ciudadana de las mujeres en América Latina**. México: Siglo XXI/UNIFEM/LASA, 2006.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 11(1): 234-241, jan-jun/2003.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LUCA, Tânia R. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, v. 1, p. 140.

MACHADO, Elizabeth. **Imprensa feminista pós-1974**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. São Paulo: USP, 2004, p. 69.

MALUF, Marina. **Ruídos de memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARIANO, Nilson C. **Operación Condór**: terrorismo de estado en el Cono Sur. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998.

MASSON, Laura. Militância feminista: acción individual, compromiso colectivo. In: **Fazendo Gênero 8**. Anais do seminário internacional. Florianópolis: UFSC, 2008.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **A experiência feminista dos anos 70**. Araraquara: UNESP, 1990.

MORANT, Isabel (dir.). **Historia de las mujeres en Espana y América Latina** – del siglo XX a los umbrales del XXI. Madrid: Ediciones Cátedra, 2006.

MORGAN, Robin (Ed.). **Sisterhood is global** – The International Women’s Movement Anthology (1984). 2 ed. New York: The Feminist Press at The City University of New York, 1996.

NECKEL, Roselane. A “Ciência Sexual” e os “Guias” do “Casal Moderno”. In: WOLFF, Cristina Scheibe, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia R. Oliveira (Org.). **Leituras em rede** – gênero e preconceito. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007, p. 239-255.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Estudos Feministas**. Vol. 8, n. 2. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2000.

NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. **La dictadura militar 1976/1983** – del golpe de Estado a la restauración democrática. Col. Historia Argentina, vol. 9. Buenos Aires: Paidós, 2006.

ODDONE, María Elena. **La pasión por la libertad** – memórias de una feminista. Buenos Aires: Ediciones Colihue Mimbipa, 2001.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Anpuh/Humanitas, vol.23, nº 45, 2003, p. 239-260.

_____. Dia Internacional da Mulher – 8 de Março (1975). In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **Dicionário de datas da história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 65-68.

_____. Lectures brésiliennes Du féminisme français et mecanismes d'identification au Brésil. In: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca; ROLAND, Denis; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.). **L'exil brésilien en France: histoire et imaginaire**. Paris: L'Harmattan, 2008, p. 261-279.

_____. Os sentimentos do feminismo. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder e PARENTE, Temis Gomes (orgs.). **História e sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, v. 26, 2006, p. 249-272.

_____. Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noi Donne. In: WOLFF, Cristina Scheibe, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia R. Oliveira (Org.). **Leituras em rede – gênero e preconceito**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

_____ e WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris: feminismo tropical na França. **Revista ArtCultura** (UFU), v. 9, p. 55-70, 2007.

PINTO, Céli R. J. O novo feminismo nasce na ditadura. In: _____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. A viagem das teorias no embate entre práticas acadêmicas, feminismos globais e ativismos locais. In: MORAES, Maria Lygia Quartim de (org.). **Gênero nas fronteiras do sul**. Campinas: Pagu/UNICAMP, 2005, p. 143-163.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Tempo**. Dossiê teoria e metodologia. V. 1, n. 2. Rio de Janeiro: UFF/Relume Dumará, 1996, p. 72.

_____. O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PRADO, Danda. A fertile but ambiguous feminist terrain. In: MORGAN, Robin (Ed.). **Sisterhood is global – The International Women's Movement Anthology** (1984). 2 ed. New York: The Feminist Press at The City University of New York, 1996, p. 80-88.

RICHARD, Nelly. **Intervenções críticas: Arte, Cultura, Gênero e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SALDAÑA, Margarita Iglesias. Mujeres en Chile e Perú: historia, derechos, feminismos, 1970-1990. In: MORANT, Isabel (dir.). **Historia de las mujeres en España y América Latina**. V. 4, Madrid: Cátedra, 2006.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. In. Associação Brasileira de História Oral. **História Oral**. Vol.8, nº 1, Recife: CNPq, 2005.

SÁNCHEZ, Luz Helena. Fighting for the Right to Fight. In: MORGAN, Robin (Ed.). **Sisterhood is global** – The International Women’s Movement Anthology (1984). 2 ed. New York: The Feminist Press at The City University of New York, 1996, p. 160-165.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 93.

TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Mirian. **A revolução das mulheres** – um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

VASSALLO, Alejandra. Las mujeres dicen basta: movilización, política y orígenes del feminismo argentino en los ‘70. In. ANDÚJAR, Andrea et alii (orgs.) **Historia, género y política en los ‘70**. Buenos Aires: Feminaria, 2005. p. 61-88.

VEIGA, Ana Maria. Memórias do feminismo: repressão e invisibilidade (Brasil e Argentina pós-1968). In: **História Oral**, v.10, n.1. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral/CNPq, 2007, p. 93-112.

_____. Memórias feministas argentinas – um esboço de possibilidades. In: **IV Encontro Regional Sul de História Oral**, Florianópolis, 2007.

WOLFF, Cristina S. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil. In: WOLFF, Cristina Scheibe, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia R. Oliveira (Org.). **Leituras em rede** – gênero e preconceito. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007, p. 95-111.

WOLFF, Cristina Scheibe, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia R. Oliveira (Org.). **Leituras em rede** – gênero e preconceito. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.